



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 83

SEXTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 1987

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 79ª SESSÃO, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1987

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Imagem do Poder Legislativo junto à opinião pública.

SENADOR LUIZ VIANA — Necrológio do prof. Jorge Novis.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 248/87, do Senador José Agripino, solicitando, a prorrogação por mais 30 dias do prazo concedido à Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico. **Aprovado.**

— Nº 249/87, do Senador Irapuan Costa Júnior, solicitando, a prorrogação por mais de 90 dias do prazo concedido à Comissão Especial, com a finalidade de levantar o grau de estatização da economia brasileira e participação das empresas estatais no endividamento externo e interno do País. **Aprovado.**

1.2.3 — Comunicação

— Do Senador Mário Maia, de que se ausentará do País.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1987 (nº 8.551/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas

para computadores e sua comercialização no País, e dá outras providências. Aprovada a redação final da matéria, lida nesta oportunidade, após usarem da palavra aos Srs. Virgílio Távora, Roberto Campos, Cid Sabóia de Carvalho e Nelson Wedekin. À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987-DF, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas seguintes partes:

— Gabinete do Governador, Procuradoria Geral e Secretaria de Comunicação Social. **Discussão encerrada**, ficando a votação para a sessão seguinte.

— Secretarias do Governo e da Administração. **Discussão encerrada**, ficando a votação para a sessão seguinte.

— Secretaria de Finanças e Reserva de Contingência. **Discussão encerrada**, ficando a votação para a sessão seguinte.

— Secretarias de Educação, de Cultura, de Saúde e de Serviços Sociais. **Discussão encerrada**, ficando a votação para a sessão seguinte.

— Secretarias de Viação e Obras e de Serviços Públicos. **Discussão encerrada**, ficando a votação para a sessão seguinte.

— Secretarias da Indústria, Comércio e Turismo, de Trabalho e de Agricultura e Produção. **Discussão encerrada**, ficando a votação para a sessão seguinte.

— Secretaria de Segurança Pública. **Discussão encerrada**, ficando a votação para a sessão seguinte.

— Tribunal de Contas do Distrito Federal e Receita e texto da lei. **Discussão encerrada**, ficando a votação para a sessão seguinte.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Protesto ante a possibilidade de localização de depósito de lixo atômico em região do Estado do Ceará.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES — Exclusão do Estado do Piauí dos benefícios de projeto de assistência sanitária para o Nordeste.

SENADOR MAURO BORGES — Lei antitruste.

SENADOR MARCO MACIEL — Seminário do PFL "Mulher política e poder contemporâneo".

SENADOR EDISON LOBÃO — Documentação sobre viagem do Governador do Distrito Federal ao exterior.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Felicitações ao Presidente José Sarney, pela iniciativa de construir a Ferrovia Norte-Sul.

SENADOR IRAM SARAIVA — Congratulando-se pela aprovação do substitutivo do projeto de lei sobre a reserva de mercado de informática.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 15 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PORTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	330,00
TOTAL	
Exemplar Avulso	Cz\$ 2,00

Tiragem: 2.200-exemplares.

2 — ATA DA 80ª SESSÃO, EM 19 de NOVEMBRO DE 1987

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Requerimentos

— Nº 250 a 264/87, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando o desarquivamento de projetos que menciona.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 31/87-DF, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas seguintes partes:

— Gabinete do Governador, Procurador-Geral e Secretaria de Comunicação Social. **Aprovado.** À Comissão do Distrito Federal para Redação final.

— Secretarias do Governo e Administração. **Aprovado.** À Comissão do Distrito Federal para Redação final.

— Secretaria de Finanças e Reserva de Contingência. **Aprovado.** À Comissão do Distrito Federal para Redação final.

— Secretaria de Educação, Cultura, de Saúde e de Serviços Sociais. **Aprovado.** À Comissão do Distrito Federal para Redação final.

— Secretarias de Viagem e Obras e de Serviços Públicos. **Aprovado.** À Comissão do Distrito Federal para Redação final.

— Secretarias da Indústria, Comércio e Turismo, de Trabalho e de Agricultura e Produção. **Aprovado.** À Comissão do Distrito Federal para Redação final.

— Secretaria de Segurança Pública. **Aprovado.** À Comissão do Distrito Federal para Redação final.

— Tribunal de Contas do Distrito Federal e Receita e Texto da Lei. **Aprovado.** À Comissão do Distrito Federal para Redação final.

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 31/87 — **Aprovada.** à sanção.

— Requerimento nº 142, de 1987, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da entrevista concedida ao **Jornal do Brasil**, edição de 13-9-87,

pelo ex-Senador Amaral Peixoto, a respeito de problemas da atualidade brasileira. **Aprovado.**

— Requerimento nº 180, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1981, do Senador Gastão Müller, que obriga os fabricantes de colas ou fluídos para limpeza de máquinas a adicionarem a estes produtos repelentes odoríferos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 181, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1983, do Senador Gastão Müller, que veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamento de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calculada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo. **Aprovado.**

— Requerimento nº 182, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 1981, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatória a gravação do número do respectivo chassi nos vidros de veículos automotores fabricados no país e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 183, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1981, do Senador Gastão Müller, que autoriza a Empresa Brasileira de Filmes S/A — Embrafilme, a disciplinar a inclusão obrigatória de filmes nacionais de longa e curta metragem nas programações das estações de televisão. **Aprovado.**

— Requerimento nº 184, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 1982, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a padronização dos

contratos relativos ao sistema de consórcio para aquisição de bens e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 185, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1982, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatória a impressão, no rótulo e na bula de produtos industriais que contenham a substância "benzeno", da palavra "veneno" e da indicação do correspondente antídoto, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 186, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do Art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1982, do Senador Gastão Müller, que obriga os cartórios de vara civil a fazer comunicação ao cartório de distribuição, para efeito de baixa, das ações arquivadas ou julgadas improcedentes. **Aprovado.**

— Do Requerimento nº 187, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1982, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a impressão da data de fabricação e do respectivo prazo de validade nas embalagens de produtos industrializados destinados à alimentação humana. **Aprovado.**

— Requerimento nº 188, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1982, do Senador Gastão Müller, que altera o artigo nº 132 do Código Penal e revoga o artigo 34 da lei das contravenções penais. **Aprovado.**

— Requerimento nº 189, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 1982, do Senador Gastão Müller, que veda a comercialização de plantas ornamentais venenosas, tóxicas ou nocivas à saúde. **Aprovado.**

— Requerimento nº 190, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1982, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a comercialização de produto industrial que contenha substância tóxica ou venenosa. **Aprovado.**

— Requerimento nº 191, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1983, do Senador Gastão Müller, que altera a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973 — “Que regula os direitos autorais e dá outras providências”. **Aprovado.**

— Requerimento nº 192, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1983, do Senador Gastão Müller, que limita a utilização de bromato de potássio, como aditivo químico, pelos moinhos, na industrialização da farinha de trigo. **Aprovado.**

— Requerimento nº 193, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1983, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a proibição de importação de bebidas alcoólicas em tonéis ou acondicionamento assemelhado e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 194, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 1983, do Senador Gastão Müller, que veda a utilização de corantes artificiais na fabricação de produtos alimentícios ou medicinais e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 195, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do Artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 1983, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a cobertura da apólice de seguro habitacional. **Aprovado.**

— Requerimento nº 196, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1984, do Senador Gastão Müller, que habilita as microdestilarias de álcool para fins carburantes a participarem dos programas oficiais de financiamento, libera a comercialização da respectiva produção, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 197, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1984, do Senador Gastão Müller, que acrescenta alínea ao item II, do § 1º, do artigo 250, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de

dezembro de 1940 — Código Penal. **Aprovado.**

— Requerimento nº 198, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 1984, do Senador Gastão Müller, que proíbe ao BNH e quaisquer outras entidades financeiras vinculadas ao Sistema Financeiro de Habitação o fornecimento de informações sobre mutuários em débito. **Aprovado.**

— Requerimento nº 199, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 1984, do Senador Gastão Müller, que estabelece o seguro fiança como garantia indiscutível e irrecusável para a locação de imóveis, residenciais ou comerciais, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 200, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 1984, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatória, nas sindicâncias que envolvam apuração das causas de acidentes aéreos, a presença de um membro designado pelo sindicato dos aeronautas que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 145, de 1984 e 78, de 1987. **Aprovado.**

— Requerimento nº 201, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1984, de autoria do Senador Gastão Müller, que proíbe o trabalho em horas extraordinárias nas empresas que, no último quinquênio, tenham reduzido o número de empregados. **Aprovado.**

— Requerimento nº 202, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1984, de autoria do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre programação de interesse local nas emissoras de televisão. **Aprovado.**

— Requerimento nº 203, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1984, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatório o laudo de peritos da secretaria do patrimônio histórico e artístico nacional nas obras de arte, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 204, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 1984, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a extração e o transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 205, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarqui-

vamento do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que institui a semana nacional da democracia, cujo patrono é Tancredo de Almeida Neves. **Aprovado.**

— Requerimento nº 206, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que denomina rodovia Presidente Tancredo Neves a BR-158, que liga altamira, no Pará, a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. **Aprovado.**

— Requerimento nº 207, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que modifica o “caput” do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, para permitir que analfabetos possam obter carteira de habilitação para conduzir veículo automotor. **Aprovado.**

— Requerimento nº 208, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que altera o artigo 95 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para permitir, desde que não ofensivo à moralidade pública, o registro do cognome do candidato. **Aprovado.**

— Requerimento nº 209, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 360, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que retira do alienante as exigências de apresentação de certidões, quando o imóvel alienado já for financiado pelo SFH e estiver sendo objeto de transferência a terceiros. **Aprovado.**

— Requerimento nº 210, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de métodos ou sistemas de proteção à fauna aquática, quando da existência de barragens. **Aprovado.**

— Requerimento nº 211, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 367, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que fixa o valor da taxa de inscrição e expediente cobrada pelo agente financeiro nas operações de transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação. **Aprovado.**

— Requerimento nº 212, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que obriga a devolução de importâncias antecipadas como sinal ou início de pagamento

de imóvel financiado pelo SFH, quando não concretizada a transação. **Aprovado.**

— Requerimento nº 213, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que referência obrigatória às normas da associação brasileira de normas técnicas nos rótulos dos produtos industrializados. **Aprovado.**

— Requerimento nº 214, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1986, do Senador Gastão Müller, que acrescenta parágrafos ao art. 6º e modifica a redação do parágrafo único do art. 6º do Decreto-lei nº 2.063, de 6 de outubro de 1983, que "dispõe a regulamentação para execução de serviço de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 215, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1986, do Senador Gastão Müller, que institui o salário-profissional do músico. **Aprovado.**

— Requerimento nº 216, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 1986, do Senador Gastão Müller, que cria a residência fonoaudiológica para os formandos em fonoaudiologia, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 217, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 1986, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre o direito de preferência dos condutores autônomos na aquisição de caminhões, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 218, de 1986, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1986, do Senador Passos Pôrto, que altera disposições da Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que regula o exercício da profissão de fonoaudiólogo. **Aprovado.**

— Requerimento nº 219, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1986, do Senador Gastão Müller, que estabelece a obrigatoriedade de manutenção de posto de serviço bancário no caso de extinção ou fechamento de uma única

agência bancária em determinado município. **Aprovado.**

— Requerimento nº 220, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1986, do Senador Gastão Müller, que institui a residência em Psicologia Clínica, cria a Comissão Nacional de Residência em Psicologia Clínica e estabelece outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 221, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1986, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatória a especificação dos alimentos e bebidas que interferem na absorção ou no efeito das drogas e medicamentos, nos rótulos, bulas e impressos dos mesmos. **Aprovado.**

— Requerimento nº 222, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1986, do Senador Gastão Müller, que assegura, aos contribuintes do Imposto de Renda optar pela compensação do valor total ou parcial da restituição de que trata o artigo 14 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, com o Imposto devido nas declarações de rendimentos dos exercícios de 1987 e seguintes, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 227, de 1987, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 358, de 1985, de sua autoria, que dispõe sobre a profissão de Zootecnista. **Aprovado.**

— Requerimento nº 228, de 1987, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do projeto de lei do Senador Passos Pôrto, que cria o Instituto Nacional de Conservação do Solo e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 229, de 1987, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1981, de autoria do Senador Passos Pôrto, que extingue os incentivos fiscais a investimentos aplicados na compra de ações e debêntures conversíveis em ações mediante a composições de fundos de investimentos autorizados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967. **Aprovado.**

— Requerimento nº 230, de 1987, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei

do Senado nº 66, de 1983, do Senador Passos Pôrto, que institui o Projeto Nordeste e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 231, de 1987, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1983, de autoria do Senador Passos Pôrto, que estabelece normas de uso do solo agrícola. **Aprovado.**

— Requerimento nº 232, de 1987, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1984, do Senador Passos Pôrto, que inclui, no Polígono das Secas, toda a área dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. **Aprovado.**

— Requerimento nº 233, de 1987, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1986, de autoria do Senador Passos Pôrto, que autoriza o servidor civil da União a indicar pessoas que tenha como dependente para efeito de percepção de pensão e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 234, de 1987, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1986, do Senador Passos Pôrto, que dispõe sobre a Proteção do Trabalho do Empregado em Serviços Domésticos e da outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 244, de 1987, de autoria do Senador Virgílio Távora, solicitando, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1985, do Senador Heráclito Rollemberg, que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-estar do Idoso — Funabel, e dá outras providências. **aprovado.**

2.3.1 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2.4 — Encerramento

3 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nº 232, de 1987

4 — PORTARIA DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

— Nº 29, de 1987

5 — ATAS DE COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 79ª Sessão, em 19 de novembro de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

—EXTRAORDINÁRIA—

Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Jutahy Magalhães

Às 10 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores.

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Leopoldo Perez — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano — Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — José Paulo Bisol.

O SR PRESIDENTE (Humberto Lucena) —

A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há expediente a ser lido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, primeiro orador inscrito.

OSR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em abril de 1984, em edição que ficaria famosa, a revista *Veja* divulgou uma pesquisa do Instituto Gallup sobre o nível de confiança da população brasileira em 13 ramos de atividades e instituições públicas brasileiras.

Colocado em último lugar, entre as áreas avaliadas, o Legislativo, representado no item "Deputados e Senadores", apresentou um nível de confiança de -60. Outras instituições com níveis negativos, foram à Imprensa (-13), aos Empresários (-25), à Televisão (-28), ao Governo Federal (-35) e à Propaganda (-39).

Avaliando-se a pesquisa, descobre-se que, no total de pessoas ouvidas, 76% manifestaram a opinião de que se pode acreditar ou confiar apenas em muito pouco ou em nada do que dizem ou prometem os Deputados e os Senadores.

Passados três anos da divulgação da pesquisa, período em que grandes transformações institucionais ocorreram no País, julgo lícito supor que

a pesquisa mantém sua validade no que diz respeito à credibilidade dos políticos brasileiros, se é que nossa situação não piorou.

Na verdade, embora tenhamos a preocupação constante de projetar uma imagem correta de nossos trabalhos ao público, não conseguimos obter resultados satisfatórios. Ainda que eleitos pelo sufrágio de milhões de brasileiros, vivemos sob grande descrédito popular. Como esperar que o Legislativo assuma a plenitude de suas funções institucionais, tornando-se um poder forte, se os seus componentes, os Parlamentares, encontram-se tão desacreditados? Mais: o que precisamos fazer, afinal, para que nosso trabalho e esforço cheguem corretamente ao povo, para que nossa credibilidade aumente e deixemos de viver sob o constante e injusto prejulgamento daqueles que devemos representar?

Do ponto de vista material, o Poder Legislativo, hoje, está razoavelmente bem aparelhado para desempenhar suas atividades, sendo inconsistente, a meu ver, qualquer tentativa de justificar o descompasso entre o que fazemos e o que de nós pensa a população com base em carências de recursos. Pelo contrário, ainda que tenhamos eventuais problemas para desempenhar com total proficiência nossas atividades, mister é que reconheçamos a grande concentração de recursos **per capita** que caracteriza o Poder Legislativo, sejam recursos materiais ou humanos, embora estes nem sempre tenham sido selecionados, como seria desejável, pelo critério democrático do concurso público em todos os níveis, fazendo com que, ao lado de profissionais altamente qualificados a serviço do Poder Legislativo, nosso quadro funcional apresente imensas distorções.

Quanto à capacidade de nosso aparelhamento material, tivemos a oportunidade de avaliá-la durante os trabalhos da Constituinte, nos quais a Gráfica do Senado e o Prodasen tiveram uma participação decisiva, graças à aparelhagem técnica e a competência de seu pessoal, aliada ao trabalho de nossa Assessoria, numa demonstração de grande eficiência e eficácia.

Mas, cabe aqui perguntar: essa aparelhagem sofisticada e esse quadro funcional volumoso estão servindo para capacitar os Senadores e Deputados a executar com maior eficiência sua atividade parlamentar? Certamente que estão, mas não na razão direta da qualidade de nosso aparelhamento material e de nosso efetivo funcional. E quanto à imagem do Congressista ante a opinião pública? Estarão esses elementos contribuindo para elevá-la, dando-lhe a real dimensão envolvida na atividade parlamentar? Neste caso, a resposta só pode ser negativa.

Providências administrativas de curto, médio e longo prazo podem ajudar-nos, não há dúvida, em busca de uma utilização mais racional e efi-

ciente dos recursos de que dispomos, otimizando o desempenho de nossas atividades.

Mas, e quanto à nossa imagem perante a opinião pública? Essa é uma questão que precisa ser estudada com mais atenção. A simples divulgação de nossas atividades — como a realizada diariamente para os trabalhos constituintes — tem sido inócua para evitar a distorção da imagem do Congresso e dos Parlamentares.

Verificar essa distorção não oferece dificuldades. Uma simples visita no noticiário da imprensa, nos programas da televisão, nas seções de cartas dos periódicos, basta para constataremos como o político é caluniado, jogado na vala comum da ineficiência, da incompetência, muitas vezes da desonestidade, sem ter como defender sua imagem. O povo brasileiro é bombardeado diuturnamente com críticas aos políticos em geral. As falhas particulares de alguns, que infelizmente ocorrem em qualquer coletividade, são generalizadas, passam a ser associadas à figura de cada um dos parlamentares, acabando por enodiar a própria instituição da qual fazem parte. Nossos erros são ampliados e nossos críticos, quando seus interesses específicos são contrariados as suas opiniões não são acatadas, utilizam suas poderosas armas contra os políticos em geral.

E que armas têm os políticos, o Congresso, para oporem-se a tais ataques? Será que ocupando maiores espaços, comprando aparelhagens modernas, contratando técnicos especializados em comunicação, teríamos aumentada nossa credibilidade e diminuída a desconfiança do povo em nossa instituição? Parece-me que não.

Na verdade, sempre que se fala em melhoria de nossa imagem, agimos empiricamente, aleatoriamente, sem avaliarmos concretamente a eficácia das medidas a serem tomadas.

Penso que a primeira questão que devemos responder é a seguinte: por que o povo tem essa imagem negativa de nós, políticos? Não se trata de questão simples. A única forma de encontrarmos respostas consistentes a essa pergunta seria por meio da realização, com o concurso de profissionais qualificados, de uma pesquisa em nível nacional, que rastreasse a origem dessa desconfiança, as expectativas, as aspirações populares em relação ao Poder Legislativo e seus integrantes.

Com base nos dados obtidos, teríamos condições de aprimorar nosso trabalho e nossa instituição, rever nossa atuação, avaliar nossos erros e acertos.

Além disso, teríamos ainda que demonstrar, de forma profissional e impessoal, por meio dos diversos meios de divulgação, o que representa o Poder Legislativo para sociedade brasileira, qual

a importância da instituição para o povo e a Nação, o mal que faz à democracia um Poder Legislativo fraco. Não se trata da aparição de qualquer parlamentar, nem de proposições ideológicas; os motivos, as razões, as explicações sobre esses temas deverão ser levantadas e expostas por profissionais habilitados, de um correto ponto de vista histórico e social.

Tenho em meu poder um trabalho em que se faz uma análise crítica sobre a imagem pública do Poder Legislativo no Brasil. Infelizmente, por recomendação expressa do autor na capa do trabalho, não posso reproduzi-lo aqui, mas seria muito importante levá-lo ao conhecimento de todos os congressistas, para que todos pudessem sentir a importância e a necessidade de buscarmos as causas do descrédito que nos atinge.

Não basta jogarmos a culpa na falta de espaço nos meios de divulgação ou em campanhas dirigidas propositadamente para criar a imagem ruim da instituição. Não nos esqueçamos que a própria Imprensa, ou mesmo a Televisão, não dispõem da confiança da população, de acordo com a pesquisa divulgada pela revista *Veja*, que constatou um nível de desconfiança de — 13 para a Imprensa e de — 28 para a Televisão.

O Sr. Pompeu de Sousa — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não. Ouço, com todo prazer, o aparte de V. Exª, nobre Senador Pompeu de Sousa.

O Sr. Pompeu de Sousa — Nobre Senador, quero acentuar a altíssima importância do discurso que V. Exª está pronunciando nesta hora. Com efeito, a democracia é o povo no poder e o instrumento para o povo atingir o poder são os nascidos do sufrágio popular e nenhum poder mais nascido do sufrágio popular do que o Poder Legislativo. Mas a verdade, meu caro Senador Jutahy Magalhães e meus caros companheiros, é que esse fenômeno de descrédito constitui, realmente, um dos males mais graves que atinge o Legislativo e, atingindo o Legislativo, atinge a democracia e que, aliás, ultimamente, atinge o Poder Público, não apenas o Legislativo. Houve, realmente, um processo de descrédito geral do Poder Público e isto é gravíssimo. Há, sem dúvida, uma componente de 21 anos de regime autoritário em que se criou uma expectativa de contraste tão forte; de responsabilização tão forte para os homens públicos que, livrando o País desse poder autoritário, vinham ungidos de uma capacidade mítica de uma expectativa popular de se fazer um milagre *Deus ex-machina* para este País. Há, sem dúvida, esse componente da expectativa exagerada sobre as nossas possibilidades. Mas o fato é que este fenômeno não provém apenas dos últimos 21 anos e suas seqüelas. Este fenômeno tem raízes histórico-culturais bem mais remotas e mais profundas. Parece-me, Sr. Senador Jutahy Magalhães, que a iniciativa que se me assemelha está sendo conduzida através da 1ª-Secretaria desta Casa do Poder Legislativo, é da maior importância. É preciso diagnosticar o mal. É preciso fazer a propedêutica do mal para tentarmos a terapêutica; e esta terapêutica é urgente em benefício da democracia e do povo deste País portanto, em benefício deste País.

O Sr. Virgílio Távora — V. Exª nos permite um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com muito prazer ouço V. Exª, nobre Senador Virgílio Távora. Responderei a V. Exª depois deste aparte.

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador Jutahy Magalhães, seria um simplismo muito grande atribuir a 21 anos de regime autoritário este descrédito, este desencanto, que o povo tem para com o Poder Legislativo; este superlativo que ele atribui sempre aos defeitos da comunidade parlamentar, como toda outra os possui. Vamos dar um exemplo histórico a V. Exª: numa resistência de dias e dias e dias, nos idos de 1968, decidiu a Câmara dos Deputados não conceder licença para que o Supremo Tribunal Federal pudesse, em aceitando a denúncia, processar o Deputado Márcio Moreira Alves. As passeatas na rua, o levante geral dos estudantes da Capital, as minigreves, embora sob estado autoritário, que se realizavam naquela época, davam-nos a impressão do apoio generalizado à atitude legislativa. Houve o AI-5. Que surpresa teve o Deputado de então, que hoje fala como Senador, percorrendo as ruas desta Capital que lhe é tão querida, pois foi um dos seus fundadores, ouvir, quase que unânime do povo: "Já fecharam tarde, esse bando de parasitas que não fazem nada para a Nação". Há realmente uma distorção da idéia da ação do parlamentar que não vem de hoje, vem da antiga pátria velha. Garoto, já ouvíamos coisa similar, enunciados deprimentes quanto àqueles que eram fruto de más eleições, mas de escolhas boas por serem a nata praticamente de todos os Estados. Não! O mal é muito mais profundo. V. Exª, que é o Primeiro-Secretário desta Casa, tem uma responsabilidade muito grande de procurar, indormidamente, por ato, por atitude, por uma divulgação também dos pontos positivos desta Casa, mudar esta fisionomia. Veja V. Exª: depois de cinquenta e oito dias indormidos, estamos, aqui, com os olhos miúdos. Terminamos, ontem, o trabalho inicial da Comissão de Sistematização (primeira etapa), e o que ouvíamos das galerias? Não era o incentivo, era o piu-i-i do apito do trem, como se estivessem fazendo lá trens de alegria, quando justamente o que acudíamos eram centenas e centenas e centenas, milhares, milhares, e milhares de assinaturas de emendas populares que solicitavam, por exemplo, a estabilidade de quem já tivesse cinco anos de serviço público para tomar essas pessoas indenizadas à ação repressiva dos Governos Estaduais que sucediam aos anteriores nesta devastação que está sendo feita aí. Somos suspeitos porque votamos contra. Mas, o que vimos, a impressão geral, a impressão humana é que estávamos fazendo uma imoralidade. O que o Relator tinha feito, acolhido, de todos os Partidos? Momento daqueles que foram mais gritar na tribuna conforme depois ele explicou pela lista fornecida pelo Prodasen: emendas *ipsis litteris, verbo ad verbum*, do mesmo teor do texto constante nas Disposições Transitórias. É por isso, pela nossa própria autofagia também, pelo desejo de parecer bonito lá fora contando algo lá que não foi realizado aqui, que também nós nos perdemos. E se este aparte é um pouco prolongado, é pela revolta que sentimos outro dia quando vimos um parlamentar dos mais ilustres

votar contra as eleições gerais na Comissão de Sistematização e sorridente, fazer apologia das mesmas e apontou a execução dos companheiros que não tinham seguido a orientação do apelo popular. Ele tinha exercitado seu voto exatamente ao contrário do que afirmava. São esses, meu caro colega, atos que são do conhecimento público pelo vazamento através da Imprensa, através do disse-me-disse, que realmente junto com a injustiça paralela que é praticada, que estão formando esta imagem que realmente no dia de hoje deixa o Constituinte brasileiro em uma situação moral muito desconfortável.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — O aparte de V. Exª, Senador Virgílio Távora, bem como o do Senador Pompeu de Sousa, vieram enriquecer esse pronunciamento.

Senador Virgílio Távora, V. Exª cita um fato que realmente leva uma imagem distorcida dos políticos para a opinião pública. Mas esse fato é transmitido à opinião pública. Agora, o trabalho diuturno de V. Exª com seus companheiros na Comissão de Sistematização; oitenta dias de trabalho ininterruptos que V. Exª tiveram em que foi feito um projeto de Constituição — como disse hoje em seu artigo, o nobre Líder do PMDB, Senador Fernando Henrique Cardoso — no qual pudemos discordar em poucos pontos, que a divergência que existe, seja na sociedade, seja dentro desta Constituinte, essa divergência existe apenas 10%; no entanto, qual a imagem que se leva para fora? Que estamos fazendo uma Constituição que não presta, que não tem o apoio popular, que não tem o apoio da própria Constituinte; que a Comissão de Sistematização uma minoria desta Constituinte, procurou levar idéias que não representam a idéia majoritária. É isso que se procura transmitir à população em geral, quando na realidade o trabalho foi feito com a preocupação de atender aos reclamos nacionais. V. Exª trabalharam com eficiência.

Podemos discordar de alguns pontos; alguns podem considerar — e isso é uma ação inexplicável da Constituinte — que alguns empresários não podem suportar a jornada de trabalho de 44 horas. Este ainda é um avanço pequeno, eu sempre defendi a jornada de 40 horas, mas concordo que haja discordância neste sentido, como haja discordância na questão da estabilidade — como eu pessoalmente acho que imprescritibilidade foi um erro da Comissão de Sistematização. Mas isso pode ainda ser recuperado no plenário. Podemos ter divergências, que o sistema de governo deve ser parlamentarista ou presidencialista, podemos divergir quanto ao prazo do mandato, mas esse é um trabalho em que a maioria tem que prevalecer. Todavia, a imagem que sai daqui é a imagem da ineficiência, da improbidade, dos "trens de alegria", como citou V. Exª, e não foi isso que a Comissão de Sistematização fez. O Senador Pompeu de Sousa tem a experiência dos dois lados, faz parte do Legislativo, é homem da Imprensa. Eu me lembro que acompanhando os trabalhos da Constituinte de 46, jovem ainda, não era nem eleitor, mas acompanhava de perto os trabalhos da Constituinte no Palácio Tiradentes, e lia no dia seguinte nos jornais aquilo que se passava naquele recinto sagrado da nova Constituição. Hoje não podemos culpar a falta de divulgação, apenas acho também que os nossos atos

têm que ser responsáveis para fixar uma imagem, e o Presidente desta Casa, Senador Humberto Lucena tem tido a preocupação de buscar as causas desse problema, e levar uma imagem nova da instituição, não dos Senadores individualmente que apareçam na televisão para defender a instituição, mas uma imagem da instituição como um todo, porque o Poder Legislativo é que tem que ser forte e respeitado. É isso que o Presidente Humberto Lucena tem feito no sentido de atender a essas necessidades.

Por isso nobre Senador, agradeço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Pompeu de Sousa — Meu caro Senador, gostaria de acrescentar algumas palavras ao argumento de V. Ex^a sobre a elaboração constitucional. Nunca no Brasil se elaborou uma Constituição em que se ouvisse tão profundamente a sociedade, enfim, uma Constituição nascida da sociedade — porque descemos a todos os segmentos da sociedade, ouvindo-os de baixo para cima para elaborar-mos o texto constitucional. Esse foi um trabalho sem precedentes no Brasil e no mundo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Muito obrigado, nobre Senador Pompeu de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Senador Jutahy Magalhães, o tempo de V. Ex^a já se esgotou. Pediria que V. Ex^a respondesse aos apertes já concedidos e concluísse o seu pronunciamento, a fim de que pudéssemos entrar na Ordem do Dia.

O Sr. João Lobo — Nobre Senador Jutahy Magalhães, acho que a conceituação por que passa o Legislativo não tem muita importância, pois também está atingindo o Executivo, o Judiciário, a imprensa. O desencanto e a descrença são generalizados. Esse é um ponto comum hoje em todo o mundo moderno. Não acontece somente no Brasil essa descrença para com o Legislativo, atinge também o Executivo brasileiro.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não, o índice do Executivo foi menos 39%.

O Sr. João Lobo — Acho, nobre Senador, desde os tempos da Roma antiga, quando César e depois Marco Antônio queriam fazer qualquer coisa rompendo a tradição democrática daquela grande nação, jogavam logo a culpa no Legislativo, na sua ineficiência, na sua ineficácia, na sua corrupção. Isto é tema universal e repetido ao longo de toda a História da humanidade. Senador Jutahy Magalhães, nós, do Legislativo, não precisamos ter "a pele tão fina", ser tão suscetíveis à crítica da imprensa, aos "ibopes" feitos para atender a interesses de grupos ou de quaisquer facções ou partidos políticos. O procedimento do Legislativo não deve ficar à mercê do que a imprensa vai dizer, do que os outros vão dizer. O nosso procedimento deve ficar apenas afeto à nossa consciência de homens públicos ao nosso julgamento do que é melhor, do que é bom; do que serve, do que é moral e do que é imoral, e não ao julgamento da imprensa, de qualquer jornalista ou de qualquer órgão que não tenha, talvez, o apuro e a representatividade de certos segmentos sociais, como nós, Parlamentares Temos. É inadmissível, Senador Jutahy Magalhães, que um Senador tenha que se conter ou votar

contra a sua consciência, contra os seus convencimentos, apenas porque pode desgostar certos setores da imprensa, certas tendências modernas. Essa é que é nossa culpa. Essa é que é a nossa responsabilidade. E o que devemos preservar nesta instituição é a coragem de assumir os ditames de nossa consciência e de nosso convencimento, sem dar maior interesse, sem dar maior importância ao julgamento que de nossos atos, que de nossas palavras, que de nossos votos, a imprensa faça, ou divulgue, ou ameace fazê-lo, ou crie esse clima de chantagem. Há uma pressão, quase que insuportável, em cima dos Parlamentares, principalmente em cima do Legislativo, mas há, também, em cima do Executivo essa pressão de se comportar de acordo com os pontos de vista que a imprensa acha razoável ou quer adotar. Acho que os pontos de vista certos são, pelo menos, os de nossa consciência e de nosso convencimento. Por isso, acho que grande parte desse desgaste que sofre o Poder Legislativo tem a nossa responsabilidade e tem a nossa aceitação. Se fossemos mais independentes, se fossemos, talvez, mais desprendidos para com a popularidade ou a divulgação de nossos atos a coisa tomaria outro sentido. Era este o aparte que queria fazer ao discurso de V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a, embora discorde em boa parte do aparte de V. Ex^a, mas agradeço porque, também, veio enriquecer este pronunciamento.

O Sr. Luiz Viana — Senador Jutahy Magalhães, desejo manifestar a V. Ex^a a minha solidariedade e meu aplauso pelo discurso que está proferindo. Infelizmente, não tenho, como o Senador João Lobo, pele de elefante; sou sensível às críticas, às injustiças, às acusações. E, muitas vezes, isso é até ignorância, porque são feitos discursos e, no dia seguinte, há uma grande notícia sobre um crime qualquer, e o discurso da maior importância da atualidade sai noticiado em duas linhas. Estou cansado de observar isso, que me parece ser feito de propósito, não sei mesmo o porquê. Mas, já que estamos falando de Constituinte, quero lembrar o que foi a Constituinte de 1946, mencionada pelo nosso colega Pompeu de Sousa. Havia a bancada de imprensa no Tiradentes, e lá havia as figuras mais ilustres do jornalismo: Prudente de Moraes Neto, Pedro Dantas, que tinha a sua coluna diária no *Diário Carioca*, onde trabalhava o Senador Pompeu de Sousa; estavam também Carlos Lacerda, Osório Borba, Carlos Castello Branco, Rafael Correa de Oliveira, enfim um número grande de jornalistas, homens que foram ilustres na imprensa brasileira e que permaneceram muito tempo em atividade e que lá estavam e que, dia a dia informavam o público sobre os trabalhos da Constituinte, sobre o que lá se passava. Davam uma imagem, mais ou menos, o tanto quanto possível, real e até encomiástica, porque realmente lá, como acontece hoje, aconteceu aqui na Comissão de Sistematização, havia realmente o propósito, o trabalho de procurar fazer o melhor para o País. Isso se procurou na Comissão de Sistematização, até porque a Constituição tem de ser um documento de transação, de acordo. Então, agrada a uns, não agrada a outros, isso é o normal. Se esse projeto estivesse agradando inteiramente um setor da sociedade, uma parte da sociedade, estaria errado, porque

estaria marginalizando ou esmagando uma outra parte da sociedade. Não estamos fazendo uma Constituição sectária, quer dizer, não houve a vitória, no Brasil, de uma determinada ideologia, seja de esquerda, direita ou centro, caso em que naturalmente a Constituição refletisse aquele grupo vitorioso e que esmagasse os demais. Estamos procurando fazer uma Constituição democrática. É natural, portanto, que ela seja debatida, suscite críticas, aborrecimentos, mas devemos esperar que, com o correr dos trabalhos do Plenário e do tempo, vá-se decantando, que se tenham novas fórmulas para que a Constituinte e a Constituição, afinal, sejam, realmente, o instrumento que o Brasil espere para a sua vida política, a sua vida instituída que trata, porque devemos realmente preservar essa imagem, para que ela não chegue ao povo como está chegando, não por nós, mas pelas instituições, pela própria Constituição que terá que chegar com o apoio público. Se fizermos uma Constituição que não mereça esse apoio, esse aplauso, essa aceitação, logo depois de promulgada, estaremos aí com a bandeira revisionista na rua, o que é altamente desaconselhável. Meus parabéns a V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu é que agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Luiz Viana.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Senador Jutahy Magalhães, eu pediria a V. Ex^a, mais uma vez, que não concedesse mais apertes, porque estamos no período destinado à Ordem do Dia.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, eu me permito apenas agradecer a manifestação do Senador Luiz Viana, porque se nenhum sentido tivesse este pronunciamento, teria tido a importância de fazer com que S. Ex^a se manifestasse nesta hora a respeito desse assunto.

Sr. Presidente, vou concluir.

Se queremos a verdade, devemos ir buscá-la onde estiver. Como o povo brasileiro terá formado essa imagem sobre nós? Baseado em que dados? Em que veículos de informação? Em que tipos de experiências? Em que expectativas?

Penso que apenas combinando os três tipos de ação que citei, ou seja, a pesquisa das causas reais do descrédito que nos atinge, a utilização racional dos recursos de que dispomos e a assunção de uma nova postura, menos personalista, que se preocupe com o exercício adequado de nossos direitos, visando apenas ao interesse e ao benefício da instituição e de nossa coletividade, somente dessa forma poderemos levar ao povo uma imagem real de nossas preocupações com a comunidade e com nossos representados.

Essa a ideia que trago aos meus pares, na esperança de que ela seja aceita e aperfeiçoada, para que possamos enfrentar essa questão da maior importância para a democracia brasileira: o fortalecimento do Poder Legislativo, que está na razão direta da credibilidade dos parlamentares ante a população.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana, para uma comunicação.

O SR. LUIZ VIANA (PMDB — BA. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faleceu na Bahia, nessa semana, uma das grandes figuras da Medicina do meu Estado, o Dr. Jorge Novis, professor da Faculdade de Medicina, ex-Secretário da Saúde, que foi um homem voltado para o bem comum. Foi um grande trabalhador, mas foi sobretudo um grande caráter e uma grande inteligência. Era ele o continuador de uma tradição, uma vez que é a quarta geração que participa da alta direção da velha Faculdade de Medicina da Bahia. Ele honrou os seus antepassados, os diretores daquela Faculdade, seu avô e seu pai, cujas pegadas ele sempre procurou seguir com um grande amor à coletividade baiana. Ele serviu à Bahia e servindo à Bahia, serviu ao Brasil, a sua cultura e a sua inteligência. Eu desejava, nestas breves palavras, deixar registrado nos Anais da casa, um voto de pesar pelo lutooso acontecimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 248, de 1987

Of. nº 022/87-CPIEE

11 de novembro de 1987

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, venho, pelo presente, solicitar a Vossa Excelência, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido a esta Comissão que se encerrará no dia 25 de novembro próximo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, os protestos de estima e consideração. — Senador **José Agripino**, Presidente.

Durante a leitura do requerimento, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Jutahy Magalhães, 1º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Aprovado o requerimento, fica prorrogado o prazo da Comissão pelo tempo requerido.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 249 de 1987

OF. Nº 010/87 — CEEB

Brasília, 12 de novembro de 1987

Senhor Presidente,

Na qualidade presidente da Comissão Especial, criada através do Requerimento 73 de 1987, com a finalidade de "Levantar o Grau de Estatização da Economia Brasileira e Participação das Empre-

sas Estatais no Endividamento Externo e Interno do País", venho, pelo presente, solicitar a Vossa Excelência, a prorrogação por mais 90 (noventa) dias de prazo concedido a esta Comissão que se encerrará dia 05 de dezembro.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, os protestos de estima e apreço. — Senador **Irapuan Costa Junior**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Aprovado o requerimento, fica prorrogado o prazo da Comissão pelo tempo requerido.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 43, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa no período de 19 a 20 do corrente, para breve viagem ao Uruguai, em caráter particular.

Atenciosas saudações — Senador **Mário Maia**.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — O expediente lido vai à publicação. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

(Em regime de urgência — art. 371, b, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1987 (nº 8.551/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas para computadores e sua comercialização no País, e dá outras providências. (Dependendo de Parecer.)

Sobre a mesa, redação final da matéria elaborada pelo Relator, Senador Nelson Wedekin, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 1987 (Nº 855/86, na Casa de origem)

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1987 (nº 855/86, na Casa de origem), que dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computadores e sua comercialização no País e dá outras providências.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987. — **Nelson Wedekin**, Relator.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1987 (nº 8.551/86, na Casa de origem, que dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computadores e sua comercialização no País e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 1º São livres, no País, a produção e a comercialização de programas de computador, de origem estrangeira ou nacional, assegurada integral proteção aos titulares dos respectivos direitos, nas condições estabelecidas na lei.

Parágrafo único. Programa de computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.

Art. 2º O regime de proteção à propriedade intelectual de programas de computador é o disposto na Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, com as modificações que esta lei estabelece para atender às peculiaridades inerentes aos programas de computador.

TÍTULO II

Da Proteção aos Direitos De autor

Art. 3º É assegurada a tutela dos direitos relativos aos programas de computador, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, contado a partir do seu lançamento em qualquer país.

§ 1º A proteção aos direitos de que trata esta Lei independe de registro ou cadastramento na Secretaria Especial de Informática — SEI.

§ 2º Os direitos atribuídos por esta Lei aos estrangeiros, domiciliados no exterior, ficam assegurados, desde que o país de origem do programa conceda aos brasileiros e estrangeiros domiciliados no Brasil direitos equivalentes, em extensão e duração, aos estabelecidos no caput deste artigo.

Art. 4º Os programas de computador poderão, a critério do autor, ser registrado em órgão a ser designado pelo Conselho Nacional de Direito Autoral — CNDA, regido pela Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, e reorganizado pelo Decreto nº 84.252, de 28 de julho de 1979.

§ 1º O titular do direito de autor submeterá ao órgão designado pelo Conselho Nacional de Direito Autoral — CNDA, quando do pedido de registro, os trechos do programa e outros dados que considerar suficientes para caracterizar a criação independente e a identidade do programa de computador.

§ 2º Para identificar-se como titular do direito de autor, poderá o criador de programa usar de seu nome civil, completo ou abreviado, até por suas iniciais, como previsto no art. 12 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973.

§ 3º As informações que fundamentam o registro são de caráter sigiloso, não podendo ser

reveladas, a não ser por ordem judicial ou a requerimento do próprio titular.

Art. 5º Salvo estipulação em contrário, pertencerão exclusivamente ao empregador, ou contratante de serviços, os direitos relativos a programa de computador, desenvolvido e elaborado durante a vigência de contrato ou de vínculo estatutário, expressamente destinado à pesquisa e desenvolvimento, ou em que a atividade do empregado, servidor ou contratado de serviços seja prevista, ou ainda, que decorra da própria natureza dos encargos contratados.

§ 1º Ressalvado ajuste em contrário, a compensação do trabalho, ou serviço prestado, será limitada à remuneração ou ao salário convenicionado.

§ 2º Pertencerão, com exclusividade, ao empregado, servidor ou contratado de serviços, os direitos concernentes a programa de computador gerado sem relação ao contrato de trabalho, vínculo estatutário ou prestação de serviços, e sem utilização de recursos, informações tecnológicas, materiais, instalações ou equipamentos do empregador ou contratante de serviços.

Art. 6º Quando estipulado em contrato firmado entre as partes, os direitos sobre as modificações tecnológicas e derivações pertencerão à pessoa autorizada que as fizer e que os exercerá autonomamente.

Art. 7º Não constituem ofensa ao direito de autor de programa de computador:

I — a reprodução de cópia legitimamente adquirida, desde que indispensável à utilização adequada do programa;

II — a citação parcial, para fins didáticos, desde que identificados o autor e o programa a que se refere;

III — a ocorrência de semelhança de programa a outro, preexistente, quando se der por força das características funcionais de sua aplicação, da observância de preceitos legais, regulamentares, ou de normas técnicas, ou de limitação de forma alternativa para a sua expressão;

IV — a integração de um programa, mantendo-se suas características essenciais, a um sistema aplicativo ou operacional, tecnicamente indispensável às necessidades do usuário, desde que para uso exclusivo de quem a promoveu.

TÍTULO III Do cadastro

Art. 8º Para a comercialização de que trata o art. 1º desta lei, é obrigatório o prévio cadastramento do programa ou conjunto de programas de computador, pela Secretaria Especial de Informática — SEI, que os classificará em diferentes categorias, conforme sejam desenvolvidos no País ou no exterior, em associação ou não entre empresas não-nacionais e nacionais, definidas estas pelo art. 12 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984 e art. 1º do Decreto-Lei nº 2.203, de 27 de dezembro de 1984.

§ 1º No que diz respeito à proteção dos direitos do autor, não se estabelecem diferenças entre as categorias referidas no **caput** deste artigo, as quais serão diversificadas para efeito de financiamentos com recursos públicos, incentivos fiscais, comercialização e remessa de lucros, ou pagamento de direitos aos seus titulares domiciliados no exterior, conforme o caso.

§ 2º O cadastramento de que trata este artigo e a aprovação dos atos e contratos referidos nesta lei, pela Secretaria Especial de Informática — SEI, serão condicionados, quando se tratar de programas desenvolvidos por empresas não-nacionais, à apuração da inexistência de programa de computador similar, desenvolvido no País, por empresa nacional.

§ 3º Além do disposto no **caput** deste artigo, o cadastramento de que trata esta lei é condição prévia e essencial à:

I — validade e eficácia de quaisquer negócios jurídicos relacionados a programas;

II — produção de efeitos fiscais e cambiais e legitimação de pagamentos, créditos ou remessas correspondentes, quando for o caso, e sem prejuízo de outros requisitos e condições estabelecidos em lei.

Art. 9º O cadastramento, para os fins do disposto no artigo anterior, terá validade mínima de 3 (três) anos, e será renovado, automaticamente, pela Secretaria Especial de Informática — SEI, observado o disposto no § 2º do citado artigo.

Parágrafo único. Da decisão que deferir ou denegar o pedido de cadastramento, caberá recurso ao Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, observado o disposto no Regimento Interno deste Conselho.

Art. 10. Para os efeitos desta lei, um programa de computador será considerado similar a outro, quando atender às seguintes condições:

a) ser funcionalmente equivalente, considerando que deve:

I — ser original e desenvolvido independentemente;

II — ter, substancialmente, as mesmas características de desempenho, considerando o tipo de aplicação a que se destina;

III — operar em equipamento similar e em ambiente de processamento similar;

b) dispor de suporte considerado satisfatório pelo usuário;

c) ter prazo de entrega considerado satisfatório pelo usuário;

d) observar padrões nacionais estabelecidos, quando pertinentes;

e) ter preço não superior à base de cálculo da quota de contribuição de que trata o art. 18 desta lei, acrescido do valor resultante da aplicação do percentual máximo da quota de contribuição para sua classe sobre este preço;

f) executar as mesmas funções, considerando o tipo de aplicação a que se destina e as características do mercado nacional.

Art. 11. Fica estipulado o prazo de 120 (cento e vinte) dias concedido à Secretaria Especial de Informática — SEI, para manifestar-se sobre o pedido de cadastramento de que trata este artigo, contado a partir da data do respectivo protocolo.

Art. 12. Às empresas não nacionais, o cadastramento será concedido, exclusivamente, a programas de computador que se apliquem a equipamentos produzidos no País ou no exterior, aqui comercializados por empresas desta mesma categoria.

Art. 13. Será tornado sem efeito, a qualquer tempo, o cadastramento de programa de computador:

I — por sentença judicial transitada em julgado;

II — por ato administrativo, quando comprovado que as informações apresentadas pelo interessado para instruir o pedido de cadastramento não são verídicas.

Art. 14. A Secretaria Especial de Informática — SEI poderá cobrar emolumentos pelos serviços de cadastro e emissão de Títulos de Uso, conforme tabela própria a ser aprovada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

TÍTULO IV Da Quota de Contribuição

Art. 15. O Fundo Especial de Informática e Automação, de que trata a Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, será destinado ao financiamento a programas de:

a) pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de informática e automação;

b) formação de recursos humanos em informática;

c) aparelhamento dos Centros de Pesquisa em Informática, com prioridade às Universidades Federais e Estaduais;

d) capitalização dos Centros de Tecnologia em Informática, criados em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Informática e Automação — Planin.

Parágrafo único. O Fundo Especial de Informática e Automação será constituído de:

a) dotações orçamentárias;

b) quotas de contribuição;

c) doações de origem interna ou externa.

Art. 16. É instituída quota de contribuição incidente sobre a emissão de Títulos de Uso de programas de computadores de origem externa, a ser creditada na subconta "Programas de Computador", do Fundo Especial de Informática e Automação, destinada ao financiamento de atividades na área de programas de computador, atendidas as linhas gerais estabelecidas no **caput** do art. 15.

Art. 17. A quota de contribuição a que se refere o artigo anterior terá percentuais diferenciados, observado o percentual máximo de 200% (duzentos por cento), "ad valorem", devendo o percentual máximo reduzir-se para 150% (cento e cinquenta por cento), concluído o primeiro quinquênio, e para 100% (cem por cento), concluído o segundo quinquênio, respectivamente, da entrada em vigor desta lei.

Parágrafo único. Os percentuais serão fixados por classe de programa de computador, conforme tabela a ser aprovada pelo Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, levando-se em conta o desenvolvimento da capacitação tecnológica nacional em informática e as necessidades do usuário.

Art. 18. A base de cálculo da quota de contribuição referida no art. 16, a ser declarada pelo requerente do cadastramento será:

a) o preço praticado para usuário final no País de origem;

b) a quantia correspondente a 36 (trinta e seis) vezes o valor do preço mensal de aluguel praticado para o usuário final, no País de origem, quando for o caso;

c) o preço de um programa de computador similar, na impossibilidade de outra forma de apuração.

Art. 19. Quando houver fundadas dúvidas sobre o valor declarado, a Secretaria Especial de

Informática — SEI fixará a base de cálculo, tomando em conta os critérios do artigo anterior, cabendo, desta decisão, recurso sem efeito suspensivo, ao Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN.

TÍTULO V Da Comercialização

Art. 20. A cessão a terceiros dos direitos de utilização de programas de computador far-se-á através de Títulos de Uso, que serão documentos comprobatórios da regularidade das respectivas cópias.

§ 1º Para a emissão dos Títulos de Uso é necessário o prévio cadastramento do programa de computador.

§ 2º Os Títulos de Uso serão emitidos num prazo máximo de 30 (trinta) dias do seu requerimento pelo titular do cadastro.

§ 3º Os Títulos de Uso deverão conter a identificação do programa de computador, o número do cadastro, o número do Título de Uso e demais elementos pertinentes, na forma a ser estabelecida na regulamentação desta Lei.

§ 4º Os usuários finais serão dispensados do Título de Uso dos programas de computador pertencentes ao domínio público.

§ 5º Serão dispensados do título de Uso os programas de computador cuja cessão dos direitos de utilização tenham, comprovadamente, ocorrido anteriormente à entrada em vigor desta Lei.

Art. 21. Os Títulos de Uso emitidos pela Secretaria Especial de Informática — SEI ou outro órgão ou entidade por ela credenciada.

Art. 22. Quando se tratar de programas de computador de origem externa, os Títulos de Uso serão fornecidos mediante a apresentação da guia de recolhimento da quota de contribuição, efetuada à ordem da subconta "Programa de Computador", do Fundo Especial de Informática e Automação".

Art. 23. Os suportes físicos de programa de computador e respectivas embalagens, assim como os contratos a eles referentes, deverão consignar, de forma facilmente legível pelo usuário, o número de ordem de cadastro, o número do Título de Uso e o prazo de validade técnica da versão comercializada.

Art. 24. O titular dos direitos de comercialização de programa de computador, durante o prazo de validade técnica da respectiva versão, é obrigado a:

I — divulgar, sem ônus adicional, as correções de eventuais erros;

II — assegurar, aos respectivos usuários, a prestação de serviços técnicos complementares relativos ao adequado funcionamento do programa de computador, consideradas as suas especificações e as particularidades do usuário.

Art. 25. O titular dos direitos do programa de computador, durante o prazo de validade técnica, tratado nos artigos imediatamente anteriores, não poderá retirá-lo de circulação comercial, sem a justa indenização de eventuais prejuízos causados a terceiros.

Art. 26. O titular dos direitos de programa de computador e de sua comercialização responde, perante o usuário, pela qualidade técnica adequada, bem como pela qualidade da fixação ou gravação dos mesmos nos respectivos suportes físicos,

cabendo ação regressiva contra antecessores titulares desses mesmos direitos.

Art. 27. A exploração econômica de programas de computador, no País, será objeto de contratos de licença ou de cessão, livremente pactuados entre as partes, e nos quais se fixará, quanto aos tributos e encargos exigíveis no País, a responsabilidade pelos respectivos pagamentos.

Parágrafo único. Serão nulas as cláusulas que:

a) fixem exclusividade;

b) limitem a produção, distribuição e comercialização;

c) eximam qualquer dos contratantes da responsabilidade por eventuais ações de terceiros, decorrentes de vícios, defeitos ou violação de direitos de autor.

Art. 28. A comercialização de programas de computador, ressalvado o disposto no art. 12 desta Lei, somente é permitida a empresas nacionais que celebrarão, com os fornecedores não nacionais, os contratos de cessão de direitos ou licença, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. A aprovação, pelos órgãos competentes do Poder Executivo, dos atos e contratos relativos à comercialização de programas de computador de origem externa, é condição prévia e essencial para:

a) possibilitar o cadastramento do programa;

b) permitir a dedutibilidade fiscal, respeitadas as normas previstas na legislação específica;

c) possibilitar a remessa ao exterior dos montantes devidos, de acordo com esta Lei e demais disposições legais aplicáveis.

Art. 29. A aprovação e a averbação serão concedidas aos atos e contratos, relativos a programa de origem externa, que estabelecerem remuneração do autor, cessionário residente ou domiciliado no exterior, a preço certo por cópia e respectiva documentação técnica, que não exceda o valor médio mundial praticado na distribuição do mesmo produto, não sendo permitido pagamento calculado em função de produção, receita ou lucro do cessionário ou do usuário.

§ 1º Excluem-se da permissão deste artigo as empresas não nacionais, a elas assegurada, em decorrência da comercialização regulada pelo art. 12, a remessa de divisas previstas nas disposições e nos limites da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e legislação posterior.

§ 2º A nota fiscal, emitida pelo titular dos correspondentes direitos ou seus representantes legais, que comprove a comercialização de programas de computador de origem externa, será o suficiente para possibilitar os pagamentos previstos no caput deste artigo.

TÍTULO VI Disposições Gerais

Art. 30. Será permitida a importação ou o internamento, conforme o caso, de cópia única de programa de computador, destinado à utilização exclusiva pelo usuário final, cabendo a este o pagamento da quota de contribuição de que trata o art. 16.

Art. 31. Nos casos de transferência de tecnologia de programa de computador, será obrigatória, inclusive para fins de pagamento e dedutibilidade da respectiva remuneração, e demais efeitos previstos nesta Lei, a averbação do contrato

no Instituto Nacional de Propriedade Industrial — INPI.

Parágrafo único. Para a averbação de que trata este artigo, além da inexistência de capacitação tecnológica nacional, é obrigatório o fornecimento, por parte do fornecedor ao receptor de tecnologia, da documentação completa, em especial do código-fonte comentado, memorial descritivo, especificações funcionais e internas, diagramas, fluxogramas e outros dados técnicos necessários à absorção da tecnologia.

Art. 32. As pessoas jurídicas poderão deduzir, até o dobro, como despesa operacional, para efeito de apuração do lucro tributável pelo Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, os gastos realizados com a aquisição de programas de computador, quando forem os primeiros usuários destes, desde que os programas se enquadrem como de relevante interesse, observado o disposto nos arts. 15 e 19 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984.

§ 1º Paralelamente, como forma de incentivo, a utilização de programas de computador desenvolvidos no País, por empresas privadas nacionais, será levada em conta para efeito da concessão dos incentivos no art. 13 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, bem como financiamentos com recursos públicos.

§ 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e as demais entidades sob o controle direto ou indireto do Poder Público, darão preferência, em igualdade de condições na utilização de programas de computador, desenvolvidos no País por empresas privadas nacionais, de conformidade com o que estabelece o art. 11 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984.

§ 3º A participação do Estado na comercialização de Programas de Computador obedecerá o disposto no inciso II do art. 2º da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984.

Art. 33. As ações de nulidade do registro ou do cadastramento, que correrão em segredo de Justiça, poderão ser propostas por qualquer interessado ou pela União Federal.

Art. 34. A nulidade do registro constitui matéria de defesa nas ações cíveis ou criminais, relativas à violação dos direitos de autor de programa de computador.

TÍTULO VII Das Sanções e Penalidades

Art. 35. Violar direitos de autor de programa de computador:

Pena — detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Art. 36. Utilizar programa de computador de terceiros ou comercializar programa de computador, sem o respectivo Título de Uso ou não cadastrado:

Pena — detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Art. 37. Importar, expor, manter em depósito, para fins de comercialização, programa de origem externa não cadastrado:

Pena — detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a programas internados exclusivamente

para demonstração ou aferição de mercado em feiras ou congressos de natureza técnica, científica ou industrial.

Art. 38. A ação penal, no crime previsto nos arts. 35, 36 e 37 desta Lei, é promovida mediante queixa, salvo quando praticado em prejuízo da União, Estado, Distrito Federal, Município, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação sob supervisão ministerial.

Parágrafo único. A ação penal e as diligências preliminares de busca e apreensão, no crime previsto no art. 35, serão precedidas de vistoria, podendo o juiz ordenar a apreensão das cópias produzidas ou comercializadas com violação a direito de autor, suas versões e derivações, em poder do infrator ou de quem as esteja expondo, mantendo em depósito, reproduzindo ou comercializando.

Art. 39. Independentemente da ação penal, o prejudicado poderá intentar ação para proibir ao infrator a prática do ato incriminado, com a cominação de pena pecuniária para o caso de transgressão do preceito (art. 287 do Código de Processo Civil).

§ 1º A ação de abstenção de prática de ato poderá ser cumulada com a de perdas e danos pelos prejuízos decorrentes da infração.

§ 2º A ação civil, proposta com base em violação dos direitos relativos à propriedade intelectual sobre programa de computador, correrá em segredo de justiça.

§ 3º Nos procedimentos cíveis, as medidas cautelares de busca e apreensão observarão o disposto no parágrafo único do art. 38, desta Lei.

§ 4º O Juiz poderá conceder medida liminar, proibindo ao infrator a prática do ato incriminado, nos termos do **caput** deste artigo, independentemente de ação cautelar preparatória.

§ 6º Será responsabilizado por perdas e danos, aquele que requerer e promover as medidas previstas neste e no artigo anterior, agindo de má-fé ou por espírito de emulação, capricho ou erro grosseiro, nos termos dos arts. 16, 17 e 18 do Código de Processo Civil.

TÍTULO VIII Das Prescrições

Art. 40. Prescreve em 5 (cinco) anos a ação civil por ofensa a direitos patrimoniais do autor.

Art. 41. Prescrevem, igualmente em 5 (cinco) anos, as ações fundadas em inadimplemento das obrigações decorrentes, contado o prazo da data:

- a) que constituiu o termo final de validade técnica de versão posta em comércio;
- b) da cessação da garantia, no caso de programa de computador desenvolvido e elaborado por encomenda;
- c) da licença de uso de programa de computador.

TÍTULO IX Das Disposições Finais

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Em discussão.

O Sr. Virgílio Távora — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Com a palavra o nobre Senador Virgílio Távora, para discutir.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE. Para discutir.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ontem, premido pelo tempo, fiz declaração inicial de voto, aqui neste plenário, protestando para inserção posterior, mais alguma coisa a afirmar sobre o respeito.

Queria dizer, Sr. Presidente, que com a votação da Lei nº 7.232, há três anos e, agora, deste Projeto 024/87, realmente se fecha um círculo na história da informática brasileira. Desde o primeiro momento, fomos contrários — e o afirmamos em todas as emendas apresentadas — à idéia geral deste projeto. Mas, convencidos de que ele haveria de passar, mais ainda convicto de que não haveria força humana que fizesse desengavetar projeto que há três anos, em decorrência de inciso da própria Lei nº 7.232, apresentamos, de acordo com a ASSESPRO, a SUCESU e com a SEI, neste Senado, e que não sairia ele, absolutamente, das gavetas das Comissões, é que procurei-o, com essas dezenas de emenda sugeridas, torná-lo não melhor, mas menos ruim. Isso não nos constrange em, de outro lado, afirmar em alto e bom som a admiração e o reconhecimento que tive, repito, pelo trabalho do eminente Senador Nelson Wedekin, que, com essa linguagem de antigo soldado, que tenho, até me surpreendeu pela maleabilidade política que demonstrou nos inumeráveis e intermináveis entendimentos tidos para tornar possível, ontem, haver aquela votação.

O projeto está votado. Então, em homenagem, Sr. Presidente, a um homem que dedicou já vários anos de sua vida à informática, que foi mal compreendido por pares e impares, a direita achando que ele era esquerdista, e a esquerda achando que ele era direitista, não é muito pedir a V. Ex. um pouco de compreensão, retirando os seus olhos do relógio, que é o nosso juiz implacável. Precisamos de algum tempo.

Sr. Presidente, primeiro de tudo, um apelo a toda esta Casa. Tiremos isso como lição. Unam-se todas as facções aqui presentes para exigir desse Governo, ou do futuro, que, a Lei de Informática, a 2.732, seja exatamente aquele projeto votado pela prática unanimidade do Congresso, sem os vetos, vetos esses, vamos falar claro, que constituíram verdadeira traição a acordos aqui perpetrados, com a interveniência do Executivo da época, com a ciência de quem hoje chefe do Executivo é.

Cometi um grave erro, talvez um daqueles que eu leve pela vida afora. Como sou das pessoas que acredito que uma palavra, o antigo fio de bigode vale mais do que uma assinatura, não exigi do Poder Executivo e das partes contratantes, lá em nosso gabinete, que apusessem suas assinaturas no acordo realizado.

Então, Sr. Presidente, toda essa distorção que houve — que se não existisse poderia ter dado um impulso muitíssimo maior, porque avanço grande houve, não tenho a menor dúvida — com a Informática brasileira deriva, principalmente, dos vetos aplicados às atribuições do CONIN; à sua hierarquia na organização da Administração Federal e no corte do Fundo de Informática e Auto-

mação que hoje, novamente, bem mais anemiado, em todo caso, para satisfação nossa, vejo emenda minha ser aceita pelo eminente Senador Nelson Wedekin.

Mas, Sr. Presidente, nestes pontos é que o Congresso, há pouco referido por V. Ex. quanto à injustiça que lhe é praticada, abre os flancos. Se uma lei é resultado de um projeto aprovado pela quase unanimidade da Câmara e do Senado e pela unanimidade da Comissão Mista, conforme consta dos Anais, se os pontos controversos foram todos acordados em entendimento em que a Presidência da República era representada pelo Sr. Ministro Danilo Venturini — vamos dar o nome aos bois — Ministro dos Assuntos Fundiários e Secretário do Conselho de Segurança Nacional, e o Sr. Cel. Edison Dytz, da SEI, e do lado das forças que mais pugnavam pela defesa intransigente de pontos ultra nacionalista — refiro-me a Parlamento e Presidente — este acordo não foi respeitado.

O que se exigia deste Congresso era ter derrubado os vetos. Não o fez. Insisti no Projeto de Lei nº 86, deste Senado. Nele foi justamente tentado restabelecer, como me permite o Regimento, todos aqueles incisos básicos para este desenvolvimento, para este avanço. O Senado — faça-se justiça — aprovou por unanimidade. Dorme ele há dois anos e meio na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, uma idéia combatida por alguns, não há dúvida, mas uma idéia que, pelo menos, a meu ver e da maioria da comunidade brasileira, fundamental para o desenvolvimento do País, estava a exigir o CONIN — Conselho Nacional de Informática e Automação — a nível de órgão presidencial, lá, composto de Ministro, de representantes dos setores interessados e presidido por Sua Excelência o Presidente da República, volte a ser ele o órgão diretor da Política de Informática.

Segundo: é imperioso enviar Plano Nacional de Informática a este Congresso que delimitará critérios, diretrizes, a serem pelo CONIN seguidos, e aprovaria o Plano Nacional de Informática Trienal (do qual debuxo me apresentando — [Plano], cujo acompanhamento era obrigação nossa.

Pergunto a V. Ex. se isso houve. Pergunto aos Srs. Senadores se passa na cabeça de alguém que poderemos ter desenvolvimento de nossa tecnologia sem a instituição de um Fundo Nacional de Informática e Automação, que independa dos humores de quem esteja no momento exercendo o cargo executivo, ao qual subordinada esteja a execução da distribuição desses recursos.

Então, Sr. Presidente, quando vejo, de vez em quando, alguém mais aodado dizer que a lei é cartorial e que impede o nosso desenvolvimento, eu digo: a lei está falhando em vários pontos, mas não o projeto, pelo qual o Congresso é responsável. Ela falha nos pontos aqui pelos Congressistas colocados e pelo Executivo retratados.

Vamos mais adiante. A questão ideológica, infelizmente, hoje parece transcender muitas vezes até os interesses regionais e nacionais.

Os arts. 25, 26 e 27 da Lei nº 7.232 estabelecem os Distritos de Informática de Exportação.

Sr. Presidente, quero que V. Ex. me diga qual o passo dado por um dos Governos da VR (Velha República), NR (Nova República) que tenha concretizado tal determinação legal? Assim, Sr. Presidente, na hora em que é dada esta grande avançada, que é a Lei de **Software**, no momento

em que nós cumprimos, com três anos de atraso, esse disciplinamento legal. Quero rejubilar-me com esta Casa, mas reafirmar que não abram mão daquela idéia norteadora do Projeto 260, que, aliás, era a idéia do Governo quando apresentado foi como complemento da Lei nº 7.232. Mas, na impossibilidade de fazê-lo vitorioso, acho que efetivamente, no momento atual, com a conjuntura internacional existente — e aqui não quero ferir bríos de ninguém — a lei que derivar do 029 com todas as modificações apresentadas pelo eminente Senador Nelson Wedekin no acolhimento de todas essas emendas citadas, não é boa, mas sem o que foi possível fazer. E, permita-me parodiar o mestre Afonso Arinos ontem, quando encerrou a primeira parte dos trabalhos da Comissão de Sistematização, citando Franklin.

"Os homens, às vezes, mudam as suas idéias no correr dos anos. Assino esta Lei" — no caso era a Constituição americana — "não por ela ser a melhor, mas com receio de que no momento não possamos fazer coisa melhor e também na dúvida de que as circunstâncias obriguem a ser isso o melhor que se pode fazer".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos, para discutir a matéria.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como indicou o nobre Senador Virgílio Távora, graças a um esforço cooperativo da Liderança no PMDB e do Partido da Frente Liberal, foi possível atenuar-se, um pouco, o desastroso projeto de reserva de mercado de **software** que nos veio da Câmara.

Consequimos alisar verrugas porém não amputar o câncer. Não se pode corrigir a sombra de uma vara torta. A filosofia do projeto é errônea, porque se baseia na pior das técnicas protecionistas — a reserva de mercado. Em segundo lugar, contraria declarações expressas do Presidente da República, em outras ocasiões, de que não mais seriam criadas reservas de mercado.

Consideremos, Sr. Presidente, quais são os mecanismos possíveis de proteção a uma indústria nascente que se quer desenvolver. A proteção à indústria nascente é algo rotineiro na experiência internacional. Hoje, o mundo assiste, até mesmo a um fenômeno ainda mais peculiar, que é a proteção a indústrias senis. No nosso caso, trata-se de dar proteção às indústrias nascentes de informática — **hardware** e **software**. Há vários instrumentos internacionalmente conhecidos para isto e variam em grau de eficácia.

O instrumento de proteção mais eficaz é aquele que menos violenta o usuário e o consumidor, e menos interfere com o comércio internacional.

Eu classificaria os subsídios e incentivos à produção interna como sendo a menos perturbadora das formas de proteção à indústria nascente.

A segunda forma, clássica, universalmente adotada é a da tarifa aduaneira. Neste caso, o usuário ou consumidor não precisa sujeitar-se ao capricho burocrático; basta-lhe pagar o encargo que lhe é proposto pela autoridade. Mas, dentro desta limitação financeira, ele preserva sua liberdade

de opção. Por isso, nos instrumentos internacionais como o GATT, a tarifa aduaneira é normalmente aceita e negociada sem dificuldade.

Um grau bastante mais distorsivo de proteção, são as cotas de importação. Vários países a elas têm recorrido. É um instrumento que o GATT apenas tolera, e tolera em condições restritas. Quero dizer, deve haver prévia consulta à parte contratante, cujo interesse comercial é atingido pela imposição de cotas. As cotas devem, tanto quanto possível, preservar os canais normais do comércio internacional e não devem ser discriminatórias, cabendo ao país que se sente discriminado reclamar compensações.

A pior forma de proteção, a mais brutal de todas, a que mais viola os direitos do usuário, a que mais distorce o comércio internacional, é precisamente aquela que se tomou mais **Sexy** no Brasil; a chamada reserva de mercado. Esta, despoja o usuário e o consumidor, totalmente, do seu direito de escolha. Quem escolhe por ele é o burocrata que dá licenças. É uma forma de autoritarismo burocrático e de escravidão do usuário ou consumidor, que afinal de contas deveriam ser o fim e não o meio do processo econômico.

O GATT não admite a reserva de mercado sob a forma de proibição de importação, a não ser em especialíssimos casos a serem discutidos entre as partes, tolerância reservada particularmente para os países de menor desenvolvimento relativo. Não é esse o caso do Brasil, que é de desenvolvimento médio. São conhecidas proibições de importações quando há problemas fitossanitários, no comércio de drogas e de armamentos.

Nós vínhamos aplicando a reserva de mercado, a partir da Lei de Informática, com total despudor, e agressiva inobservância dos princípios do GATT. O resultado é que os países que querem transacionar com o Brasil em informática, não têm nenhuma possibilidade de planejar seu comércio. Poderiam fazê-lo se o ingresso de produtos no Brasil fosse governado por tarifas. Poderiam fazê-los, mais limitadamente, se as importações brasileiras fossem reguladas por cotas. Poderiam, se não existe a reserva de mercado, passar a fabricar seus produtos no Brasil. No sistema atual o ingresso de produtos no Brasil é efetuado unicamente através de licenças de importação, que o burocrata pode ou não outorgar, hoje ou amanhã, dependendo do seu humor. Ele pode estar com hemorróidas ou a mulher ter fugido com o amigo. Pode atrasar a emissão das licenças por seis meses, sete meses ou oito meses. Pode licenciar mercadorias de alguns países e não de outros. Toma-se impossível planejar o desenvolvimento de uma indústria no regime de reserva de mercado.

Tanto assim que a válvula de escape, para manter a produção nacional de informática, tem sido o contrabando. O contrabandista, e figura deleteria da sociedade, passou a ser o herói do capitalismo e o garantidor da continuidade de produção das fábricas brasileiras. Se elas dependessem do humor da SEI para a importação de seus componentes, não poderiam organizar nenhum programa contínuo e contínuo de produção.

Hoje, Srs. Senadores, todas as indústrias pa-listas de informática têm duas linhas de suprimento. Uma inconfiável, que é o pedido de licença

à SEI e a outra, mais confiável, o contrabando da Rua Santa Ifigênia. Os contrabandistas da eletrônica tornaram-se heróis do capitalismo. Sua contribuição é importante para a informatização da economia nacional, mais importante do que a da indústria de informática nacional, porque os produtos importados por contrabando são de melhor qualidade, são vendidos a uma e meia vezes o preço internacional e não a três vezes o preço internacional, e têm maior confiabilidade e potencial de operação.

A adoção do princípio de reserva de mercado resulta numa aplicação perversa, no Brasil, do princípio de Lavoisier: "Nada se perde, nada se cria, tudo se copia". É esta a situação da informática brasileira.

Sr. Presidente, para aqueles que encaram com tolerância, senão com aprovação, esse apetite sexual do burocrata de impor decisões ao usuário, vale relembrar a história concreta e prática do instituto de reserva de mercado, que no Brasil é uma doença antiga. A primeira reserva de mercado foi criada por Dom João VI para a navegação de cabotagem. Haverá coisa mais ineficiente no Brasil do que a navegação de cabotagem, secularmente protegida pela reserva de mercado? Não. É irritantemente ineficiente. Força o transporte de cargas e longa distância por veículos inapropriados, como o caminhão, tipicamente um veículo de curta e média distância.

Consideremos um outro contraste: a indústria de filmes e a indústria de televisão. A indústria de filmes tem reserva de mercado, beneficia-se da obrigação de exibição compulsória, há financiamentos subvencionados pela Embrafilme que não são quase nunca pagos; porque parece ser glamoroso na vida artística o descumprimento de compromissos. Entretanto, apesar desse apoio maciço, nossa indústria cinematográfica pouco produz, internacionalmente falando. É mais conhecida mundialmente pela pomochanchada.

Em contraste, a indústria de televisão inteiramente privada, não tem nenhum incentivo nem financiamento especial, nem reserva de mercado. Nossas novelas de televisão competem no interior do Brasil vantajosamente com seriados americanos como com "Dallas" e "Dynasty" e outras novelas livremente importadas. Chegam a concorrer vigorosamente no mercado internacional. A reserva de mercado para a indústria cinematográfica limitou-se à organização de pequenos cartórios de pomochanchadas, com pouca criatividade, e mísera incapacidade de competição no mercado internacional.

Se quiserem mais exemplos, poderia desfilar-lhes interminavelmente. Há, por exemplo, o caso da indústria de máquinas e ferramentas. Essa indústria no Brasil é exportadora e eficiente. Temos duas grandes empresas brasileiras, a Romi e Bardella, de alta sofisticação tecnológica, que estão exportando para o exterior sem nunca terem sido privilegiadas com reservas de mercado. Pode-se até dizer que sua reserva de mercado é negativa, porque as empresas estatais compradoras obtêm no exterior financiamentos melhores do que aqueles disponíveis em nosso sistema financeiro. A tentação que existe é de importar, não porque a qualidade da máquina importada seja superior à da Romi ou da Bardella, mas simplesmente porque o financiamento estrangeiro é mais

atraente. Apesar dessa reserva negativa de mercado, temos uma indústria mecânica sólida, exportadora e mundialmente respeitada.

Tomemos dois outros casos: a eletrônica de consumo — rádios, televisões — é uma indústria que não teve reserva de mercado, progrediu e tornou-se exportadora. Agora está começando a retardar-se tecnologicamente, porque a SEI vem dificultando a importação de **chips**. Estamos perdendo modernidade pela intervenção absurda de um outro organismo burocrático, que se comporta mais como antagonista do que como aliado dentro do mesmo governo; ainda assim é uma indústria muito mais competitiva e conhecida no mercado internacional, mais satisfatória para o usuário do que a informática com todos os seus privilégios de reserva de mercado. Agora, a Câmara e o Senado se lançam na aventura de estender o regime da reserva de mercado ao **software**.

Isto, Srs. Senadores, é ignorar que o **software** é apenas o livro da idade eletrônica. O que estamos criando, na realidade, é um direito de censura do livro da era eletrônica, uma Santa Inquisição eletrônica. Teremos burocratas a decidir coisas complexas, tais que: se há ou não um similar nacional de um **software** sobre transplante de fígado; se há ou não um similar nacional de um **software** sobre essa grande novidade tecnológica que são as ligas de metais supercondutoras. Haverá um burocrata decidindo, melhor do que o fazendeiro, se este pode ou não importar um **software** relativo à administração agrícola, à melhoria de rendimento de vacas leiteiras, à melhor combinação de adubos. Em suma, cria-se esse fato absurdo de que 150 ou 200 funcionários da SEI, de especialidade muito limitada e alguns, sem especialidade nenhuma, outros, passem a julgar, em nome do usuário, aquilo que é mais conveniente para o usuário; é o burocrata decidindo pelo empresário, grande ou pequeno, pela pequena, média ou grande empresa, impingindo-lhe um produto que ele, funcionário, não sabe corretamente julgar ou apreciar, e cuja real produtividade não sabe medir.

O que conseguimos, portanto, na sessão de ontem, foi manter um princípio errado e podar marginalmente certos aspectos rebarbativos do poder da SEI. Não logramos, infelizmente, produzir uma peça inteligente, que seria apenas aplicar um desincentivo financeiro, ou sejam, taxas de contribuição sobre o **software** importado. Teríamos, se o fizéssemos, preservado a liberdade do usuário e a viabilidade do comércio internacional.

Os efeitos da nossa legislação sobre o comércio internacional têm sido deploráveis. Na verdade, estamos produzindo uma fábrica de atritos. Estava temporariamente encerrado o processo de retaliação americana contra o Brasil, mas ele se reabriu. Assistimos à fala do Ministro da Ciência e Tecnologia sobre contra-retaliações brasileiras.

Nossa felicidade, aliás, é que os dois ministros da Ciência e Tecnologia, que se sucederam, não entendem nem de ciência nem de tecnologia. O que houve por parte dos Estados Unidos foi uma mera advertência, para sinalizar que se o Brasil considera seu mercado interno um patrimônio nacional — "o mercado é nosso" —, outros países, soberanos, também têm o mesmo direito. Cabe-lhes também o direito de declarar

que o mercado deles é patrimônio deles. Por isso precisamos expungir do projeto de Constituição essa expressão ridícula: "o mercado interno é patrimônio nacional". A prevalecer essa ideia, despareceria o mercado internacional. Hoje estão mudando os espaços econômicos; Portugal e Espanha se associaram ao Mercado Comum Europeu.

Dentro da "literatice" do projeto de Constituição brasileira, esses dois países teriam sacrificado seu patrimônio nacional, porque em se associando ao Mercado Comum Europeu, abriram o seu mercado ao dos países que o compõem. Na realidade, o que ganharam foi trocar um pequeno patrimônio, que era o seu míngua mercado interno, pelo vasto patrimônio da Comunidade Econômica Européia, que tem 360 milhões de habitantes e mais de 3 trilhões e 500 bilhões de dólares de mercado. Portugal passou a ter um mercado onze vezes superior ao brasileiro.

Não subestimemos os perigos da nossa atitude de menino zangado que espicaça a onça e depois se admira de que ela reaja. Não abusemos dessa atitude. Há um provérbio francês que diz: "Cet animal est méchant; s'il on l'attaque il se défend".

Algumas cifras ilustrarão o caso com grande simplicidade.

O mercado norte-americano representa 33% de nossas exportações. O Brasil, para os Estados Unidos, é um mercado que representa menos de 2% das suas exportações. Se quisermos estender esse conflito, estaremos numa desvantagem de proporção de quinze para um.

Não há produto brasileiro que não seja dispensável para os Estados Unidos e em relação ao qual não haja outros fornecedores ansiosos por abastecê-los.

Como exemplo há a Coreia, Itália e Espanha, com relação a sapatos; Coreia e Índia, em matéria de aço; no que diz respeito a café, há setenta ou oitenta países produtores.

Vejam os que podemos sofrer se levarmos a contra-retaliação a esse extremo. Na realidade, para dar azo à negociação, os Estados Unidos nos fizeram uma simples advertência: 105 milhões de dólares não são uma quantia significativa como retaliação, mas expressiva como advertência. Indica que o problema está sendo considerado com gravidade e que o Brasil não se pode dar ao luxo da imprudência fútil.

Dependemos do mercado norte-americano para 80% da exportação de calçados, que dão ocupação a milhares de pessoas: cerca de 300 mil no Rio Grande do Sul e cerca de 60 mil em Franca. Esse mercado representa 56% de nossas vendas de suco de laranja; 47% do mercado de ferro e aço; 60% do mercado de móveis de madeiras; praticamente 90% do mercado de gasolina — se não, mais — e 90% do mercado de aviões.

Ninguém quer um conflito comercial aberto entre os dois países. Se persistíssemos numa atitude isolacionista, criando aqui e ali "reservas de mercado", sem dar uma oportunidade de consulta aos nossos parceiros comerciais, estaremos cometendo um grave erro.

Ontem, o Senado, ao votar a lei de **software**, apenas diminuiu ligeiramente as proporções desse grande erro: transformamos um pecado mortal num pecado grave, sem, entretanto, reduzi-lo às proporções de um pecado venial, e muito menos convertê-lo numa virtude. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Continua em discussão a matéria.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho para discutir.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — (PMDB — CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É inegável a complexidade desse trabalho; inegável a dedicação da Comissão de Constituição e Justiça, mas também é incontestável, Srs. Senadores, a dificuldade que têm os parlamentares de, de repente, poderem se aprofundar e, de modo tão decisivo, definir uma questão tão difícil e de tanto interesse nacional.

Ouvimos as palavras do Senador Virgílio Távora, ouvimos as palavras do Senador Roberto Campos, e esses dois discursos mostram como é complexa a matéria, que chega agora à redação final depois do substitutivo tão brilhantemente defendido pelo Senador Nelson Wedekin.

Mas também, Sr. Presidente, é inequívoco que o País necessita com urgência de uma legislação que preencha essa lacuna provocada pelo progresso da técnica, pelo desenvolvimento da Ciência e pelas revelações da informática.

Não se trata de **vacatio legis**; é evidente, trata-se da inexistência da lei porque não havia uma razão maior, uma razão social, não havia nada de conceitos morais que pudessem dar origem a uma lei como esta, décadas atrás.

Não se pode negar, no entanto, Sr. Presidente, que chegamos com um pouco de atraso; um atraso de dois, três, pelo menos, de quatro anos; É esse o atraso que temos, quando finalmente conseguimos produzir esse instrumento que agora se dá em redação final.

Como participei da Comissão de Constituição e Justiça, como lá dialoguei com o Senador Roberto Campos, tão interessado nessa matéria, além dos Senadores Aluizio Bezerra, Nelson Wedekin, Chagas Rodrigues e tantos outros, acho que também, para que conste dos Anais desta Casa, devo fixar pelo menos um pouco a minha posição sobre essa matéria. Eu nem me preocuparia com o assunto reserva de mercado porque, afinal de contas, esse tem sido o ponto polêmico de toda a questão e um assunto muito bem explicado pelos diversos oradores e pessoas que em outras oportunidades tentaram seus conhecimentos a esse respeito, notadamente conhecimentos na área econômica, ou num pragmatismo econômico que diga respeito à informática em nosso País. Mas acho, Sr. Presidente, que pelo modo como chegamos a essa matéria, pela pressa, uma incrível pressa, que não sei como possa existir, depois do relato do Senador Virgílio Távora, o fato é que elaboramos ainda, com algumas imperfeições, isto que futuramente será uma lei. Fico aqui torcendo para que na volta dessa matéria à Câmara Federal, lá, Deputados interessados, como Senadores aqui, possam burlar um pouco mais essa redação e encontrar soluções jurídicas mais compatíveis, soluções mais adequadas a essa matéria.

A mim causa estranheza aquilo que, nos momentos dos debates, já revelara aqui desta tribuna.

O fato de estarmos discutindo direitos autorais e, ao mesmo tempo, tratarmos de Direito Comercial, de regras atinentes à comercialização. Saímos do âmbito que diz respeito a bens imateriais, bens incorpóreos e de repente, temos normas e regras para bens corpóreos, para bens de comércio.

Se falo nisso repetitivamente, outra coisa não é senão para fixar a minha responsabilidade, o meu modo de ver essa matéria, o meu comportamento e, acima de tudo, a disciplina partidária que me levou a adotar o comportamento de ontem quando, cooperando com a Liderança do Partido, entendi que não tinha a menor validade prática estarmos a discutir assuntos, cujo desenrolar poderia levar, evidentemente, a um prejuízo nacional, dada a premência com que examinamos esse assunto, a pressa, a urgência, urgentíssima muito mais do País do que propriamente por força do Regimento desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero deixar os meus reparos ao parágrafo único do art. 1º, porque me parece uma definição perigosa, e sempre que as leis definem, é perigoso. Se formos verificar todos os institutos jurídicos definidos, todos eles encontram colocações, frases, orações, conceitos absolutamente diversos de autor para autor. As definições nas doutrinas várias são sempre conflitantes, muito embora o instituto seja o mesmo. A lei brasileira, pela sua complexidade, porque via de regra são leis prolixas, a lei brasileira gosta de definir, muito embora haja um grande risco quando o comportamento leva a tanto.

Esse parágrafo único, cuja redação final vamos aprovar agora, merece aqueles reparos que aqui já fizéramos, no dia de ontem, no debate de ontem, aqui realizado, quando procuramos definir o que é o programa de computador. Sabemos que há uma regra processual do Direito, mas que é também uma regra que se estende pelo Direito substantivo, e não apenas uma regra atinente, uma regra atinente ao Direito adjetivo. Aquilo que é público e notório independe de prova do processo, e o que é óbvio dispensa definições na lei substantiva. Quando o Código Civil brasileiro trata do casamento, não define o que é casamento, quem define casamento é o doutrinador, é o Conselheiro Lafaiete, é Clovis Beviláqua, é Orlando Gomes, mas a lei não definiu casamento, porque sempre é difícil definir um instituto onde o ângulo de visão pode variar sobremaneira. Seria o casamento um contrato? Seria até um negócio jurídico? Tudo é discutível, mas a lei não entra nesse terreno, apenas determina as normas preliminares, as subseqüentes atinentes ao assunto, não é necessário definir.

O Estatuto da Terra, por exemplo, tem definições, tem uma parte de definições; e talvez sejam estas definições que tenham prejudicado o decorso e a implantação da reforma agrária e a existência de uma política agrícola no País. Essa história de definir na lei, que hoje é tão freqüente, parece não ser muito antiga. As definições passaram a aparecer nas leis à medida em que o legislador se tornou mais despreparado ou, por que não dizer, menos preparado; porque aquele atento aos cuidados da técnica legislativa, ou seja, quem estiver atento à técnica legislativa fugirá, evidentemente, das definições.

Não quero, no entanto, analisar por impróprio, aqui, nesta hora, o mérito do parágrafo único do art. 1º, mas faço questão, também, Sr. Presidente, de mencionar nesta Casa o art. 5º, que também precisará de um dia ser revisto, ou de logo ser reexaminado na Câmara Federal, porque aqui há referências a empregador e a empregado; há referência a vínculo de emprego estatutário ou, pelo que se deduz, mediante a legislação trabalhista; e isso aqui poderá ter um dia, não sei se agora, um reflexo profundo no Direito do Trabalho, haja vista o desenrolar da informática no País, o desenvolvimento de computadores, de programas de computadores. Hoje, isso, como disse o Senador Roberto Campos, é capaz de caracterizar o livro do futuro, o livro do final do século. É uma nova concepção do veículo condutor das idéias, das palavras, dos pensamentos, dos sentimentos, das emoções, das investigações, das revelações técnicas ou até de investidas filosóficas. Tudo caberá na informática, ela é o destino do mundo. E aí dos países que se atrasaram ou mais se atrasarem nesse difícil campo da informática, porque este será capaz de ditar as normas da paz e da guerra, de todos os momentos.

Há, portanto, aqui, as portas abertas para uma influência não muito bem medida, muito menos comedida, no campo do Direito do Trabalho, e nós não sabemos que conseqüências serão essas. Foi isso que levou ontem, evidentemente, à indignação do Senador Leite Chaves, graças a Deus contida pela nossa prudência, pela prudência da Bancada a que ele pertence, e pelo sentimento de unidade que norteia o PMDB, aqui, no Plenário do Senado Federal.

Apresentei também uma emenda na qual não me empenhei, no entanto, mas a apresentei apenas como uma questão de consciência, e por ser um advogado de certo modo veterano, e que muitas vezes compareceu ao Supremo Tribunal Federal, conduzindo questões como estas que quis evitar pudesse se produzir através do texto desta lei.

Há muitos recursos extraordinários neste País tratando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, da vigência das leis, porque as leis têm dispositivos que independem de regulamentação, mas as leis têm dispositivos que só entram em vigor devidamente regulamentados. E quando a regulamentação não ocorre, o dispositivo dessa lei ou a lei toda, se for o caso, tudo será declarado ineficaz pelo Supremo Tribunal Federal, pela impossibilidade aplicatória. E aqui, por um cuidado do Relator na Comissão de Constituição e Justiça, o brilhante professor de Direito, advogado, Senador João Menezes, S. Exª teve o cuidado de determinar um prazo para a regulamentação dessa lei, e isso é, no entanto, uma faca de dois gumes, que pode cortar de um lado e pode cortar de outro lado. Se obedecido o prazo e houver a regulamentação, salve o Senador João Menezes pelo seu cuidado.

Mas, se o Poder Executivo negociar nisso, desdiosamente se comportar, e não ocorrer a regulamentação, a lei poderá ser declarada ineficaz, pelo menos nos seus principais pontos; diante da complexidade de que ela se reveste, poucos são os dispositivos capazes de dispensar uma regulamentação para aplicação não apenas administrativa, mas aplicação mais nobre de todas as leis, que é aquela que é feita pelo Poder Judiciário.

Dá por que eu quis remover do texto a iniciativa do Senador João Menezes, que é esta contida, exatamente, no parágrafo único do art. 42: "O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 dias, a contar da sua publicação".

Esse dispositivo tem, portanto, duas faces, uma de grande proveito, que orientou o Senador João Menezes nos seus magníficos propósitos, e outra de grande risco, para o qual adverte o veterano advogado, porque tantas vezes já tentou e já venceu em incursões desse tipo.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Pois não!

O Sr. Virgílio Távora — Esse dispositivo aí é posto pela absoluta impossibilidade de, de imediato, fazer a lei funcionar. Sem ele 95% dos usuários estariam fora da lei, no dia de sua publicação, sem exagero. Portanto, esse prazo que é dado — que aliás foi motivo de muita discussão em uma emenda minha — é o mínimo que foi julgado pelas autoridades competentes possível para que se ajustassem os usuários, os comerciantes, os fornecedores à exigência da lei. Estou com V. Exª, que o bom seria a lei entrar em vigor na data da publicação, mas tenho dito tantas vezes aqui que é cediço: às vezes o ótimo é inimigo e destrói o bom.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Acredito que V. Exª tenha razão na sua experiência, notadamente sobre essa matéria, mas o risco que falo não é atinente somente a esta lei mas a toda e qualquer lei que disponha de dispositivo deste tipo. Já concordei, inclusive, ontem retirei a minha emenda em contrário, exatamente para somar com o Senão naquela hora em que era preciso chegar-se ao ponto em que estamos chegando agora, a essa redação final que é das mais louváveis.

Por fim, Sr. Presidente, quero louvar o trabalho dos Senadores Nelson Wedekin, Virgílio Távora, Roberto Campos, Fernando Henrique Cardoso, o trabalho de toda a Comissão de Constituição e Justiça, o trabalho desta Casa em chegar a isto, que pode ter mil imperfeições, pode ter mil defeitos, mas pelo menos é o passo inicial quando fundamos quase que o novo Direito, nós abrimos novas portas jurídicas deste País, nós nos escancaramos para a realidade do progresso da técnica e da Ciência e já nos preparamos na lei, para enfrentarmos este Brasil novo que com reserva de mercado vai garantir, evidentemente, um pouco de solidez, um pouco de garantia, um pouco de crescimento básico, acertado para que sendo brasileiros pretendam dar ao País a posição própria e independente neste campo.

Isso é muito polêmico, mas foi uma tese abraçada e graças a Deus é uma tese nacionalista. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Continua em discussão a redação final. (Pausa.)

O Sr. Nelson Wedekin — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin, para discutir a redação final.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Serei bastante breve. Apenas para fazer desde o início uma observação que ontem, com a pressa que tínhamos, na circunstância em que se realizou aquela sessão, não foi devidamente formalizada. Nos termos do acordo que fizemos no Gabinete do Senador Fernando Henrique Cardoso, faltou formalizar que o parágrafo único do art. 30 do Substitutivo, que eu havia apresentado inicialmente, seria extirpado e seria substituído por uma nova redação para o art. 30, o que foi devidamente feito.

Como não formalizamos isso, que era o resultado do acordo, neste momento o fazemos. Também não posso, nestas breves palavras que quero fazer, deixar de concordar com o Senador Cid Sabóia de Carvalho, em relação ao parágrafo único do art. 1º e em relação ao art. 5º. Na verdade, ao longo de todas as discussões que tivemos, em momento algum foi questionado nem este § 1º do art. 1º nem o art. 5º, por esse motivo deixamos de fazer o que poderíamos ter feito se a tempo e hora tivéssemos sido advertidos para a redação não correta e uma certa falta de clareza que existe, tanto na definição do programa dos computadores, como em relação ao art. 5º.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador, permita-me discordar de V. Exª. Esta definição, que corresponde a uma das vertentes da apreciação do que seja programa *soft*, está absolutamente correta. Posso não concordar com ela no conjunto, pela sua abrangência, mas está rigorosamente correta. V. Exª não tem nada que se penitenciar disso, e lhe digo com toda a franqueza, melhorando ainda o bom humor que deve ter um Relator quando vê já no fim da votação um trabalho que lhe deve ter sido tão exaustivo. Por isso fique com a consciência completamente tranqüilizada.

O SR. NELSON WEDEKIN — Senador Virgílio Távora, V. Exª me dá uma tranqüilidade muito grande, pois V. Exª, desde o início, participou de todas essas gestões, de todos esses entendimentos, e creio que fica, diante da sua palavra...

O Sr. Virgílio Távora — Lidando com assunto há muitos anos!

O SR. NELSON WEDEKIN — ... e lidando há muitos anos com isso, fica apenas registrada a opinião do Senador Cid Sabóia de Carvalho, em contrapartida a opinião...

O Sr. Virgílio Távora — Mas tecnicamente V. Exª encontra essa definição. Não estamos falando — quem somos nós para discutir...

O SR. NELSON WEDEKIN — ... politicamente...

O Sr. Virgílio Távora — ... algo que cheira de longe a questão jurídica com o eminente professor da matéria, que é o Senador Cid Sabóia de Carvalho. Mas, dentro do setor de informática, V. Exª está com uma definição rigorosamente de acordo com uma das vertentes do entendimento do que seja *soft* e programa de computador.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Gostaria de fazer um aparte ao pronunciamento de V. Exª (assentimento do orador.) Não vou dis-

cutir o aspecto técnico, porque sabemos que o tecnicismo existiu neste País e até inutilizou certos campos do conhecimento, como no setor aduaneiro. As leis feitas a partir da Revolução de 1964, que tiveram um predomínio técnico, chegaram a pôr o nosso Direito em grande risco. Eu citaria os riscos no Estatuto da Terra, que apresenta grandes erros atinentes à Teoria Geral do Direito, consagradas estas defeituações na própria lei. A lei que rege o setor aduaneiro do País está cheia de defeitos técnicos, prevendo até a nulabilidade de atos no campo do Direito Administrativo, o que é um absurdo, além de outros casos. Como estamos recebendo novamente aqui uma influência tecnicista, exatamente por estarmos tratando do assunto informático, podemos pensar que, por isto, é possível abandonar a Teoria do Direito, como se se pudesse fazer incursões na Filosofia contrariando-a, ou na Medicina, contrariando os preceitos médicos, e com isso lograr êxito.

Então, aqui nesse parágrafo único nós chegamos a grandes riscos quando dizemos que programa de computador é a "expressão", vamos garantir no Direito Autoral uma coisa altamente discutível que é a "expressão". E garanto que isso num tribunal dará lugar a tantas e tantas teses que essas questões serão intermináveis e de julgamento absolutamente imprevisível. Porque esse Direito que aqui se funda no parágrafo único não tem solidez, nem tem lógica e nem significa coisa nenhuma. Isso pode significar muito, no campo técnico, mas no campo jurídico quando faz isso aqui, está escrito, como não está escrito é absolutamente o nada, pela impossibilidade de aplicação no Direito. Sei perfeitamente que há até um linguajar técnico neste País. Há palavras que não existem, que foram criadas. Há expressões que não existem, que foram criadas para atender uma pressa técnica, a uma influência estrangeira etc. e outras coisas tantas. Eu concordo que tecnicamente isso esteja bem. Mas peço a Deus que um dia nós consigamos expressar esse mesmo acerto técnico corretamente dentro do Direito.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Tecnicamente o aparte é breve.

O SR. NELSON WEDEKIN — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o drama do Relator desse projeto é que ele não tem os conhecimentos jurídicos do Senador Cid Sabóia de Carvalho nem os conhecimentos técnicos do Senador Virgílio Távora. De qualquer modo, podemos ir em frente... apenas queria dizer — e tinha assumido o compromisso de ser breve e estou sendo impedido de ser breve — o que já foi dito aqui: esse projeto não é um projeto perfeito, é um projeto que contém imperfeições, mas é o resultado de um amplo entendimento onde todos ganharam e onde todos perderam. Ele é o resultado de negociações que foram até o limite possível de cada um dos setores que estiveram envolvidos nessa discussão.

Creio que esta Casa inaugurou, se não inaugurou, pelo menos exercitou uma nova prática. A prática da discussão, do debate, da ampla audiência, e se alguma coisa melhorou neste projeto, se alguma coisa foi aperfeiçoada, foi, sem dúvida nenhuma, o resultado dessas negociações, desse espírito aberto que tivemos, que teve o Senador Fernando Henrique Cardoso, quando me orientou

para que relatasse este projeto. Daqui para frente, sobretudo depois da Constituinte, em muitas ocasiões vamos ter que repetir essa prática, melhorá-la, aperfeiçoá-la a prática da audiência dentro da Casa, a prática da audiência de setores da sociedade civil, como fizemos exaustivamente ao longo destes vinte dias.

Insisto apenas naquilo que disse na minha primeira intervenção, na sessão de ontem, de que este trabalho é obra de todos aqueles que dele participaram. O Relator Nelson Wedekin pouco participou, senão como uma espécie de coordenador, que teve a paciência de ouvir e teve o cuidado de procurar atender, na medida do possível, nos limites em que este projeto nos impunha, ouvir a todos os setores interessados.

Não posso, nesta ocasião, deixar de fazer referências à clareza e à objetividade das intervenções do Senador Carlos Chiarelli. Não posso deixar de fazer referência ao trabalho excepcional feito pelo Relator João Menezes, na Comissão de Constituição e Justiça, porque essa prática da audiência S. Exª inaugurou lá na Comissão de Constituição e Justiça sem ter necessidade para isso. Na verdade, o Senador João Menezes poderia, burocraticamente, ter-se restrito à análise do projeto do ponto de vista da constitucionalidade, da técnica legislativa, mas foi mais longe e o fez com muita propriedade e com muita competência. Não devo deixar, também, de fazer referência ao nobre Senador Roberto Campos, com as diferenças — diferenças que eu, pessoalmente, tenho com S. Exª — que já declarei, sob o ponto de vista político e ideológico, as diferenças de concepções que temos em relação à economia, em relação à concepção de vida e até de mundo, mas, o fato é que o Sr. Senador Roberto Campos merece esta nossa afirmação, neste momento, pela sua combatividade. S. Exª tem a sua visão sobre este projeto, sobre a Lei da Informática, e, no seu esforço, no seu empenho, tenho certeza de que há muito do pensamento do Sr. Senador Roberto Campos neste projeto que vamos votar neste momento. Vejo que o Senador Edison Lobão faz uma referência e não há nenhuma dúvida de que algumas das emendas que S. Exª apresentou — não ontem, mas anteriormente — foram devidamente contempladas no meu substitutivo. Faço, também, referência, que não pode deixar de ser feita, ao nobre Senador Virgílio Távora, com a sua serenidade, com a sua clareza de pensamento, com o seu patriotismo e com um imenso espírito de colaboração. Tenho, também, claro para mim, de que há muito da mão, há muito da concepção, do pensamento e do talento desse homem que tem o respeito de todos os Pares desta Casa e do próprio Congresso Nacional.

Finalmente, a referência que devo fazer é à vitalidade das instituições ligadas à Informática, como a ASSESPRO, como a SUCESU, como o MBI, como a ABIS e como a DPI, que mostram a vitalidade da sociedade civil.

Não fizemos este substitutivo que vamos votar, neste momento, apenas dentro desta Casa. De fora, destas instituições da sociedade civil, também, com posições muito claras, com imenso espírito de contribuição, houve uma participação e deram uma contribuição enorme a este substitutivo que votaremos em seguida.

E para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer uma referência especial à Secretaria de Informática e ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Ao longo dos anos, depois da Lei de Informática, sempre ouvi dizer nos artigos de imprensa que os técnicos da SEL, os técnicos do MCT, são pessoas herméticas, são pessoas fechadas, são pessoas autoritárias. A minha experiência — deve esta referência ser feita aqui — com estes técnicos me dá uma impressão inteiramente diferente. São pessoas tolerantes, capazes de compreender todo o jogo político e até mesmo o jogo de interesses, que há atrás de um projeto como este. Deram-me esta impressão de terem um espírito aberto, democrático e de se comportarem com muito patriotismo. Também, eles, à feição do Senador Roberto Campos, são combativos na defesa das suas idéias. O fato é que este registro precisa ser feito.

A SEL, o Ministério, os técnicos do Ministério da Ciência e Tecnologia, não são, para mim, aquilo que sempre me passaram, de muito rigor, com muita força, de um autoritarismo que não têm, de uma intolerância que não demonstraram ou pelo menos durante estas negociações.

Era isto que tinha a declarar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com os meus agradecimentos por todas as palavras generosas que foram dirigidas a mim e que, na verdade, não devem ser dirigidas ao Relator, devem ser dirigidas ao conjunto de todos estes setores, de todas estas pessoas que se envolveram em uma discussão profunda, numa discussão séria e que permitiu, no mínimo, um razoável aperfeiçoamento do projeto que veio da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Continua em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto voltará à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31 de 1987-DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas ao Gabinete do Governador, Procuradoria Geral e Secretaria de Comunicação Social, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 25, de 1987, da Comissão

— **Do Distrito Federal.**

Em discussão o projeto, na parte mencionada, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987-DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas às Secretarias do Governo e da Administração, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 26, de 1987, da Comissão

— **Do Distrito Federal.**

Em discussão o projeto, na parte mencionada, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987-DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas à Secretaria de Finanças e Reserva de Contingências, tendo

PARECER, sob nº 27, de 1987, da Comissão

— **Do Distrito Federal**, favorável às partes mencionadas, e contrário às emendas apresentadas, com voto vencido, quanto às emendas, do Senador Mauro Borges, Relator.

Em discussão o projeto, na parte mencionada, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987-DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas às Secretarias de Educação, Cultura, de Saúde e de Serviços Sociais, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 28, de 1987, da Comissão

— **Do Distrito Federal.**

Em discussão o projeto, na parte mencionada, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987-DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas às Secretarias de Viação e Obras e de Serviços Públicos, tendo

PARECER, sob nº 29, de 1987, da Comissão

— **Do Distrito Federal**, favorável, com emendas que apresenta.

Em discussão o projeto, na parte mencionada, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987-DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas às Secretarias da Indústria Comércio e Turismo, de Trabalho e de Agricultura e Produção, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 30, de 1987, da Comissão

— **Do Distrito Federal.**

Em discussão o projeto, na parte mencionada, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987-DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, na parte relativa à Secretaria de Segurança Pública, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 31, de 1987, da Comissão

— **Do Distrito Federal.**

Passa-se à discussão do projeto, na parte mencionada, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 9:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987-DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e receita e texto da lei, tendo

PARECER, sob nº 32, de 1987, da Comissão

— **Do Distrito Federal**, favorável, com emendas que apresenta.

Passa-se à discussão do projeto, na parte mencionada, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Encerrada a Ordem do Dia, volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Ocupo esta tribuna apenas para dizer da apreensão do povo do Ceará ante a informação que vem circulando de que o lixo atômico seria levado a zona jaguaribana do nosso Estado. Co-

mo o Ceará já é uma terra muito infeliz, pelos problemas de climas e, conseqüentemente, problemas econômicos, de âmbito social, seria absurdo que desse esse Estado, com tanta infelicidade, correr o risco ainda de abrigar o lixo atômico e, pior ainda, em uma das zonas mais problemáticas, onde o povo é mais miserável e mais faminto, que é a zona jaguaribana. Deixamos, aqui, o protesto do Ceará ante essa possibilidade.

Sabemos o que aconteceu em Goiânia, do protesto do povo de Goiás, sabemos do que ocorreu no Rio de Janeiro, do que ocorreu no Pará, sabemos que até os índios se mobilizaram para protestar ante o fato de a região que habitam ser utilizada para depósito de lixo atômico. Este assunto, no entanto, é difícil, e nem podemos imaginar o que deve o País fazer dos seus restos atômicos, das matérias imprestáveis, que são conseqüências da miserável evolução da Técnica e da Ciência.

O fato é que o Ceará, por tudo que já tem de ruim, por tudo que já tem de miserável, por todo o progresso que não ocorreu, pelo fato de o Imperador Pedro II não ter empenhado o brilhante de sua coroa, por tudo que o Ceará já passou, já teve de ruim e deixou de ter de bom, eu acho que não se justifica de modo nenhum que o lixo atômico vá para um Estado como o nosso.

Fica, portanto, desta tribuna, o protesto do meu povo, o protesto da minha gente e, acima de tudo, o protesto formal do Estado do Ceará ante essa possibilidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PMDB — Pl. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A publicação **DF-Repórter**, que já goza de grande conceito, em sua edição de 16 do corrente, segunda-feira, traz uma notícia que reputo importante, relacionada ao Nordeste.

Sr. Presidente passo a ler a nota:

"SAÚDE DO NORDESTE"

"O Nordeste brasileiro terá Cz\$ 31,5 bilhões para investir na melhoria de sua rede pública de saúde. O valor ficou acertado durante reunião entre o Ministro da Saúde, Borges da Silva, técnicos do Banco Mundial — BIRD — e da KFW — instituição de crédito alemã — que estão no Brasil há três semanas avaliando as propostas dos Estados para a implantação do Projeto Nordeste II, que beneficiará os Estados do Ceará, Paraíba, Maranhão e Alagoas. Segundo técnicos do Ministério da Saúde, a missão do BIRD, chefiada por Bruce Carlson, responsável pelo Projeto Nordeste junto ao banco, percorreu todos os Estados envolvidos na proposta de melhoria das ações básicas de saúde na área rural. O resultado dessa visita foi apresentado na reunião com o Ministro Borges da Silva, em que o BIRD se comprometeu a conceder um financiamento de US\$ 225 milhões, ou seja, Cz\$ 13,5 bilhões, para o projeto. A KFW, conforme garantiu sua representante junto ao Brasil, Paraguai e Uruguai, Brigitte Biessin-

ger, emprestará ao projeto US\$ 20 milhões (Cz\$ 1,2 bilhão). O restante do custo total em que está orçada a proposta será garantido pelo Governo brasileiro."

Sr. Presidente, como V. Ex.ª vê, "Saúde do Nordeste" é o título, mas, na realidade, esse programa vai beneficiar a um reduzido número de Estados nordestinos, ou seja, Ceará, Paraíba, Maranhão e Alagoas. Congratulo-me com esse programa e espero que seja favorável às populações daqueles Estados. Mas, não quero crer que o Governo do meu Estado tenha sido omissivo; acredito mesmo que ele tenha tomado as providências devidas. Lamento profundamente que o meu Estado, o Piauí, considerado um dos mais subdesenvolvidos do País, apresentando no Nordeste um dos índices mais negativos, lamentavelmente, não tenha sido incluído entre esses raros Estados nordestinos contemplados.

Aqui fica o meu protesto diante dessa discriminação. É o meu protesto junto ao Governo Federal, ao Senhor Presidente da República, ao Ministro da Saúde e às outras autoridades que não tiveram a necessária sensibilidade para incluir o Estado do Piauí entre os beneficiados e, conseqüentemente, não tiveram interesse em resolver os problemas de saúde do meu Estado.

A população piauiense é profundamente carente, Sr. Presidente. Basta dizer que quando governei o Piauí — assumi o poder em 1959, eleito pelas oposições — tive oportunidade de inaugurar o primeiro hospital de toda a região sul do Piauí, em São Raimundo do Nonato, e a primeira unidade mista de saúde, no Município de Jaicós, na região central.

Vejo com muita tristeza esse descaso e deixo aqui o meu protesto. Não é por acaso que o Maranhão está incluído, Sr. Presidente, e, além dele, o Ceará. Excluíram o meu Estado e contemplaram outras duas Unidades da Federação.

Espero que o Sr. Ministro da Saúde e o Palácio do Planalto sejam mais sensíveis a uma política de justiça social, levando saúde às regiões mais carentes do Nordeste e não àqueles Estados com grande patrocínio na área pública.

Espero, ainda, que o Governo tome as necessárias providências para levar assistência sanitária também às populações piauienses.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES (PDC — GO. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O abuso do poder econômico manifesta-se de variadas formas, em todos os setores de atividade, inclusive na política e no processo eleitoral, onde infirma a legitimidade da representação popular. Igualmente pernicioso é sua incidência no mercado econômico, onde monopólios, oligopólios, trusts e cartéis, responsáveis por práticas desleais de concorrência, asfixiam produtores, comerciantes e consumidores, acelerando o processo inflacionário.

Por isso condena-se o abuso do poder econômico em todos os países civilizados, e os legisladores procuram coibi-lo mediante leis específicas,

quase sempre amparadas em preceito constitucional.

Escusado será dizer que o nosso País tem sido vítima dessas práticas delituosas de longa data. As primeiras e isoladas tentativas de soerguimento da indústria nacional foram rechaçadas inapelavelmente. Para citar apenas um exemplo, lembramos a destruição das máquinas de Delmiro Gouveia, no início do século, adquiridas por representantes da Machine Cotton, após o seu assassinato, e atiradas nos penhascos de Paulo Afonso, no rio São Francisco.

Hoje, certamente, recorre-se a métodos mais civilizados, que todos conhecemos, mas que alcançam sempre o mesmo objetivo: a eliminação da concorrência, o domínio dos mercados e o aumento arbitrário dos lucros.

Ora, o fato que acabamos de mencionar foi presenciado por Agamenon Magalhães, quando ainda jovem, segundo declaração de seu filho, Paulo Germano Magalhães, em entrevista ao periódico "Direito Econômico", edição de janeiro/março de 1986, e o marcou profundamente.

Assim é que, em 1945, quando Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães apresentou a Getúlio Vargas um projeto de lei antitruste, que se transformou no Decreto-Lei nº 7.666, editado em junho do mesmo ano. Esse decreto, porém, que provocou imensa reação dos meios empresariais, foi revogado pelo Presidente José Linhares, poucos meses depois, após a queda de Getúlio Vargas.

Mas Agamenon não esmoreceu em sua luta contra os abusos do poder econômico e, na Constituição de 1946, encarregado da elaboração do Capítulo da Ordem Econômica e Social, inseriu nele o dispositivo (art. 148) que remetia à lei a repressão a "toda e qualquer forma de abuso do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual for a sua natureza, que tenham por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e acumular arbitrariamente os lucros". Esse preceito foi mantido, posteriormente, com redação semelhante, na Constituição de 1967 e na Emenda Constitucional nº 1, de 1969. O Substitutivo II trata da matéria no art. 191, §§ 3º e 4º.

Estabelecida a base constitucional, Agamenon Magalhães apresentou, a 15 de abril de 1948, o projeto que propunha a criação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com a incumbência de reprimir as múltiplas formas de abuso do poder econômico. No entanto, longo tempo decorreu até que o sonho desse ilustre brasileiro se tornasse realidade.

Somente a 10 de setembro de 1962 foi sancionada a Lei nº 4.137, que "regula a repressão ao abuso do poder econômico". A mesma lei criou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), hoje vinculado ao Ministério da Justiça, com a incumbência de apurar e reprimir essas atividades ilícitas, e fixou a competência do órgão para bem executar as suas atribuições.

O CADE funciona hoje como um tribunal competente para julgar os ilícitos praticados pelo poder econômico, e seus membros têm, praticamente, atribuições de magistrados. Para cumprir sua missão, esse Conselho realiza inicialmente por intermédio de profissionais especializados, pesquisas econômicas e fiscaliza a contabilidade das empresas. As investigações podem ser reali-

zadas **ex-offício**, ou mediante representação de Governador de Estado, Assembleia Legislativa, Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores ou de qualquer órgão da administração pública federal, estadual, municipal, autárquica ou de economia mista. Essa representação pode ser interposta também por pessoa física ou jurídica.

Após proceder às investigações preliminares, que são sigilosas, o CADE instaura o processo administrativo sempre que se justificar tal medida. Lembramos apenas que a representação proveniente de Comissão Parlamentar de Inquérito realizada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal dispensa a fase inicial de investigação, porquanto já efetuada numa daquelas Casas, dando origem, de imediato, à instauração do processo administrativo.

Instaurado esse processo uma das primeiras providências do relator é notificar os indiciados. Assim prescreve o art. 33 da Lei 4.137/62:

"Art. 33. A notificação conterá:

- a) inteiro teor da representação e da deliberação que determinou a instauração do processo administrativo;
- b) indicação do dia, hora e local em que terá início a prova e poderá ser apresentada a defesa."

E a lei prevê, pormenorizadamente, todas as fases do processo administrativo e do judicial. Estabelece inclusive que, "apurada pelo CADE a cessação do abuso do poder econômico, os responsáveis assinarão um termo comprometendo-se a não reincidir, sob pena de nova multa..." (art. 46). Em caso de reincidência específica, agravava-se a multa e procede-se à intervenção na empresa.

Sabemos, porém, que não é fácil reprimir os abusos do poder econômico, dada a dificuldade de coletar as provas necessárias para incriminar essa prática.

E a própria política de governo dificulta a identificação desses abusos, porque impõe o controle dos preços às vezes em condições inaceitáveis, dado o ritmo inflacionário. Mais racional seria adotar uma política realista de preços, evitando a reserva de mercado e assegurando a concorrência para sanear o mercado.

De modo geral, as empresas condenadas por abuso do poder econômico têm conseguido livrar-se das penalidades impostas pelo CADE. Anulam-se, na maioria das vezes, as punições que lhes são impostas.

Entretanto, a atuação do CADE é válida e necessária, sobretudo porque exerce uma ação preventiva, à medida que investiga o comportamento dos grupos econômicos, instaura processo administrativo, comina penas ou intervém nesses grupos para assegurar a execução de suas decisões.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podemos prescindir do concurso da livre empresa, mas tampouco podemos permitir que os interesses de grupos econômicos se sobreponham ao bem-estar da coletividade. Daí a necessidade de tabelamento de preços, de controle do abastecimento, de intervenção em setores de produção e de repressão ao abuso do poder econômico. É imprescindível que o Estado disponha de mecanismos de controle na área econômica e que os use no

momento certo para resguardar os interesses sociais.

A Lei nº 4.137, de 1962, oferece-nos um desses mecanismos mais eficientes, que nos cabe preservar.

Por isso causou-nos profunda estranheza o Projeto de Lei nº 182, de 1987, encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 202, de 1987, que dá nova redação ao art. 33 da mencionada lei, já citada, que passaria a vigorar nesses termos:

"Art. 33. A notificação conterá:

- a) inteiro teor da representação e da deliberação que determinou a instauração do processo administrativo;
- b) indicação do dia, hora e local em que terá início a prova e poderá ser apresentada a defesa, ou oferecido o compromisso de cessação da prática que motivou a instauração do processo.

§ 1º A aceitação final do compromisso de cessação dará lugar à suspensão do processo e à adoção de medidas administrativas destinadas a fiscalizar-lhes o cumprimento.

§ 2º Verificada a cessação da prática e decorrido o prazo que o CADE fixar, o processo será arquivado por decisão do Plenário, ouvida a Procuradoria.

§ 3º O compromisso de cessação de prática imputada à empresa, proposto em qualquer fase de sindicância ou das averiguações preliminares, deverá ser submetido à decisão do Plenário do CADE.

Alega o Sr. Ministro da Justiça, em sua exposição de motivos, que se cuida de "disciplinar o procedimento administrativo aplicável ao compromisso de cessação do abuso do poder econômico, dando-se oportunidade ao eventual infrator de antecipar-se à sanção administrativa, com evidente economia processual...". Afirma, ainda, S. Exª, que sua proposição "encontra antecedentes na prática norte-americana e de países integrantes do Mercado Comum Europeu, além de outros...".

Ora, não nos parecem convincentes os argumentos do Ministro Paulo Brossard, porquanto o projeto de lei em apreço absolutamente não aperfeiçoa a Lei nº 4.137, de 1962, que pretende modificar, mas abre uma válvula nos seus mecanismos de controle, absolvendo por antecipação qualquer truste ou cartel que, gerosamente, firme compromisso de que cessará a prática abusiva que motivou a instauração do inquérito. Nem sequer se impõe um limite para aceitação desse compromisso, como, por exemplo, um dispositivo que prescrevesse:

"O descumprimento do compromisso acarretará a reativação do processo, enquanto não prescrita a punibilidade."

Trata-se, realmente, de uma proposta original, mas que não encontra amparo na nossa tradição jurídica. Parece-nos, inclusive, que ela estimula o descumprimento da lei e a impunidade, porquanto oferece o perdão àqueles que a infringirem, desde que se comprometam a abster-se de fazê-lo futuramente.

Se modificações precisam ser feitas na nossa Lei Antitruste, que sejam para aprimorá-la, não

para anulá-la ou enfraquecê-la. E o órgão encarregado de executá-la deve merecer inteiro apoio governamental, o que evidentemente, não tem ocorrido.

Em entrevista ao periódico **Direito Econômico**, edição de janeiro-março de 1986, Paulo Germano Magalhães sugere o seguinte:

"Para que se alcance um grau razoável de eficácia relativamente ao poder de polícia do CADE, seria preciso seguir mais de perto o exemplo americano. Lá, os poderes de repressão administrativa da Federal Trade Commission estão vinculados aos poderes de investigação da Divisão Antitruste do Departamento de Justiça (equivalente ao nosso Ministério Público), que conta com a colaboração do FBI — entre nós contaria com o apoio da Polícia Federal. Só se existisse crime ou dolo é que a Justiça comum seria acionada."

Reconhecemos os relevantes serviços prestados ao País pelo CADE ao executar suas atribuições de repressão ao poder econômico, mas reconhecemos também as dificuldades com que se depara o órgão para realizar as investigações e colidir as provas necessárias à instauração dos processos administrativos. Precisamos, pois, prestigiar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica e tomar providências para reativá-lo e fortalecê-lo, para que possa exercer suas atividades em toda a plenitude, sem embaraços, em defesa dos legítimos interesses da Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tive grande prazer em inaugurar os trabalhos do Seminário "Mulher, Política e Poder Contemporâneo" organizado pela ação liberal feminina — ALFA — e Instituto Tancredo Neves, ativos órgãos do PFL, no qual se procura examinar o que constitui a realidade da participação feminina nos diversos foros políticos nacionais e mundiais e também, naquilo que dela se pode esperar.

Como sabemos todos, a participação da mulher na política, não é algo recente. Desde priscas eras a mulher se fez presente nas lutas pelo poder, quer em papéis de destaque como soberanas ou líderes políticas, quer como "eminências pardas", tecendo desde as sombras às tramas do enfrentamento político.

A preocupação no seminário em referência será no entanto, a de examinar o período em que tal participação deixa de ser algo incidental para tornar-se regular, como fruto do pensamento liberal, que vem avançando progressivamente desde o Século XIX e para o qual o binômio "Liberdade — Igualdade" não pode ser dissociado.

Não seria demais lembrar que a conquista do voto pela mulher não foi fenômeno isolado, onde quer que tenha ocorrido. Esteve sempre associada aos movimentos de cunho liberal que se batiam contra o privilégio por razões de sangue, de posses ou de títulos, e propugnavam pelo su-

frágio universal. Foi uma luta árdua e só conseguiu vitória plena em nosso século com a derrota do voto censitário e de outras exigências que cerceavam o direito do cidadão comum de participar livremente da atividade política.

Recordemos aqui, que, na Inglaterra, o sufrágio feminino é pregado pelo Movimento Cartista, já em 1838, e passa a ser metodicamente defendido a partir de 1865, quando John Stuart Mill é eleito para o Parlamento britânico, ao que se segue a fundação das sociedades de "Sufragettes". Estas, sob a liderança de Emmeline Goulder Pankhurst, passam a dar um notável exemplo de ativismo político e de determinação, alcançando sua primeira vitória parcial, com a obtenção do voto feminino restrito em 1917 e o sucesso total, com a conquista do voto feminino geral em 1928.

Recordemos, também, que nos Estados Unidos da América, foram organizados em 1848 e 1850 convenções de sufragistas. O movimento, contudo, só iria ganhar mais ímpeto após a campanha pró-abolição e a guerra civil. As mulheres, que se haviam engajado no primeiro e, de uma forma ou de outra se haviam visto envolvidas pela segunda, não puderam deixar de perceber que, tal como no caso do ex-escravo, a obtenção do voto feminino não constituía uma concessão, mas mera questão de justiça.

Vale notar, curioso, que embora deflagrado na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, o movimento pró-sufrágio feminino não obteve sua primeira vitória em um ou no outro país, mas sim na Nova Zelândia, em 1893, e depois na Austrália, em 1902, na Finlândia, em 1906 e na Noruega, em 1913. Nos Estados Unidos da América, o voto feminino em todos os Estados da União só seria conquistado em 1920, da Emenda Constitucional nº 19.

Como sabemos, entre 1914 e 1945 outros trinta e três países adotaram o sufrágio feminino e após a Segunda Guerra Mundial mais de noventa países reconheceriam a suas cidadãs o direito de votar. Em 1952 a ONU, através da convenção sobre os direitos políticos da mulher, determinou a todos seus Estados-membros que se absteriam de qualquer discriminação no tocante a sufrágio por razões de sexo.

No Brasil, embora Martim Francisco Ribeiro de Andrada já o houvesse defendido em 1875, e, na Constituinte de 1890/1891, ele houvesse sido aprovado na primeira discussão e depois rejeitado, o voto feminino só veio efetivamente com o Código Eleitoral de 1933.

Tal fato não deixa de ser digno de admiração, quando nos recordamos, que, entre 1928 e 1938, além do Brasil, somente 10 outros países do mundo reconheceram o direito de votar às suas mulheres, somando-se aos 17 que já então o praticavam. Estava, pois, nosso País, em uma posição de vanguarda no tocante ao sufrágio feminino.

Lembre-se, por justo, nessa vitória do pensamento liberal, o nome de Berta Lutz, que desde 1922, com a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, buscava integrar a mulher na vida política da Nação. Que ela se houvesse ali com o mesmo brilho que suas companheiras demonstravam em outros setores da vida nacional. Anita Malfatti e Tarsila Amaral na pintura, Cecília Meirelles na poesia, Chiquinha Gonzaga e Guiomar Novaes na música e mais uma plêiade

de outros nomes que deixaram sua marca para sempre no patrimônio cultural do Brasil.

A mulher brasileira, que sempre participara de movimentos cívicos, pegando, mesmo, em armas quando tal se fez necessário, era agora convidada ou, diríamos melhor, compelida a participar também na tomada de decisão em todos os níveis do poder.

Mas ela, que tão cedo conquistara o direito de votar e ser votada, em relação a milhões de outras suas companheiras pelo mundo afora, relutou sempre em participar da atividade política.

Não estou esquecendo, em absoluto, a contribuição de tantas parlamentares e administradoras, que se dedicam com empenho e competência aos labores da política.

Mas tenho de falar em termos de números. Ainda são poucas proporcionalmente as mulheres que se dedicam efetivamente à política em nosso País.

É importante que seu número aumente para que as idéias liberais possam ser efetivamente postas em marcha. E que a mulher saiba como pode participar de forma plena na esfera política, através da vivência partidária, essencial para a cristalização de seus interesses e demandas específicas, seja no âmbito dos anseios da unidade familiar, que ela tão bem conhece, seja como defensora do segmento consumidor, que tão bem representa, ou ainda com respeito a quaisquer outros problemas de nossa sociedade onde sua proverbial intuição possa ajudar a lançar luz.

Por esta razão é que congratulo-me com os promotores do seminário "Mulher — Política e Poder no mundo Contemporâneo", a Dr^a Arabella Chiarelli, com a deputada Eunice Michiles e com a professora Magda Gadelha, da ação liberal feminina, com o deputado Lúcio Alcântara, presidente do Instituto Tancredo Neves, e com a Fundação Friedrich Naumann, por mais essa iniciativa, que muito contribuirá, estou certo, para que a mulher brasileira tenha o papel que lhe cabe no âmbito das tomadas de decisão no cenário político de nosso País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, atendendo a requerimento de informações de um eminente Senador, o Governador do Distrito Federal, Dr. José Aparecido de Oliveira enviou a esta Casa, através do Gabinete Civil da Presidência da República, todas as informações solicitadas acerca de suas viagens internas e externas, na condição de governador.

Examinando a documentação que, por cópia, também me foi encaminhada, cheguei pessoalmente à conclusão que nada de estranhável há em tais viagens que, inclusive, praticamente não oneraram os cofres públicos.

Em se tratando de uma questão que provocou algum debate no plenário do Senado Federal, peço a transcrição, nos Anais da Casa, de toda a documentação referida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

OF. Nº 1636/87-GAG

Brasília, 22 de outubro de 1987

À Sua Excelência o Senhor Doutor Ronaldo Costa Couto DD, Ministro de Estado Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República Nesta

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência as informações solicitadas em Requerimento nº 84, de 1987, do Senhor Senador Maurício Corrêa, aprovado pelo Senado Federal.

Em anexo, apresento uma relação das viagens por mim efetuadas, dentro e fora do País, até o dia 8 do corrente mês, quando se concluiu o levantamento. Por aí se verifica que em 1985, fiz 23 viagens internas e uma externa; em 1986, 21 internas e uma externa; em 1987, 25 internas e duas externas. Em total, 73 viagens (Doc. nº 1).

Em relação à parte, sobre as quatro viagens ao Exterior, especifico os objetivos de cada uma delas e indico os nomes de meus acompanhantes (Doc. nº 2).

Em seu requerimento, o Senador Maurício Corrêa reconhece que os governadores do Distrito Federal estão, como o atual, "livres da exigência relativa à autorização para as viagens ao Exterior". Ao mesmo tempo, acentuando a competência do Senado para exercer fiscalização financeira e orçamentária sobre o governo da Capital do País, quer saber "qual o custo de cada viagem".

Aproveito a oportunidade para mostrar a lisura e o escrupulo de minha administração. Começo por informar que, mesmo em viagens oficiais, recebo do Governo apenas as diárias. As passagens, como colaboração do GDF, são concedidas pela Varig; só em trechos em que a empresa não tem linha, deixo ao Erário o pagamento. Nunca recebi adiantamentos, nem apresentei comprovantes de gastos para ressarcimento pelos cofres públicos. As despesas de minha mulher, quando me acompanha em viagens, são pagas de meu bolso (Doc. nº 3). E a viagem em caráter particular que fiz aos Estados Unidos, em fevereiro de 1986, para tratamento de saúde, foi custeada por mim.

Nem sempre o Governador está em condições de atender pessoalmente aos compromissos no Exterior. Ainda agora, o Secretário do Governo, Dr. José Carlos Mello, teve de ir a Ottawa para me representar na Conferência das Capitais do Mundo, de 20 a 23 do corrente, na qual eu deveria proferir uma palestra, num intercâmbio de experiência sobre os problemas que afligem os grandes centros urbanos. O prefeito da capital canadense, James A. Durrell, já havia colocado meu nome, em documentos impressos, como um dos conferencistas, mas a necessidade de participar da reunião dos governadores no Rio, dia 17 último, impediu-me de comparecer a esse encontro (Doc. nº 4). Dele participam chefes de governo de cidades capitais de todos os continentes.

De 11 a 13 de novembro próximo, devo tomar parte na 3ª Assembléia Plenária da União de Cidades Capitais Ibero-Americanas, a realizar-se em Buenos Aires. Brasília é filiada a essa entidade, e recebeu convocação tanto de seu presidente, que é o alcaide de Madri, Juan Barranco, quanto do Intendente Municipal de Buenos Aires, Dr. Fe-

cundo Suárez Lastra, que oferece hospedagem ao Governador, sua esposa e um acompanhante (Doc. nº 5).

Minha presença é igualmente reclamada em Paris, na primeira quinzena de dezembro, quando ali se reunirá o Comitê do Patrimônio Mundial, que vai decidir sobre a inclusão de Brasília entre os bens culturais de humanidade; em Macau, dias 18 e 19 de janeiro de 1988, na reunião plenária da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas-UCCLA e, a seguir, em Madri, de 27 a 29 de janeiro, na reunião do Conselho de Administração de METROPOLIS (Doc. nº 6).

Também para esses deslocamentos a Varig contribui com o fornecimento de passagens a título de colaboração, inclusive para o trecho Brasília-Tóquio-Brasília. O Erário do GDF terá que cobrir apenas o trecho Tóquio-Hong Kong-Macau—Tóquio.

Esclareço ainda que o valor da diária, 222 dólares, é o mesmo que vigorava antes de meu Governo, pois não quis reajustá-la, apesar da desvalorização da moeda norte-americana no exterior. No geral sou hospedado por amigos, como na última viagem — em Roma, na residência do embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa; em New York, em casa do embaixador João Paulo do Rio Branco, e em Washington, na residência do diretor brasileiro do Banco Mundial, economista Pedro Malan. Em outras cidades, como Moscou e Madri, fui hóspede oficial. Cumpre-me acrescentar que, nos trechos sem passagem de cortesia, não viajo em primeira classe.

Antigo parlamentar, como sabe V. Exª, tenho mantido o Senado ao corrente de minhas viagens e da minha administração, desde o seu início. Tomei a iniciativa, logo ao completar três meses no GDF, de apresentar à Comissão incumbida dos assuntos desta unidade federativa, então sob a presidência do Senador Mauro Borges, relatório circunstanciado. Ao fim de um ano, em maio de 1986, fiz ampla prestação de contas perante aquele órgão, em reunião presidida pelo atual Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena. Da mesma forma, remeti aos membros do Senado o I Plano Trienal do GDF e os Anais do Simpósio sobre Brasília, de outubro de 1986, coordenado pelo professor José Carlos de Figueiredo Ferraz, assim como o último trabalho do professor Lúcio Costa, "Brasília Revisitada", sobre a complementação, preservação, adensamento e expansão da Capital (Docs. nºs 7, 8, 9, 10 e 11).

Quanto à viagem objeto do requerimento do Senador Maurício Corrêa, ainda no dia 29 de abril deste ano, na véspera dessa visita de trabalho a cinco países da Europa e da América do Norte, dirigi ao Presidente do Senado e ao Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Meira Filho, ofício indicando, minuciosamente, o roteiro da viagem, endereço e número de telefone em cada capital e as missões a cumprir (Doc. nº 12).

Os dois principais jornais desta Capital publicaram na íntegra o texto desses ofícios (Doc. nº 13).

Sede do Três Poderes e das representações diplomáticas estrangeiras, Brasília tem um relacionamento internacional que não se exige das outras Capitais. O próprio fundador, presidente Juscelino Kubitschek, declarou como concebia Brasília: "não uma cidade qualquer, pobre e pro-

vinciana, mas a expressão da grandeza e do progresso do Brasil".

Na atualidade, as grandes cidades se unem em associações e seus governantes se reúnem com frequência debatendo soluções para os problemas das megalópoles. Brasília, com a Nova República, já está participando das organizações seguintes: União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas-UCCLA, da qual sou vice-presidente; União das Cidades Capitais Ibero-Americanas-UCCI, Associação Mundial das Grandes Metrópoles-METROPOLIS.

Por outro lado, é permanente o intercâmbio com Roma, cuja data de fundação é a mesma de Brasília — 21 de abril. A municipalidade romana criou o Prêmio "Roma-Brasília, Cidade da Paz" conferido anualmente a uma personalidade latino-americana. Os três primeiros agraciados foram o urbanista Lúcio Costa, o arquiteto Oscar Niemeyer e Dom Helder Câmara, conforme consta do livro "Brasília, uma Sinfonia", pág. 217 (Doc. nº 14).

Esses laços externos exigem, às vezes, a presença do Governador. No México, de 17 a 21 de maio deste ano, coube-me presidir o grupo de trabalho referente a problemas habitacionais; em entendimentos com instituições internacionais, estive em Washington com Diretores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e com o Presidente do Banco Mundial, Barber Conable. Em Roma, na companhia do Embaixador Medici, mantive encontro com os diretores do Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (Doc. nº 15) e em Paris, acompanhado do Embaixador Josué Montello, fui gestor na Unesco, como venho fazendo desde fins de 1985, a inclusão de Brasília, como bem cultural contemporâneo, na lista do patrimônio mundial (Doc. nº 16).

Como se sabe, Brasília não pode cuidar somente dos assuntos internos e cotidianos, como se fosse um pequeno burgo do interior.

A Capital da Esperança, na qualificação de Malraux, a mais bela e moderna Capital do mundo, é uma referência internacional. Com apenas 27 anos, tem uma população de quase dois milhões de habitantes, enfrentando problemas idênticos aos que afligem Paris, com 2.000 anos, ou Roma, com 27 séculos. E Brasília está destinada a ser a sede da latindade no terceiro milênio, como Roma foi na Antiguidade. O intercâmbio de experiências com outras metrópoles, por isso mesmo, é necessidade imperiosa do nosso tempo, envolvendo o prolongamento das relações diplomáticas.

A melhor prova disso está na missão recebida do Presidente José Sarney, que me fez portador de mensagens, também subscritas pelo chanceler Abreu Sodré, ao Presidente François Mitterrand (Doc. nº 17), com quem conversei durante 35 minutos no Palácio do Eliseu, e ao líder soviético Mikhail Gorbachev, que entreguei ao Presidente do Conselho da União das Nacionalidades, Lev Tokunov, ao ser recebido no Soviet Supremo, em companhia do Embaixador do Brasil na URSS, Ronaldo Sardemberg (Doc. nº 18).

A revista **A União Soviética em Foco**, edição em português, nº 57, de setembro deste ano, registra minha viagem àquele país. Depois de citar previsões da ONU que por volta do ano 2000 a população urbana mundial vai ultrapassar a rural, informa: "A solução dos problemas enfren-

tados por duas capitais, a brasileira e a soviética, foi o tema do encontro realizado quando da visita feita à URSS, em maio deste ano, por uma delegação brasileira chefiada pelo Governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, a convite do Soviète de Moscou (Mossoviet)".

E adiante diz que os diversos aspectos das relações soviético-brasileiras foram analisados no encontro "no Krêmlin entre José Aparecido e o presidente do Soviète da União do Soviète Supremo da URSS (Parlamento), Lev Tokunov. Foram discutidos também alguns problemas internacionais" (Doc. nº 19).

No México, levando saudação especial do Presidente José Sarney, fui recebido na residência oficial de Los Piños pelo Presidente Miguel de La Madrid, em companhia do Embaixador José Guilherme Merquior. O embaixador brasileiro escreveu-me depois, enfatizando o significado da viagem, quando fala do programa oficial que há pouco realizou, no México, o Presidente José Sarney (Doc. nº 20). E até os estrangeiros, como o jornalista Djuka Julius, enviado especial de "Excelsior", o jornal mais importante do subcontinente latino-americano, reconhecem o papel de destaque de Brasília (Doc. nº 21).

Aqui está, em resumo, o conteúdo das viagens por mim efetuadas, em nome e a serviço da Capital de nosso País.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência a expressão de minha estima e elevado apreço.

Cordialmente — **José Aparecido de Oliveira**, Governador do Distrito Federal.

RECORDES DE JORNAIS

1ª VIAGEM

9 a 23 de dezembro de 1985

MENINAS DA ITÁLIA NA
ROTA DE APARECIDO

Jornal de Brasília, 6-12-85

Aproveitando a viagem do governador José Aparecido a Roma, o juiz titular da Vara de Menores do Distrito Federal, Nívio Geraldo Gonçalves, o autorizou, ontem, através de ofício, a receber e trazer para Brasília as menores Diana e Juliana Lima, filhas da doméstica Terezinha Ferreira de Lima, e que se encontram morando com um casal italiano na cidade de Foligno desde maio deste ano.

Todo o trabalho preliminar que acabou com o parecer favorável do Juiz de Menores foi feito pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que ontem, através do seu presidente Maurício Corrêa, entregou o documento pessoalmente ao governador José Aparecido. "Sendo mineiro, conhecendo de perto os princípios de justiça e amor à Pátria que norteiam a conduta de Vossa Excelência, sei que tudo fará para ver cumprida a decisão da justiça do Distrito Federal, qual seja, o retorno ao Juizado de Menores da Capital da República, das menores Diana e Juliana Lima". Diz um trecho do ofício que o governador levará em sua bagagem para a Itália.

Devolução

Terezinha pleiteou a devolução de suas filhas em junho deste ano, quando tomou conhecimento que o casal italiano Pietro Calderini e Laura Melelli havia conseguido guarda provisória das referidas crianças, junto ao Tribunal Especial da

Itália, o governador irá tentar a devolução com cópia de toda documentação necessária, como certidão de nascimento das menores e a procuração de sua mãe.

A pedido do advogado da mãe das crianças, já foi expedida carta rogatória, porém, segundo Maurício Corrêa, o documento mais importante para que a missão do governador seja cumprida, em tempo hábil, junto à justiça italiana, é a certidão em português e em italiano, já devidamente entregue a Aparecido. Diana e Juliana, continuem por lei, à disposição do Juizado de Menores do Distrito Federal, uma vez que não foi concedida a adoção pleiteada e sim uma simples guarda precária cassada em 21 de agosto deste ano, pelo Conselho de Magistratura do Tribunal.

Diz o documento que "como juiz titular da Vara de Menores do DF, autorizo a Vossa Excelência a receber e fazer chegar ao Brasil as aludidas menores, que na realidade encontram-se a disposição deste juízo, naquele país, uma vez que não foi concedida a adoção pleiteada e sim uma simples guarda precária cassada em 23 de agosto do corrente ano, pelo Conselho de Magistratura do nosso Tribunal.

Caso seja necessário peticionar no Tribunal Especial da Itália, a fim de ver cumprida a determinação da Justiça Brasileira, a documentação necessária encontra-se, em anexo."

APARECIDO VISITA PAPA

Folha de S. Paulo, 12-5-87

O governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, embarca hoje para Roma, onde será recebido pelo Papa João Paulo II, no Vaticano, no próximo dia 11. O governador entregará ao papa uma mensagem do presidente José Sarney, saudando a autoridade máxima da Igreja Católica e afirmando que todos os brasileiros guardam na memória a visita que o papa fez ao Brasil em 1980.

APARECIDO ABRE SEMINÁRIO EM ROMA SOBRE BRASÍLIA

Quando voltar espera trazer as meninas Diana e Juliana, adotadas ilegalmente por casal italiano

Romanos conhecerão Brasília

Correio Braziliense, 7-12-85

O governador José Aparecido viaja segunda-feira para a Itália, onde fará o discurso inaugural no seminário "Roma-Brasília, tradições e realidades das duas capitais". Antes de viajar, Aparecido assinou um decreto que regulariza a situação dos terrenos localizados no setor mais tradicional de Planaltina, que ainda estavam registrados no Estado de Goiás, ao qual pertencia a cidade originalmente.

Página 17

Correio Braziliense, 7-12-85

O governador José Aparecido viajará segunda-feira à Itália para proferir a conferência inaugural do Seminário Roma-Brasília, tradições e realidades das duas capitais, e cumprir uma série de compromissos na Espanha, França e Portugal. Ele será recebido em audiência especial pelo papa João Paulo II, terá um encontro com o primeiro-

ministro da Espanha, Felipe Gonzalez e deverá visitar o ministro da Cultura francês, Jack Lang, seu amigo pessoal.

Quando retornar, no dia 22, Aparecido deverá trazer na comitiva as meninas Diana e Juliana Lima de Souza, adotadas irregularmente pelo casal italiano Calderini e Laura Melelli, que mora na cidade de Foligno. Ele embarcará segunda-feira à noite no Aeroporto Internacional do Galeão, pela Varig, com destino a Roma, onde chegará terça-feira à tarde. Antes, transmitirá o cargo ao chefe do Gabinete Civil, jornalista Guy de Almeida, de manhã, em Brasília.

HOMENAGEM

O Seminário Roma — Brasília: tradições e realidades das duas capitais, foi idealizado em homenagem aos 25 anos de fundação de Brasília. Participarão do evento arquitetos, urbanistas, professores e administradores dos dois países. Como convidado, proferirá palestra também o ministro José Carlos Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal.

O arquiteto Oscar Niemeyer, autor do plano arquitetônico de Brasília, não comparecerá para receber o prêmio Roma-Brasília, Cidade da Paz. Ele tem pavor de avião e depois do desastre do jumbo da Air France, no Rio, mandou uma carta ao governador desistindo da viagem. Aparecido receberá o prêmio em seu nome.

No dia 13, à tarde, será recebido pelo papa João Paulo II. Ao formalizar o convite, em nome do Vaticano, o núncio apostólico Dom Carlo Furino disse que o papa guarda boas recordações da visita que fez ao Brasil, em 80, e transmitirá uma bênção especial a Brasília.

No dia 15, José Aparecido irá à França, onde ficará até o dia 18. Visitará o ministro da Cultura, Jack Lang, e possivelmente o presidente François Mitterrand, a quem ciceroneou na visita a Brasília em setembro. Aproveitará também para obter na Unesco a confirmação da reunião do Serviço do Patrimônio Histórico Mundial, em Brasília, no próximo ano.

Em Madri, no dia 19, o Governador manterá encontro com o Premier Felipe Gonzalez e discutirá com o prefeito da cidade, Henrique Tierno Galvan, a transferência da vice-presidência da União das Capitais Ibero Americanas do Rio de Janeiro para Brasília. Henrique Tierno é presidente da entidade, que tem quatro vice-presidências em capitais latino-americanas e no Caribe, uma delas no Brasil. Como Brasília quase sempre foi governada por coronéis nomeados durante a ditadura militar, a sede da vice-presidência ficou sendo o Rio. Com a redemocratização poderá ser conferida a Brasília.

No dia 20, Aparecido irá a Lisboa, onde será hóspede do governo português. No dia 22 à noite retorna a Brasília e no dia 23 reassume o Governo. Na viagem, será acompanhado pelos secretários Silvestre Gorgulho, de Comunicação Social e Vera Pinheiro, da Cultura; o presidente da Fundação Hospitalar, Ernesto Silva; o presidente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Osvaldo Araújo, e o padre Antônio Godinho, diretor do Museu de Arte Sacra de São Paulo.

As passagens de Aparecido e Vera Pinheiro foram cedidas pela Varig. A de Silvestre Gorgulho, doada pela Embaixada da Espanha. A do médico

Ernesto Silva, pelo CNPq e as dos demais foram obtidas por meios próprios.

A falta de pergunta mais criativa, um repórter indagou se o Governador levaria muita bagagem, ele respondeu:

— Não. Vou levar muito mala vazia para trazer cheia.

Quando conversava com os jornalistas, ele precisou falar como secretário Almeida, que o substituirá na ausência. Chamou dona Cândia e disse:

— Veja se o Dr. Guy ainda me atende.

Pouco depois, Guy de Almeida entrou no gabinete e foi logo lembrando os diversos compromissos que o Governador teria de cumprir no fim da tarde. Ele coçou a cabeça, fez cara feia e respondeu:

— Veja o que pode cancelar. Eu estou muito velho para essas coisas.

— Política é isso mesmo, Governador — disse Guy.

— Já foi melhor, devolveu Aparecido.

PLANALTINA VELHA É REGULARIZADA

O governador José Aparecido assinou decreto regularizando a situação dos terrenos localizados no setor tradicional de Planaltina. Toda a área denominada tradicional, a mais antiga da cidade, tinha seus terrenos registrados no Estado de Goiás, embora Planaltina faça parte do Distrito Federal desde 1960. Os moradores do setor não podiam até hoje registrar seus lotes no DF, desmembrar, vender e nem mesmo conseguir financiamentos para reforma ou construção de residência.

O decreto assinado pelo Governador limita a parte histórica da cidade, já tombada no Governo Ornellas como patrimônio do DF, e dispõe de normas e gabaritos provisórios para edificações naquela área. José Aparecido disse que a assinatura do decreto é o resgate de uma situação de injustiça para com os moradores da cidade. Planaltina começou a existir ainda no Século XVIII, quando o local se transformou em acampamento de bandeirantes e tropeiros que se encaminhavam para o centro do País em busca de pedras preciosas.

José Aparecido aproveitou sua ida ontem àquele satélite para cumprir uma promessa feita no dia 2 de outubro a Solange Moreira da Silva Lopes. Ela pediu ao Governador que batizasse seu filho Bruno, de dois anos. O batizado, no Museu Histórico da cidade, reuniu grande parte dos moradores que assistiram a assinatura do decreto, na praça em frente ao Museu. A madrinha foi a esposa do administrador regional, Isaura Louly.

Levado à casa de Bruno, o Governador foi surpreendido com um churrasco, regado a cerveja e muita conversa, principalmente com o jornalista Fernando Lemos, que entregou ontem ao Governador o projeto final elaborado pelo Grupo de Trabalho de Saúde e Desenvolvimento Integral, que prevê a criação de hortos de plantas medicinais e a ampliação do uso de terapias naturais junto às populações carentes do DF. No vasto quintal da casa de Bruno, o Governador viu inúmeras espécies medicinais largamente utilizadas em regiões distantes de qualquer centro de medicina tradicional.

Conversando com Brasil Américo Louly, o Governador recomendou que, durante a viagem que

fará a Europa, o PMDB brasileiro se mantenha unido. As questões da divisão interna que o partido vem vivendo ficarão para ser resolvidas depois do regresso do governador, dia 22 de dezembro. Também a escolha dos nomes que comporão a executiva provisória do PMDB ficará adia-da até a volta dele.

VATICANO E MADRI

Globo, 8-12-85

O Governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, será recebido pelo Papa João Paulo II no próximo dia 14. Na oportunidade, transmitirá mensagem do Presidente José Sarney comunicando ao Chefe da Igreja Católica o desejo de visitá-lo no decorrer do próximo ano. Aparecido terá encontro com o Prefeito de Madri, Enrique Pierno Galvan, que é também o Presidente da União das Capitais Ibero-Americanas. O Brasil fazia parte dessa entidade e tinha até o lugar de Vice-Presidente, mas desde a transferência da capital para Brasília nunca mais ninguém o representou no colegiado. Aparecido vai restaurar a presença brasileira na União.

PAINEL

Folha de S. Paulo, 8-12-85

Com Tutu

Nos próximos dias, o prefeito eleito de São Paulo, Jânio Quadros, irá a Brasília para conversar com o Presidente Sarney.

Jânio deverá ficar hospedado na casa de sua filha, Tutu, pois o seu anfitrião habitual, o Governador José Aparecido de Oliveira, estará em Roma.

DÁRIO MACEDO

Jornal de Brasília, 10-12-85

O governador José Aparecido de Oliveira pronuncia, sexta-feira, em Roma, uma conferência sobre Brasília. Terá a ouvi-lo platéia selecionada e a assessora-lo Oscar Niemeyer, que José sonha em fazer senador pelo Distrito Federal.

KATUCHA

Por Marcone Formiga,
colaboração Sophia Wainer

NO FRIO E NO CALOR ELEGÂNCIA

Correio Braziliense, 10-12-85

Quando embarcou ontem com destino a Roma, primeiro compromisso de sua viagem à Europa, o governador José Aparecido de Oliveira levava na bagagem pelo menos seis ternos novos, muito bem cortados, incluindo alguns casacos grossos, para enfrentar o frio europeu.

Mas deixou encomendado com seu alfaiate mais quatro ternos leves, para enfrentar o calor que vem fazendo nos últimos dias em Brasília.

O governador está cuidando agora de seu visual.

COLUMA DO CASTELLO

COMO BASE A SUCESSÃO MINEIRA

Jornal do Brasil, 10-12-85

Domingo, numa reunião em Barbacena, na qual se condecorou o ex-senador Paulo Brossard

com a medalha Sobral Pinto, por decisão da Câmara Municipal que funciona no Palácio da Revolução Liberal, o governador José Aparecido, que, como eleitor e como eventual candidato, transferiu seu título eleitoral para Brasília, anunciou que o senador Itamar Franco ascende no horizonte como o provável futuro habitante do Palácio da Liberdade.

Ao licenciar-se da política mineira, com aquela transferência de título, o governador assegura que sua intenção foi abrir espaços para a conciliação mineira e a preservação da Aliança Democrática com vistas ao prestígio de Minas na política nacional. Seu nome poderia, como aspirante a candidato, criar emulações no seu partido e, assim, preferiu neutralizar-se em Brasília para desempenhar, sem aspirações pessoais, um papel na negociação da paz mineira.

A atitude do Sr. José Aparecido, lançando a candidatura do senador Itamar Franco, tem significação especial se se souber que, antes de o fazer, o governador manteve longo contato pessoal com o ministro Aureliano Chaves, líder do PFL e aspirante à sucessão presidencial de 1988. O encontro que teria sido construtivo deverá ser seguido em janeiro de conversas em comum dos principais dirigentes mineiros, passando pelo indigitado candidato a governador até chegar ao Sr. Hélio Garcia, que, como ocupante do Palácio da Liberdade, detém uma posição preeminente na política do seu Estado.

O Sr. Hélio Garcia vem de uma vitória recente, na disputa pela Prefeitura de Belo Horizonte, na qual derrotou o candidato do PFL de maneira líquida como resultado da coordenação do seu partido até pouco antes dilacerado entre oito aspirantes ao posto. O governador não pretende abrir mão do seu poder de influir na escolha do candidato à sua sucessão e de, sendo o caso, assumir novamente a chefia da campanha, ainda que isso represente para ele o sacrifício de permanecer no Governo, e não se armar de um mandato eletivo no próximo ano.

Não há ainda um estado de crise no relacionamento das cúpulas mineiras, mas o lançamento da candidatura Itamar Franco, feito aparentemente com aviso prévio ao ministro das Minas e Energia, é um dado que haverá de influir na postura do Sr. Hélio Garcia e na sua disposição de negociar a continuidade ou a retomada no plano estadual da Aliança Democrática. O senador Franco mantém-se em boas relações com o Palácio da Liberdade, mas em Minas a iniciativa é uma questão vital como afirmação de liderança. O Senador, que é o único político da sua terra a desfrutar de mandato dado pelo voto majoritário, deve estar ciente desses problemas, mas sua aliança com o Sr. José Aparecido o expõe a riscos de que tem plena consciência.

De qualquer forma, a atitude do governador de Brasília, procurando o Sr. Aureliano Chaves, com quem em princípio acertou lutar pela uniformidade de uma ação nacional da política mineira, e lançando um candidato do PMDB a governador, cria o embrião de uma aliança que poderá encontrar dificuldades na resistência do governador Hélio Garcia na medida em que não forem levadas em conta as prerrogativas normalmente pretendidas pelos governadores de Minas. O governo fortaleceu-se no pleito de novembro, não só pela

capacidade de iniciativa como também pela de coordenação de forças conflitadas.

Quanto ao governador de Brasília ele, ausentando-se da disputa em Minas, permanece com papel ativo na política do Estado e na política federal na qual hoje ostenta o título suplementar de intermediador entre o prefeito Jânio Quadros, de quem é uma espécie de herdeiro político, e o Governo Federal. Insinua-se em Minas que haja da parte do Sr. Aparecido uma especulação que o levaria a supor-se eventual representante da política janista na sucessão presidencial da República, quando as coisas poderão ocorrer em função de mudanças substanciais na política de São Paulo e de outros Estados.

O governador, que partiu para Roma, Madri e Lisboa, somente estará de volta pelo Natal. O Governo da capital da República ficou com seu chefe da Casa Civil, Sr. Guy de Almeida, mas sua máquina de pensar política levou-a consigo em sua cabeça. Ele deixou um sinal no seu reencontro com o Sr. Aureliano Chaves e no deliberado lançamento da candidatura do senador Itamar Franco a governador do Estado. Ao voltar, ele programou reunir-se com o ministro das Minas e Energia conjuntamente com o senador e, em seguida, tentará levar ao governador, em reunião conjunta, o pensamento político em elaboração, que poderá coincidir, ou não com o do Sr. Hélio Garcia. A essa altura ele já contará com um lado mais objetivo, os sintomas de que o Sr. Jânio Quadros pretende fazer como prefeito de São Paulo e como um líder que ressurgiu no primeiro plano da política paulista.

Carlos Castello Branco

Wilson Frade

APARECIDO EM ROMA

Estado de Minas, 10-11-85

O Governador José Aparecido, que voou ontem diretamente para Roma, participa de vários atos no Campidoglio. É que Brasília foi fundada no dia 21 de abril, a data da fundação de Roma. Daí a singular afinidade entre as duas metrópoles. Viajaram na sua companhia o arquiteto Oscar Niemeyer e o diretor Angelo Oswaldo, da SPHAN. O autor destas notas pronto para partir, por motivos de força maior não pôde, no último instante, atender ao simpático convite. Aparecido irá depois a Paris a convite do ministro Jack Lange e retorna dia 22. Leonor, sua mulher, já está na Europa.

ANIVERSÁRIO E ROMA

O jornalista Angelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário-geral do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que, aliás, ontem viajou para a Europa integrando a comitiva do governador José Aparecido de Oliveira, no sábado veio a Belo Horizonte especialmente para comemorar seu aniversário. À tarde ganhou um almoço com menu francês de Fanny e Alberto Nemer e à noite um movimentado *cocktail-party* no bonito apartamento de Jane Penna, organizado por seus amigos. No encontro, regado a muito *scotch*, e conversas literárias, Angelo falou, entre outras, do trabalho que está desenvolvendo no SPHAN, que prevê muitas obras de restauração de acervos históricos, principalmente no Nordeste

e em Minas, entre os presentes, Angela Gutierrez, Priscila Freire, Cristina e Gustavo Araújo Penna, Zulma Froes, Daniela e Lúcio Portela, Flavinha e Saulo Levindo Coelho, Adalberto Pinheiro, Mário Fontana, Vicente Tropia, Cristino Araújo Santos, o casal João Heraldo Lima, Alberto Nemer, Suzana Rache, o pintor Fernando Luchesi, Lauro Diniz, Fernando Borges e Simone Barreto (que se casam nesta sexta-feira) e muita gente mais.

GILBERTO AMARAL

Correio Braziliense, 11-12-85

O governador José Aparecido de Oliveira e Leonor viajam hoje para Roma.

André Gustavo

DISTRITO FEDERAL

Há muita gente, em Brasília, apostando que o governador José Aparecido vai deixar o Palácio do Buriti para se candidatar ao Senado Federal. O atual governador de Brasília começa a perceber uma efetiva possibilidade para voar mais alto.

APARECIDO LANÇA

O EIXO CULTURAL

ROMA — BRASÍLIA

Jornal de Brasília, 11-12-85

Ao falar hoje em Roma, na Itália, durante a cerimônia de abertura dos Seminários Roma—Brasília, o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, explica aos italianos as razões que levaram os brasileiros a construir Brasília em pleno Planalto Central. Além disso, apresentará as semelhanças entre as capitais das duas nações e a influência da Cidade Eterna e da cultura de seu povo em Brasília.

No documento apresentado pelo governador no Seminário há imagens da presença italiana em Brasília. Em frente ao meu gabinete de trabalho, descreve Aparecido, no Palácio do Buriti, está o símbolo da fraternidade Roma—Brasília, a estátua da Loba Romana.

O governador afirma em seu discurso que a tradição ensina que a Cidade das 7 Colinas foi fundada entre os idos de abril e as calendas de maio, no mesmo 21 de abril do calendário gregoriano em que se inaugurou no Planalto Central a jovem cidade de Brasília. Pode parecer um paradoxo, mas o certo é que a vocação de Roma e a vocação de Brasília, situadas numa aparente dicotomia, harmonizar-se na mesma vertente.

Nascida quase 2.700 anos depois de Roma e depois de quatro séculos de incorporação do país ao Mundo Ocidental, o povo brasileiro ousou o desafio de contestar uma velha superstição histórica e fundou sua nova Capital.

Desafios

Aparecido ressalta ainda o desafio da imensa área continental do Brasil e a distribuição demográfica como fatores que inspiraram o povo brasileiro na busca de sua capital definitiva.

À medida que o País foi crescendo para o sul, tornou-se imperiosa a necessidade de acomodar sua 'Cabeça' na faixa meridional do território. Fizemos, então, do Rio de Janeiro, a nossa Capital. Mas no fundo da alma da nacionalidade jazia adormecida a esperança de que o País, um dia, pudesse repousar a cabeça no centro do território, para

incorporar todas as suas regiões às virtualidades da República Imperial.

E aqui mesmo, numa das províncias de vosso antigo Império Romano, um filho da Itália, um santo, o admirável Dom Bosco, profetizou que ali haveria de brotar e crescer a Capital do Futuro do Brasil e da Esperança de um Mundo Novo.

Para a concretização do sonho de Dom Bosco, prossegue Aparecido, "cooperaram muitos brasileiros descendentes dos italianos, como Alfredo Sceschchiatti, autor da Estátua da Justiça, em frente ao Supremo Tribunal Federal, aqui representado pelo seu Presidente, Ministro José Carlos Moreira Alvez, e Bruno Giorgi, com a escultura 'Os Guerreiros' na Praça dos Três Poderes, ou ainda Victor Brecheret, com a 'Índia' na Universidade de Brasília, entre muitas outras obras.

Pioneiros de Brasília que ostentam nomes italianos encontram-se não somente entre os artistas. Durante a construção da cidade, era Cônsul-honorário da Itália o comerciante Giovanni Simonini; outro comerciante, Hugo Buresti, Diretor da Associação Comercial, foi o primeiro a legalizar na Junta Comercial de Goiânia uma firma de comércio em Brasília: Buresti & Cia."

GUY TENTA DESEMPERRAR
A MÁQUINA

Um encontro técnico com um grupo de secretários e a comissão que estuda os pontos negativos do desemprego da máquina burocrática, três decretos de interesse comunitário, um que altera a estrutura orgânica da Secretaria de Serviços Sociais, outro homologando decisão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo sobre a fixação do projeto "Quadras Econômicas", de Lúcio Costa, e a instituição do prêmio Fernando Pessoa marcaram, ontem, o segundo dia de governo de Guy de Almeida, que ainda conversou sobre política com representantes da Executiva Regional do PMDB.

A comissão que atua junto ao Gabinete Civil, com a missão de detectar pessoas que possam eliminar a burocracia no fluxo dos processos de licitações, liberação de verbas e execução de obras, a partir de segunda-feira apresentará ao governador interino um quadro geral das necessidades de acelerar a máquina burocrática.

A instituição do prêmio Fernando Pessoa visa conferir ao melhor ensaio sobre a obra e vida do poeta português uma viagem de estudo a Portugal.

As alterações na estrutura orgânica da Secretaria de Serviços Públicos, criando três novos órgãos de Relações Comunitárias, Institucionais e Fiscalização, entre outras competências, objetiva adotar o sistema de caixa-único, que irá regular os preços das tarifas dos transportes coletivos. A homologação da decisão do CAU permite que no início de janeiro a Secretaria de Viação e Obras comece a executar, com os Cr\$ 40 bilhões em caixa, o projeto de Lúcio Costa com a construção de dois módulos no eixo rodoviário Brasília — Taguatinga.

De política regional, Guy de Almeida reafirmou a sua missão delegada pelo governador José Aparecido para evitar que o PMDB possa sofrer um racha com as ameaças de dissidências. Guy acredita que o processo de criação da Executiva vai caminhar bem. Estamos nos empenhando para consolidar o processo de abertura democrática

no País. Ele conversou com lideranças políticas peemedebistas e disse que "foi uma reunião das melhores e que o grupo o comunicou que está fechado com o governador José Aparecido, com quem marcharão juntos para a vitória nas eleições do próximo ano". Confirmou que José Aparecido é o condutor do processo de unificar o PMDB e que a situação agora é transitória.

KATUCHA

por MARCONE FORMIGA

Colaboração Sophia Wainer

Correio Braziliense, 11-12-85

Com a ausência do governador José Aparecido, que seria seu anfitrião aqui em Brasília, o prefeito eleito de São Paulo, que está com viagem marcada para esta capital no domingo, está com reserva em dois hotéis cinco estrelas na cidade.

Mas isso não passa de uma manobra para despistar a imprensa.

Jânio, apesar da ausência do governador José Aparecido, poderá ficar na Granja de Águas Claras, ou no apartamento de sua filha, Dirce Maria, a Tutu, na 111 Sul.

DROPES

O Estado de S. Paulo, 11-12-85

O governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, chegou ontem a Roma para participar do seminário "Roma-Brasília, Tradição e Realidade das suas Capitais".

APARECIDO VÊ O
PAPA HOJE ÀS 11H

Correio Braziliense, 11-12-85

Roma — O governador José Aparecido chegou ontem a Roma, encabeçando uma delegação do seu Governo para participar no seminário Roma-Brasília, Tradição e Realidade das Duas Capitais".

O Seminário, que será inaugurado amanhã, se desenrolará no Capitólio, no município de Roma, na presença do prefeito romano Nicola Signorello e outras autoridades. Durante o evento, será feita a entrega de uma medalha ao arquiteto Oscar Niemeyer, um dos construtores de Brasília.

Aparecido será recebido hoje, às 11h, pelo Papa João Paulo II. Levará uma carta do presidente José Sarney, que agradece ao pontífice a deferência de receber Aparecido em missão oficial do Governo.

Na mensagem, Sarney diz que "o governador José Aparecido de Oliveira dar-lhe-á o testemunho da dedicação desses fiéis que, como os demais brasileiros, guardam viva na memória sua visita pastoral ao Brasil em 1980".

COM O PAPA

Correio Braziliense, 11-12-85

O papa João Paulo II antecipou de amanhã para hoje, no Vaticano, a audiência que vai conceder ao governador José Aparecido. Durante o encontro, o Papa receberá mensagem do presidente Sarney, levada pelo governador de DF e dará uma benção especial a Brasília. Após a audiência, o governador Aparecido almoçará com D. Agnelo Rossi, cardeal brasileiro encarregado de relevantes tarefas administrativas na Santa Sé.

O SUMIÇO DE APARECIDO

Jornal de Brasília, 12-12-85

O governador José Aparecido viajou para Roma na segunda-feira e ficou até a madrugada de ontem sem dar notícia a seu substituto, Guy de Almeida. Como há uma diferença do fuso horário da Itália para o Brasil de quatro horas, detalhe esquecido por Aparecido, Guy foi acordado na madrugada de ontem para atender telefonema do Governador, e passaram mais de 30 minutos conversando.

ROTEIRO EM ROMA
SOFRE ALTERAÇÃO

Jornal de Brasília, 12-12-85

A programação do governador José Aparecido sofreu alterações de última hora em Roma. Ele saiu de Brasília pensando em ser recebido pelo Papa no sábado, mas ontem mesmo deu um abraço em João Paulo II. O seminário programado, para terça-feira, foi aberto ontem e daqui até o final do roteiro ainda haverá mudanças.

GOVERNADOR DO DF
É RECEBIDO PELO PAPA

Folha de S. Paulo, 12-12-85

O governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, foi recebido ontem, em audiência privada, pelo papa João Paulo II. Aparecido, que está em Roma desde anteontem, participa hoje, na sede da Prefeitura local, da inauguração do seminário "Roma-Brasília, Tradição e Realidade das Duas Capitais".

PAPA RECEBE APARECIDO E
ABENÇO A POVO BRASILEIRO

Sumo Pontífice agradeceu a mensagem enviada através do governador pelo presidente José Sarney

Correio Braziliense, 12-12-85

Roma — Com uma bênção especial ao povo e ao Governo brasileiros, o Papa João Paulo II, agradeceu, ontem, a mensagem do presidente José Sarney, que lhe foi entregue pelo governador José Aparecido no Vaticano. O papa disse ao governador que acompanha com particular interesse a serenidade e firmeza do presidente José Sarney na construção do Brasil democrático.

Recordou sua visita ao País, afirmando que a grande nação e sua bela capital são gratas lembranças do maior povo católico do mundo.

Falando fluentemente português, João Paulo II fez comentário sobre a arquitetura de Brasília com José Aparecido, que lhe ofereceu uma medalha de ouro, cunhada pela Casa da Moeda do Brasil, pela passagem do Jubileu da Capital brasileira.

Após a audiência, o governador foi recebido em almoço, oferecido pelo Vaticano, pelo cardeal Agnelo Rossi, presidente do Patrimônio da Santa Sé. José Aparecido convidou Dom Agnelo Rossi para dar a Bênção do Panteão da Liberdade e da Democracia, no dia 21 de abril do próximo ano. O cardeal aceitou o convite, lembrando que representou o Papa nos funerais do presidente Tancredo Neves.

Dom Agnelo voltará a Brasília para benzer o Memorial no primeiro aniversário de morte de Tancredo.

"UMA NOVA ROMA NOS TRÓPICOS"

Correio Braziliense, 12-12-85

Roma — "Sabemos em que pesem as gigantescas estruturas de poder dos Impérios do nosso tempo, que nenhum deles tem a grandeza do espírito e da cultura seminal em que Roma fundou o Mundo Europeu. Guardar esse legado é a nossa ambição maior e, para isso, se fundou Brasília". O trecho é parte do discurso que o governador José Aparecido faz, hoje, na abertura do seminário Roma-Brasília, Tradição e Realidade das duas Capitais, para o qual foi convidado pelo prefeito romano Nicolas Signorello.

Em todo o texto do discurso — elaborado em Brasília pelo próprio Governador, dois dias antes de embarcar para Roma acompanhado de sua comitiva. Aparecido procura ressaltar "a presença italiana em Brasília". A certa altura chega a classificar a capital brasileira como "uma nova Roma nos trópicos". A seguir, trechos do discurso do governador, que ontem foi recebido pelo Papa João Paulo II.

"Coincidências sigulares contemplam o destino da cidade de Roma e da cidade de Brasília. A tradição ensina que a cidade das sete colinas foi fundada entre os idos de abril e as calendas de maio, no mesmo 21 de abril do calendário gregoriano em que se inaugurou, no planalto central, a jovem cidade de Brasília. Pode parecer um paradoxo, mas o certo é que a vocação de Roma e a vocação de Brasília, situadas numa aparente dicotomia, harmonizam-se na mesma vertente. Roma é apontada pelos historiadores como o exemplo maior de que um país não funda uma capital, pois a capital, o **caput**, é que funda uma Nação. O Império nasceu, estendeu-se prosperou a partir de Roma, surgido da cidade **caput**, como Minerva da cabeça de Júpiter. (...)

"Nascida quase 2.700 anos depois de Roma e depois de quatro séculos de incorporação do País ao mundo ocidental, o povo brasileiro ousou o desafio de contestar uma velha superstição histórica e fundou sua nova capital. Não se pode comparar essa audaciosa opção do meu País com a de outras nações que também pretenderam fundar suas capitais, como os Estados Unidos e a Austrália. Talvez não seja incorreto o entendimento que nem Washington é capital dos Estados Unidos, nem Camberra é capital da Austrália, diante do papel de cidade-**caput** que continua a ser representado por Nova Iorque e por Sidney. (...)

"No caso norte-americano, a fundação de Washington não teve outras razões senão a solução de um conflito entre os Estados Conferados, que disputavam entre si a primazia de servir de sede ao Poder Federal. A criação do município-neutro apaziguou a contenda e resolveu a pendência. (...)

"Na Austrália, razões burocráticas de um espaço territorial ainda vinculado ao Império Britânico, puderam estabelecer a nova capital regional, mantendo-se preponderância do **caput** imperial de Londres. O Brasil, que ainda no tempo de sua vinculação à gloriosa Coroa de Portugal, já era um Estado e não uma colônia, era o Estado

do Brasil, segundo as Ordenações Políticas de Lisboa, porque possui um território imperial, um império de mais de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, mais extenso do que toda a Europa, com exclusão da Rússia. (...)

"Ao contrário das outras jovens nações da América Latina, não nascemos como colônia da metrópole ultramarina. A sabedoria política de Portugal nos atribuiu, desde cedo, a condição de Estado. E até mesmo depois da aventura napoleônica na Europa, a condição de Reino Unido.

"Quando a Europa se reestruturou no Congresso de Viena, em 1815, foi o Brasil a única nação americana a comparecer ali entre os quatro grandes da época.

"Sob o regime monárquico e sob o regime republicano, maduramos a exemplo de Roma com a República Imperial, tomada aqui o Império no seu bom e velho sentido de comando da ordenação jurídica e da ocupação do próprio território. (...)

"A primeira capital foi a cidade da Bahia, a velha e gloriosa cidade barroca, que ainda hoje se debruça sobre as águas verdes do Atlântico, como um dos mais belos monumentos que a cultura européia plantou no Novo Mundo.

"À medida em que o País foi crescendo para o Sul, tornou-se imperiosa a necessidade de acomodar sua "cabeça" na faixa meridional do território. Fizemos, então, do Rio de Janeiro, a nossa Capital. Mas no fundo da alma da nacionalidade, jazia adormecida a esperança de que o País, um dia, pudesse repousar a cabeça no Centro do Território, para incorporar todas as suas regiões às virtualidades da República Imperial.

"E foi assim que surgiu Brasília. A cidade era uma sugestão da epopéia das Bandeiras, em que os primeiros desengenhadores (?) da terra haviam levado a aventura de fundar um povo das orlas do litoral ao sertão remoto, às montanhas distantes de Minas, no rumo do Oeste.

"No sonho dos Inconfidentes, ela foi antevista como uma das razões da luta pela independência, que levou o alferes Tiradentes a espalhar, nos caminhos de Minas e do Rio de Janeiro, as sementes da rebelião. O Patriarca da Independência, José Bonifácio, sonhou com ela, fixando-a, em seu sonho, sobre o mesmo chão romano do Planalto Central, em que ela veio a nascer. E aqui mesmo, numa das províncias do vosso antigo Império Romano, um filho da Itália, um santo admirável Dom Bosco, profetizou que ali haveria de brotar e crescer a capital do futuro do Brasil e da esperança de um mundo novo. Esse santo italiano é o patrono de Brasília. Srs. membros do seminário.

Da pequena
capela no
Santuário Dom
Bosco tem-se
Majestosa visão
da cidade, onde
Tancredo
apareceu pela
última vez

"Nascido em 16 de agosto de 1815, Castel Nuovo, São João Bosco visualizou, em 30 de agosto de 1883, a criação da nova capital do Brasil, na Região Central: "Quando vieram escavar as minas ocultas no meio dessas montanhas, en-

tre os Paralelos 15 e 20, surgirá aqui a Terra Prometida".

"De sua pequena capela no santuário Dom Bosco tem-se hoje majestosa visão da cidade. Foi aí nesse tempo que o presidente eleito, Tancredo Neves, fundador na Nova República, apareceu em público com vida pela última vez, na tarde de 14 de março deste ano. Após a missa, enfermo. Internou-se em um hospital, iniciando o longo martírio, que culminou com o falecimento, no dia 21 de abril, data de nossas duas capitais.

"Para a concretização do sonho de Dom Bosco, cooperaram muitos brasileiros descendentes dos italianos, como Alfredo Sceschlatti, autor da Estátua da Justiça, em frente ao Supremo Tribunal Federal, aqui representado pelo seu presidente, ministro José Carlos Moreira Alves. E Bruno Giorgi, com a escultura Guerreiros, na Praça dos Três Poderes, ou ainda, Victor Brecheret (?), com a Índia na Universidade de Brasília, entre muitas outras obras, o arquiteto Italo Campeofiorito (?) fez parte da equipe de Oscar Niemeyer e o pintor e gravurista Enio Bianchetti, chegou a Brasília em 1961 para lecionar na Universidade.

Pioneiros de Brasília que ostentam nomes italianos, encontram-se não somente entre os artistas. Durante a construção da cidade, era cônsul-honorário da Itália, o comerciante Giovanni Simonini; outro comerciante, Hugo Buresti, diretor da Associação Comercial, foi o primeiro a legalizar, na Junta Comercial de Goiânia, uma firma de comércio em Brasília: Buresti & Cia.

Renzo Navonhi teve uma empresa de construção, em 1959, dedicando-se depois ao comércio com lojas no Plano Piloto. Marco Marchetti, engenheiro-civil, é responsável pela construção de importantes edifícios, entre os quais o San Marco Hotel. Ciriaco Lodo, também engenheiro-civil está em Brasília desde 1960. Construiu a sede de várias embaixadas, com destaque para a da Santa Sé.

"O documentário que vou apresentar, reflete em imagens, a presença italiana em Brasília. E em frente ao meu gabinete de trabalho, no Palácio do Buriti, está o símbolo da fraternidade Roma-Brasília, a estátua da Loba Romana. Nesse local, em 24 de setembro, o professor Pier Angelo Catalano, emissário do prefeito de Coila Signorello e do vice-prefeito, Pierucci Severi, entregou ao arquiteto Lúcio Costa, o prêmio Roma-Brasília - Cidade da Paz, no ano de 1984, conferido pela prefeitura de Roma.

"Em seu parecer, a Comissão Especial do Prêmio observou que o autor do plano de Brasília mostrou, com extraordinária clareza, amplitude e liberdade de visão, a capacidade de ideação unitária de uma grande cidade, como urbis e como civitas.

Correio Brasileiro, 12-12-85

"Ao conferir o mesmo prêmio este ano, ao arquiteto Oscar Niemeyer, construtor dos principais edifícios de Brasília, Campidoglio ressaltava mais uma vez o significado da capital do meu País, espaço que se projeta internacionalmente, como urbis e como civitas, como centro de convergência e de irradiação.

"É a partir dessa definição que Brasília se qualifica como sede da 1ª Trienal de Artes das Américas a realizar-se entre abril e junho de 1987, acontecimento singular de cultura em âmbito continental. Essa Trienal abrangerá as áreas de

arquitetura, desenho industrial, pintura, escultura e fotografia.

"Com orgulho de nossas raízes étnicas e culturais, costumamos dizer que nós, brasileiros, somos filhos de portugueses e netos de romanos.

"Dizemos hoje, no País, que é o maior país latino do nosso tempo, com 135 milhões de pessoas que falam uma língua latina, a última Flor do Lácio que é a Língua Portuguesa, construímos, como nossos avós romanos, uma nova Roma nos trópicos. Ali, sob a luz equatorial da terra brasileira, Brasília se nutre da mesma vocação desta cidade augusta de Rômulo e Remo, para ser a cabeça da latinidade, da boa latinidade romana, nas verdes sesmarias austrais do Continente Americano.

"O Amor de Roma, de Afonso Arinos de Mello Franco, o fervor de Roma, a vocação de Roma correm nas veias de Brasília. E foi por esta razão que trouxemos para a municipalidade de Roma, a réplica da escultura Os Candangos, a mais expressiva de nossa capital, obra de um artista — Bruno Giorgi — em cujas veias corre sangue italiano.

"Sabemos, em que pesem as gigantescas estruturas do poder dos impérios do nosso tempo, que nenhum deles tem a grandeza do espírito e da cultura seminal em que Roma fundou o mundo europeu. Guardar esse legado é a nossa ambição maior e, para isso, se fundou Brasília."

APARECIDO RECEBE PRÊMIO EM ROMA

Correio Brasileiro, 13-12-85

"Ao conferir este prêmio ao arquiteto Oscar Niemeyer, autor dos principais edifícios de Brasília, o Capitólio ressaltava, mais uma vez, o significado da capital de meu País como um centro de convergência e irradiação", disse o governador José Aparecido, ontem, ao receber o prêmio Roma-Brasília Cidade da Paz, em nome de Niemeyer, das mãos do prefeito de Roma, Nicola Signorello. Em seu discurso durante o Seminário Roma-Brasília, Tradição e Realidade, Aparecido lembrou que as duas cidades nasceram no mesmo dia 21 de abril — "há quase 2.700 anos de distância uma da outra", afirmando que "o amor de Roma corre nas veias de Brasília". A cerimônia foi realizada no Capitólio, sede da prefeitura de Roma e contou com a participação, também, do embaixador do Brasil na Itália, Ramiro Saraiva Guerreiro, do ministro Carlos Moreira Alves, presidente do STF, e outras autoridades. Pág. 15.

APARECIDO RECEBE PRÊMIO ROMA-BRASILIA PELA PAZ

Correio Brasileiro, 13-12-85

"Roma — O governador José Aparecido disse ontem, ao discursar no Seminário Roma — Brasília, Tradição e Realidade, que "o amor de Roma corre nas veias de Brasília" assinalando que as duas cidades nasceram no mesmo dia — 21 de abril — "há quase 2.700 anos de distância uma da outra". Em seu discurso, Aparecido afirmou que Roma "é o exemplo histórico de que um país não funda uma capital, é a capital que funda uma nação".

Na oportunidade, o arquiteto Oscar Niemeyer foi agraciado com o prêmio Roma-Brasília Cidade da Paz, recebido pelo Governador das mãos do

prefeito de Roma, Nicola Signorello. "Ao conferir este prêmio ao arquiteto Oscar Niemeyer, autor dos principais edifícios de Brasília, o Capitólio ressaltava, mais uma vez, o significado da capital de meu País como um centro de convergência e irradiação", disse Aparecido.

A cerimônia de ontem foi realizada no Capitólio, sede da prefeitura de Roma, da qual participaram o ministro José Carlos Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal; o prefeito de Roma, Nicola Signorello; o embaixador do Brasil na Itália, Ramiro Saraiva Guerreiro, além de outras autoridades.

Nação Emergente

Brasília tornou realidade o desafio da edificação da capital sonhada desde os primórdios da Nação. A dimensão continental e a necessidade de reorganização democrática inspirava a busca permanente do coração do território, local em que se assentaria o **caput** idealizado da Nação emergente". O Governador recordou que ao longo da história, o Brasil teve outras capitais, Salvador e Rio de Janeiro, que responderam a exigências diferentes das atuais. Diante das novas exigências, assinalou: "O País iria repousar a cabeça no centro de sua vasta superfície, ali demarcando o pólo de convergência e irradiação da alma brasileira".

José Aparecido recordou que a nova capital "foi sugerida pelos primeiros desbravadores do sertão e imaginada pelos precursores da Independência", e que, um filho da Itália, São João Bosco, profetizou que ali crescerá a capital do futuro Brasil, a esperança de um mundo renovado. "E ele, o padroeiro de Brasília". Sustentando que "a obra foi plantada pela obstinação criadora do presidente Juscelino Kubitschek". Aparecido recordou que a Ermida de Dom Bosco, em Brasília, foi onde o presidente Tancredo Neves apareceu em público pela última vez, na tarde do dia 14 de março, vindo a morrer no dia 21 de abril "dia das nossas capitais e da morte de Tiradentes, herói da liberdade no Brasil."

Acrescentou que "na aurora da retomada democrática, o jubileu de Brasília foi marcado pelo sacrifício do fundador da Nova República. É só o equilíbrio, a serenidade e a competência do presidente José Sarney garantiram a implantação do projeto político de reconstrução nacional em curso na plena normalidade". Após assinalar os vínculos de latinidade entre a Itália e o Brasil, o governador disse que "em frente ao meu gabinete de trabalho, no Palácio do Buriti, está um símbolo dessa união — a coluna romana que sustenta a loba capitolina". A coluna e a loba, doadas a Brasília pela prefeitura de Roma, também foram indicadas como símbolo de união pelo prefeito Signorello, em seu discurso de abertura da cerimônia.

Cidade da Paz

Aparecido, que condecorou Signorello com a Grande Cruz do Mérito e doou à cidade de Roma uma cópia da escultura dos Dois Candangos, obra de Bruno Giorgi e testemunho da integração italo-brasileira, anunciou que Brasília hospedará, entre abril e junho de 1987, a primeira trienal de artes das Américas, "singular acontecimento cultural na vida de nosso continente." Fazendo votos de que o seminário Roma-Brasília, Tradição e Realidade de Duas Capitais dê bons

resultados, o Governador concluiu seu discurso afirmando que "Roma e Brasília são cidades de paz. E o signo de perenidade romana a luz que indica à jovem metrópole o caminho de sua jornada na história, em nome da paz e da felicidade dos povos".

O presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, recordou a história do nascimento de Brasília e de Roma e disse que "através de Portugal e da Espanha, herdou a América Latina o majestoso legado da civilização romana. E o Brasil em tem sabido preservá-lo em dois de seus pontos fundamentais: a Língua e o Direito". Durante o seminário, estudiosos brasileiros e italianos debateram os seguintes temas: A Cidade Capital; Funções do Estado Moderno; Integração Nacional e Relações Internacionais; a cidade monumental: representação e mudança de significados; a urbis e a civitas: tradições histórico-jurídicas e exigências sociais da organização urbana.

Tribuna Bis, 13-12-85
TARSO DE CASTRO

... Depois da visita que o José Aparecido lhe fez, tenho certeza de que o Papa nunca mais será o mesmo.

APARECIDO MOSTRA
BRASÍLIA A ROMA

Jornal de Brasília, 13-12-86

Ao discursar, ontem, no Palácio do Campidoglio, sede da Prefeitura de Roma, por ocasião da instalação do seminário de estudos que celebra o Jubileu de Prata de Brasília, quando foram homenageados Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, o Governador José Aparecido afirmou que "o amor de Roma corre nas veias de Brasília". Ressaltou que o retorno de Lúcio Costa e Niemeyer a Brasília é sinal do tempo inaugurado pela Nova República na cidade síntese do Brasil, ganha dimensão internacional. O Governador encerrou sua programação oficial ontem em Roma e segue para Paris, de férias até o dia 19, quando retornará ao Distrito Federal.

O presidente do Supremo Tribunal Federal Brasileiro, José Carlos Moreira Alves, o embaixador do Brasil em Roma, Ramiro Saraiva Guerreiro, o prefeito de Roma, Nicola Signorello — e outras altas autoridades assistiram a cerimônia, que foi realizada no Capitólio, sede da Prefeitura de Roma. O governador de Brasília recebeu das mãos de Signorello o prêmio Roma-Brasília Cidade de Paz, que foi concedido ao arquiteto Oscar Niemeyer pela construção de Brasília. "Ao conferir este prêmio ao arquiteto Oscar Niemeyer, autor dos principais edifícios de Brasília" — disse Aparecido, ao receber o prêmio o Capitólio, ressalta, mais uma vez o significado da capital de meu País, como centro de convergência e irradiação".

Após assinalar que Roma e Brasília nasceram no mesmo dia, 21 de abril, "há quase 2.700 anos de distância uma da outra". Aparecido afirmou que "Roma é o exemplo histórico de um País que não funda uma capital, pois é a capital que funda uma nação". Acrescentou que "Brasília tornou realidade o desafio da edificação da capital sonhada desde os primórdios na Nação. A dimensão continental e a necessidade de reorganização demográfica inspiraram a busca permanente do coração do território, local em que se assentaria

o caput idealizado na Nação emergente". O governador da capital brasileira recordou que ao longo da história, o Brasil teve outras capitais — Salvador e Rio de Janeiro — que responderam a exigências diferentes das atuais. Diante das novas exigências, assinalou: "O País iria repousar a cabeça no centro de sua vasta superfície, ali demarcando o pólo de convergência e irradiação da alma brasileira."

José Aparecido recordou que "a nova Capital foi sugerida pelos primeiros desbravadores do sertão e imaginada pelos precursores da independência", e que "um filho da Itália, São João Bosco, profetizou que ali crescerá a capital do futuro Brasil, a esperança de um mundo renovado. É ele o padroeiro de Brasília". Sustentando que "a obra foi plantada pela obstinação criadora do presidente Juscelino Kubitschek". José aparecido recordou que "a Ermida de Dom Bosco, em Brasília, foi onde o presidente Tancredo Neves apareceu em público pela última vez, na tarde do dia 14 de março, vindo a morrer no dia 21 de abril, dia das nossas capitais e da morte de Tiradentes, herói da liberdade no Brasil."

Aparecido acrescentou que "na aurora da retomada democrática, o Jubileu de Brasília foi marcado pelo sacrifício do fundador da Nova República e só o equilíbrio, a serenidade e a competência do presidente José Sarney garantiram a implantação do projeto político de reconstrução nacional em curso na plena normalidade", após assinalar os vínculos de latindade entre a Itália e o Brasil. O governador disse que "em frente ao meu gabinete de trabalho, no Palácio do Buriti está um símbolo dessa união — a coluna romana que sustenta a Loba Capitolina". A coluna e a loba doadas a Brasília pela Prefeitura de Roma, também foram indicadas como símbolo de união pelo prefeito Signorello, em seu discurso de abertura da cerimônia.

Aparecido, que concedeu o prêmio a Grande Cruz do Mérito de Brasília e doou à cidade de Roma uma cópia da escultura dos "Dois Candangos" obra de Bruno Giorgi e "testemunho da integração italo-brasileira", anunciou que Brasília hospedará entre abril e junho de 1987, a Primeira Trienal de Arte das Américas.

SURGEM NOVOS NOMES
NA BOLSA MINISTERIAL
André Gustavo

Jornal de Brasília, 14-12-85

José Aparecido

Outra viagem que, além de seus objetivos específicos, tem um alvo interno é a do governador José Aparecido. Ele tem se mantido informado da política brasileira através de longos telefonemas dados na madrugada para o governador em exercício, Gley de Almeida. Mas seu secretário de imprensa abastece os jornais e providencia fotos, como aquela em que o governador do DF e dona Leonor aparecem junto ao Papa. O efeito político interno é multiplicado por diversas vezes neste país onde a palavra de Sua Santidade jamais é examinada com perspectiva e distanciamento crítico. A palavra do Papa encontra ressonância no misticismo e na credência popular.

BRASÍLIA TRAZ
O AMOR A ROMA

Correio Braziliense, 14-12-85

O berço do ocidente continua sendo Roma, por mais que tenha rivais. Outras cidades poderão talvez ter melhor arquitetura, simétrica e grandiosa, mas Roma permanece a Cidade Eterna. Sua grandeza vem mesmo desde antes de Cristo. Leva Atenas aonde esta não chegou por suas próprias forças. Roma é Roma. Não por acaso se lê Amor, na inversão das suas letras magnéticas de simbolismo.

No zelo por sua herança, a mãe veneranda nunca esqueceu a remota filha tropical: diante do Palácio Buriti campeia uma estátua da Loba amamentando Rômulo e Remo, no topo de uma coluna, à boa maneira dos monumentos romanos.

Agora o prefeito de Roma agracia o principal arquiteto de Brasília, Oscar Niemeyer, com um prêmio que leva outro dos nomes da também Cidade da Paz. O governador José Aparecido recebeu-o pessoalmente.

São coisas acima do cotidiano das lutas estereis e decepções. Um momento de espiritualidade e meditação. Um italiano, e dos maiores, São João Bosco, sonhou Brasília num êxtase. Está aqui lembrado, em ermida bucólica à margem do lago. E um ítalo-brasileiro do nível artístico de Bruno Giorgi fez a escultura dos Dois Candangos, tanto quanto Ceschiatti fez os evangelistas da entrada da Catedral e os anjos fluando no seu teto, sinais perenes de presença do espírito.

Também Brasília se tornou "urbis" e "civitas", base e projeção, matéria e alma. Até aqui floresceu a semente romana, nestes confins do Planalto Central brasileiro. De lá vem a inspiração de eternidade, seiva da carne.

Juscelino Kubitschek, apesar do nome raro entre brasileiros, jamais esqueceu a latindade. Fez cursos de especialização em medicina, sua profissão inicial, em Paris. Sempre visitava Lisboa e Roma. Os laços romanos de Brasília vieram desde os começos.

APARECIDO DIZ
QUE BRASÍLIA É
A CIDADE DO FUTURO

Ao falar no Seminário em Roma, governador compara a capital brasileira às cidades do terceiro milênio

Correio Braziliense, 14-12-85

Roma — O governador José Aparecido e o ministro José Carlos Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) abordaram ontem diferentes aspectos da questão urbana no curso da história e da atualidade no Seminário Roma-Brasília, Tradição e Realidade das duas Capitais, no grande auditório da Universidade La Sapienza. Aparecido e Moreira Alves participaram de todas as sessões do Seminário em Roma.

O governador focalizou o processo de transplantação da cidade idealizada para o mundo das realidades, falando sobre os problemas atuais de Brasília e a retomada de sua função de convergência democrática do Brasil. Citando Oscar Niemeyer e o arquiteto japonês Tang, que recentemente visitou o Distrito Federal, o governador colocou em debate a cidade do terceiro milênio e a cidade invisível, para projetar o conceito de

"cidade do futuro" que envolve Brasília, na discussão de sua qualidade ecológica.

O presidente do Supremo Tribunal abordou aspectos jurídicos da vida urbana ao longo do tempo, recorrendo ao direito romano a fim de traçar perspectivas de ordenação das cidades.

Dário Sabbatucci, professor de História das Religiões da Universidade de Roma, falou sobre a responsabilidade telúrica na fundação das cidades, partindo do modelo romano para afirmar que "a expansão urbana é uma permanente busca existencial marcada pela expansão da consciência cívica".

O professor de Literatura Brasileira da Universidade da Tuscia, Silvano Peloso, situou Brasília como a "cidade do Sol" no novo mundo, no sentido de estabelecer o itinerário que levou a capital brasileira da utopia até a história.

Falando em italiano, Ernesto Silva, primeiro diretor da Novacap, historiou as idéias sobre a construção de uma capital no interior do Brasil e, com documentação audiovisual, levantou a saga da fundação da cidade. Igualmente em italiano, o padre José Vieira de Vasconcellos, diretor do Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, apresentou diversos dados sobre a vida e a obra de Dom Bosco, a fim de analisar o sonho do santo italiano, que anteviu o surgimento de uma grande cidade entre os paralelos 15 e 20.

A intervenção de Luciana Stegagno-Picchio, professora da Universidade de Roma, especialista em Literatura Brasileira, ensejou uma visão ampla do processo cultural do País à época da construção e da mudança da capital, período em que se projetaram a Bossa-Nova e o Concretismo.

O governador, que ao final do dia de trabalho conversou ainda com os participantes do encontro, recebeu de Luciana Stegagno-Picchio novos detalhes sobre o museu dedicado ao poeta Murilo Mendes, em Juiz de Fora, e as edições póstumas do grande intelectual brasileiro, que viveu longos anos em Roma. José Aparecido lembrou ao professor Perangelo Catalano, um dos organizadores do Seminário, que Carlos Gomes, quando viveu na Itália, deu o nome de Villa Brasília à sua residência às margens do Lago de Como, hoje um museu municipal. Brasília, segundo o governador, vai celebrar, com várias realizações musicais, o Ano Carlos Gomes, em 1986, assinalando o centenário da morte do compositor.

GOVERNADOR EM ROMA SE MANTÉM NA LINHA

Jornal de Brasília, 14-12-85

O governador interino, Guy de Almeida, revelou, ontem, que o governador José Aparecido está informado de tudo que passa, em Brasília "pois além de se comunicar diariamente comigo recebe uma sinopse." Acrescentou que, por telefone, conversou ontem por mais de 30 minutos com ele, oportunidade em que fez um relato sobre algumas discórdias no PMDB e explicou as dificuldades que as facções estão tendo dentro do processo de escolha dos nomes que irão compor a Comissão Executiva Nacional.

Ele está a par também dos grupos que se declaram favoráveis a sua orientação e do radicalismo de alguns, acrescentou. Durante a conversa, Guy de Almeida transmitiu a José Aparecido a posição do comitê JK e do MR-8 que defendem uma

discussão ampla e aberta, mas com o comando do Governador. Aparecido já ficou sabendo das críticas que Joselito Correia do comitê fez aos comunistas e sua posição progressista, bem como a revelação do secretário-geral do PMDB — DF, Fernando Tolentino, em defesa de uma composição de força que faça o PMDB ser fiel às propostas defendidas por Tancredo Neves. Soubemos também que o grupo conservador tem espaço no PMDB e, até das cobranças do deputado Múcio Athayde.

Em Roma

Ao participar, na capital italiana, do seminário Roma-Brasília. Tradição e Realidade das duas Capitais, o governador do Distrito Federal, José Aparecido, falou sobre os problemas atuais de convergência democrática do País. José Aparecido e o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, estão participando de todas as sessões do seminário que se realiza no auditório da Universidade La Sapienza.

Moreira Alves falou sobre os aspectos jurídicos da vida urbana ao longo do tempo e recorreu ao direito romano para traçar as perspectivas de ordenação das cidades. Fizeram também palestras o professor de História das Religiões da Universidade de Roma, Dário Sabbatucci, o professor de Literatura Brasileira da Universidade da Tuscia, Silvano Peloso, o primeiro diretor da Novacap, Ernesto Silva e a especialista em literatura brasileira da Universidade de Roma, Luciana Stegagno Picchio.

Lustosa se explica ao Buriti

O governador interino Guy de Almeida revelou ontem, que o ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa, negou que tenha feito críticas ao GDF sobre transporte funcional por saber que o governo neste momento procede a minuciosos estudos sobre este problema. "O que houve", esclareceu Guy, reportando conversa mantida, pelo telefone, com o Ministro. "foi que o Lustosa há oito meses entregou ao governo de Costa Couto uma proposta em que defendeu o uso do sistema vigente para o transporte dos funcionários", conforme noticiou este jornal.

O ministro da Desburocratização, de acordo com a conversa de ontem com o governador Guy de Almeida enviou estudo sobre ônibus funcional ao governo provisório de Costa Couto — "isto porque o governador Aparecido só assumiu no dia 9 de maio e o projeto do Ministro já havia sido entregue", esclareceu Lustosa. Em telegrama de 15 linhas, Lustosa comunicou ao Governador interino que seu Ministério elogiou o desempenho e a experiência do GDF no equacionamento do transporte coletivo e sugeriu até que tal experiência poderia ser incorporada pelo Governo Federal.

O ministro Lustosa disse ao governador substituto Guy de Almeida que ao entregar os estudos ao governo interino de Costa Couto não exigiu nada e nem pediu urgência nas soluções do problema. O que ele quer é acabar com a burocracia em defesa da sociedade e sua proposta vai de encontro às necessidades do povo.

Ao fazer as declarações que o JBR publicou, o ministro da Desburocratização não esclareceu a qual Governador havia entregue o estudo.

PLANO GERAL

A ira de Aparecido

O governador José Aparecido passa o final de semana em Paris, sem qualquer preocupação com programas oficiais. Desde que seguiu para Roma, segunda-feira passada, ele só mantém um contato diário com o seu substituto Guy de Almeida. Ontem de madrugada, o governador voltou a acordar Guy para saber das novidades. Durante o contato telefônico, que durou mais de 30 minutos, Aparecido demonstrou insatisfação com duas notícias: a de ameaça de greve dos servidores públicos e a persistente briga interna do PMDB.

Jornal de Brasília, 14-12-85

As inscrições para concurso de criação do hino da primeira Colônia de Férias da Nova República foram prorrogadas até a próxima terça-feira e podem ser feitas na escola de música, na avenida L2 Sul, quadra 602.*** Está circulando o volume XXXIV, referente ao primeiro semestre de 1985, da Legislação do Distrito Federal, publicação da Procuradoria Geral do DF através de sua 4ª Subprocuradoria Geral.***

*** O Governo do Distrito Federal, a pedido dos moradores, vai urbanizar a quadra 711 do Cruzeiro Novo.***

DECÁLOGO

Fatos, personagens, bastidores

O Governo do Distrito Federal tomou nota das declarações do ministro Paulo Lustosa, da Desburocratização, sobre os ônibus que servem aos funcionários. O Ministro diz que mandou há oito meses expediente neste sentido. Mas, o GDF alega não ter recebido nada. Aliás, Paulo Lustosa está colecionando desafeitos, nos últimos dias. O mais recente deles é o antigo grupo do Ministério da Desburocratização, que não anda nada satisfeito com as críticas neste setor feitas ao passado recente. A desburocratização do governo passado e a Petrobrás de hoje.

UnB COMEMORA SEUS 24 ANOS

O ministro Marco Maciel, da Educação, e o governador interino, Guy de Almeida, participarão, na próxima terça-feira, no auditório Dois Candangos, da Universidade de Brasília, às 8:30h, de solenidade comemorativa do 24º aniversário da UnB. O professor Ciro dos Anjos, um dos mais antigos da UnB, fará palestra sobre a fundação da universidade.

POLÍTICA

Tribuna Bis, 14-12-85

Roma — Ao participar, na capital italiana, do Seminário Roma — Brasília, Tradição e Realidade das duas Capitais, o governador do Distrito Federal, José Aparecido, falou sobre os problemas atuais da cidade e sua retomada como centro de convergência democrática do País. José Aparecido e o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, estão participando de todas as sessões do seminário que se realiza no auditório da Universidade La Sapienza.

Moreira Alves falou sobre os aspectos jurídicos da vida urbana ao longo do tempo e recorreu ao Direito Romano para traçar as perspectivas

de ordenação das cidades. Fizeram também palestras o professor de História das Religiões da Universidade de Roma, Dário Sabbatucci, o professor de Literatura Brasileira da Universidade de Tuscia, Silvano Peloso.

Jornal de Brasília, 15-12-85

O Governador do Distrito Federal, José Aparecido recebeu do Prefeito de Roma, Nicola Signorello, o prêmio Roma-Brasília Cidade de Paz, concedido ao arquiteto Oscar Niemeyer pela construção da capital. O prêmio foi entregue durante cerimônia de irmanação entre as duas capitais, sede da Prefeitura de Roma.

Ao discursar na cerimônia, José Aparecido disse que "O Amor de Roma Corre nas Veias de Brasília" e que ao conferir o prêmio a Oscar Niemeyer, autor dos principais edifícios da capital, "O Câmpidoglio ressalta, mais uma vez, o significado de Brasília como centro de convergência e irradiação". Assinalou que Roma e Brasília nasceram no mesmo dia, 21 de abril a quase 2.700 anos de distância uma da outra.

O Governador José Aparecido e o Prefeito Nicola Signorello abriram ainda no Palácio do Câmpidoglio o seminário "Roma — Brasília, Tradição e Realidade das Duas Capitais", em comemoração ao jubileu de Prata da Capital Brasileira. O primeiro a falar foi o Prefeito Nicola Signorello lembrando que quando Roma completava 2.713 anos de sua fundação, inaugurava-se a mais jovem capital do mundo latino.

APARECIDO FALA DE BRASÍLIA PARA ESPECIALISTAS EM ROMA

Estado de Minas Gerais, 15-12-85

— Ao participar ontem do Seminário "Roma-Brasília, Tradição e Realidade das Duas Capitais", o Governador José Aparecido falou sobre os problemas atuais da cidade e sua retomada como centro de convergência democrática do país. José Aparecido e o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, estão participando de todas as sessões do Seminário que se realiza no auditório da Universidade La Sapienza.

Moreira Alves falou sobre os aspectos jurídicos da vida urbana ao longo do tempo e recorreu ao Direito Romano para traçar as perspectivas de ordenação das cidades. Fizeram também palestras o professor de História das Religiões da Universidade de Roma, Dário Sabbatucci, o professor de Literatura Brasileira da Universidade da Tuscia, Silvano Peloso, o primeiro diretor da Novacap, Ernesto Silva e a especialista em Literatura Brasileira da Universidade de Roma, Luciana Stegagno Picchio.

Ao final do encontro, Aparecido conversou com a professora Luciana sobre o Museu dedicado ao poeta Murilo Mendes em Juiz de Fora e as edições póstumas do grande intelectual brasileiro que viveu muitos anos em Roma. Ele lembrou também Carlos Gomes, que quando viveu na Itália deu o nome de "Vila Brasília" à sua residência, hoje um museu municipal.

APARECIDO FAZ VISITA À UNESCO

Estado de Minas Gerais, 18-12-85

Paris — O governador de Brasília, José Aparecido chegou ontem cedo a Paris, onde hoje visitará a Unesco, em companhia do acadêmico Josué Montello, para organizar o encontro do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco em Brasília, em 86. O Comitê vai estudar o tombamento de Brasília — um monumento contemporâneo, o que é inédito.

"Essa discussão é da maior importância", disse Aparecido. "Pela primeira vez se tombará um monumento contemporâneo, uma obra arquitetônica grandiosa, reconhecida mundialmente". Em sua opinião, essa decisão, se tomada, dará uma outra dimensão ao patrimônio mundial da Unesco, "incluindo as referências fundamentais de nosso tempo". José Aparecido, pelas discussões a respeito que teve em Roma, com arquitetos, urbanistas e professores universitários, está certo de que a Unesco tombará Brasília, abrindo uma exceção, entre as obras da antiguidade, para uma contemporânea e moderna.

Em Roma, quinta-feira, José Aparecido foi homenageado com um almoço, ao lado do presidente do STF, Moreira Alves, pelo prefeito de Roma, Nicola Signorello, senador e ex-ministro do Turismo da Itália. Em seu discurso, José Aparecido convidou o prefeito de Roma para visitar Brasília, no dia do aniversário das duas cidades, 21 de abril. "Final, Roma já teve mais de dois mil e setecentos aniversários com seu prefeito, e pode passar um sem ele agora", disse o governador de Brasília. "Roma tem mais de 25 séculos, é preciso conhecer Brasília, que tem 25 anos". O prefeito de Roma saudou José Aparecido, lembrando que ele, também ex-ministro, governa a "cidade eterna", enquanto Aparecido governa a mais bela e moderna do mundo. Os dois destacaram a importância da consolidação democrática, "indole dos povos latinos". Estavam presentes o prefeito de Roma e seu vice, senadores, professores universitários, advogados e diplomatas.

Além de visitar a Unesco, em Paris, na segunda-feira o Governador José Aparecido conhecerá o posto central do Metrô de Paris, e será homenageado com um almoço no Banco Nacional de Paris.

EM PARIS, UNESCO ESTUDA TOMBAMENTO DE BRASÍLIA

Aparecido visita Comitê e elogia decisão que pela primeira vez chega a monumento contemporâneo

Correio Braziliense, 15-12-85

Paris — O governador José Aparecido chegou ontem cedo a Paris, onde amanhã visitará a Unesco, em companhia do acadêmico Josué Montello, para organizar o encontro do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco em Brasília, em 86. O comitê vai estudar o tombamento de Brasília, um monumento contemporâneo, o que é inédito.

"Essa discussão é da maior importância", disse Aparecido. "Pela primeira vez se tombará um monumento contemporâneo, uma obra arquitetônica grandiosa, reconhecida mundialmente". Em sua opinião, essa decisão, se tomada, dará uma outra dimensão ao patrimônio mundial da Unesco, "incluindo as referências fundamentais de nosso tempo". José Aparecido, pelas discussões a respeito que teve em Roma, com arquitetos, urbanistas e professores universitários, está certo de que a Unesco tombará Brasília, abrindo uma exceção, entre as obras da antiguidade, para uma obra contemporânea e moderna.

Em Roma, anteontem, José Aparecido foi homenageado com um almoço, ao lado do presidente do STF, Moreira Alves, pelo prefeito de Roma, Nicola Signorello, senador e ex-ministro do Turismo da Itália. Em seu discurso, José Aparecido convidou o prefeito de Roma para visitar Brasília, no dia do aniversário das duas cidades, 21 de abril. "Final, Roma já teve mais de dois mil e setecentos aniversários com seu prefeito, e pode passar um sem ele agora", disse o governador de Brasília. "Roma tem mais de 25 séculos, saudou José Aparecido, lembrando que ele, também ex-ministro, governa a cidade eterna, enquanto Aparecido governa a mais bela e moderna capital do mundo. Os dois destacaram a importância da consolidação democrática, "indole dos povos latinos". Estavam presentes o prefeito de Roma e seu vice, senadores, professores universitários, advogados e diplomatas.

Além de visitar a Unesco, em Paris, amanhã, o Governador José Aparecido irá ao posto central do Metrô de Paris e será homenageado com um almoço no Banco Nacional de Paris. Assunto: os transportes nas grandes metrópoles. O convite foi feito em Brasília pelo adido comercial da Embaixada da França no Brasil. José Aparecido foi convidado também para participar, em abril, da reunião da Associação Mundial das Grandes Metrópoles, que discutirá o tema "transportes nas grandes metrópoles", mas recusou por causa do aniversário de Brasília.

BRASÍLIA PODE VIRAR PATRIMÔNIO

O Governador José Aparecido está em Paris, onde vai visitar a Unesco, para organizar o encontro do Comitê do Patrimônio Mundial do organismo em Brasília. Esse comitê deverá analisar as chances do tombamento da capital federal, que é um monumento contemporâneo. Se for aprovado, será um fato inédito. Pelas conversas que teve em Roma Aparecido está confiante na aprovação da Unesco.

PAINEL

Folha de S. Paulo, 15-12-85

Brasília patrimônio

A Unesco promoverá em Brasília, no próximo ano, a reunião anual do patrimônio cultural contemporâneo.

A decisão foi comunicada ao Governador José Aparecido, do Distrito Federal, pelo diretor-geral da Unesco, Amadeu MBow, em Paris.

Aparecido defende a idéia de Brasília ser transformada em patrimônio histórico da humanidade.

DÁRIO MACEDO

Jornal de Brasília, 17-12-85

Não se descuidou o Governador José Aparecido de Oliveira nesta viagem que faz à Europa de manter contatos com velhos amigos (na política, no jornalismo e na cultura) inteirando-se para depois transmitir a Sarney sobre a real imagem no Velho Mundo do Brasil de nossos dias.

KATUCHA

por Marcone Forniga
Colaboração Sophia Wain

A BARBA DA MODA

Correio Braziliense, 17-12-85

O governador José Aparecido tratou em Roma, do problema das duas crianças brasileiras que teriam sido adotadas ilegalmente por pais italianos. Pessoas que têm conversado com ele garantem que ele encontrou uma solução. Mas ninguém sabe ainda qual é.

Pelo DDI, no começo da noite de domingo, o prefeito eleito de São Paulo falou daqui de Brasília com o Governador José Aparecido, que se encontrava em Paris.

O governador ouviu e não respondeu, preferindo ignorar, a sugestão que lhe foi passada pela pessoa encarregada de fazer a ligação: Aparecido voltar também de seu giro pela Europa com uma barba à moda Jânio.

Aparecido pediu que a pessoa passasse o telefone a Jânio, preferindo ignorar a sugestão.

Tribuna Bis, 17-12-85

A Unesco, através do seu diretor-geral, Amadeu MBow, avisou ao Governador José Aparecido que a reunião anual do Comitê do Patrimônio Mundial, em 1986, será realizada em Brasília.

França oferece
recursos à Aparecido

Jornal de Brasília, 17-12-85

O Governador José Aparecido recebeu em Paris uma proposta de financiamento para a implantação de um sistema de transporte coletivo com tecnologia francesa após visitar, ontem, o metrô parisiense. Almoçou com a diretoria do Banco Nacional de Paris e recebeu a proposta do diretor de comércio Exterior, Jean Maillard.

O governador substituto, Guy de Almeida, ao revelar o encontro dos banqueiros franceses com o Governador José Aparecido, esclareceu que o governo não toma nenhuma decisão sem levar em conta os princípios estabelecidos na Administração pela Nova República: a transparência de todos os projetos é ampla participação da sociedade nas decisões.

Aparecido disse, durante o almoço com a diretoria do Banco Nacional de Paris, que sua viagem é de observação e que, diante do interesse dos franceses em transferir tecnologia ao Brasil, na área de transporte de massa vai trazer as propostas que serão examinadas pela Comissão de Transportes Coletivos e discutidas com a comunidade.

Somente ontem à tarde o governador substituto manteve um contato telefônico com o Governador José Aparecido, que, além de anunciar sua visita ao centro de operações do Metrô de Paris, completamente modernizado, o informa sobre a reunião com o diretor-geral da Unesco, Mister MBow, que aceitou o pedido do governador de fazer Brasília, no próximo ano, sede da Reunião do Patrimônio Cultural Contemporâneo. Pela primeira vez, a valorização da ecologia e do urbanismo será discutida no âmbito da entidade nessa reunião que trará à capital brasileira especialistas do mundo inteiro.

Amanhã, Aparecido deixa Paris e voa até Madri. Espera conseguir junto às autoridades espanholas a transferência da sede da União das Capitais Ibero-Americanas para Brasília. Guy de Almeida disse mais, que durante a conversa telefônica colocou o governador a par das questões administrativas, como a liberação pela Sepian, de Cr\$ 5 bilhões e 700 mil cruzeiros, recursos que serão aplicados na Candangolândia e Vila Guarani, e mais Cr\$ 10 bilhões para o projeto de Lúcio Costa da construção dos módulos na estrada Plano-Piloto Taguatinga, além de providências rotineiras. Informou também, sobre os recursos liberados para a Polícia Militar.

O governador substituto Guy de Almeida reafirmou que, a partir de janeiro, em caráter experimental, será lançado o sistema de Caixa Único no Transporte de massa. Achou precipitada a reação popular na questão dos cortes no transporte funcional.

— A idéia de Lúcio Costa merece reflexão. O governo estuda todas as alternativas. O Governador José Aparecido está na Europa e traz em sua bagagem vários estudos sobre o sistema de implantação de metrô. E preciso conhecer o problema a fundo disse Guy, completando — seria leviano, da parte do governo adotar qualquer proposta sem um amplo conhecimento da questão.

GDF apóia mutirão no Setor O

O governador interino Guy de Almeida determinou ontem ao administrador de Ceilândia, Ilton Ferreira Mendes, um estudo visando a possibilidade de o GDF financiar uma parte do material de construção que os "inquilinos de fundos de quintal" que receberam lotes no setor O necessitam para erguer suas casas.

O sistema de mutirão desenvolvido nas cinco quadras do Setor O 16, 17, 18, 19, 20 deixou Guy de Almeida impressionado e entusiasmado com o que viu, um verdadeiro formigueiro humano trabalhando noite e dia com pá, picareta, enxada, martelo, prego e resto de material da demolição.

São mais de 6 mil lotes muitos ainda sendo demarcados pelos topógrafos da Terracap nas quadras 16, 17 e 20. Oitenta por cento dos lotes da quadra 18 já foram entregues e da 19, mais de 20. Oito fiscais tomam conta das áreas indicando os locais aos proprietários. A Novacap dá uma força cedendo caminhões no transporte de material. Agora o Governador quer encontrar mecanismos que possam ajudar financeiramente adquirindo cimento, areia, madeira, prego e repassar aos que foram contemplados com lotes.

Dentro de 30 dias, todos as quadras estarão completas. O Governador José Aparecido antes de viajar à Europa, recomendou que o próprio povo investi-

gasse o critério de distribuição evitando que alguns fossem contemplados com mais de um lote. Sabe-se já, que a maioria recebeu um terreno após 10 anos de espera. Mas tem gente com apenas 3 meses de inscrição recebendo lote.

**APARECIDO TRAZ PARA BRASÍLIA
RECINÍO DA UNESCO**

Ano que vem entidade vai estudar
o tombamento da cidade
como patrimônio artístico contemporâneo

Correio Braziliense, 17-12-85

Paris — O Governador José Aparecido conseguiu em Paris uma grande vitória, trazendo para cá, em 86, a reunião do Conselho do Patrimônio Mundial da Unesco, que vai estudar especificamente o tombamento de Brasília — um patrimônio artístico contemporâneo — o que muda totalmente o enfoque da discussão sobre o que é um patrimônio que merece ser tombado.

A definição da realização da reunião em Brasília foi conseguida por José Aparecido durante encontro, em Paris, com o diretor-geral da Unesco, Amadeu MDow. O governador estava acompanhado do embaixador do Brasil na Unesco, o escritor Josué Montello. Segundo Aparecido "o mais significativo é que a Unesco reconheceu a necessidade de se preservar o patrimônio contemporâneo, considerando que existe hoje uma nova consciência de urbanismo e ecologia".

A preservação e valorização dos monumentos contemporâneos — e Brasília é um dos maiores — é uma discussão que se dá, hoje, em todo o mundo. Trazer para Brasília a reunião do Comitê do Patrimônio, portanto, com possibilidade de que a cidade seja tombada como patrimônio contemporâneo, é realmente uma grande vitória.

Segundo o Governador essa questão já tinha sido colocada por ele, quando Ministro da Cultura, e depois já no Governo, pelo Ministro Aluísio Pimenta. Mas só agora se obteve da Unesco a confirmação da realização da reunião. "Ele me disse expressamente que Brasília é reconhecida internacionalmente como uma obra singular, que deve ser preservada como testemunho da criatividade e da competência artística de uma época", afirmou José Aparecido, referindo-se a Amadeu MDow. O diretor-geral da Unesco lembrou, inclusive, que o arquiteto Oscar Niemeyer era um dos principais conselheiros da Unesco, na área de arquitetura.

Amadeu MDow conversou ainda com José Aparecido sobre o tombamento de Congonhas do Campo, em Minas Gerais — a terceira cidade brasileira a ser considerada pela Unesco como patrimônio da Humanidade. A luta pelo tombamento de Congonhas do Campo foi iniciada por José Aparecido, quando Secretário da Cultura de Minas, durante o Governo Tancredo Neves. As outras duas cidades tombadas são Olinda, em Pernambuco, e Ouro Preto, também em Minas.

Amadeu MDow garantiu a Aparecido que virá a Brasília para a reunião, manifestando o desejo de visitar São Luís, a terra do Presidente José Sarney, acompanhado de Josué Montello. Ele fez a José Aparecido referência de sua recente visita a Brasília quando ouviu do Presidente Sarney um discurso com "uma clara visão da realidade

atual". Para o diretor-geral da Unesco "o Governo do Presidente José Sarney, que ele vem acompanhando, tem a marca do equilíbrio e da firmeza e é da maior importância para a reconstrução deste grande País da América Latina". O diretor-geral da Unesco recebe hoje outro visitante brasileiro: o professor Cândido Mendes de Almeida.

FRANÇA FINANCIA REVOLUÇÃO NOS TRANSPORTES DO DF

Correio Braziliense, 17-12-85

APARECIDO TRAZ UNESCO A BRASÍLIA

Brasília poderá ser tombada como patrimônio artístico contemporâneo na reunião que o Conselho do Patrimônio Mundial da Unesco vai realizar nesta capital no próximo ano. A vitória foi conseguida pelo governador José Aparecido que manteve encontro em Paris com o diretor-geral da instituição. Amadou M'Bow. A questão já havia sido colocada por Aparecido junto à Unesco, quando ainda ministro da Cultura. Mas só nesta viagem é que se obteve a confirmação da reunião do Comitê em Brasília, em 86. Amadou M'Bow. A questão já havia sido colocada por Aparecido junto à Unesco, quando ainda ministro da Cultura. Mas só nesta viagem é que se obteve confirmação da reunião do Comitê em Brasília, em 86. Amadou M'Bow disse que virá a esta cidade na oportunidade e manifestou o desejo de conhecer São Luís, terra do presidente Sarney. "O mais significativo é que a Unesco reconheceu a necessidade de se preservar o patrimônio contemporâneo, considerando que existe hoje uma nova consciência de urbanismo e ecologia", observou Aparecido. O governador interino, Guy de Almeida, informou que José Aparecido manteve ontem uma série de contatos com autoridades francesas, visando "revolucionar" o sistema de transporte coletivo no Distrito Federal. A França poderá transferir tecnologia e até financiar os projetos de transporte de massa. Páginas 15 e 17

Quando retornar da Europa, no próximo dia 22, o governador José Aparecido trará na bagagem uma série de propostas que poderão revolucionar o sistema de transportes do Distrito Federal. Será a primeira grande mudança no setor desde a inauguração de Brasília, há 25 anos. Mecanismos ultrapassados, caros e contraproducentes como o da "mordomia funcional" deverão mesmo ser extintos.

Ao prestar essas informações, o governador interino Guy de Almeida revelou que José Aparecido manteve ontem, em Paris, uma série de contatos com autoridades francesas ligadas ao transporte coletivo. Além de demonstrar interesse em transferir tecnologia para melhorar o transporte de massa em Brasília, os franceses, através do Banco Nacional de Paris, se comprometeram a financiar projetos nessa área.

Transparência

O governador do DF, segundo Guy de Almeida, agradeceu a contribuição oferecida e pediu que os técnicos franceses encaminhem propostas à Comissão de Transportes Coletivos que ele criou, presidida pelo secretário de Governo, José Carlos Mello. Aparecido explicou que não torna nenhuma decisão sem levar em conta os princípios estabe-

lecidos na administração pela Nova República: a transparência de todos os projetos e a ampla participação da sociedade nas decisões.

Com isso, ele deixou claro que as mudanças em estudo no setor, "para dar conforto, rapidez, eficiência e reduzir o custo do transporte", passarão pelo debate amplo da coletividade, a principal interessada na questão e maior conhecedora dos problemas e das prioridades que lhe dizem respeito.

Ontem, Aparecido visitou o centro de operações do Metrô de Paris, que data de 1900 mas foi completamente modernizado nos últimos anos. Ao meio-dia, ele almoçou com a direção do Banco Nacional de Paris, onde foi recebido pelo diretor comercial Jean Maillard, que lhe assegurou linha de crédito especial para financiamento de projetos na área de transporte coletivo.

Guy de Almeida confirmou também que José Aparecido está analisando detidamente e submetendo a especialistas o documento entregue a ele pelo urbanista Lúcio Costa contendo uma série de propostas para tornar eficiente e menos oneroso o sistema de transporte do DF. Uma delas prevê a extinção da chamada "mordomia funcional", pela qual centenas de ônibus ficam estacionados à disposição do funcionalismo público, enquanto faltam coletivos nas ruas e os passageiros curtem longas esperas nos pontos.

O governador interino lamentou que alguns empresários do setor tenham condenado a sugestão precipitadamente, pois a medida está apenas em análise.

BRASIL PODE RESOLVER O BOICOTE CONTRA UNESCO

Tribuna Bis, 18-12-85

PARIS — Bons ventos estão soprando para o Brasil, é o que constata, do frio inverno europeu, o governador José Aparecido de Oliveira, ao avaliar o clima de confiança existente na Europa, com relação ao governo do Presidente José Sarney.

Para demonstrar essa realidade, o Governo do Distrito Federal revelou que uma solução brasileira vem sendo considerada para a crise da UNESCO. O Brasil já emerge como mediador do impasse, pelo papel de equilíbrio que exerce nas relações Norte-Sul.

O diretor-geral da entidade, o senegalês Amadou M'Bow, que é um amigo do Brasil, está tentando vencer as dificuldades, mas elas são amplas e profundas. A saída, agora, da Inglaterra, eleva para 35% o corte no orçamento da UNESCO, iniciado com a retirada dos Estados Unidos. É um fato inédito na história das organizações internacionais e ameaça desestabilizar o diretor-geral, segundo as informações recolhidas pelo governador José Aparecido nos meios diplomáticos e jornalísticos da capital francesa.

Confiança no Brasil

A prova da repercussão da Nova República está hoje em toda a imprensa internacional, com a resistência, em Montevideu, à proposta do secretário norte-americano Baker, vista como insuficiente diante de países como o nosso. Os europeus acompanham de perto a busca de soluções reais e objetivas para a retomada do desenvolvimento brasileiro. Os próprios banqueiros ex-

pressam o desejo de ver o Plano Baker mais flexível e mais próximo da realidade econômica da América Latina.

"Senti nitidamente em Roma continuou Aparecido — e vejo confirmar-se em Paris que o empresariado europeu tem consciência de nossa reabilitação econômica, pois recebi propostas de financiamento para projetos administrativos do Distrito Federal, nos setores de saneamento básico e transportes coletivos."

Segundo o governador, diplomatas, jornalistas e políticos ampliam este quadro francamente favorável ao Brasil, situando a serenidade do comando do Presidente José Sarney, na reconstrução de nossa vida democrática como base da confiança da opinião internacional no relançamento sócio-econômico do País.

O governador José Aparecido tem encontros programados hoje, antes de sua viagem para Madrid, com o secretário-geral do Partido Socialista, Lionel Jospin, e com o prefeito de Paris, Jacques Chirac. Ano passado, ao visitar Paris a convite do ministro Jack Lang, da Cultura, José Aparecido esteve demoradamente com Lionel Jospin, a quem explicou o projeto da Nova República, a partir da chapa Tancredo Neves—José Sarney.

JOSÉ APARECIDO AVISTA-SE

COM JACQUES CHIRAC E

SEGUE DEPOIS PARA MADRI

Gazeta Mercantil, 18-12-85

Por José Antonio Severo de Brasília

O governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, vai encontrar-se hoje, na França, com o prefeito de Paris, Jacques Chirac, e com o secretário-geral do Partido Socialista Francês, Lionel Jospin, logo em seguida, embarca para Madrid.

Ontem, em Paris, o governador do Distrito Federal manteve contatos no sentido de que o Brasil seja o mediador da crise da UNESCO, organismo das Nações Unidas para educação e cultura. Esse organismo internacional está ameaçado de ficar sem recursos, pela retirada dos Estados Unidos e da Inglaterra, que acusam a UNESCO de hostilizar seus governos. Segundo um despacho de Paris, distribuído em Brasília pelo Palácio do Buriti, Aparecido se reuniu com o diretor-geral da UNESCO, o senegalês Amadou M'Bow, para analisar as dificuldades do organismo.

Corte do orçamento

O corte de 35% do orçamento da UNESCO, pela retirada da Inglaterra e dos Estados Unidos, esta ameaçando desestabilizar o diretor-geral, o que, segundo Aparecido, é um fato inédito na história das organizações internacionais.

Aparecido revelou, ainda, que em contatos com empresários europeus pôde avaliar o interesse sobre a nova política econômica brasileira. "Senti nitidamente em Roma e vejo confirmar-se em Paris que o empresariado europeu tem consciência de nossa reabilitação econômica, pois recebi propostas de financiamento para projetos administrativos no Distrito Federal, nos setores de saneamento básico e transportes coletivos", disse o governador.

Repercussão

Segundo Aparecido, "a prova da repercussão da Nova República está hoje (ontem) em toda

a imprensa internacional, com a resistência em Montevideu, a proposta do secretário norte-americano James Baker, vista como insuficiente para países como o nosso. Os europeus acompanham de perto a busca de soluções reais e objetivas para a retomada do desenvolvimento brasileiro" concluiu.

EUROPA DÁ MAIS CRÉDITO A SARNEY

O governador José Aparecido, que encerra hoje sua visita a Paris, constatou o clima de confiança no Governo do Presidente Sarney existente na Europa. "Bons ventos estão soprando para o Brasil", comentou, lembrando a posição do país como mediador no conflito entre a Unesco e os Estados Unidos e a Inglaterra, que se retiraram recentemente da Organização, ameaçando desestabilizá-la. Além disso, Aparecido recebeu propostas de financiamentos para projetos administrativos no DF, o que, segundo ele, mostra a certeza do empresariado europeu na reabilitação econômica do País. Hoje, antes de viajar para Madri, o governador se encontra com o prefeito de Paris, Jacques Chirac. Página 15

NOVA REPÚBLICA GANHA CREDIBILIDADE INTERNACIONAL

Constatação foi feita pelo governador

José Aparecido depois

Correio Braziliense, 18-12-85

Paris — Bons ventos estão soprando para o Brasil, é o que constata, do frio inverno europeu, o governador José Aparecido, ao avaliar o clima de confiança existente na Europa, com relação ao Governo do presidente José Sarney.

Para demonstrar essa realidade, o Governador revelou que uma solução brasileira vem sendo considerada para a crise da Unesco. O Brasil já emerge como mediador do impasse, pelo papel de equilíbrio que exerce nas relações Norte-Sul.

O diretor-geral da entidade, o senegalês Amadou M'Bow, que é um amigo do Brasil, está tentando vencer as dificuldades, mas elas são amplas e profundas. A saída, agora, da Inglaterra, eleva para 35 por cento o corte no orçamento da Unesco, que começou com a retirada dos Estados Unidos. É um fato inédito na história das organizações internacionais e ameaça desestabilizar o diretor-geral, segundo informou a governador José Aparecido depois de conversar com diplomatas e jornalistas na capital francesa.

Confiança no Brasil

A prova da repercussão da Nova República está hoje em toda a imprensa internacional, com a resistência, em Montevideu, a proposta do secretário do tesouro norte-americano, James Baker, vista como insuficiente diante de países como o Brasil. Os europeus acompanham de perto a busca de soluções reais e objetivas para a retomada do desenvolvimento brasileiro. Os próprios banqueiros expressam o desejo de ver o plano Baker mais flexível e próximo da realidade econômica da América Latina.

— Senti nitidamente em Roma — continuou José Aparecido, e vejo confirmar-se em Paris que o empresário europeu tem consciência de nossa reabilitação econômica, pois recebi propostas de

financiamento para projetos administrativos do Distrito Federal, nos setores do saneamento básico e transportes coletivos.

Segundo o governador, diplomatas, jornalistas e políticos ampliam este quadro francamente favorável ao Brasil, situando a serenidade do comando do presidente José Sarney na reconstrução da vida democrática brasileira como base da confiança da opinião internacional no relançamento sócio-econômico do País.

Jospin e Chirac

O governador José Aparecido tem encontros programados hoje, antes de sua viagem para Madri, com o secretário-geral do Partido Socialista, Lionel Jospin, e com o prefeito de Paris, Jacques Chirac. No ano passado, ao visitar Paris a convite do ministro da Cultura, Jack Lang, José Aparecido esteve demoradamente com Lionel Jospin, a quem explicou o projeto da Nova República, a partir da chapa Tancredo Neves — José Sarney.

Madri homenageia Aparecido

Paris — o governador José Aparecido segue hoje para Madri, onde será recebido pelo Protocolo de Relaciones Internacionales e será homenageado, à noite com um jantar oferecido pela prefeitura da capital espanhola, amanhã pela manhã, o governador será recebido em audiência por Enríques Tierno Galván, Alcade de Madri. Personalidade de peso político na Espanha, Tierno Galván é o presidente nacional do Partido Socialista Operário Espanhol, (PSOE) que é o partido do governo. Entre os vários temas da pauta da audiência, está a União das Capitais ibero-americanas, da qual o prefeito madrileno é presidente. É uma entidade importante, que congrega todas as capitais ibero-americanas, promovendo sua integração cultural, troca de experiências administrativas e a discussão de problemas sociais. O Brasil participa da União, só que através do Rio de Janeiro, apesar dessa cidade ter deixado de ser, há 25 anos, a capital do País.

De Madri, José Aparecido segue para Lisboa, onde manterá vários contatos com o governo português, do qual é convidado, voltando para o Brasil no dia 23.

Tombamento de Brasília

Correio Braziliense, 18-12-85

Por efeito de gestões desenvolvidas pelo governador José Aparecido de Oliveira, o Conselho de Patrimônio Mundial da Unesco vai realizar em Brasília sua reunião programada para 1986. Abre-se, em consequência, a possibilidade de o órgão promover o tombamento de Brasília como patrimônio artístico mundial. Tal acontecimento libera repercussões em vários sentidos. Mas o primeiro, seguramente, será a mudança de conceito no tratamento da questão, desde que, até agora, a Unesco só aplicou o tombamento para patrimônios considerados reliquias históricas.

Brasília poderá, assim, transformar-se no primeiro sítio do urbanismo contemporâneo a ser preservado pelo tombamento da Unesco. A reformulação do critério deverá servir, uma vez praticada aqui em Brasília, para preservar outros monumentos arquitetônicos modernos em várias partes do mundo.

Sob o ponto de vista do interesse urbanístico, o tombamento funcionará como bloqueio intransponível às tentativas futuras de alterar a disposição urbana do Plano Piloto ou mudar o perfil de suas edificações. É preciso lembrar que essas tentativas existem já hoje sob formas latentes, principalmente por parte de certos setores ligados à especulação imobiliária.

Caso a iniciativa do governador José Aparecido alcance os seus objetivos, por força de eventual decisão do Conselho da Unesco de tombamento Brasília, a Capital da República seguramente respirará aliviada. E a sua população, sempre ciosa do valor artístico-cultural do traçado urbanístico da cidade e da concepção arquitetônica de seus edifícios, terá mais uma razão para ajudá-la a livrar-se da ação de depredadores e inimigos da ecologia. A consciência sobre os valores culturais sempre induz comportamentos socialmente ajustados e ações solidárias aos sentimentos preservacionistas.

KATUCHA

por Marcone Formiga

Colaboração Sophia Wainer

Correio Braziliense, 18-12-85

O governador do Distrito Federal, deputado José Aparecido de Oliveira, foi homenageado ontem, em Paris, com jantar oferecido pelos correspondentes estrangeiros, na casa do jornalista brasileiro Reali Júnior. Ari Cunha e Edilson Cid Varela, do **Correio**, que também se encontram em Paris, estavam presentes. Brindando o apreço de Aparecido pelas coisas da cultura, também participaram o musicólogo e professor Marcel Philippot e sua esposa, a pianista brasileira Ana Stella Schic, maior intérprete da obra de Villa-Lobos.

Brasília tombada?

Jornal de Brasília, 19-12-85

● O sonho do governador José Aparecido é ver o tombamento de Brasília como patrimônio cultural da humanidade e para isso obteve da Unesco, em sua passagem por Paris, que a reunião de 1986 do Comitê do Patrimônio Cultural, fosse realizada aqui.

● Em Paris o Governador ganhou um almoço na residência do embaixador brasileiro Antonio Correia do Lago. Zé Aparecido se fazia acompanhar do grande amigo Josué Montello, hoje embaixador do Brasil junto aquele organismo internacional.

APARECIDO SE REÚNE HOJE COM O PREFEITO DE MADRI

Correio Braziliense, 19-12-85

Madri — O governador José Aparecido chegou ontem a esta capital, onde manterá hoje importante encontro com o alcaide (prefeito) local. Henrique Galvan, e solicitará que Brasília seja incluída entre as capitais que formam o Grupo Ibero-Americano.

Aparecido foi convidado pelo governador espanhol para esta visita e conta com o apoio para que Brasília faça parte do fechado grupo de capitais do qual no Brasil, apenas o Rio de Janeiro participa.

Ele já visitou Roma e Paris, acompanhado do arquiteto Oscar Niemeyer, que foi homenageado pelos europeus por seus serviços à arquitetura mundial.

APARECIDO EM PARIS

Wilson Frade

Estado de Minas —

Sexta-feira, 20 de dezembro de 1985

O governador José Aparecido, de Brasília, foi homenageado em Paris, com um jantar oferecido pelos correspondentes estrangeiros na casa do jornalista brasileiro Reali Júnior. Ary Cunha e Edilson Cid Varela, do **Correio Braziliense**, que também estão em Paris, estiveram presentes. Brindando o apeço de Aparecido pelas coisas da Cultura, também participaram o musicólogo e professor Marcel Philippot e sua mulher, a pianista brasileira Ana Stela Schic, a maior intérprete da obra de Villa-Lobos. Um sarau de grande estilo em que a cultura e a política foram servidas em porções generosas.

FORTE CONTROLE DE
GARCIA EM MINAS

Tendo passado alguns dias em Belo Horizonte em contatos políticos, o ministro Thales Ramalho, que somente em fevereiro se empossará no Tribunal de Contas da União, voltou impressionado com a desenvoltura com que o governador Hélio Garcia está exercendo seu comando político em Minas e com a confiança por ele demonstrada nos resultados da próxima eleição. O governador, que lidera sem contrastes a política do seu Estado, confia não só na eleição do seu sucessor como de uma bancada de quarenta deputados federais, mais de dois terços da representação mineira.

A autoconfiança do Sr. Hélio Garcia, na avaliação do Sr. Thales Ramalho, está carente apenas de projeção nacional que lhe abra em Brasília o espaço adequado a influir na medida da sua liderança regional. O governador deverá vir à capital na próxima semana, para contatos com o presidente da República e outras personalidades. Ele não parece preocupado com a projeção do seu prestígio fora de Minas por entender que a importância do seu Estado tornará inevitável a presença dos seus dirigentes nas soluções de problemas políticos nacionais quando elas tiverem de ser tomadas.

O Sr. Hélio Garcia aparentemente não tem candidato preferencial a governador, embora seja previsível que resistirá à candidatura do senador Itamar Franco e à do prefeito de Contagem. Como a maioria dos políticos mineiros, o Sr. Hélio Garcia não percebeu as razões profundas da atitude do governador de Brasília, Sr. José Aparecido, afastando-se da política do seu Estado precisamente quando poderia ser uma solução importante para a sucessão mineira.

O ministro Thales Ramalho, que conversou igualmente com alguns secretários do Governo, está convencido de que a administração do Sr. Hélio Garcia é operosa e se estende por todo o território mineiro, o que assegura à sua liderança uma continuidade no tempo independentemente da posição que vier a assumir, ou não, no próximo ano. Além do senador Itamar Franco, são candidatos ao governo mineiro o presidente da Assembleia, Sr. Dalton Canabrava, e os Srs. Newton Cardoso, Pimenta da Veiga e Ronan Tito, mas nenhum deles o governador manifestou ainda qualquer preferência.

COLINA DO CASTELLO
NOVA DIMENSÃO DE BRASÍLIA

Jornal do Brasil, 20-12-85

De Madri, o governador José Aparecido de Oliveira conta dos êxitos dos seus contatos com personalidades da alta administração e da política da Itália, da França e da Espanha. Neste país, ele visitou ontem o Sr. Enrico Tierio Galvan, jurista e filósofo, que preside a União Mundial das Capitais Ibero-Americanas. Por iniciativa dele, Brasília será proposta como novo membro da União, à qual já pertence o Rio. Numa das duas cidades se realizará a próxima reunião dos dirigentes dessas capitais. Para o professor de Salamanca, Brasília, "contemporânea do terceiro milênio", é o local adequado para a experiência de vincular a vida humana às cidades. Preocupa-o a situação de Manágua, cidade a ser reconstruída mediante uma cooperação internacional da União. Ele sabe tudo sobre Brasília e Niemeyer.

O governador comunicou-se por telefone com o presidente, que lhe encomendou de Madri e de Lisboa as novidades literárias, inclusive de literatura política. Aparecido volta segunda-feira.

BRASÍLIA É CONVIDADA
A COMPOR UCCI

Correio Braziliense, 20-12-85

Madri — O prefeito de Madri, Henrique Tierno Galvan, fez um convite ontem ao governador José Aparecido, que se encontra em visita à Espanha, para que Brasília integre a União das Cidades-Capitais Ibero-Americanas — UCCI, entidade que preside desde 1981. O convite foi feito durante encontro mantido na prefeitura da capital espanhola. Galvan disse a Aparecido que na reunião prevista para fevereiro deverá ser oficializado o ingresso da capital brasileira na organização.

A presença de Brasília na UCCI, segundo José Aparecido, significa a contribuição dos brasileiros na reflexão sobre o novo tempo, permitindo definir novos caminhos nesta hora de grandes transformações. O Governador sugeriu ao prefeito de Madri para que a entidade, na reunião de fevereiro, examine proposta para que o próximo encontro seja realizado em Brasília.

Durante o encontro, Aparecido e Galvan conversaram sobre temas ligados à vida das cidades como a humanização, a valorização da vida cultural, despoluição e aprimoramento da qualidade urbana. José Aparecido lembrou que Brasília superou em muito às previsões demográficas iniciais, e hoje, com mais de um milhão e 600 mil habitantes, apresenta elenco variado de problemas, o que faz o Governo e a população repensarem o presente e o futuro da cidade.

Sempre acompanhado do embaixador brasileiro João Carlos Fragoço, o governador do Distrito Federal visitou ainda o Centro Cultural do Conde Duque, que a prefeitura de Madri está instalando no edifício das antigas cavalarias reais. Ele visitou também na prefeitura a gerência de urbanismo, acompanhada por uma série de arquitetos que verificaram implançados para despoluir o rio Manzanares e recuperar várias áreas da cidade.

GILBERTO AMARAL

Correio Braziliense, 20-12-85

O governador José Aparecido de Oliveira chega hoje a Lisboa atendendo a um convite que lhe foi formulado pelo governo português através do embaixador Adriano de Carvalho, em visita oficial domingo. Ele será recebido pelo presidente António Ramalho Eanes, pelo primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva e pelo prefeito de Lisboa, Eng. Nuno Abecassis.

BRASÍLIA SE UNE À
UCCI NA ESPANHA

Tribuna Bis, 20-12-85

Madri — O prefeito de Madri, Henrique Tierno Galvan, fez um convite ao governador do Distrito Federal, José Aparecido, que se encontra em visita à Espanha, para que Brasília integre a União das Cidades-Capitais Ibero-Americanas (UCCI), entidade que preside desde 1981. O convite foi feito durante encontro mantido na prefeitura da capital espanhola. Galvan disse a Aparecido que na reunião prevista para fevereiro deverá ser oficializado o ingresso da capital brasileira na organização.

A presença de Brasília na UCCI, segundo José Aparecido, significa a contribuição dos brasileiros na reflexão sobre o novo tempo, permitindo definir novos caminhos hora de grandes transformações. O governador sugeriu ao prefeito de Madri para que a entidade, na reunião de fevereiro, examine proposta para que o próximo encontro seja realizado em Brasília.

Durante encontro, Aparecido e Galvan conversaram sobre temas ligados à vida das cidades como a humanização, a valorização da vida cultural, despoluição e aprimoramento da qualidade urbana. Aparecido lembrou que Brasília superou em muito às previsões demográficas iniciais e hoje com mais de um milhão e seiscentos mil habitantes, apresenta elenco variado de problemas.

MADRI FAZ ALIANÇA
COM BRASÍLIA

Jornal de Brasília, 20-12-85

O prefeito de Madri, Henrique Tierno Galvan, disse, ontem, ao governador José Aparecido, num encontro informal em seu gabinete, que a capital da Espanha tem problemas semelhantes ao Distrito Federal e que por uma coincidência estão recebendo o mesmo tratamento que o governador do DF pratica para resolver questões de maior peso e repercussão social, como poluição, e aprimoramento da qualidade da vida urbana.

O governador brasileiro ressaltou que eles tinham o mesmo compromisso histórico de fidelidade a ideal democrático e que se acham, na atualidade, diante do desafio das cidades metropolitanas, na aurora do terceiro milênio. Acentuou que Brasília, com seus 25 anos, apresenta um elenco variado de problemas, exigindo o empenho permanente de seus gestores e a participação ampla de toda a sociedade.

O prefeito de Madri recordou a visita do presidente Tancredo Neves a Espanha e enfatizou a repercussão positiva junto a opinião internacional da competência do presidente José Sarney na construção da Nova República brasileira.

Dom Henrique Tierno Galvan, que é o presidente de honra do Partido Socialista Operário Espanhol, PSOE, do primeiro-ministro Felipe Gonzalez, preside, também, desde 1981 a União das Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI). Convidando Brasília para fazer parte da entidade, ele disse ao governador José Aparecido, que, na reunião prevista para fevereiro, deverá ser oficializado o ingresso da capital brasileira, que irá redimensionar as perspectivas da organização.

Nesse sentido, o governador disse a Dom Henrique que a reunião deve examinar, também, a proposta de que o próximo encontro da UCCI aconteça em Brasília.

Frisou que Brasília, símbolo da renovação do urbanismo no século XX, é por definição a cidade do terceiro milênio, do qual já somos contemporâneos.

**EANES ELÓGIA
ATUAÇÃO DE SARNEY**
Ministros e artistas também
homenageiam Aparecido em Lisboa

Correio Braziliense, 21-12-85

Lisboa — "O ato de equilíbrio praticado pelo presidente José Sarney é excepcional, porque se trata de equilíbrio dinâmico e não estático", disse ontem o presidente de Portugal, Ramalho Eanes, ao governador José Aparecido, que afirmou ter ido "levar o abraço fraternal e estreito de Sarney a Portugal no momento em que o país entra na Comunidade Econômica Europeia".

O presidente Eanes disse considerar Sarney "um político de qualidades extraordinárias pois se fez depositário das exaltadas esperanças dos brasileiros, num momento de singulares dificuldades para o País, agravadas pela morte do presidente Tancredo Neves".

O governador José Aparecido chegou ontem a Lisboa para uma visita oficial de três dias afirmando que "brasileiro quando volta a Lisboa é para se reencontrar com a matriz". Ele informou que assinará um protocolo durante cerimônia na Câmara de Lisboa que tomará as capitais brasileira e portuguesa cidades gêmeas.

José Aparecido disse que Eanes reconhece que "nossas dificuldades, as de Portugal e as do Brasil, não se resolvem a tempo breve, mas antecipam soluções, na medida que ambos os países retomaram o caminho da reconstrução nacional e da democracia".

O presidente Ramalho Eanes recordou sua primeira visita oficial ao Brasil, em 1978, quando conheceu José Aparecido através de um amigo comum, que se achava no Rio de Janeiro: Raul Solnado. O presidente lembrou ao governador de Brasília ter contado com sua colaboração naquele momento, quando levava aos brasileiros sua mensagem de fé na via democrática, José Aparecido convidou o presidente de Portugal a visitar Brasília e ficar na Granja de Águas Claras, quando deixar a chefia de Estado, no início do próximo ano, e Ramalho Eanes aceitou o convite. Eles conversaram em seguida sobre as eleições de novembro em Brasília e a atualidade de vida

pública portuguesa, onde o pleito presidencial começa no próximo dia 6 de janeiro.

Intensa programação foi cumprida ontem em Lisboa pelo governador de Brasília. No Palácio das Necessidades, ele se avistou com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Pedro Pires de Miranda, e foi homenageado com um almoço pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Eduardo de Azevedo Soares. Participaram do almoço a atriz Tônia Carreiro, o ator Raul Solnado e os escritores portugueses Antonio Alçada Batista e Gaspar Simões e o brasileiro João Condé.

Em seguida, o governador foi recebido oficialmente na Câmara Municipal de Lisboa pelo seu Presidente. Nuno Abecassis, que acaba de ser reeleito com votação altamente expressiva. Nuno Abecassis é o vice-presidente da União das Cidades-Capitais Ibero-americanas, que tem na presidência o prefeito de Madri, Dom Enrique Tierno Galvan. Nuno Abecassis saudou o governador José Aparecido com um discurso no salão nobre da Câmara dizendo do empenho da UCCI em ter o Distrito Federal brasileiro integrando a entidade. Ressaltou o significado de Brasília para o urbanismo e arquitetura de nosso tempo e analisou o lado humanista da personalidade política de José Aparecido.

Ao agradecer as homenagens da Câmara de Lisboa, exatamente no local onde, 5 de outubro de 1910, se proclamou a República Portuguesa, o governador exaltou o reencontro de Portugal e Brasil nos caminhos da democracia. Falou em seguida sobre o papel da capital do futuro e o significado de Lisboa no mundo latino e na União das Cidades-Capitais Ibero-americanas (UCCI).

Da Câmara Municipal José Aparecido se dirigiu ao Palácio de São Bento, a fim de se entrevistar com o primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva. A noite, por telefone, o governador José Aparecido teve um contato com o ex-primeiro ministro Mario Soares. Hoje pela manhã, Aparecido recebe no Hotel Ritz a visita do ex-premier português.

APARECIDO TRAZ ELOGIOS

Correio Braziliense, 21-12-85

O governador José Aparecido (foto) foi recebido ontem em audiência pelo presidente Ramalho Eanes, em Lisboa, onde deverá ficar por três dias e assinar protocolo tornando a capital portuguesa irmã de Brasília. O presidente Eanes disse que "o ato de equilíbrio praticado pelo presidente Sarney é excepcional, porque se trata de equilíbrio dinâmico e não estático" e elogiou a atuação de Sarney, "um político de qualidades extraordinárias". Aparecido disse que Eanes reconhece que "nossas dificuldades não se resolvem em tempo breve, mas antecipam soluções na medida em que ambos os países retomaram o caminho da reconstrução nacional" e saudou a entrada de Portugal para a Comunidade Econômica Europeia. Hoje ele recebe a visita do ex-premier Mário Soares. Página 13.

KATUCHA

por Marcone Formiga Colaboração Sophia Wainer

MERECIDO REPOUSO DO GUERREIRO

Correio Braziliense, 21-12-85

Apesar de estar previsto para o dia 23 o regresso do governador José Aparecido de sua viagem

a Europa é possível que ele não reassuma o cargo na segunda-feira. O governador, que cumpriu um intenso roteiro de compromissos oficiais em Roma, Paris, Madri e Lisboa, vai desembarcar cansado.

Por isso mesmo é muito provável que ele só retorne suas atividades normais no Palácio do Buriti entre os dias 27 e 28, permanecendo no cargo o governador-interino, Guy de Almeida.

Não será surpresa nenhuma que Aparecido termine optando em passar o Natal com sua mãe, em Belo Horizonte, preservando uma tradição familiar — além de aproveitar para descansar de sua maratona internacional.

HUMOR DE APARECIDO CONTAGIA

Depois de fazer o sisudo primeiro-ministro Zhao Ziyang explodir em uma gargalhada, diante a audiência que os dois tiveram há pouco mais de um mês, o governador José Aparecido conseguiu ontem fazer o presidente português Ramalho Eanes, que tem a fama de nunca sorrir, também explodir em uma gargalhada.

Ninguém sabe o que Aparecido falou para Ziyang ou para Eanes, mas o certo é que tem um segredo para quebrar o gelo protocolar.

APARECIDO NÃO DISPUTARIA

O primeiro impacto dos erros táticos do Governo Federal, no combate à inflação ou na demora no cumprimento de suas promessas sociais, é sentido pela população do Distrito Federal, que convive, como massa de apoio administrativo, com as esperanças de mudanças que tardam e, muitas das vezes, falham. Essa população tende a expressar seu desencanto nas eleições, e seu voto, em novembro de 1984, deverá merecer uma leitura não convencional, como fruto de um protesto incubado ao longo dos 25 anos de Brasília.

O governador José Aparecido de Oliveira, por conta desse fenômeno, terá que decidir desde logo se vai arrostar as consequências de enfrentar uma eleição para o Senado, lutando pelo voto de uma massa metropolitana cujo inconsciente coletivo é indecifrável, ou se parte para a figura histórica de um magistrado da primeira eleição da Capital Federal.

Pessoas mais experimentadas no trato eleitoral acreditam que Aparecido, de longa data homem público que conhece uma eleição, não vai arriscar sua carreira num pleito cujo eleitor é um povo sem voz, mantido à margem do processo pelo autoritarismo que desejava tornar essa capital uma cidadela intocável de privilégios e mordomias.

Por quem esse eleitor vai se inclinar, já que os líderes, e seus candidatos embutidos no PDS, não mais estão em cena? É presumível que o PMDB receba frontalmente o julgamento das urnas, pelo que a Nova República não fez, e muito prometeu sem cumprir.

Não teria o governador, da mesma forma, superado suas divergências com o donatário dos sentimentos frustrados dessa população de párias sociais que se estende pelas cidades-satélites de Brasília. O deputado Múcio Athayde, na verdade, parece encarnar o espírito das massas ofendidas e humilhadas por todos esses anos de artificialismo administrativo. O Plano Piloto dispõe de apenas 20% (por cento) dos eleitores do Distrito

Federal, e mesmo nele, o governador não encontra uma base tão sólida de apoio para seu suporte.

RAMALHO E CAVACO RECEBEM APARECIDO

Jornal de Brasília, 21-12-85

Lisboa — "O ato de equilíbrio praticado pelo presidente José Sarney é excepcional porque se trata de equilíbrio dinâmico e não estático", disse o presidente da República de Portugal ao governador José Aparecido de Oliveira, durante a audiência de uma hora, ao final da tarde de ontem, no Palácio de Belém. O presidente Ramalho Eanes considera o presidente José Sarney "um político de qualidades extraordinárias, pois se fez depositário das exaltadas esperanças dos brasileiros, num momento de singulares dificuldades para o País, agravadas pela morte do presidente Tancredo Neves".

O governador José Aparecido frisou que Eanes reconhece que "hossas dificuldades, as de Portugal e as do Brasil, não se resolvem a tempo breve, mas antecipam soluções, na medida que ambos os países retomaram o caminho da reconstrução nacional e da democracia".

Reencontro em Lisboa

O presidente Ramalho Eanes recordou sua primeira visita oficial ao Brasil, em 1978, quando conheceu José Aparecido através de um amigo comum, que se achava no Rio de Janeiro: Raul Solnado. O presidente lembrou ao governador de Brasília ter contado com sua colaboração naquele momento, quando levava aos brasileiros sua mensagem de fé na via democrática, José Aparecido convidou o presidente de Portugal a visitar Brasília e ficar na Granja de Águas Claras, quando deixar a chefia de Estado, no início do próximo ano. Ramalho Eanes aceitou o convite. Eles conversaram em seguida sobre as eleições de novembro em Brasília e a atualidade da vida pública portuguesa, onde o pleito presidencial começa no próximo dia 6 de janeiro.

Intensa programação foi cumprida ontem em Lisboa pelo governador de Brasília. O Palácio das Necessidades, ele se avistou com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Pedro Pires de Miranda, e foi homenageado com um almoço pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Eduardo de Azevedo Soares. Participaram do almoço a atriz Tônia Carrero, o ator Raul Solnado e os escritores portugueses António Alçada Batista e Gaspar Simões e o brasileiro João Condé.

Em seguida, o governador foi recebido oficialmente na Câmara Municipal de Lisboa pelo seu presidente, Nuno Abecassis, que acaba de ser reeleito com votação altamente expressiva. Nuno Abecassis é o vice-presidente da União das Cidades-Capitais Ibero-americanas, que tem na presidência o prefeito de Madrid, Dom Enrique Tierno Galván. Nuno Abecassis saudou o governador José Aparecido com um discurso no salão nobre da Câmara dizendo do empenho da UCCI em ter o Distrito Federal brasileiro integrado à entidade. Ressaltou o significado de Brasília para o urbanismo e arquitetura de nosso tempo e analisou o lado humanista da personalidade política de José Aparecido.

Ao agradecer as homenagens da Câmara de Lisboa, exatamente no local onde, a 5 de outubro de 1910, se proclamou a República Portuguesa,

o Governador exaltou o reencontro de Portugal e Brasil nos caminhos da democracia. Falou em seguida sobre o papel da capital do futuro e o significado de Lisboa no mundo latino e na União das Cidades-Capitais Ibero-americanas.

Da Câmara Municipal, Aparecido se dirigiu ao Palácio de São Bento, a fim de se entrevistar com o primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva. A noite, por telefone, o governador José Aparecido teve um contato com o ex-primeiro ministro Mario Soares.

APARECIDO LIGA DO RIO

Correio Braziliense, 24-12-85

O governador José Aparecido de Oliveira, em telefonema do Rio, revela o motivo por que permanecerá até o dia 30 fora do Governo do Distrito Federal: chegou adoentado da Europa, febril, e incômodo num dente. Vai se tratar em Belo Horizonte e voltar a Brasília para a passagem do Ano Novo.

KATUCHA

Por Marcone Formiga colaboração Sophia Wainer

GOVERNADOR CHEGA A TODO VAPOR

Mal desembarcou na manhã de ontem no voo que o trouxe de Lisboa, o governador José Aparecido já estava instalado em seu escritório do Rio, mantendo contatos telefônicos. O governador, que chegou resfriado e bastante cansado da maratona internacional que cumpriu, demonstrava uma incrível disposição.

O governador embarca no final da tarde para Belo Horizonte, onde vai passar o Natal com sua mãe, Dona Aracy. Mas antes irá a seu dentista, cumprindo uma consulta que foi marcada e desmarcada várias vezes.

Esse dentista, José Ribeiro Sobrinho, é o mesmo que Aparecido indicou a Tancredo Neves, em fevereiro, depois da viagem que ele fez ao exterior. Além de ser o da confiança do Governador, o dentista está ganhando boa fama entre os políticos.

Afinal, é o único capaz de fazer político mineiro abrir a boca.

BRASIL GANHA COM INGRESSO DE PORTUGAL NO MCE

Aparecido recebe apoio do primeiro-ministro Cavaco e lembra ampliação do mercado via Lisboa

Correio Braziliense, 24-12-85

APARECIDO VOLTA COM BOAS NOVAS

O governador José Aparecido chegou ontem ao Rio de Janeiro, após visita à Europa e em Lisboa ouviu do primeiro-ministro António Cavaco da Silva a afirmação de que o ingresso de Portugal no Mercado Comum Europeu abre novas perspectivas para a economia brasileira, o que considerou um instrumento de consolidação democrática. Página 17

A Presença de Portugal no Mercado Comum Europeu abre novas perspectivas para a economia brasileira, disse o primeiro-ministro António Cavaco da Silva ao governador José Aparecido. O dirigente observou que seu governo tem consequência dos aspectos positivos e das dificuldades decorrentes do Ingresso no Mercado Comum, tendo a parceria da comunidade de língua portuguesa como ponto decisivo para o êxito, especialmente o apoio do Brasil. Aparecido chegou ontem ao Rio de Janeiro.

O governador afirmou que essa etapa é considerada pelo presidente José Sarney como singular oportunidade para redimensionar os laços históricos que ligam os dois povos. "A ampliação do Mercado para a atividade econômica, através de Lisboa, nosso caminho natural para a Europa e a África não será apenas símbolo de amizade, mas também moderno instrumento da consolidação democrática na vida de nossos países", disse Aparecido.

O carinho com que o governador José Aparecido foi cercado em sua visita oficial (em três horas, falou com o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o primeiro-ministro e o presidente da República) comprova a identidade dos portugueses com a Nova República brasileira. O ex-ministro da Cultura deputado António Coimbra Martins, que acaba de ser eleito representante de Portugal no parlamento Europeu, esteve com o governador do Distrito Federal, para levar-lhe afetuosa mensagem de Mário Soares, em campanha presidencial, no interior do país.

Em companhia do escritor António Alçada Baptista, do pintor Júlio Pomar e do artista Raul Solnado, o governador esteve com diversas personalidades da intelectualidade portuguesa, sendo homenageado pela jornalista Maria João com jantar em sua residência, com a participação do escritor João Condé e das atrizes Tônia Carrero e Dina Sfat.

No mosteiro dos Jerônimos, o governador do Distrito Federal depositou uma coroa de flores junto à sepultura do poeta Fernando Pessoa, cujo cinquentenário de morte está sendo internacionalmente celebrado.

José Aparecido disse que, através de sua assessoria da Cultura, o Distrito Federal também participa das comemorações tendo instituído prêmio de viagem a Portugal e de uma biblioteca pessoal, a ser concedido em 1986 aos dois vencedores de concurso nacional sobre a vida e a obra do poeta português.

AS CIDADES DA PAZ

José Aparecido de Oliveira
Jornal de Brasília, 24-12-85

Coincidências singulares contemplam o destino de Roma e o destino de Brasília. A tradição ensina que a cidade das sete colinas foi fundada entre os idos de abril e as calendas de maio, no mesmo dia 21 de abril do calendário gregoriano, em que se inaugurou, no Planalto Central, a jovem cidade de Brasília.

A vocação de Roma e a vocação de Brasília harmonizam-se na mesma vertente. Roma é o exemplo histórico de que um país não funda uma capital, pois é a capital — o *caput* — que sempre criou as nações.

Dois mil e setecentos anos depois de Roma é mais de, quatro séculos após o desembarque

de Pedro Álvares Cabral, o povo brasileiro ousou o desafio de contestar a velha superstição e fundou a sua nova capital.

Vivemos, ainda hoje, as conseqüências do compromisso de edificar a cidade sonhada desde os primórdios da nacionalidade brasileira. A dimensão continental e a necessidade de reorganização demográfica inspiraram a busca permanente do coração de território, sítio em que se assentaria o **caput** idealizado da nação emergente, conforme disse no Campidoglio de Roma.

A primeira capital foi Salvador, na Bahia de Todos os Santos, velha cidadela barroca que se debruça sobre o Atlântico, agora com a legenda de patrimônio cultural da humanidade, que lhe acaba de conferir a Unesco.

A descoberta setecentista do ouro e dos diamantes das Minas Gerais tornou imperioso o deslocamento do eixo do País para a região meridional. E foi então que o Rio de Janeiro se fez capital, acolhendo o governo da Colônia, do Reino, do Império e da República, em meio ao esplêndido colóquio entre mar e montanha, no espetáculo único da Baía da Guanabara, como gosta de dizer o meu amigo Darcy Ribeiro.

Com Brasília, o País repousou a cabeça no centro de sua vasta superfície, demarcando o pólo de convergência e irradiação da alma brasileira.

Sugerida pelos primeiros desbravadores do sertão como pelos precursores da Independência, a nova capital acabou sendo conquista de nosso tempo. Brasília veio da mais antiga, forte e coerente aspiração nacional, reiterada pelas gerações até a obra plantada pela obstinada vontade criadora do Presidente Juscelino Kubitschek.

São João Bosco profetizou que, no Planalto Central, crescerá a capital da esperança de um mundo renovado. Hoje, ele é patrono de Brasília.

De sua pequena ermida, tem-se magnífica visão da cidade, como me disse, em Roma, o Prof. Pierangelo Catalano, que já por duas vezes palmilhou os caminhos planaltinos durante o meu governo, preparando o grato encontro que acabamos de realizar em Roma, com a presença de Ernesto Silva, duplamente pioneiro, ao viver os tempos inaugurais e escrever, hoje, a história do primeiro quartel de século de Brasília.

Lembrei, na abertura do Seminário sobre Brasília e Roma, que foi no santuário consagrado a Dom Bosco, que o Presidente Tancredo Neves apareceu em público pela última vez, na tarde de 14 de março. Começou, nesta data, o martírio que culminou com seu falecimento a 21 de abril, dia das duas capitais e da morte de Tiradentes, herói da liberdade.

Na aurora da retomada democrática, o jubileu de Brasília foi marcado pelo sacrifício do fundador da Nova República. Afirmar aos romanos que o equilíbrio, a serenidade e a competência do Presidente José Sarney estão garantindo a implantação do projeto político de reconstrução nacional em curso de plena normalidade.

Por outro lado, nessa era de profundas transformações verifiquei, ao longo da breve viagem à Europa, que Brasília vai desempenhar o compromisso maior de sua destinação. Tendo sofrido em 21 dos 25 anos de sua vida o peso de um regime autoritário, a cidade se redescobre como estuário das aspirações do nosso tempo. O primeiro sinal está no retorno de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer ao espaço urbano por eles projetado.

O ato histórico é internacionalmente dimensionado pela outorga do Prêmio Roma-Brasília, Cidades da Paz, iniciativa da municipalidade romana.

A 24 de setembro, emissário do prefeito Nicola Signorello e do vice-prefeito Pierluigi Severi, o Prof. Pierangelo Catalano entregou ao arquiteto Lúcio Costa a honraria, no Palácio do Buriti.

Em seu parecer, a Comissão Especial do Prêmio observou que o autor do plano de Brasília mostra, "na extraordinária clareza, amplitude e liberdade de visão, a capacidade de ideação unitária de uma grande cidade como **urbis** e como **civitas**".

Ao conferir o mesmo prêmio, este ano, ao arquiteto Oscar Niemeyer, autor dos principais edifícios de Brasília, o Campidoglio ressaltou, mais uma vez, o significado da "capital da esperança", na definição de Malraux, como centro de convergência e irradiação.

Por tudo isso, anunciei em Roma que Brasília se qualifica como sede da primeira Trienal de Arte das Américas, a se realizar entre abril e junho de 1987.

Nossas raízes étnicas e culturais envolvem ameríndios, africanos e europeus, aos quais se integram, em perfeita comunhão, recentes contribuições asiáticas. Sabemos que somos filhos do mundo latino, vivendo no maior País latino do nosso tempo, com 135 milhões de pessoas falando uma língua latina — "a última flor do Lácio".

A luz equatorial da terra brasileira nutre a mesma vocação de Lisboa, Madrid e Paris, todas filhas da cidade de Rômulo e Remo, para fazer de Brasília cabeça da latindade, nas verdes extensões da terra sul-americana.

O amor de Roma, Paris, Madrid e Lisboa — o itinerário de minha viagem — corre nas veias de Brasília.

E foi por tal razão que levamos para o Campidoglio a réplica da escultura "Dois Candangos", que representa os operários construtores da capital, obra de um artista maior, Bruno Giorgi, ele próprio testemunho da integração italo-brasileira.

Os estudos, debates e conferências no frio europeu ampliarão o intercâmbio para o qual estamos vocacionados. Tenho a certeza, pelos méritos do moderno diálogo internacional, que serão positivas as conseqüências.

As margens do Tíbre, do Sena, do Manzanares, que a competente administração de Don Enrique Tierno Galván devolve em águas cristalinas à população madrilenha, e do velho Tejo, cantado nos versos de Camões, reencontrei sempre a lembrança dos rios Descoberto e São Bartolomeu, que nos reclamam uma Brasília despolidada e compatibilizada, novamente, com a função fundamental do lago Paranoá, na qualidade de vida.

Todas essas metrópoles são cidades da paz e o signo da perenidade latina e a luz que indica à nossa jovem metrópole o caminho para a jornada da história. Tendo reencontrado seu destino democrático, como a Lisboa de Nuno Abecasis, presidente da Câmara Municipal, a Madrid do Alcaide Tierno Galván, a Paris do primeiro "Maire" eleito Chirac e a Roma do dedicado prefeito Nicola Signorello, Brasília tem consciência política do papel que lhe cabe entre as cidades do nosso tempo. Testemunho antecipador do terceiro milênio, a capital brasileira volta a exercer, num mundo em busca de soluções para tantos desafios, a inspiração do futuro.

Trago de Roma os votos de boas festas do Papa João Paulo II para toda a família brasileira. Bênção ao governo e ao povo do Distrito Federal. Brasília e cidades-satélites, aos companheiros de secretariado, aos funcionários do GDF, aos administradores regionais e a todos aqueles que têm dado sua contribuição para a obra de restauração do prestígio e da verdadeira dimensão do Distrito Federal. Essa bênção alcança os membros da Comissão do Distrito, que têm demonstrado espírito público e atenção no atendimento às solicitações do povo e do governo desta unidade da federação. A bênção especial de Sua Santidade ao Presidente José Sarney e à população brasileira tem o sentido ecumênico de que a paz do Natal haverá de nos acompanhar nos dias do Ano Novo, abrindo clareiras e construindo novos espaços para a visão do horizonte.

BRASÍLIA EM NOVO TEMPO

José Aparecido de Oliveira,
Governador do Distrito Federal

Correio Braziliense, 24-12-85

Uma viagem sempre ensina e se prolonga como itinerário de experiências conquistadas. Sobretudo neste tempo de Natal, nada é mais propício que iniciar a jornada em Roma, diante da figura iluminada de João Paulo II. O Papa disse-me, expressamente, que levasse os seus votos natalinos a todas as famílias de Brasília, concedendo bênção especial ao Presidente José Sarney e aos habitantes da capital brasileira.

Para mim, é particularmente grato poder desejar Feliz Natal ao povo de Brasília, sem distinção de culto, com o voto ecumênico de João Paulo II, trazendo sua mensagem plena de confiança nos destinos do homem e de fé na transcendência da vida.

Vejo a chegada do Ano Novo com a certeza de que tomamos o melhor caminho. Em Roma, à volta da Santa Sé, expande-se uma cidade que, posta sob o signo da eternidade, busca atualizar-se na dimensão fantástica das grandes metrópoles do nosso tempo.

Pude verificar, com o prefeito Nicola Signorello e com o Vice-Prefeito Pierluigi Severi, que a capital de 25 séculos e a capital de 25 anos convergem para o mesmo espaço: a tradição e a realidade do desafio urbano.

Na aurora de 1986, somos contemporâneos do terceiro milênio. E não há soluções que deixem de contemplar essa perspectiva fundamental.

Em Paris, que elegeu seu dirigente pela primeira vez, em séculos de história, encontrei problemas reciclados na superfície metropolitana de uma rede de núcleos integrada por moderno sistema de transporte coletivo. Os parisienses, preparando-se agora para votar, como os brasileiros o fazem, na escolha de seus representantes no Parlamento nacional, também sabem que a permanente lição democrática é a matriz das soluções comunitariamente sonhadas.

É começando a andar que se caminha. Depois de 25 anos, Brasília vai ter afirmada a sua identidade política, assim como Paris de Jacques Chirac e Lionel Jospin, expressões singulares de vertentes opostas da democracia francesa.

José Aparecido de Oliveira é governador do Distrito Federal

Observei, em Madri, o respeito e a admiração que cercam esse homem tocado de santidade que é Don Enrique Tierno Galván, reeleito alcaide da capital espanhola de forma consagrada. Humanista de porte extraordinário, ele restaurou a comunicação do governo da cidade com o povo, através de seus "bandos" resgatados na velha sociedade medieval. Por meio deles, vai Don Enrique dialogando com os cidadãos, na sintonia da consciência madrilenha, que equilibra a preservação da história e o ideal de transformação no bojo de conquistas do porte da despoluição do rio Manzanares.

Fui ao encontro do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em momento marcante de sua trajetória de político integrado no ritmo democrático recuperado pelo Portugal contemporâneo. Nuno Abecasis acaba também de ser reeleito, confirmado pelos compromissos da gente lisboeta na sede da municipalidade, onde, a 5 de outubro de 1910, proclamou-se a República. Esse espírito republicano, que irriga as raízes mais profundas de nossa dinâmica histórica, renasceu no Brasil, com a formação da chapa Tancredo Neves — José Sarney, a fim de virar a página do centralismo ensandecido que retirou a autonomia dos Estados e dos municípios, além de transformar as gerações atuais em devedoras dos números astronômicos de nossa dívida externa.

A autonomia e a redistribuição das rendas públicas constituem, na verdade, um problema universal que a consciência urbana retemperada na saga das metrópoles começa a reivindicar, no curso de uma mesma luta de modernização dos compromissos democráticos.

Quando vejo Brasília envelhecendo aos nossos olhos, e cidades milenares reatualizando-se na antevisão de uma nova era, acredito que as opções de meu governo situam nosso esforço no mesmo empenho de administradores como Signorello, Chirac, Tierno Galván e Abecasis, gestores lucidamente atentos ao advento do terceiro milênio.

Volto dia 30 ao Governo do Distrito Federal, depois de resolver problema de infecção aguda, ao completar-se a presença competente e devotada de Guy de Almeida nessa responsabilidade singular.

Até lá poderei retornar ao gabinete do velho amigo José Ribeiro Sobrinho, com matrícula de 40 anos de fidelidade de cliente errático, que só volta quando as arcadas ameaçam desabar do céu da boca. Mas o sentimento de Brasília, que não se ausentou ao percorrer caminhos tão distantes, mantém-se na integridade do compromisso, ampliado pela incorporação de parceiros solidários na causa das cidades-capitais, especialmente das metrópoles latino-americanas, que assumem a vocação comum de espaços em que uma vida melhor, justa e equilibrada haverá de ser, a cada dia, a comunhão de todos os seus habitantes. Boas festas e feliz 1988. Ao meu secretariado, fiéis companheiros de governo; ao funcionários do GDF, aos administradores das cidades-satélites e a todos aqueles que me emprestam sua competência e idealismo na administração desta cidade; a cada brasileiro — do Plano ou das Satélites, que na convivência destes sete meses aprendi a respeitar pelo seu comovido testemunho humano que é a força maior de construção do Distrito Federal.

APARECIDO EM LISBOA

Jornal de Brasília, 24-12-85

O Governador do Distrito Federal, José Aparecido, ouviu ontem, em Lisboa, do primeiro-ministro português, António Cavaco da Silva, que a presença de Portugal no Mercado Comum Europeu abre novas perspectivas para a economia brasileira.

O Governador José Aparecido de Oliveira, em artigo publicado hoje pelo *Jornal de Brasília*, traça um paralelo entre as grandes metrópoles mundiais e a Capital brasileira. (Páginas 9 e 11.)

LISBOA NAMORA NOVA REPÚBLICA

Jornal de Brasília, 24-12-85

A presença de Portugal no Mercado Comum Europeu abre novas perspectivas para a economia brasileira, disse o primeiro-ministro António Cavaco da Silva ao Governador José Aparecido de Oliveira. O dirigente observou que seu governo tem consciência dos aspectos positivos e das dificuldades decorrentes do ingresso no Mercado Comum, tendo a parceria da comunidade de língua portuguesa como ponto decisivo para o êxito, especialmente o apoio do Brasil. O Governador afirmou que essa etapa é considerada, pelo Presidente José Sarney, como singular oportunidade para redimensionar os laços históricos que ligam os dois povos. A ampliação do mercado para a atividade econômica, através de Lisboa, nosso caminho natural para a Europa e a África, não será apenas símbolo de amizade, mas também moderno instrumento da consolidação democrática na vida de nossos países.

O carinho com que o Governador José Aparecido foi cercado em sua visita oficial (em três horas, falou com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Primeiro-Ministro e o Presidente da República) comprova a identidade dos portugueses com a Nova República brasileira. O ex-Ministro da Cultura, Deputado Antônio Coimbra Martins, que acaba de ser eleito representante de Portugal no Parlamento Europeu, esteve com o Governador do Distrito Federal, para levar-lhe afetuosa mensagem de Mário Soares, em campanha presidencial, no interior do País. Em companhia do escritor Antonio Alçada Baptista, do pintor Júlio Pomar e do artista Raul Solnado, o Governador esteve com diversas personalidades da inteligência portuguesa, sendo homenageado pela jornalista Maria João com um jantar em sua residência, com a participação do escritor João Conde e das atrizes Tônia Carrero e Dina Sfat.

Fernando Pessoa

No Mosteiro dos Jerônimos, o Governador do Distrito Federal depositou uma coroa de flores junto à sepultura do poeta Fernando Pessoa, cujo cinquentenário de morte está sendo internacionalmente celebrado. José Aparecido disse que, através de sua Assessoria da Cultura, o Distrito Federal também participa das comemorações, tendo instituído prêmio de viagem a Portugal e de uma biblioteca pessoana, a ser concedido em 1986, aos dois vencedores de concurso nacional sobre a vida e a obra do poeta português.

O escritor Gaspar Simões destacou o alcance da homenagem da "capital do futuro".

APARECIDO SÓ VOLTA AO BURITI SEGUNDA

Jornal de Brasília, 24-12-85

O Governador José Aparecido reassume o cargo, do qual esteve afastado por dezenove dias, na próxima segunda-feira. Ele chegou ontem no Rio de Janeiro, depois de uma viagem de dez dias por vários países da Europa Ocidental.

Hoje pela manhã, o Governador Aparecido viaja para Belo Horizonte, onde passará o Natal com a família na residência de sua mãe, D. Aracy, na capital mineira. Ele só retorna a Brasília na sexta-feira à noite ou no sábado pela manhã, e durante esta semana tentará se curar da gripe que contraiu durante a viagem, em virtude do intenso frio que faz nesta época do ano na Europa.

Durante todo o tempo que esteve no continente europeu, Aparecido ligava diariamente para o governador interino, Guy de Almeida, para se inteirar dos fatos e ditar, se necessário, orientações a seu substituto.

Discreto, Guy de Almeida preocupou-se, durante a interinidade no cargo de governador, em seguir as determinações e diretrizes fixadas por Aparecido, dando ênfase especial aos assuntos de natureza puramente burocráticos. Evitou entrar na briga pela disputa dos cargos da Comissão Provisória do PMDB, reiterando em suas reuniões com os membros das diversas correntes, a necessidade do consenso para se manter a unidade partidária.

Ontem à tarde, ao ser indagado por um repórter sobre qual a sua avaliação sobre o período em que exerceu a interinidade, chegou a se irritar e respondeu: "Não faço avaliações de meu desempenho. Estou seguindo as diretrizes fixadas pelo Governador Aparecido".

VOLTA DAS CRIANÇAS É COMPLICADA

Correio Braziliense, 26-12-85

O retorno a Brasília de duas crianças adotadas pelo casal italiano Pedro e Laura Caldeirini não será fácil. A embaixada brasileira em Roma, em estudo realizado a pedido do Governador José Aparecido, constatou que o casal reagirá a qualquer tentativa de devolver as filhas da doméstica Terezinha Francisca Lima de Souza. Os jornais italianos divulgam o fato e criam uma reação favorável à permanência das crianças na Itália. (Página 12.)

CASAL ITALIANO NÃO QUER DEVOLVER CRIANÇAS

A Conclusão é da Embaixada Brasileira na Itália em Documento Entregue ao Governador do DF.

Correio Braziliense, 26-12-85

O casal italiano Pedro e Laura Caldeirini, que adotou as duas filhas da doméstica Terezinha Francisca Lima de Souza — Diana e Juliana — vai reagir a qualquer tentativa de devolver as crianças ao Brasil. Esta, pelo menos, foi a conclusão a que chegou a embaixada brasileira na Itália em estudo feito a pedido do Governador José Aparecido. Se a imprensa do Distrito Federal vem divulgando os apelos de Terezinha, que quer as meninas de volta a qualquer custo, os jornais italianos também estão dando publicidade ao fato, criando

na opinião pública uma reação favorável à permanência das menores na Itália.

Quando o Governador José Aparecido deixou o Brasil levou um pedido de Terezinha, feito com o aval do Presidente da OAB, seção do Distrito Federal, Maurício Correa. O Governador procurou a embaixada para dar um primeiro parecer sobre a possibilidade de as crianças voltarem a seus pais de origem. Para a expectativa de Terezinha, o documento entregue a José Aparecido, é pessimista. A embaixada do Brasil na Itália recomenda a Terezinha Souza que constitua advogado para cuidar do caso. "A disposição demonstrada pelo casal adotante de não abrir mão de seus pretensos direitos e sua proximidade do juízo acionado seriam fatores a recomendar o acompanhamento do caso por advogado constituído privadamente pela parte brasileira interessada".

Já há na Justiça italiana uma carta rogatória expedida pelo juiz de menores de Brasília, Nível Geraldo Gonçalves. Este documento foi encaminhado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália que o remeteu às autoridades judiciais para as providências que se fizerem necessárias. Mas o documento em mãos de José Aparecido dá poucas esperanças à mãe brasileira que quer suas filhas, adotadas por um casal estrangeiro, de volta. A família italiana — informa a embaixada — já constituiu advogado e procurou a imprensa para dar publicidade ao caso.

Cautelosa, a embaixada do Brasil na Itália preferiu não alertar o casal adotante para evitar que providências prejudiciais possam prejudicar a intenção de Terezinha. De acordo com a lei italiana, qualquer cidadão que acolha em sua casa um menor estrangeiro em estado de abandono por um período superior a seis meses deve registrar este fato à Justiça "sob pena de poder este fato importar em falta de idoneidade para fins de adoção".

Passados mais de seis meses terá início o processo de adoção e este prazo já se excedeu. O que a embaixada brasileira não soube informar é se o casal italiano tomou as providências exigidas em lei. E explica a razão: "A informação sobre os procedimentos legais já cumpridos para reconhecimento formal da adoção pela Justiça italiana, é na prática local, muito difícil de se obter de maneira completa, salvo pedido formal ao juízo de menores competente". Para obter qualquer informação a respeito, esclareceu a embaixada, teria que se correr o risco de despertar a atenção da família italiana "mobilizando-os imediatamente na defesa de seus pretensos direitos".

Mas pelo menos uma esperança o documento traz. As medidas adotadas pela carta rogatória podem invalidar qualquer premissa de adoção. A eventual revogação do que o documento chama de "status de adotabilidade" (estado de adoção), previsto em lei, seja por instigação do Ministério Público ou por solicitação dos pais. E, finalmente, uma luz de otimismo: "A leitura do artigo 33 da mencionada lei estabelece que não pode ser declarado eficaz o ato de uma autoridade estrangeira, para efeitos de adoção, se não decorrido um período preadotivo de um ano". E este prazo ainda não se esgotou.

BRASÍLIA É DESTACADA NA EUROPA

Correio Braziliense, 26-12-85

Após uma visita de 15 dias a quatro capitais europeias, o Governador José Aparecido retornou ao Brasil com a certeza de que Brasília recuperou seu lugar entre as maiores capitais do mundo. Aparecido esteve com o Papa João Paulo II, com o presidente português Ramalho Eanes e com o prefeito de Madri, Enrique Tierno Galván. Em Paris, ele visitou a Central do Metrô, uma das mais modernas do mundo. (Página 13.)

Depois de 15 dias na Europa, o Governador José Aparecido chegou ao Brasil (ele está em Belo Horizonte com a família para os festejos de Natal) com a certeza de que Brasília retomou seu lugar entre as grandes capitais do mundo. A repercussão de sua presença em quatro capitais europeias — Roma, Madri, Paris e Lisboa — impressionou sua assessoria, sendo bastante divulgada na imprensa daquelas cidades. José Aparecido foi recebido pelo Papa João Paulo II, pelo presidente português, Ramalho Eanes, e por autoridades como o presidente de honra do Partido Socialista Operário Espanhol e prefeito de Madri, Enrique Tierno Galván.

Um dos objetivos da viagem, observar os sistemas de transporte urbano europeus, foi totalmente cumprido: em Paris José Aparecido visitou a Central do Metrô, uma das mais modernas do mundo, e que, segundo o governador, impressiona pela modernidade e sucesso da experiência. A exemplo de Brasília, Paris tem cidades-satélites, com o mesmo tipo de problema do Distrito Federal. Os locais de trabalho estão distantes dos centros residenciais, o que torna o transporte de massa uma questão complicada.

BRASÍLIA RETOMA LUGAR ENTRE AS GRANDES CAPITALS

Essa é a Impressão que o Governador José Aparecido Trouxe de sua Viagem de 15 Dias à Europa

Correio Braziliense, 26-12-85

A experiência vitoriosa de Paris na questão dos transportes poderá servir de exemplo para Brasília. Dentro de pouco tempo Brasília receberá uma proposta de projeto do Grupo do Metrô de Paris. Há também, segundo o governador, grupos americanos interessados em planejar e executar uma nova estratégia para solução da questão dos transportes em Brasília. José Aparecido, no entanto, faz questão de frisar que não há nenhum compromisso com quaisquer dos grupos que se interessaram ou que vierem a se interessar pela execução do projeto que servirá a Capital da República.

"Foi aberto um diálogo internacional sobre a questão do transporte em Brasília" — afirma Aparecido. Como a execução do projeto a ser aplicado no DF movimentará enorme quantidade de recursos, além de exigir uma solução que dure muito tempo, não podendo ser feita de improviso, José Aparecido quer que todas as propostas sejam estudadas a fundo pelo Grupo de Trabalho criado para este fim, dirigido pelo Secretário de Governo, José Carlos Mello, considerado autoridade competente no assunto.

José Aparecido aproveitou sua passagem por Roma para encaminhar um relatório do juiz de Menores do DF, Nível Gonçalves, sobre o caso das meninas brasileiras adotadas por um casal de italianos, cuja guarda a mãe verdadeira está requerendo. O governador trouxe para o Brasil um documento emitido pela embaixada brasileira em Roma, contendo todos os dados sobre o andamento do processo na Justiça italiana. (Ver matéria na página 12.)

Em Madri, José Aparecido viu de perto o andamento das obras de saneamento básico daquela capital. Quanto a esta questão, Aparecido considerou Brasília uma cidade de sorte: por ser nova, Brasília tem espaços abertos, e as obras de saneamento básico podem ser feitas a custo mais baixo, o que não ocorre com Madri, cidade antiga e com um enorme acervo urbanístico e artístico a conservar.

De volta ao Brasil, José Aparecido começa a se colocar a par das questões do Distrito Federal. Ele elogiou a atuação do seu substituto, o chefe do Gabinete Civil Guy de Almeida, à frente do governo nos últimos 15 dias: "Guy de Almeida é um homem equilibrado e honrado" — disse a respeito da atitude do seu substituto durante as conversações que estão sendo realizadas com o objetivo de pacificar e unificar o PMDB local para que tenha sucesso nas eleições de 15 de novembro de 1986. "Eu não sou candidato a nada, só pretendo governar o DF até quando me for confiado o cargo, levando os brasileiros a eleger seus representantes o ano que vem de maneira consciente".

Somente quando chegar a Brasília, na próxima segunda-feira, é que o governador vai retomar seu ritmo de trabalho. Ele chegou da Europa fortemente gripado, problema que se agravou com uma incômoda dor de dentes. Ele espera estar recuperado já na segunda-feira. Um dos primeiros problemas que o governador enfrentará em Brasília será o de decidir o que será feito com o relatório sobre irregularidades na distribuição de casas da SHIS, divulgado na semana passada pelo secretário de Serviços Sociais, Osmar Alves de Melo. O governador não quis adiantar nada a respeito, porque quer tomar conhecimento do problema em toda a sua extensão. Ele disse que já nos primeiros dias de janeiro deverá anunciar novos projetos para a questão de habitação no DF.

CREDIBILIDADE

Folha de S. Paulo, 27-12-85

Constatação do governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, preocupado ao regressar ao Brasil depois de dez dias de viagem à Europa: "A reserva de credibilidade da Nova República está se esgotando". Aparecido é um dos políticos mais próximos do Presidente da República. Não deverá deixar de fazer chegar a Sarney, de viva voz, esta e outras apreciações sobre o quadro brasileiro.

Rodolfo Fernandes

PROBLEMAS PARA APARECIDO

Tribuna Bis, 28/29-12-85

O governador José Aparecido de Oliveira, há 18 dias afastado de Brasília, para cumprir compromissos internacionais, chegará segunda-feira,

vindo de Belo Horizonte, e vai ter de enfrentar alguns problemas que cresceram na sua ausência e situações de fato que vão exigir soluções e contra-ataques imediatos, tendo em vista as primeiras eleições que a capital da República realizará em 86.

O primeiro problema com o qual Aparecido vai se defrontar é o crescimento do PT, decorrente dos resultados eleitorais de Goiânia que, à parte de duvidosa contabilidade de votos, deram aos trabalhadores uma posição vitoriosa e surpreendente diante das pesquisas, ao que tudo indica, forja-das pelo PMDB.

Mais grave, no entanto, é a "rebelião no PMDB" do Distrito Federal, segundo estampa em sua primeira página de ontem a **Última Hora de Brasília**, jornal de propriedade do Deputado Múcio Athayde, que conseguiu eleger-se membro do Diretório Nacional do PMDB, como presidente da Executiva Regional do Partido. Isso era o que Aparecido não queria.

Múcio Athayde, também conhecido como "o homem do chapéu", na sua campanha pelas cidades-satélites de Brasília — ele usa e distribui chapéus de vaqueiro aos eleitores — é candidato a qualquer coisa, mas seu projeto principal é reduzir o prazo de Aparecido no governo do Distrito Federal, através de emenda, que será examinada pelo Senado em março do ano que vem, que estabelece eleições diretas para governador ainda em 86, na capital. Por esta iniciativa, Múcio Athayde já recebeu o apelido de "Brizolinha".

UMA CONQUISTA HISTÓRICA

Correio Braziliense, 29-12-85

A viagem que o Governador José Aparecido de Oliveira acaba de realizar a diversos países da Europa colheu repercussões favoráveis em diversos sentidos. Por iniciativa do político brasileiro, a Unesco decidiu realizar em Brasília sua reunião anual do próximo ano, com um temário que poderá incluir a capital do Brasil na relação dos monumentos declarados Patrimônio da Humanidade. Trata-se de uma mudança radical de conceito, uma vez que o critério histórico e, portanto, de relíquia cultural evoluiu para alcançar as expressões da cultura moderna, como Brasília.

Trouxe em sua bagagem o Governador Aparecido mais de uma dezena de sugestões, acompanhadas de linhas internacionais de financiamento, para a solução de alguns problemas cruciais do Distrito Federal. As soluções aplicadas aos problemas suburbanos de Paris já estão sendo examinadas pelos órgãos técnicos do GDF. Conforme Aparecido observou em companhia do arquiteto Oscar Niemeyer, a capital francesa, apesar de sua milenar existência, está cercada de cidades-satélites, tal qual o Plano Piloto. Assim, é possível que as alternativas ali encontradas para resolver problemas estruturais sejam aplicáveis a Brasília, com a vantagem de que os franceses se dispõem a financiar projetos nessa área.

As observações feitas por Aparecido em sua peregrinação pela Europa, principalmente em Roma, Paris, Madri e Lisboa, incidiram de modo particular sobre o funcionamento do sistema de transportes, em busca de uma solução para Brasília que situe as conveniências locais. É notório — e daí o interesse do Governador — que os transportes de massa se constituem em um dos mais difíceis problemas do DF.

Para além disso, a viagem do Governador do Distrito Federal, pela importância das conversações que manteve com os mais altos níveis da representação política e da administração pública européias, teve o efeito singular de recolocar Brasília no cenário mundial. A reabertura dessa linha de prestígio, há tempos bloqueada desde a cessação da curiosidade internacional sobre a obra de Juscelino Kubitschek, projeta reflexos em torno do próprio redimensionamento no exterior da imagem do Brasil.

É preciso descobrir Brasília não apenas como a capital do Brasil, mas como expressão do sentimento mudancista e, logicamente, progressista, do povo brasileiro. Ela constitui uma aspiração quase centenária, na medida em que passou a figurar no acordo social celebrado na Constituição desde 1894. Trata-se de uma metrópole que caminha para os dois milhões de habitantes. Enlaça em sua malha suburbana a 14ª cidade brasileira — a Ceilândia —, recolhe a sétima receita de ICM do País e figura em terceiro lugar nacional na dimensão do imposto de renda de pessoa física.

Foi essa imensa expressão política, econômica e cultural que o Governador José Aparecido projetou em seu giro pela Europa, nas conversações com líderes políticos e administradores e nas entrevistas à imprensa. A dimensão que ele pretende conferir a Brasília, única compatibilizada com a realidade, é a de uma cidade símbolo da modernidade, do arrojo, da obstinação e da coragem, enfim, a capital do terceiro milênio.

Vale acrescentar que, com esse magnífico perfil e imenso significado cultural, a cidade não poderá cair em mãos de aventureiros políticos ou dos interesses imediatistas dos que aqui desembarcam para acampar suas intenções carreiristas. Ninguém deve iludir-se a esse propósito, pois não é só o Governador Aparecido que zela pela cidade contra a sortida eventual de aproveitadores, mas é a própria sociedade que os acompanha e se prepara para reprimi-los. Para isso é que hoje dispõe de autonomia política — uma conquista lograda com advento da Nova República e que se ergue sobre as inspirações patrióticas de Tancredo Neves.

Fique como registro final a informação de que os relevantes serviços prestados por Aparecido ao Distrito Federal, em sua viagem pela Europa, nada custaram aos cofres públicos. Uma grande parte da viagem foi realizada a convite dos países visitados e a outra estipendiada com os recursos particulares do próprio governador.

KATUCHA

Por Marconê Formiga — Colaboração Sophia Wainer

Correio Braziliense, 29-12-85

Gente

O personagem da semana é o Governador José Aparecido de Oliveira, que regressa de uma maratona internacional trazendo em sua bagagem o êxito de ser o primeiro ocupante do Palácio do Burti a levar a imagem de Brasília além de suas fronteiras, sendo recebido por personalidades que demonstram exatamente sua importância e da cidade que administra.

Em Roma, além de ser recebido em audiência pelo Papa, participou de um fórum para debater

os problemas das duas cidades, enquanto que em Paris se avistou com o prefeito da cidade, Jacques Chirac, além de receber homenagem dos correspondentes estrangeiros.

Com o prefeito de Madri, Enrique Galván, o governador também teve uma pauta extensa de assuntos administrativos e, a exemplo do que resultou de seu encontro com seu colega de Roma, surgirão importantes intercâmbios entre os dois países.

Lisboa, última etapa da missão oficial, também recebeu o governador de Brasília à altura, bastando citar a audiência que lhe concedeu o presidente Ramalho Eanes.

Cansado, depois de cumprir um intenso roteiro em pouco menos de duas semanas, a partir de amanhã o governador reassume o Palácio do Burti.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A partir do momento em que um jornal teceu considerações maliciosas a propósito da **Ferrovia Norte — Sul**, insinuando a ocorrência de irregularidades no tocante às formalidades da concorrência pública para início das obras programadas, explodiu, — este é o termo — principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, um surpreendente volume de editoriais, comentários e notícias tendenciosas contra o magno empreendimento, que consagraria na história administrativa do País, o governo do Presidente José Sarney.

Simultaneamente, o noticiário das rádioemissoras e da televisão foi manipulado com insólita rapidez e virulência contra a **Ferrovia Norte — Sul**.

A opinião pública verificou, perplexa, que estava diante de uma **Blitzkrieg**, uma autêntica guerra relâmpago, de adversários anônimos e ressentidos, empenhados na manutenção do atraso e do subdesenvolvimento das regiões do Norte, do Nordeste e do Brasil central.

Na verdade, jamais acontecera uma semelhante orquestração de críticas e ataques contra um dos raros projetos governamentais destinados a corrigir as imensas distorções, desequilíbrios e disparidades interregionais de desenvolvimento, renda e bem-estar.

A lamentável e antipatriótica campanha contra a **Ferrovia Norte — Sul**, conforme se evidenciou posteriormente, fora planejada e acionada no anonimato.

Mas, a reação nacional da sensatez, do equilíbrio e da racionalidade não se fez esperar.

O Ministro José Reinaldo Tavares, atento às recomendações do Presidente José Sarney, pulverizou, de imediato, as supostas "denúncias" relativas às apregoadas irregularidades, que somente existiram na imaginação de alguns ativistas radicais.

Os resultados das Comissões de Inquérito oficialmente instauradas pelo governo, o comparecimento do Ministro José Reinaldo Tavares ao Senado Federal — convocado para prestar esclarecimentos sobre as acusações formuladas pelos detratores — e, notadamente, os estudos e as informações fidedignas divulgadas pelos órgãos

técnicos esvaziaram, em definitivo, a sórdida campanha.

O suposto "escândalo" foi reduzido às insignificantes proporções de um conluio tramado por uma minoria interessada na conservação de um modelo extremamente concentrador, que defende uma política de concentração dos investimentos em benefício de empresas localizadas no Centro-Sul.

A falácia da inviabilidade das regiões Norte e Nordeste, acolhida até recentemente como um dogma pela tecnoburocracia alienada, e pelos segmentos mais retrógrados do empresariado, favorecido pelos privilégios fiscais e creditícios de toda ordem, é sem dúvida responsável pela implantação de investimentos concentrados no Centro-Sul, em termos de grandes portos, ampla malha rododotferroviária, silos e armazéns, sedes das empresas estatais e dos centros de pesquisas, grandes complexos industriais, as indústrias automobilísticas e dos estaleiros de construção naval, os superprojetos como Itaipu, usinas nucleares, os metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre muitos outros.

Desde quando um simples telegrama do ex-Presidente Arthur Bernardes suspendeu e cancelou o elenco das obras contra as secas, retardando durante décadas o desenvolvimento regional, que o Brasil foi aos poucos sofrendo os impactos de uma perigosa anomalia, consubstanciada na coexistência dentro do mesmo território, de dois países — um desenvolvido, no Centro-Sul, e outro marginalizado e empobrecido, nas regiões Norte Nordeste.

A exacerbação dos enormes desníveis e disparidades inter-regionais foi-se transformando, no decorrer dos anos, em uma ameaçadora distorção, transformada num gravíssimo problema que está solapando a unidade da Nação brasileira.

Evidentemente, os clamores e o inconformismo de cinquenta milhões de brasileiros que vivem no Nordeste e no Norte — ou seja mais de um terço (1/3) da população global do País — suscitaram o advento de órgão como a SUDENE, os Bancos do Nordeste e da Amazônia, a SUDAM, a Zona Franca de Manaus, para mencionar apenas os mais significativos da reação nacional contra a iniquidade da explosiva espoliação daquelas regiões.

O **Jornal de Brasília** divulgou, em sua edição de 6 de agosto do corrente, corajosas, oportunas e lúcidas declarações do Governador de Goiás, e ex-Senador Henrique Santillo, que defendeu com rara objetividade e eloquência, a construção da **Ferrovia Norte-Sul** como necessária ao desenvolvimento nacional.

Na conferência proferida perante os diplomatas da Escola Superior de Guerra (ESG), o Governador Henrique Santillo concluiu que a **Ferrovia Norte-Sul** será o principal fator de integração do País, ligando a Amazônia ao Nordeste, e a Sul-Leste e produzirá um poderoso impacto sobre o desenvolvimento nacional, com a geração de rendas substanciais para o aumento do Produto Interno Bruto do País.

O Governador deixou clara a "inevitabilidade de serem construídos sistemas de transportes intermodais na borda da Amazônia. Os troncos ferroviários Norte-Sul e Leste-Oeste, integrando-se com os Rios Tocantins e Amazonas, promoverão

a união da Amazônia com os portos do Atlântico e com os mercados do Centro-Sul".

Ao defender a construção da **Ferrovia Norte-Sul**, o Governador Henrique Santillo assinalou que ela "desenvolverá no centro do País dois efeitos: o **efeito calha** e o **efeito arco**. O **efeito calha** decorre do fluxo de cargas à ferrovia, através de todo o sistema rodoviário vicinal, como se fosse o movimento de diversos rios a um único vale. O **efeito arco** se observa pela integração que a ferrovia permitirá com os portos oceânicos de São Luís, ao Norte, e Tubarão, Rio de Janeiro e Santos, ao Sul. Nota-se o **efeito arco** também no porto fluvial de Manaus, utilizando-se a intermodalidade ferrovia-hidrovia-rodovia através dos Rios Tocantins e Amazonas e a Rodovia Belém-Brasília".

Para o início do empreendimento, o governo propôs um investimento de Cz\$ 8 bilhões — quantia prevista no orçamento, apenas 0,25% do Orçamento Fiscal. Trata-se de obra reprodutiva, que irá servir à integração do País e ao seu desenvolvimento.

No Orçamento do Ministério dos Transportes, o custo da obra — que o governo pretende construir por etapas — será de apenas 3,7% dos recursos previstos. Além de desenvolver o Brasil Central, logrará integrar as diversas regiões a um transporte de custos baixos, papel a ser desempenhado pela **Ferrovia Norte-Sul**. trata-se, na verdade, de um modelo testado pela experiência desenvolvida em grandes países como os Estados Unidos, o Canadá, a União Soviética e a China.

Solo, água, clima, energia, produtos vegetais, produtos agrícolas, proporcionarão todas as edições para a formação de um grande parque agroindustrial, além de uma enorme produção pecuária de boa qualidade nessa vasta região brasileira.

A **Ferrovia Norte-Sul** detonará o processo irreversível de aproveitamento das imensas potencialidades do Brasil Central e das Regiões Norte-Nordeste, viabilizando a sua transformação num celeiro mundial voltado para a produção de alimentos, matérias-primas e minérios.

Somente a ignorância das fantásticas possibilidades dessas regiões — em termos de recursos naturais de toda ordem — acoplada à omissão, à incúria, à miopia e à incompetência das autopromovidas pseudo-elites que tentaram obstaculizar a concretização da **Ferrovia Norte-Sul**, poderiam explicar as tentativas de sabotagem, felizmente fulminadas pelo prudente desempenho do ilustre Ministro José Reinaldo Tavares, com quem me congratulo pela sua lucidez e tenacidade.

Ao encerrar estas breves considerações, cumprio o dever de felicitar o Presidente José Sarney pela sua visão de estadista e excepcional capacidade empreendedora, promovendo, com a **Ferrovia Norte-Sul**, a realização de um dos empreendimentos vitais à unidade, desenvolvimento e bem-estar do povo brasileiro. (Muito Bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O substitutivo apresentado pelo Relator Nelson Wedekin ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1987, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programas de computador e sua comercialização em nosso País, que foi submetido à nossa deliberação, resulta de um trabalho consciencioso, que se prolongou por várias e exaustivas reuniões, em busca do consenso sobre a matéria e de seu aperfeiçoamento. Como afirma o próprio Relator, o substitutivo não é dele, mas, sim, de todos aqueles que participaram das prolongadas negociações e gestões para sua elaboração, orientando-se pela Política Nacional de Informática, consubstanciada na Lei nº 7.232, de 1984, que já previa a necessidade de uma legislação específica sobre programas de computador.

O substitutivo aprovado visa a assegurar a proteção dos direitos do autor de programas de computador, programas esses que são verdadeiras obras artísticas ou literárias de grande importância comercial e industrial. Assegura-se a proteção a esses programas, mesmo que não estejam sendo comercializados no País, pelo prazo de 25 anos, contanto que sejam registrados no Conselho Nacional dos Direitos do Autor. Protege-se não apenas o produtor nacional de **software**, mas também o estrangeiro, coibindo a pirataria.

Procura-se, naturalmente, proteger o produto que tenha similar nacional, com diretrizes claras, precisas, já adotadas no mercado interno, em todos os setores da economia, utilizando, ainda, a taxaço para formar um fundo de investimento em pesquisa tecnológica.

Os incentivos previstos para os programas nacionais justificam-se amplamente pela necessidade de substituição das importações. Mas os distribuidores de programas estrangeiros podem comercializar, no País, produtos de alta tecnologia, que não tenham similar nacional.

Cumpra ressaltar que não estamos inovando ao estabelecer a reserva de mercado para proteger o produtor nacional de tecnologia, uma vez que todos os países do mundo procuram incentivar a sua indústria através de barreiras alfandegárias, da adoção de incentivos fiscais e de outros instrumentos de defesa. Isso porque uma indústria nascente não resistiria à concorrência estrangeira, impondo-se a sua proteção para que possa desenvolver-se. Somente assim os países pobres poderão evitar a eterna dependência tecnológica, que os manteria sempre atrelados ao subdesenvolvimento.

Dai a necessidade de formar recursos humanos e de investir em pesquisa tecnológica. E o substitutivo aprovado prevê a criação do Fundo Especial de Informática e Automação, com esse objetivo.

É importante assinalar que não se cogita de estabelecer a reserva de mercado para programas de **hardware**, que requerem o investimento de bilhões de dólares em pesquisa.

Estamos, pois, defendendo uma pequena fatia do mercado nacional, para preservar uma indústria nascente em nosso País, a qual não teria condições de enfrentar a concorrência de poderosas empresas estrangeiras.

Envidamos ingentes esforços para superar as nossas dificuldades internas e externas, certos de que só poderemos conseguí-lo através do desenvolvimento e do equilíbrio da nossa balança co-

mercial. Assim, as exportações são vitais para o nosso País, para que possamos saldar os nossos compromissos internacionais. Por isso, há um grande empenho dos nossos governos para fomentar as exportações. Exportamos matérias-primas a preços aviltados, inferiores aos preços correntes há algumas décadas, e, assim, todos os produtos de exportação sujeitam-se a preços às vezes irreais, para que sejam competitivos no exterior, mesmo que, para isso, sejam majorados internamente.

No entanto, o que acontece quando uma empresa norte-americana, a Microsoft, é impedida de comercializar seus programas de computador MS-DOS no Brasil, por força da legislação interna, que protege o similar nacional? O próprio presidente dos Estados Unidos apressa-se a impor sanções econômicas ao Brasil, anunciando sua decisão de elevar tarifas alfandegárias para compensar as oportunidades de vendas perdidas por companhias norte-americanas, que estimam em 105 milhões de dólares. Nem ao menos esperou S. Ex.^a o resultado do recurso interposto ao Conselho Nacional de Informática e Automação Industrial (CONIN), que proferirá a decisão final. Indiferente, ainda, à premência do nosso País, do qual se diz amigo, de exportar seus produtos para poder resgatar seus compromissos internacionais, ameaça-nos com retaliações comerciais, a fim de submeter-nos na questão da informática.

Trata-se de uma ação mesquinha, visto que importamos equipamentos eletrônicos dos Estados Unidos, anualmente, na área de informática, no valor aproximado de 1 bilhão de dólares (in **Correio Braziliense**, 14-11-87).

A decisão do presidente norte-americano não está coerente com as normas de comércio internacional adotadas pelo Acordo Geral de Tarifas de Comércio (GATT), órgão ao qual o Governo brasileiro anuncia a decisão de recorrer.

Aliás, em resposta ao comunicado do Presidente Reagan, o Presidente José Sarney, mostrando-se decepcionado ante a "ameaça indébita e discriminatória" de seu colega norte-americano, lembra que "as restrições que os Estados Unidos já impõem ao acesso de produtos brasileiros a seu mercado, através de práticas contrárias a seus compromissos no GATT, em muito superam os prejuízos que alegam ter no mercado brasileiro de informática" (in **Jornal do Brasil**, 14-11-87). E S. Ex.^a informa que determinou aos Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda os estudos necessários para verificar a possibilidade de também impor restrições às importações de produtos norte-americanos, caso se concretizem as retaliações anunciadas pelo Presidente Reagan.

Louvamos a firmeza demonstrada pelo Presidente José Sarney nesse lamentável episódio, e lembramos a S. Ex.^a a conveniência de recomendar aos Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda uma ação conjunta no exterior, principalmente nos países da América Latina, do Leste Europeu e da Ásia, visando a incentivar o intercâmbio comercial entre aqueles países e o Brasil. Temos de diversificar o nosso comércio exterior e alterar as regras do jogo, propondo pagamento em matéria-prima ou produtos industrializados.

A propósito, está em fase de negociação a compra de 52 helicópteros da Romênia pelo Brasil, para equipar a aviação do Exército. Talvez os romenos, que fabricam helicópteros há mais de 16

anos em **joint-venture** com a Aeroespaciale francesa, vençam os concorrentes americanos, franceses, alemães, soviéticos, italianos e ingleses, porque propõem que o pagamento seja feito por minério de ferro de Carajás, a longo prazo. Resta confirmar apenas se não há similar nacional fabricado pela Aeroespaciale, através da empresa mineira Helibrás, em associação com a Engesa. Podemos trocar petróleo por maquinaria ou produtos manufaturados, e assim por diante.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é essencial que o Governo brasileiro e nós, parlamentares, não nos acovardemos diante das pressões do Governo norte-americano. O Sr. Reagan tem demonstrado a sua vocação pelo autoritarismo e pela prepotência através da ingerência indébita na Nicarágua, onde alimenta uma guerra fratricida. Agora quer dobrar-nos aos interesses de uma simples empresa de **software** americana, mesmo que à custa do sacrifício de nosso desenvolvimento no setor.

Se fomos impedidos de exportar nossos produtos, não teremos como pagar sequer os juros de nossa dívida externa. Teremos de declarar novamente a moratória, ou, melhor, teremos oportunidade de reestudar a questão e propor soluções inovadoras.

Já se propõe a conversão de parte da dívida em investimento em nosso País. Poderemos também estabelecer que outra parte seja paga com produtos de nossa pauta de exportação. Podemos, ainda, alertar os países do Terceiro Mundo para necessidade de se unirem, a fim de negociar com os poderosos banqueiros das nações industrializadas. Aliás, esta é a proposta de Barbosa Lima Sobrinho, segundo o qual os países devedores devem organizar-se num "cartel de devedores, substituindo compromissos acima de suas forças, pela reivindicação de uma espécie de concordata preventiva, que leve em consideração as suas reais condições de pagamento". E acrescenta:

"Não há nada mais aviltante do que subcrever cartas de intenções que não podem ser cumpridas. Já estamos em tempo de reunir os devedores para o confronto com banqueiros que permanecem unidos e solidários" (in **Jornal do Brasil**, 15-11-87).

Sr. Presidente, Srs. Senadores quero parabenizá-los pela aprovação do substitutivo na sessão extraordinária de ontem, a qual lamentavelmente fui impedido de comparecer, e insisto para que não nos acovardemos diante das pressões de Washington.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito Bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, convocando uma extraordinária a realizar-se hoje, às 15 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas ao

Gabinete do Governador, Procuradoria Geral e Secretaria de Comunicação Social, tendo

— **PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 25, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a Receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas às Secretarias do Governo e da Administração, tendo

— **PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 26, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a Receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas à Secretaria de Finanças e Reserva de contingência, tendo

— **PARECER**, sob nº 27, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal, favorável às partes mencionadas, e contrário às emendas apresentadas, com voto vencido, quanto às emendas, do Senador Mauro Borges, Relator.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a Receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas às Secretarias de Educação, Cultura, de Saúde e de Serviços Sociais, tendo

— **PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 28, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a Receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas às Secretarias de Viação e Obras e de Serviços Públicos, tendo

— **PARECER**, sob nº 29, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal, favorável, com emendas que apresenta.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a Receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas às Secretarias da Indústria, Comércio e Turismo, de Trabalho e de Agricultura e Produção, tendo

— **PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 30, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal.

— 7 —

Votação em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a Receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, na parte relativa à Secretaria de Segurança Pública, tendo

— **PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 31, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal.

— 8 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a Receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e Receita e Texto da Lei, tendo

PARECER, sob nº 32, de 1987, da Comissão — do Distrito Federal, favorável, com emendas que apresenta.

— 9 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 142, de 1987, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da entrevista concedida ao **Jornal do Brasil**, edição de 13-9-87, pelo ex-Senador Amaral Peixoto, a respeito de problemas da atualidade brasileira.

— 10 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 180, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1981, do Senador Gastão Müller, que obriga os fabricantes de colas ou fluidos para limpeza de máquinas a adicionarem a estes produtos repelentes odoríferos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes e dá outras providências.

— 11 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 181, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1983, do Senador Gastão Müller, que veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamento de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calculada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo.

— 12 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 182, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 1981, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatória a gravação do número do respectivo chassi nos vidros de veículos automotores fabricados no País e dá outras providências.

— 13 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 183, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1981, do Senador Gastão Müller, que autoriza a Empresa Brasileira de Filmes S/A — Embrafilme, a disciplinar a inclusão obrigatória de filmes nacionais de longa e curta metragem nas programações das estações de televisão.

— 14 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 184, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regi-

mento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 1982, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a padronização dos contratos relativos ao sistema de consórcio para aquisição de bens e dá outras providências.

— 15 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 185, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1982, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatória a impressão, no rótulo e na bula de produtos industriais que contenham a substância "benzeno", da palavra "veneno" e da indicação do correspondente antídoto, e dá outras providências.

— 16 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1982, do Senador Gastão Müller, que obriga os cartórios de Vara Cível a fazer comunicação ao Cartório de Distribuição, para efeito de baixa, das ações arquivadas ou julgadas improcedentes.

— 17 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 187, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1982, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a impressão da data de fabricação e do respectivo prazo de validade nas embalagens de produtos industrializados destinados à alimentação humana.

— 18 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 188, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1982, do Senador Gastão Müller, que altera o artigo nº 132 do Código Penal e revoga o artigo 34 da lei das contravenções penais.

— 19 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 189, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 1982, do Senador Gastão Müller, que veda a comercialização de plantas ornamentais venenosas, tóxicas ou nocivas à saúde.

— 20 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 190, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1982, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a comercialização de produto industrial que contenha substância tóxica ou venenosa.

— 21 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 191, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1983, do Senador Gastão Müller, que altera a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973 — "que regula os direitos autorais e dá outras providências".

— 22 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 192, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1983, do Senador Gastão Müller, que limita a utilização de bromato de potássio, como aditivo químico, pelos moínos, na industrialização da farinha de trigo.

— 23 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 193, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1983, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a proibição de importação de bebidas alcoólicas em toneis ou acondicionamento assemelhado, e dá outras providências.

— 24 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 194, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 1983, do Senador Gastão Müller, que veda a utilização de corantes artificiais na fabricação de produtos alimentícios ou medicinais, e dá outras providências.

— 25 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 195, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 1983, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a cobertura da apólice de seguro habitacional.

— 26 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 196, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1984, do Senador Gastão Müller, que habilita as microdestilarias de álcool para fins carburantes a participarem dos programas oficiais de financiamento, libera a comercialização da respectiva produção, e dá outras providências.

— 27 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 197, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1984, do Senador Gastão Müller, que acrescenta alínea ao item II do § 1º do art. 250, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.

— 28 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 198, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 1984, do Senador Gastão Müller, que proíbe ao BNH e quaisquer entidades financeiras vinculadas ao Sistema Financeiro de Habitação o fornecimento de informações sobre mutuários em débito.

— 29 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 1984, do Senador Gastão Müller, que estabelece o seguro fiança como garantia indiscutível e irrecusável para a locação de imóveis residenciais ou comerciais, e dá outras providências.

— 30 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 200, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 1984, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatória, nas sindicâncias que envolvam apuração das causas de acidentes aéreos, a presença de um membro designado pelo Sindicato dos Aeronautas, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 145, de 1984 e 78, de 1985.

— 31 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 201, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1984, de autoria do Senador Gastão Müller, que proíbe o trabalho em horas extraordinárias nas empresas que, no último quinquênio, tenham reduzido o número de empregados.

— 32 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 202, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1984, de autoria do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre programação de interesse local nas emissoras de televisão.

— 33 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 203, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1984, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatório o laudo de peritos das secretarias do patrimônio histórico e artístico nacional nas obras de arte e dá outras providências.

— 34 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 204, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 1984, do Senador

Gastão Müller, que dispõe sobre a extração e o transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências.

— 35 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 205, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do projeto de Lei do Senado nº 106, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que institui a semana nacional da democracia, cujo patrono é Tancredo de Almeida Neves.

— 36 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do regimento interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que denomina rodovia Presidente Tancredo Neves a BR-158, que liga Altamira, no Pará, a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.

— 37 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 207, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do regimento interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que modifica o *caput* do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, para permitir que analfabetos possam obter carteira de habilitação para conduzir veículo automotor.

— 38 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 208, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do regimento interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que altera o artigo 95 da lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para permitir, desde que não ofensivo à moralidade pública, o registro do cognome do candidato.

— 39 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 209, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 360, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que retira do alienante as exigências de apresentação de certidões, quando o imóvel alienado já for financiado pelo SFH e estiver sendo objeto de transferência a terceiro.

— 40 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de métodos ou sistemas de proteção à fauna aquática, quando da existência de barragens.

— 41 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, soli-

tando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 367, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que fixa o valor da taxa de inscrição e expediente cobrado pelo agente financeiro nas operações de transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação.

— 42 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 212, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que obriga a devolução de importâncias antecipadas como sinal ou início de pagamento de imóvel financiado pelo SFH, quando não concretizada a transação.

— 43 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 216, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, referência obrigatória às normas da associação brasileira de normas técnicas nos rótulos dos produtos industrializados.

— 44 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 213, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1986, do Senador Gastão Müller, que acrescenta parágrafos ao art. 6º e modifica a redação do parágrafo único do art. 6º do Decreto-lei nº 2.063, de 6 de outubro de 1983, que dispõe sobre a regulamentação para execução de serviço de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos e dá outras providências.

— 45 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 215, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1986, do Senador Gastão Müller, que institui o salário-profissional do músico.

— 46 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 216, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 1986, do Senador Gastão Müller, que cria a residência fonoaudiológica para os formandos em Fonoaudiologia e dá outras providências.

— 47 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 217, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 1986, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre o direito de prefe-

rência dos condutores autônomos na aquisição de caminhões e dá outras providências.

— 48 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 218, de 1986, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1986, do Senador Passos Pôrto, que altera disposições da Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que regula o exercício da profissão de fonoadiôlogo.

— 49 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 219, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1986, do Senador Gastão Müller, que estabelece a obrigatoriedade de manutenção de posto de serviço bancário no caso de extinção ou fechamento de uma única agência bancária em determinado município.

— 50 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 220, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1986, do Senador Gastão Müller, que institui a residência em psicologia clínica, cria a Comissão Nacional de Psicologia Clínica e estabelece outras providências.

— 51 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 221, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1986, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatória a especificação dos alimentos e bebidas que interferem na absorção ou no efeito das drogas e medicamentos, nos rótulos, bulas e impressos dos mesmos.

— 52 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 222, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1986, do Senador Gas-

tão Müller, que assegura, aos contribuintes do Imposto de Renda optar pela compensação do valor total ou parcial da restituição de que trata o artigo 14 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, com o imposto devido nas declarações de rendimentos dos exercícios de 1987 e seguintes, e dá outras providências.

— 53 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 227, de 1987, de autoria do Senador Carlos Chierelli, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 358, de 1985, de sua autoria, que dispõe sobre a profissão de zootecnista.

— 54 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 228, de 1987, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1981, de autoria do Senador Passos Pôrto, que cria o instituto nacional de conservação do solo e dá outras providências.

— 55 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 229, de 1987, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1981, de autoria do Senador Passos Pôrto, que "extingue os incentivos fiscais a investimentos aplicados na compra de ações e debêntures conversíveis em ações mediante a composição de fundos de investimentos autorizados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1987".

— 56 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 230, de 1987, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1983, do Senador Passos Pôrto, que "institui o Projeto Nordeste e dá outras providências".

— 57 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 231, de 1987, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento

Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1983, de autoria do Senador Passos Pôrto, que "estabelece normas de uso do solo agrícola".

— 58 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 232, de 1987, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1984, do Senador Passos Pôrto, que "inclui, no Polígono das Secas, toda a área dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí".

— 59 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 233, de 1987, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1986, de autoria do Senador Passos Pôrto, que "autoriza o Servidor Civil da União a indicar pessoa que tenha como dependente para efeito de percepção de pensão e dá outras providências".

— 60 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 234, de 1987, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1986, do Senador Passos Pôrto, que "dispõe sobre a proteção do trabalho do empregado em serviços domésticos e dá outras providências".

— 61 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 244, de 1987, de autoria do Senador Virgílio Távora, solicitando, nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1985, do Senador Heráclito Rollemberg, que "autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Idoso — Funabei, e dá outras providências".

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 35 minutos.)

Ata da 80ª Sessão, em 19 de novembro de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA

Presidência do Sr. Francisco Rollemberg

ÀS 15 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Leopoldo Peres — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Jarbas Passarinho — João Castelo

— Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias

— Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Vianna — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Ronan

Tito — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irupuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Afonso Camargo — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobra a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 250, de 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PRS nº 49/80.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Jutahy Magalhães.**

REQUERIMENTO Nº 251, de 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PRS nº 37/82.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Jutahy Magalhães.**

REQUERIMENTO Nº 252, de 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PRS nº 145/85.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Jutahy Magalhães.**

REQUERIMENTO Nº 253, de 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 110/81.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Jutahy Magalhães.**

REQUERIMENTO Nº 254, de 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 150/81.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Jutahy Magalhães.**

REQUERIMENTO Nº 255, de 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 289/85.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Senador Jutahy Magalhães.**

REQUERIMENTO Nº 256, de 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 109/86.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Senador Jutahy Magalhães.**

REQUERIMENTO Nº 257, DE 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 111/86.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Senador Jutahy Magalhães.**

REQUERIMENTO Nº 258, DE 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 113/86.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Senador Jutahy Magalhães.**

REQUERIMENTO Nº 259, DE 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 114/86.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Senador Jutahy Magalhães.**

REQUERIMENTO Nº 260, de 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do art. 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 115/86.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Jutahy Magalhães**

REQUERIMENTO Nº 261, de 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do art. 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 233/86.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Jutahy Magalhães**

REQUERIMENTO Nº 262, de 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do art. 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 234/86.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Jutahy Magalhães.**

REQUERIMENTO Nº 263, de 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do art. 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 235/86.
Sala das Sessões, 19 de novembro de 1987.
— **Jutahy Magalhães.**

REQUERIMENTO Nº 264, de 1987

Sr. Presidente,
Nos termos do artigo 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do PLS nº 245/86.
Sala das Sessões, de novembro de 1987.
— **Senador Jutahy Magalhães.**

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Este requerimento será publicado e incluído na Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 279, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas ao Gabinete do Governador, Procuradoria Geral e Secretaria de Comunicação Social, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 25, de 1987, da Comissão do Distrito Federal.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Passa-se à votação do projeto, nos termos do parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A matéria vai à Comissão do Distrito Federal, para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — **Item 2:**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988,

nas partes relativas às Secretarias do Governo e da Administração, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 26, de 1987, da Comissão do Distrito Federal.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Passa-se à votação do projeto, nos termos do parecer.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A matéria vai à Comissão do Distrito Federal, para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas à Secretaria de Finanças e reserva de contingência, tendo

PARECER, sob nº 27, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal, favorável às partes mencionadas, e contrário às emendas apresentadas, com voto vencido, quanto às emendas, do Senador Mauro Borges, Relator.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Nos termos do § 3º do art. 413 do Regimento Interno, será final o pronunciamento da Comissão sobre as emendas, salvo se um terço da composição do Senado requerer a votação em plenário de emenda por ela aprovada ou rejeitada.

Em votação o projeto nos termos do parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A matéria vai à Comissão do Distrito Federal, para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 4:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas às Secretarias de Educação, Cultura, de Saúde e de Serviços Sociais, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 28, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Passa-se à votação do projeto, nos termos do parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão do Distrito Federal, para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 5:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas às Secretarias de Viação e Obras e de Serviços Públicos, tendo

PARECER, sob nº 29, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal, favorável, com emendas que apresenta.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Nos termos do § 3º do art. 413 do Regimento Interno, será final o pronunciamento da Comissão sobre as emendas, salvo se um terço da composição do Senado requerer a votação em plenário de emenda por ela aprovada ou rejeitada.

Em votação o projeto, nos termos do parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão do Distrito Federal, para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 6:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas às Secretarias da Indústria, Comércio e Turismo, de Trabalho e de Agricultura e Produção, tendo.

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 30, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Passa-se à votação do projeto, nos termos do parecer.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão do Distrito Federal, para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

Item 7:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, na parte relativa à Secretaria de Segurança Pública, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 31, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Passa-se à votação do projeto nos termos do parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão do Distrito Federal, para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 8:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987 — DF, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988, nas partes relativas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e receita e texto da Lei, tendo

PARECER, sob nº 32, de 1987, da Comissão

— do Distrito Federal, favorável, com emendas que apresenta.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Nos termos do § 3º do art. 413 do Regimento Interno, será final o pronunciamento da Comissão sobre as emendas, salvo se um terço da composição do Senado requerer a votação em Plenário de emenda por ele aprovada ou rejeitada.

Em votação o projeto, nos termos do parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão do Distrito Federal, para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Sobre a mesa, a redação final, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte.

(*)PARECER Nº 34, de 1987

Da Comissão do Distrito Federal, redação final do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1987-DF, que “estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1988”.

(*) Será publicado em Suplemento à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O Projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 9:

Votação em turno único, do Requerimento nº 142, de 1987, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da entrevista concedida ao **Jornal do Brasil**, edição de 13-9-87, pelo ex-Senador Amaral Peixoto, a respeito de problemas da atualidade brasileira.

Em votação o requerimento.

Os Srs. que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É A SEQUINTE A MATÉRIA CUA TRANSCRIÇÃO É SOLICITADA:

Jornal do Brasil

Entrevista/Amaral Peixoto

"ACABOU O RESPEITO PELO DINHEIRO PÚBLICO

Não há partido que resista à tentação do poder, ao desenvolvimento pelo presidente da República, governadores, prefeitos — a afirmação do ex-senador Amaral Peixoto destaca-se na frase com a força de uma sentença, pousada numa das mais longas e completas experiências na vida pública na História do País.

A sensibilidade temperada pela sabedoria, pela longa vida vivida por entre crises e tensões, justifica a conversão ao parlamentarismo com aparente paradoxo: exatamente em 61, quando da breve experiência do começo do governo de Jango Goulart, depois de ultrapassado o risco de uma revolução com a inexplicada renúncia de Jânio Quadros. Porque, a seu ver, "deu certo".

Aos 84 anos, atento e informado, Amaral Peixoto acompanha o desenvolvimento do processo de transição, no percurso final da Constituinte, com confissões apreensões e cuidados. Na tranquilidade de uma longa conversa em sua casa na Gávea, por toda uma manhã, analisou o governo, o desempenho do Presidente José Sarney, as dificuldades da Constituinte, o comportamento das Forças Armadas, as aperturas do endividamento externo e interno, o desrespeito do brasileiro para com o dinheiro público, com a isenção de quem se afastou da militância política mas a ela permanece ligado por laços que não se desfazem.

Não é, portanto, o depoimento saudosista de um aposentado. Mas a sensata palavra de advertência de quem exibe as credenciais da autoridade. De quem já foi quase tudo: duas vezes governador do Estado do Rio de Janeiro, deputado federal, senador, ministro, embaixador nos Estados Unidos, presidente do PSD por 13 anos, presidente do PDS. De quem, sem travas na língua, resolve dizer o que pensa, com a mais descontraída franqueza. E que fala com a voz do bom senso." (Entrevista a Villas-Bôas Corrêa)

— Eu me gabo de ter sido o primeiro a falar na necessidade da convocação da Assembleia Nacional Constituinte dentro do Palácio do Planalto.

A recordação puxa o fio da memória e conduz Amaral Peixoto a contar episódio esquecido e oportuno pelas suas conclusões:

— Foi quando entrei para o PDS, no governo do Presidente João Figueiredo. Ao sair do gabinete do presidente, concedi uma entrevista afirmando a necessidade da anistia e da Constituinte. Falei com tal convicção que o então presidente do partido, o saudoso Petrônio Portela, sentiu-se obrigado a explicar que nem tudo que eu afirmava era o que ele pensava.

A conversa chega à realidade da crise.

— O Brasil viveu muitos anos na expectativa da Constituinte. Passou a enxergar na nova Constituição a solução milagrosa para todos os seus

problemas. Agora, recebemos por uma decepção nacional. Algumas das dificuldades que estão embaraçando a Constituinte, previ antes de ela instalar-se e conversei a respeito com o Deputado Ulysses Guimarães.

Exemplifica:

— Era visível que os grupos de pressão iam atuar no sentido dos seus interesses, que nem sempre representam ou coincidem com o do povo. Brasília favorece esse tipo de pressão porque isola os homens. Criticam muito as passagens aéreas pagas pelo Congresso aos parlamentares para que viajem regularmente aos seus estados. Pois é uma necessidade absoluta. Agora, que estou longe, posso ver, à distância, como Brasília segrega os políticos, que perdem o contato com a realidade.

Há outros erros a assinalar:

— O natural é que a Constituinte começasse por compor uma única comissão para elaborar o anteprojeto que servisse como roteiro. Em vez de aproveitar a experiência, inovaram com a criação de 24 Subcomissões depois mais oito Comissões Temáticas e entregaram ao relator o material para que ele compusesse o quebra-cabeça. Só que o quebra-cabeça é desenhado numa folha única, depois recortado e recomposto. Na Constituinte, não. Cada qual apresentou a sua sugestão. Está dando no que estamos assistindo. Há cerca de dois meses, cheguei a escrever sobre isso num artigo para o **Jornal do Brasil** e, depois, preferi não publicar para não parecer que estava jogando lenha na fogueira, atizando o fogo.

Amaral Peixoto emenda outra crítica:

— Sempre prevaleceu o que as Forças Armadas acharam necessário

— Uma das coisas que me preocupa é a campanha para reduzir as atribuições das Forças Armadas e o mandato do Presidente da República. Em primeiro lugar, é claro que as Forças Armadas nunca precisaram de dispositivos constitucionais para fazer prevalecer o que consideram necessário. Essa é a realidade aqui e em todo mundo. O que é preciso é não dar pretexto. Se as Forças Armadas fossem contidas por limitações constitucionais, não teria havido a República nem as demais revoluções. Porque revoluções populares, só as de 30 e 32, realmente feitas com apoio do povo e de parte das Forças Armadas.

O prematuro debate sobre o mandato do presidente Sarney caracteriza outro erro:

— Outra coisa que achei absurda foi a tentativa de fixação do mandato presidencial antes de definir o regime político que deveria ser a primeira das decisões da Constituinte. Ora, a Assembleia, que então se julgava soberana, poderia adotar o sistema colegiado, como no Uruguai. E até, para raciocinar com o absurdo, restabelecer a monarquia. Então, como definir o mandato o presidente sem antes fixar a forma de governo? O roteiro lógico da Constituinte teria que principiar pela definição do sistema de governo, direitos e garantias individuais, a Federação, papel dos estados e municípios, a distribuição de renda entre eles.

Pergunto se a falta de um anteprojeto não empurrou a Constituinte para a politização exclusiva dos debates, relegando-se o mais a um plano secundário.

A resposta é dura como uma denúncia:

— Digo mais a Constituinte foi conduzida para discutir os pontos sobre os quais ela sofreu pressão, como o regime, duração do mandato, reforma agrária, estatização. E esqueceu o resto. Daí a falta de uniformidade das versões do substitutivo do relator. Não sei se o deputado Bernardo Cabral fará o milagre de dar unidade ao texto final.

A proposta de submeter a Constituição a um plebiscito merece uma severa advertência:

— Trata-se de erro grave. Os constituintes estão investindo de um mandato popular expresso. Quando participei da Constituinte de 46, sempre me considerei titular de um mandato explícito conferido pelo eleitorado do meu estado. Eu e todos os constituintes. O referendo encerra os seus perigos. Vimos no último domingo o exemplo do plebiscito no Estado do Rio. Talvez Mesquita disponha de melhores condições para se transformar em município, e ali o quórum não foi alcançado. Os distritos que não se reúnem condições para se transformarem em município decidiram emancipar-se. Voltando à Constituinte. E se depois da Constituição pronta o plebiscito apresentar resultado negativo, com a rejeição popular? Como proceder? A mesma Constituinte será incumbida de elaborar outra Constituição? Se outra Constituinte tiver que ser eleita, enfrentaremos grave crise política. Quem governará até a promulgação da Constituição? Quem dissolve a Constituinte?

— Sou favorável ao parlamentarismo — define-se Amaral Peixoto. Converti-me em 61, quando o parlamentarismo foi me feito e mal-executado, porque o presidente Jango Goulart queria o presidencialismo. Apesar disso, deu resultado. Aí eu me convenci. Fizem tudo para derrubar o ministro da Agricultura, Armando Monteiro, e não conseguiram. E a crise do parlamentarismo, em 61, foi provocada pela renúncia do primeiro-ministro, Tancredo Neves. Os que sucederam não tiveram tranquilidade para governar. Ora, Tancredo renunciou, para desincompatibilizar-se e disputar mandato parlamentar, por um incidente provocado. Ele e outros ministros. Não há necessidade, no parlamentarismo, de os ministros se desincompatibilizarem. Como presidente do PSD, diante da inquietação da bancada, decidi promover uma consulta sigilosa. Convoquei uma consulta no voto secreto. Quando cerca de 60 por cento, pequena maioria, haviam votado, abriram as urnas e apuraram os votos. O resultado foi pela desincompatibilização. Tancredo Neves, chocado, renunciou imediatamente. Na verdade, o resultado foi induzido pelas bancadas do Nordeste, especialmente, a do Ceará, inconformadas com a atuação de um ilustre udenista, o senador Virgílio Távora, no Ministério da Viação. Trazia-se pela sua influência eleitoral, controlando ministério poderoso. Portanto, um incidente. Daí por diante, nenhum primeiro-ministro se sustentou. Anos mais tarde, em Paris, disse a Jango e ele concordou, que cometera um erro fatal derrubando o parlamentarismo, através do plebiscito. Ele teria governado até o fim com o parlamentarismo e realizado algumas de suas reformas.

A defesa do parlamentarismo é abrangente:

— Um dos argumentos mais frequentes contra a adoção do parlamentarismo é a fragilidade dos partidos, a falta de partidos organizados. Ora, isso é culpa do presidencialismo, porque não há par-

tido que resista à tentação do poder, ao envolvimento do presidente da República, governadores, prefeitos. Sobretudo num presidencialismo imperial como o nosso, com toda a força concentrada no Executivo. Uns são contra o parlamentarismo por convicção, e a esses respeito. Como o dr. Raul Pilla era parlamentarista. Outros, porque não examinaram o problema, pensam que parlamentarismo é desordem. Mas, como? Então, a Itália, a Inglaterra, a Alemanha, a França, o Japão vivem sem ordem? O terceiro grupo é formado pelos que se julgam, às vezes sem nenhum fundamento, com possibilidades presidenciais e não querem a diminuição dos seus ambiciosos poderes.

No presidencialismo, qualquer partido cai na tentação do poder

Amaral Peixoto invoca o recente exemplo da Argentina:

— A expressão é muito conhecida: na crise com o parlamentarismo cai o gabinete, mas não cai o regime. Veja-se o atual caso argentino. Indiscutivelmente, o presente Raúl Alfonsín revelou-se um líder de grande valor, conseguindo realizar uma transição quase perfeita. Assisti à sua posse e, no Palácio do Legislativo, havia um único militar, que era o seu ajudante-de-ordens. Foi uma coisa que me impressionou. Realiza-se a eleição, e ele perde a maioria no Congresso e os governos das principais províncias, inclusive Buenos Aires. Sua situação ficou difícil. Ele encontrará, dentro da Constituição, meios de governar o país? Espero que os constituintes brasileiros pensem bem ao fixarem as linhas-mestras da futura Constituição, que vai presidir a nossa organização política. Fala-se muito em nacionalismo, estatismo e nas reformas. Eu prefiro falar somente em patriotismo. É preciso que se pense no Brasil e no seu povo.

O exame das prerrogativas parlamentares conduz Amaral Peixoto a novas recordações:

— Sem dúvida, é preciso reforçar as prerrogativas do Congresso; mas é também indispensável assegurar condições para que elas possam ser eficientemente utilizadas. Presidi, no Senado, a comissão especial do orçamento e constatei que o Congresso não está aparelhado para exercer as suas funções. Não dispúnhamos de técnicos especializados, nem computadores. O então presidente Magalhães Pinto conseguiu verbas para comprar equipamentos, e formamos técnicos na Fundação Getúlio Vargas. Creio que a situação continua a mesma, porque outros órgãos de controle, criados depois, não conseguiram grande coisa. O dado positivo é a ação do Tribunal de Contas da União que atua *a posteriori* denunciando o mal emprego do dinheiro público. A Constituinte deve fortalecer o TCU, prestigiando a sua atuação. Sobre essa questão do mal emprego dos dinheiros públicos, quero ressaltar que sou favorável a Brasília, reconhecendo a sua importância, em especial na ocupação do interior. Mas ela tem aspectos negativos. Em Brasília, o brasileiro perdeu o respeito pelo dinheiro, o que é pior, pelo dinheiro público, do erário. Mudou completamente a mentalidade do brasileiro. Quando, nos começos de Brasília, eu era ministro, morava num apartamento do Iapet e pagava aluguel. No mesmo prédio, morava o marechal Odílio Denys, ministro do Exército. Era a fase da consolidação da nova capital. Disponha apenas de automóvel e motorista. Outra falta de respeito

pelo dinheiro público se evidencia na construção de verdadeiros palácios, mais luxuosos do que em qualquer parte do mundo. Os bancos oficiais, em Washington, funcionam em prédios velhos e modestos, nada que se compare ao palácio do Banco Central.

A caixa-forte do Banco Central mereceu de um jornalista americano a observação fina de que é proporcional à nossa dívida externa. A máquina administrativa cresceu espantosamente. Com elas as irregularidades, como a majoração abusiva dos vencimentos, promovidos praticamente por iniciativa própria.

Sempre há lugar para uma pilhéria:

— Em relação à dívida externa, pela primeira vez concordo com Lula: não pagamos por afirmação de soberania ou gesto de rebeldia, porque não tínhamos e não temos dinheiro. Essa é a realidade que deve ser dita e assumida.

A conversa alarga-se em amplo painel. Chega a vez de analisar o problema das estatais:

— Compreendo que se defendam as estatais necessárias ao país como a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e muitas outras. A verdade é que passaram para o governo maus negócios, empresas irrecuperáveis e que em nada interessam à economia do país. Todo o povo paga altos salários de funcionários que nada fazem porque não têm nada que fazer. Logo no início do governo, estive com o presidente José Sarney e opinei que deveria ser reduzido firmemente o déficit público e diminuído o número exagerado de estatais, através da venda. O presidente me disse que não havia quem quisesse comprá-las. Então é caso de fechá-las, indenizando os funcionários. Não é possível que a Nação inteira seja sacrificada para sustentar empresas improdutivas, inúteis, onerosas. Preocupa-me a alegação de que o déficit interno não causa inflação. É um verdadeiro absurdo. Primeiro, porque grande parte da despesa autorizada não é utilizada. Verifiquei isso quando ministro do Tribunal de Contas. E, depois, porque grande parte da despesa realizada não é autorizada, o que caracteriza uma completa desordem na administração. A verba para o pagamento do funcionalismo nunca é exata. Nela são previstas despesas com a contratação de pessoal, gratificações, vantagens, mordomias. Tudo isso corre por fora.

Nas voltas da conversa, Amaral Peixoto retorna ao tema da Constituinte agora provocado para a análise da advertência do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, sobre o patulhamento da maioria conservadora pela minoria esquerdista.

Pelo país, Sarney deve ter prestígio e força. E usá-los

— Realmente, a Constituinte tem que ser soberana dentro dos reais anseios populares e das nossas tradições. A Constituinte poderia fazer uma opção pelo socialismo desde que contasse com respaldo popular. Sobre a famosa reunião ministerial, não sei se o ministro do Exército falou autorizado ou até estimulado pelo Presidente. Se foi autorizado ou estimulado, foi um erro. Quem deveria falar era o próprio Presidente, que é o maior líder político do país. Tentei muito convencer o Presidente Figueiredo a agir como líder e em consonância com os partidos. Qualquer ministro, civil ou militar, pode dar a sua opinião, mas sempre

em caráter pessoal. Não a opinião das Forças Armadas. Por elas também deve falar o Presidente da República. No interesse do país, o Presidente Sarney precisa ser prestigiado, precisa ter força. Mas deve usar a força e o prestígio.

Indago se o Presidente não se está expondo a uma crise grave ao abandonar a postura de magistrado para lutar pela manutenção do presidencialismo. E se for derrotado na Constituinte?

— As responsabilidades do PMDB são muito grandes. Ele representa a maioria na Constituinte. Mas não tem unidade, o que é alarmante. As opiniões dentro do partido, diariamente registradas, mostram divergências profundas. Daí a perplexidade, a apreensão do país, que não sabe o dia de amanhã. Isso está prejudicando muito a nossa economia. Os homens do trabalho, da indústria, do meio rural, hesitam, não sabem se devem ou não fazer aplicações. Muitos investimentos que deveriam ter sido realizados, foram postergados. Coordeno, na Sociedade Nacional de Agricultura, um grupo de trabalho que reúne grandes organizações agrícolas do Estado: cafeicultores, plantadores, fazendeiros, criadores de gado. É enorme a apreensão com que todos encaram o futuro, não só quanto ao problema do financiamento, como da reforma agrária. Ninguém é contra a reforma agrária. As terras do governo e as grandes propriedades improdutivas devem ser desapropriadas para serem dadas aos homens do campo, aos sem-terra.

Mas, infelizmente, não é isso que vem sendo feito. Fazendas em plena produção foram desapropriadas sem que seus proprietários fossem consultados para que se soubesse se estavam produzindo ou não. O ministro Marcos Freire, a quem rendo um preito de saude, tomou uma providência tranquilizadora para os fazendeiros, determinando que as vistorias fossem feitas com prévio aviso a eles para que estivessem presentes e pudessem ser ouvidos. Não adianta deslocar para o campo quem não esteja adaptado ao trabalho rural. É inútil desalojar homens da cidade desajustados ao meio rural. Eles devastam as matas, vendem a lenha e abandonam a terra.

A revolução destruiu os líderes e quase não os substituiu

— O Estado do Rio — continua Amaral Peixoto, explorando um assunto da sua obsessão — tem menos de 18 por cento de sua área ainda com florestas. O resto está completamente devastado. Ora, a defesa dos nossos recursos naturais merece proteção. Há uma diferença brutal entre o estado que governei há 50 anos e o de hoje. As florestas desapareceram, os rios estão poluídos, não há mais pesca na Baía de Guanabara. Lembro-me de que, nas travessias da baía, era comum se passar por cardumes, por tartarugas imensas, por botos. Agora é a desolação imunda do mar morto. Poucos países têm pela natureza o desrespeito do Brasil. E este é um tema que deveria merecer especial atenção dos constituintes.

Já espichada, a entrevista vai chegando ao fim. Amaral Peixoto aceita a provocação de tentar uma antevisão do futuro:

— A situação é de apreensões. Já atravessamos situações difíceis e, bem ou mal, conseguimos atravessá-las. O Congresso assinala uma grande e, até certo ponto benéfica, renovação. É preciso

que esses homens ajam com patriotismo, colocando as suas aspirações partidárias, suas ambições e interesses pessoais abaixo dos interesses nacionais. São esses que devem prevalecer. Quanto ao presidente José Sarney, espero, como disse, que desempenhe o seu papel com eficiência e energia. Dele só tenho recebido gentilezas. Mas não posso deixar de me preocupar com o presente e o futuro do país. Acho que ele precisa dar mais unidade ao governo: cada ministro diz uma coisa. Dentro do governo, o presidente deve impor a sua vontade. Observo que a arrancada do futuro reclama lideranças. E delas anda o país carente. Concorda:

— A revolução destruiu grande parte das lideranças do país e só as substituiu muito escassamente. Um Petrólio Portela foi um caso raro, uma exceção. Espero que da revoadada dos novos políticos surjam novas lideranças. O país está precisando delas. Estão fazendo muita falta à Constituinte. Não sei se o deputado Ulysses Guimarães se lembra que, ao final do ano passado, insisti na necessidade da escolha, entre os constituintes eleitos, de um grupo qualificado para traçar o plano de elaboração da Constituição. Parece que não foi possível aceitar a sugestão. Não é só na Constituinte, mas na vida do país que faltam lideranças.

Fim da conversa. À despedida, Amaral Peixoto manda um recado a mais à Constituinte, como um pós-escrito:

— Acompanho com enorme preocupação o debate na Constituinte sobre propostas de mudanças das atribuições do Supremo Tribunal Federal. Ora, o STF vem cumprindo a sua missão, talvez com algumas omissões. Devemos ter por ele o mesmo respeito que os americanos devotam à Suprema Corte.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 10:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 180, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1981, do Senador Gastão Müller, que obriga os fabricantes de colas ou fluidos para limpeza de máquinas a adicionarem a estes produtos repelentes odoríferos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 11:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 181, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1983, do Senador Gastão Müller, que veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamentos de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calcu-

lada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 12:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 182, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 1981, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatória a gravação do número do respectivo chassi nos vidros de veículos automotores fabricados no País, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 13:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 183, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1981, do Senador Gastão Müller, que autoriza a Empresa Brasileira de Filmes S/A — Embrafilme, a disciplinar a inclusão obrigatória de filmes nacionais de longa e curta-metragem nas programações das estações de televisão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 14:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 184, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 1982, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a padronização dos contratos relativos ao sistema de consórcio para aquisição de bens, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 15:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 185, de 1987, de autoria do Senador Márcio

Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1982, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatória a impressão, no rótulo e na bula de produtos industriais que contenham a substância "benzeno", da palavra "veneno" e da indicação do correspondente antídoto, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 16:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1982, do Senador Gastão Müller, que obriga os cartórios de Vara Cível a fazer comunicação ao cartório de distribuição, para efeito de baixa, das ações arquivadas ou julgadas improcedentes.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 17:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 187, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1982, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a impressão da data de fabricação e do respectivo prazo de validade nas embalagens de produtos industrializados destinados à alimentação humana.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 18:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 188, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1982, do Senador Gastão Müller, que altera o art. 132 do Código Penal e revoga o art. 34 da Lei das Contravenções Penais.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— **Item 19:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 189, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 1982, do Senador Gastão Müller, que veda a comercialização de plantas ornamentais venenosas, tóxicas ou nocivas à saúde.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— **Item 20:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 190, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1982, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a comercialização de produto industrial que contenha substância tóxica ou venenosa.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— **Item 21:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 191, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1983, do Senador Gastão Müller, que altera a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973 — “que regula os direitos autorais, e dá outras providências”.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— **Item 22:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 192, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1983, do Senador Gastão Müller, que limita a utilização de bromato de potássio, como aditivo químico, pelos moinhos, na industrialização da farinha de trigo.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— **Item 23:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 193, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1983, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a proibição de importação de bebidas alcoólicas em tonéis ou acondicionamento assemelhado, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— **Item 24:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 194, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 1983, do Senador Gastão Müller, que veda a utilização de corantes artificiais na fabricação de produtos alimentícios ou medicinais, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— **Item 25:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 195, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 1983, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a cobertura da apólice de seguro habitacional.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— **Item 26:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 196, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1984, do Senador Gastão Müller, que habilita as microdestilarias de álcool para fins carburantes a participarem dos programas oficiais de financiamento, libera a comercialização da respectiva produção, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— **Item 27:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 197, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1984, do Senador Gastão Müller, que acrescenta alínea ao item II do § 1º do art. 250 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— **Item 28:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 198, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 1984, do Senador Gastão Müller, que proíbe ao BNH e quaisquer outras entidades financeiras vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação o fornecimento de informações sobre mutuários em débito.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— **Item 29:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 1984, do Senador Gastão Müller, que estabelece o seguro fiança como garantia indiscutível e irrecusável para a locação de imóveis residenciais ou comerciais, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— **Item 30:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 200, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 1984, do Senador Gastão Müller, que torna

obrigatória, nas sindicâncias que envolvam apuração das causas de acidentes aéreos, a presença de um membro designado pelo sindicato dos aeronautas, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 145, de 1984 e 78, de 1985.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 31:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 201, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1984, de autoria do Senador Gastão Müller, que proíbe o trabalho em horas extraordinárias nas empresas que, no último quinquênio, tenham reduzido o número de empregados.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 32:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 202, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1984, de autoria do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre programação de interesse local nas emissoras de televisão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 33:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 203, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1984, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatório o laudo de peritos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nas obras de arte, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 34:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 204, de 1987, de autoria do Senador Márcio

Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 1984, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a extração e o transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

— Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 35:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 205, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que institui a semana nacional da democracia, cujo patrono é Tancredo de Almeida Neves.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 36:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que denomina Rodovia Presidente Tancredo Neves a BR-158, que liga Altamira, no Pará, a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 37:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 207, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que modifica o caput do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, para permitir que analfabetos possam obter carteira de habilitação para conduzir veículos automotores.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 38:**

Requerimento nº 208, de 1987

Votação, em turno único, do Requerimento nº 208, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que altera o art. 95 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para permitir, desde que não ofensivo à moralidade pública, o registro do cognome do candidato.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 39:**

Requerimento nº 209, de 1987

Votação, em turno único, do Requerimento nº 209, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 360, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que retira do alienante as exigências de apresentação de certidões, quando o imóvel alienado já for financiado pelo SFH e estiver sendo objeto de transferência a terceiro.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 40:**

Requerimento nº 210, de 1987

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de métodos ou sistemas de proteção à fauna aquática, quando da existência de barragens.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 41:**

Requerimento nº 211, de 1987

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 367, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que fixa o valor da taxa de inscrição e expediente cobrada pelo agente financeiro nas operações de transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 42:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 212, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que obriga a devolução de importâncias antecipadas como sinal ou início de pagamento de imóvel financiado pelo SFH, quando não concretizada a transação.

Em votação o requerimento.

O Sr. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 43:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 213, de 1987, do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 1985, de autoria do Senador Gastão Müller, que dá referência obrigatória às normas da associação brasileira de normas técnicas nos rótulos dos produtos industrializados.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 44:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 214, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1986, do Senador Gastão Müller, que acrescenta parágrafos ao art. 6º e modifica a redação do parágrafo único do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.063, de 6 de outubro de 1983, que "dispõe a regulamentação para execução de serviço de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos, e dá outras providências".

Em votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 45:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 215, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art.

367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1986, do Senador Gastão Müller, que institui o salário profissional do músico.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 46:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 216, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 1986, do Senador Gastão Müller, que cria a residência fonoaudiológica para os formandos em fonoaudiologia, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 47:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 217, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 1986, do Senador Gastão Müller, que dispõe sobre o direito de preferência dos condutores autônomos na aquisição de caminhões, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 48:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 218, de 1986, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1986, do Senador Passos Pôrto, que altera disposições da lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que regula o exercício da profissão de fonoaudiólogo.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 49:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 219, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art.

367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1986, do Senador Gastão Müller, que estabelece a obrigatoriedade de manutenção de posto de serviço bancário no caso de extinção ou fechamento de uma única agência bancária em determinado município.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 50:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 220, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1986, do Senador Gastão Müller, que institui a Residência em Psicologia Clínica, cria a Comissão Nacional de Residência em Psicologia Clínica e estabelece outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 51:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 221, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1986, do Senador Gastão Müller, que torna obrigatória a especificação dos alimentos e bebidas que interferem na absorção ou no efeito das drogas e medicamentos, nos rótulos, bulas e impressos dos mesmos.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 52:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 222, de 1987, de autoria do Senador Márcio Lacerda, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1986, do Senador Gastão Müller, que assegura aos contribuintes do imposto de renda optar pela compensação do valor total ou parcial da restituição de que trata o art. 14 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, com o imposto devido nas declarações de rendimentos dos exercícios de 1987 e seguintes, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 53:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 227, de 1987, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 358, de 1985, de sua autoria, que dispõe sobre a profissão de Zootecnista.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 54:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 228, de 1987, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1981, de autoria do Senador Passos Pôrto, que cria o Instituto Nacional de Conservação do Solo, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

O Sr. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 55:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 229, de 1987, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desenvolvimento do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1981, de autoria do Senador Passos Pôrto, que extingue os incentivos fiscais a investimentos aplicados na compra de ações de debêntures convercíveis em ações mediante a composição de fundos de investimentos autorizados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 56:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 230, de 1987, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1983, do Senador Passos Pôrto, que insti-

tui o Projeto Nordestino, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 57:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 231, de 1987, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1983, de autoria do Senador Passos Pôrto, que estabelece normas de uso do solo agrícola.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 58:**

Votação, em turno único, do requerimento nº 232, de 1987, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1984, do Senador Passos Pôrto, que inclui, no Polígono das Secas, toda a área dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 59:**

Votação, em turno único, do requerimento nº 233, de 1987, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1986, de autoria do Senador Passos Pôrto, que autoriza o servidor civil da União a indicar pessoa que tenha como dependente para efeito de percepção de pensão, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 60:**

Votação, em turno único, do requerimento nº 234, de 1987, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 129,

de 1986, do Senador Passos Pôrto, que dispõe sobre a proteção do trabalho do empregado em serviços domésticos, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— **Item 61:**

Votação, em turno único, do requerimento nº 244, de 1987, de autoria do Senador Virgílio Távora, solicitando nos termos regimentais, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1985, do Senador Heráclito Rollemberg, que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Idoso — FUNABEL, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1985 (nº 92/85, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tailândia, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob nº 20, de 1987, da Comissão

— **De Relações Exteriores.**

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1985 (nº 102/85, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Pequim, a 11 de outubro de 1984, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 21, de 1987, da Comissão

— **De Relações Exteriores.**

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1985 (nº 51/84, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Paquistão, concluído em Brasília, a 18 de novembro de 1982, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 22, de 1987, da Comissão

— **De Relações Exteriores.**

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1986 (nº 104/85, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, assinado em São Domingos, a 8 de fevereiro de 1985, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 23, de 1987, da Comissão de Relações Exteriores.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1986 (nº 99/85, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Internacional Relativo ao Serviço de Radiodifusão em Ondas Médias, firmado pelo Brasil em 19 de dezembro de 1981, por ocasião da Conferência Administrativa Regional de Radiodifusão em Ondas Médias (Região 2), realizada no Rio de Janeiro tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 24, de 1987, da Comissão de Relações Exteriores.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 194, de 1987 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 19, de 1987), que autoriza o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 78.021.322,63 (setenta e oito milhões, vinte e um mil, trezentos e vinte e dois cruzados e sessenta e três centavos).

— 7 —

Votação em turno único, do Projeto de Resolução nº 195, de 1987, que retifica a Resolução nº 38, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Mourão, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados), tendo

PARECER FAVORÁVEL proferido em plenário.

— 8 —

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 216, de 1985 (nº 2.929/83, na Casa de origem), que altera a redação da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que "institui normas gerais sobre desportos". (Dependendo da votação do Requerimento nº 179, de 1987, de adiamento da discussão).

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas)

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 232, DE 1987**

O Presidente do Senado Federal, usando da competência que lhe confere o Regimento Interno, considerando o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 31, de 1987, resolve:

Art. 1º É delegada competência para autorizar despesas do Senado Federal:

I — ao Primeiro-Secretário, até o limite de Tomada de Preços; e

II — ao Diretor-Geral, excetuados os casos de obras e serviços de engenharia, até o limite de Convite.

Art. 2º As delegações de competência de que trata este Ato poderão ser objeto de subdelegações, até o nível de Secretaria.

Art. 3º Esta Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 18 de novembro de 1987. —
Humberto Lucena, Presidente.

**PORTARIA Nº 29, DE 1987
DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO**

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e consoante o disposto no art. 4º do Ato da Comissão Diretora nº 40, de 1987, resolve designar os servidores Gerson de Souza Lima, Marcos Tadeu Gomes Carneiro, Ivaldo Roland Filho, Lúcia Maria de Ilhoa e Carlos Magno Fagundes Franci para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão Especial destinada a realizar estudos para a elaboração de norma de padronização para todos os apartamentos funcionais destinados aos Senadores, e Carlos Roberto Marcelino, para secretariar a referida Comissão.

Senado Federal, 19 de novembro de 1987. —
Jutahy Magalhães, Primeiro-Secretário.

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A "APURAR A POLÍTICA
DE CONCESSÕES DE EMISSORAS DE RÁDIO
E TELEVISÃO EM TODO O PAÍS E IRREGULARIDADES
OCORRIDAS NO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES".**

**2ª Reunião, realizada em 2 de
setembro de 1987**

Às quinze horas e quarenta e quatro minutos do dia dois de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Marcondes Gadelha, Presidente; Wilson Martins, Relator; Luiz Viana, Pompeu de Sousa, Chagas Rodrigues, Lavoisier Maia, Márcio Lacerda e Gerson Camata, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Apurar a política de concessões de rádio e televisão em todo o País e irregularidades no Ministério das Comunicações".

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Wilson Martins, Relator, para apresentar o roteiro de trabalho.

Posto em discussão, usaram da palavra os Srs. Senadores Pompeu de Sousa, Luiz Viana, Chagas Rodrigues, Edison Lobão e o Sr. Relator.

Em votação, é o roteiro aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas.

— ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A "APURAR A POLÍTICA DE CONCESSÕES DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO EM TODO O PAÍS, E IRREGULARIDADES NO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES", REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 1987, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Marcondes Gadelha
Relator: Senador Wilson Martins

Roteiro dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apuração de irregularidades nas concessões de rádio e televisão feitas pela União (art. 8º, XV, "a", C. Federal).

1. Considerações preliminares
Dentro do sistema jurídico nacional, o inquérito parlamentar político-legislativo, produzido por comissões parlamentares especialmente constituídas para tal fim, tem por objetivo informar o Parlamento para que este cumpra suas funções fiscalizadoras.

Na verdade, as Comissões Parlamentares de Inquérito devem exercer o papel de verdadeiros olhos do Parlamento, impedindo-o de ser reduzido, na frase de Barthélemy, à condição de "cego constitucional, condenado a conhecer somente o que o governo se dispusesse a lhe comunicar e dosar" (cf. Joseph Bathélemy "Essai sur le Travail Parlementaire et le Système des Commissions", pág. 240).

No sistema brasileiro a investigação parlamentar é utilizada muito mais para o fim de controlar o Executivo e informar a opinião pública sobre assuntos relevantes da administração do que em prol da atividade legiferante. Isso decorre da diminuição do papel legislativo do Parlamento, em virtude da progressiva complexidade dos problemas modernos e da crescente ampliação da esfera do Estado. O Executivo vai tomando a iniciativa da maioria das leis votadas pelo Legislativo, ao mesmo em tempo que alarga sensivelmente a órbita do poder regulamentar. Daí a necessidade do controle do Executivo pelo Legislativo, através da investigação parlamentar, toda vez que o exigir o interesse público.

Assim sendo, visando à consecução dos fins que justificam a existência da presente CPI, nesta oportunidade proponho aos ilustres Senadores membros desta comissão um roteiro dos trabalhos a serem desenvolvidos no curso do inquérito parlamentar.

1.1. O objeto da CPI

O requerimento do autor da proposta da CPI, o saudoso Senador Fábio Lucena, não especificou as irregularidades a serem apuradas. Entretanto, como ficou assentado na primeira reunião da comissão, os trabalhos serão desenvolvidos de modo abrangente, visando um completo esclarecimento do Senado e da opinião pública em geral, a respeito das concessões de rádio e televisão, feitas nos últimos anos pela União, através do Ministério das Comunicações. Aliás, a amplitude dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito decorre dos próprios princípios legais que a regem, porquanto, nos termos do art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, a CPI

poderá determinar as diligências que se fizerem necessárias, convocar Ministros de Estado, ouvir depoimentos de autoridades públicas e, eventualmente, os indiciados, além de inquirir testemunhas, requisitar documentos e realizar visitas ou vistorias. Não resta dúvida que a tarefa desta CPI é árdua, visto que atuará em vários setores, envolvendo a questão das comunicações através do rádio e televisão, o que significa que os trabalhos deverão ser desenvolvidos de forma objetiva para que não se gaste tempo precioso dos senhores senadores, membros da CPI. Assim sendo, este relator propõe aos ilustres senadores membros no item seguinte.

2. Nomes de autoridades e personalidades que deverão ser convocadas para prestarem depoimentos perante a comissão:

- a) Dr. Rômulo Furtado — Secretário-Geral do Ministério das Comunicações;
- b) Deputada Cristina Tavares;
- c) Deputado e Jornalista Antônio Britto;
- d) Jornalista Roberto Marinho — Rede Globo;
- e) Apresentador Sílvio Santos — SBT;
- f) Ministro Antônio Carlos Magalhães, titular do Ministério das Comunicações;
- g) Adolfo Bloch — TV Manchete;
- h) João Saad — TV Bandeirantes;
- i) Presidente da Confederação dos Bispos do Brasil;
- j) Presidente da Embratel;
- k) Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Comunicações;
- l) Senador João Calmon;
- m) Deputado Bernardo Cabral;
- n) outros nomes que poderão ser indicados pela douta Comissão

3 — Outras providências procedimentais.

- a) Requisição dos procedimentos administrativos de concessões de rádio e televisão relativos ao governo anterior (Figueiredo) e ao atual, para exame da legalidade dos atos neles praticados;
- b) Requisição de informações perante todos os órgãos do sistema de Comunicações por rádio e televisão do País, bem como perante entidades representativas dos trabalhadores e proprietários do setor;
- c) Diligências e vistorias a órgãos de comunicação privados e oficiais, a critério da douta Comissão;

4 — Outras diligências que se fizerem necessárias no curso da instrução da CPI;

5 — Relatório que concluirá por projeto de resolução se ficar demonstrado que o Senado é competente para deliberar sobre as matérias objeto das conclusões ou a indicação das providências cabíveis, observadas as formalidades legais e regimentais.

Estas são as providências que este Relator submete à apreciação da douta Comissão.

Brasília, 20 de agosto de 1987. — **Wilson Martins**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Parece que o som agora melhorou. Estava preocupado com o problema de registros e já ia pedir a nossa secretária para tomar algumas providências nesse sentido, mas parece que voltou a gravação, que é imprescindível para efeito de elaboração de Ata, posteriormente. Queria que alguém do som fizesse algum sinal de que está tudo bem, gravando e registrando. (Pausa) Está muito bem.

A parte que não foi registrada está escrita, não há problema. São, exatamente, as considerações iniciais do Relator, o seu roteiro e a sua proposta.

Vamos colocar, agora, em discussão a proposta do Relator sobre o roteiro dos nossos trabalhos, lembrando que esta proposta divide-se em 4 itens básicos: o Relator fala sobre o objeto da CPI, sobre os nomes das autoridades e personalidades que deverão ser convocadas; outras providências procedimentais e outras diligências que se fizerem necessárias. Ao final conclui, classicamente, com a proposta de um projeto de resolução, se ficar demonstrada a competência do Senado no assunto.

Fundamentalmente, teríamos que discutir 4 pontos: o objeto da CPI, os nomes das autoridades, as outras providências procedimentais, a que alude o Relator: requisição de procedimentos administrativos e concessões de rádio e televisão, relativos ao Governo anterior e ao atual; a requisição de informações, perante todos os órgãos do sistema de comunicação; as diligências e vistorias a órgãos de comunicação privada e oficial; e, finalmente, outras diligências que se fizerem necessárias.

Concedo a palavra ao Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Apenas uma ligeira retificação quanto ao Presidente do Sindicato de, diz-se aí, jornalistas. Na verdade, quer dizer órgão de comunicação. Não existe essa entidade. O que existe é o CONTCOP, que é a Confederação dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade — CONTCOP.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Indago do Relator se era a essa entidade que queria se reportar, porque aqui fala em Sindicato dos Trabalhadores.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Não existe. Sindicato dos Trabalhadores em Comunicação não existe. Existe uma confederação dos vários sindicatos, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade — CONTCOP. Abrange tudo, é CONTCOP. Chama-se Confederação dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade. Então, por isso, acho indispensável ouvir as várias áreas, como por exemplo, a Federação Nacional dos Jornalistas — FENAJ — que é o Jornalista Armando Rollemberg. Além disso, há, também, uma entidade do rádio e televisão cujo nome não me ocorre agora, ao lado da Confederação...

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Será ABERT?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Não. ABERT é dos proprietários. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão é uma organização patronal. Há uma organização de trabalhadores, cujo nome não me ocorre agora, mas existe. Pois não.

O SR. LUIZ VIANA — Intervenção fora do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Queria pedir ao Senador que falasse pelo microfone para efeito de registro.

O SR. LUIZ VIANA — A Comissão, no curso dos seus trabalhos, poderá convocar pessoas e

entidades outras, além dessas que estão sendo mencionadas aí, claro?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Exato. Mas estou propondo, desde já, que convoque com correção e, ao mesmo tempo...

O SR. LUIZ VIANA — Mas a sugestão não é limitativa, é exemplificativa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Não, pelo contrário, estou dizendo que se convoque não só o titular da Confederação, mas das várias entidades que compõem a Confederação.

O SR. LUIZ VIANA — Eu sei. Estou de acordo com V.Ex^a Aliás, a idéia do Relator foi essa.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — O nome do visitante foi dado corretamente pelo Deputado Antônio Britto.

O SR. LUIZ VIANA — Isso é secundário! Inteiramente secundário!

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Constituinte Edison Lobão, V.Ex^a lembrou o nome da ABERJE, parece que não houve a sugestão do Constituinte Pompeu de Sousa de incluí-la. Eu pediria, então, a inclusão da Aberje. Perguntaria ao Relator por que o nome do constituinte Antônio Britto como um dos convidados da Comissão?

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — Incluí o nome do Constituinte Antônio Britto porque ele conhece bem a área de comunicações e, inclusive, foi um dos Constituintes que agora foram incumbidos de redigir o texto do projeto Cabral e o fez a contento, no meu modo de ver.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Há, então, duas propostas de inclusão do Presidente da FENAJ, Jornalista Rollemberg e do Presidente da ABERJE. (Colocação fora do microfone.)

O SR. LUIZ VIANA — (inaudível)... o que precisamos, sobre o que deveremos fazer no correr do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Constituinte Chagas Rodrigues com a palavra.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, gostaria de dizer que estou de pleno acordo com o roteiro sugerido e, praticamente, aprovado. Como disse o Senador Luiz Viana no decorrer dos trabalhos, caso haja necessidade, poderíamos pedir o comparecimento de outras pessoas ou representantes de outras entidades.

Ao final dos nossos trabalhos, tratando-se de matérias tão importantes se esta Comissão não vier a apurar irregularidades, — e espero que não encontre, que não haja irregularidades maiores na área — pelo menos nós teremos um material da maior importância para, até mesmo, melhorar a legislação que disciplina essa matéria. Dentro dessa idéia geral de acesso, de democratização... Há pouco dias, mesmo, conversando com Olívio ele me dizia que nos Estados Unidos, um país especialmente democrático, há uma legislação muito séria proibindo que os mesmos grupos possuam mais de uma estação e assim por diante.

Para concluir as minhas palavras, pediria a V. Ex^a, ao nobre Relator, ou talvez à Presidência, que fizesse chegar às nossas mãos as leis básicas sobre esse assunto. Parece-me que há um diplo-

ma básico fundamental. É uma legislação especializada...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Permite-me um aparte? Há publicação dessa legislação nos vários países do mundo. Eu, inclusive, disponho de cópias, mas a biblioteca do Senado possui.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Eu já me contentaria, inicialmente, com a legislação do Brasil. A legislação fundamental, as leis básicas sobre essa matéria. Se nós tivémos, também, alguma legislação dos principais países, Estados Unidos, França, Inglaterra, melhor para nós. Hoje o mundo é cada vez menor e há esse intercâmbio. Na medida do possível nós poderemos também aprimorar a nossa legislação se for o caso. Mas, o meu pedido é, pelo menos, no concernente à nossa legislação. Seria mais fácil e V. Ex.^a mandaria distribuir aos membros da Comissão. Cada um receberia essa documentação básica.

O SR. POMPEU DE SOUSA — O material básico é o código Brasileiro de Telecomunicações, que aliás precisa ser reformulado, porque está cheio de inconveniências.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Mas, eu tenho a impressão de que há uma legislação posterior.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Esse Código precisa ser completamente reformulado.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Considerando a solicitação do Senador Chagas Rodrigues, inteiramente pertinente, a Mesa pede à Secretaria para tomar providências neste sentido, fazendo um levantamento de toda a legislação referente ao assunto, não apenas no Brasil, mas também num número razoável de países, particularmente nos Estados Unidos, França, parte da Europa Ocidental. Se for possível coletar, também, dados referentes a países socialistas, pois também é importante. Enfim, deve haver na Casa pessoa especializada no assunto e eu pediria então à nossa secretária para entrar em contato, estabelecendo então esta conexão. Realmente, o nosso saudoso Senador Fábio Lucena nos deixou — como disse muito bem o Relator — alguma dificuldade por não ter apontado especificamente quais as irregularidades que gostaria de ver apuradas ou, sequer, onde está o foco de uma eventual suspeição. De qualquer forma, isso nos induz a um trabalho abrangente, amplo e, por certo, será fecundo e interessante para a vida do País, considerada a grande importância do sistema de comunicação, hoje, na vida desta Nação e nos seus pressupostos democráticos. Há outros pontos, além dos nomes dos depoentes, que eu gostaria de ver discutidos aqui. Primeiro, a requisição dos procedimentos administrativos de concessão de rádio e televisão relativos ao Governo anterior, Figueiredo, e ao atual para exame da legalidade dos atos nele praticados. Procedimentos administrativos a que se refere o Relator, são — suponho — os editais...

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — Perfeitamente, o processo desde o seu início até o seu final e o exame do processo à luz da legislação para aferirmos a sua legitimidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Esta pergunta eu a estou fazendo porque, considerando o Governo Figueiredo e o Governo atual,

nós vamos ter um número alentado de eventos a considerar e se incorporarmos aqui no nosso acervo esses procedimentos administrativos, todos, assim de forma inespecífica, eu temo que venhamos a preencher uma sala inteira com papéis, documentos.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Se o Sr. Presidente me permite uma informação, haverá uma diferença muito pequena, quase nenhuma, insignificante, nos processos de concessões de rádio e televisão, vez que o processamento se faz pelo Ministério das Comunicações e o Secretário-Geral, que é o elemento-chave dessas concessões e que estará entre os convocados pela Comissão. Rômulo Furtado vem desde o Governo Figueiredo até hoje. Quer dizer, é uma das pessoas que continuaram, porque, o Ministério das Comunicações só mudou o Ministro. A rigor, quase que só mudou o Ministro entre o Governo Figueiredo e o Governo atual.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Suponho que tenham sido concedidos alguns milhares de estações de rádio nesses dois governos.

O SR. POMPEU DE SOUSA — É possível pelo seguinte: a milhares não chega. Talvez a centenas. Em três ou quatro semanas, na Bahia — e o Senador Luiz Viana pode até informar melhor do que eu — o Governo atual concedeu — se não me engano — 86 concessões de canais de televisão, 86 emissoras de televisão em 86 municípios baianos, cobrindo praticamente o território da Bahia a uma única emissora de televisão, a uma única empresa chamada TV Bahia, que, por coincidência, é controlada pela família do Ministro. Se não me engano, é o cunhado do Ministro, o filho do Ministro e o genro do Ministro.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente eu pediria a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Tem a palavra V. Ex.^a

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Se bem entendi quanto ao roteiro apresentado pelo nobre Relator, parece que nós iríamos solicitar informações sobre as concessões feitas e os beneficiários, aqueles em nome de quem seria feita a concessão. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Não! Eu acho que não é só isso, porque, ao final, S. Ex.^a diz: "Para exame da legalidade dos atos neles praticados". Ou seja, nos procedimentos administrativos de concessões. Então, não se restringe à entidade e nem à firma proprietária só, mas aos próprios atos, à legalidade dos atos. É algo mais extenso.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Perfeito! Logo, nós teríamos, então, as concessões e as entidades em favor das quais as concessões teriam sido feitas. Evidentemente, há aí um aspecto objetivo. Mas eu quero crer que seria da maior importância — não sei se isso virá normalmente, o que levou a decidir, em determinado caso, que a impressão que eu tenho, daí eu ter dito, eu não conheço bem a legislação, leio o *Diário Oficial*, o *Diário da Justiça*, sobretudo o *Diário Oficial*, Mas eu tenho a impressão de que a legislação atual concede um poder muito grande, aquela diferença entre o poder discricionário e o poder arbitrário,

enfim, eu diria um poder arbitrário muito grande. É coisa muito subjetiva. Não é como uma concorrência normal, em que é fácil aferir: firma tal se dispõe a realizar a obra pelo preço "x". Então, é fácil. Mas eu tenho a impressão — daí eu ter solicitado essa legislação, eu nunca me preocupei muito com isso — de que deixa uma margem muito grande à apreciação. Mas eu ouvi aqui se falar em concessão. Até apresentei uma emenda sobre este assunto. Eu vi, por exemplo, que, quando se trata de FM — tem um nome técnico — não é objeto de concessão; é objeto de permissão. E o ato é objeto de portaria do Sr. Ministro. Então, há certos processos que, pelo menos, no seu andamento, não vão nem ao Presidente da República, mas seria interessante que solicitássemos, não apenas com relação às concessões, mas a essas permissões que são objeto de portaria ministerial.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — Sr. Presidente, tinha em mente ouvir, como um dos primeiros depoentes, justamente o que indicou o Secretário do Ministério das Comunicações. Depois desse depoimento, vamos ter uma visão do que deveremos realmente requisitar do Ministério. Isso também servirá de parâmetro para que a Comissão adote providências ulteriores, de natureza administrativa. Se há conveniência em requerer todos os processos ou apenas uma amostragem sucinta e isso teremos que decidir após o depoimento de certas personalidades que estão aí arrolando.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Permite V. Ex.^a que eu dê uma nova sugestão? Já que S. Ex.^a o eminente Relator propôs o nome do Constituinte Antônio Brito, nosso companheiro na Subcomissão que tratou da matéria, e agora, por delegação nossa, está participando das articulações para elaboração do texto final; para esse assunto específico de concessões temos à mão do próprio Senado — foi até objeto de uma sugestão minha na reunião passada — um companheiro, Senador João Calmon, que conhece minuciosamente os subterrâneos e acho mais importante começarmos pelos subterrâneos do que pela sala de visitas, porque depois podemos interogar a sala de visitas com mais conhecimento de causa. Se formos começar pelo oficialismo, ele vai dar uma visão rósea, não há nenhuma irregularidade, tudo é um mar de rosas; tudo está perfeito, porque as concessões são distribuídas com o mais absoluto critério, com o mais absoluto senso de justiça — entre os amigos do peito, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Quero informar ao Senador Pompeu de Sousa que o problema da convocação do Senador João Calmon e da ordem de inclusão de seu nome já foi discutido em sessão anterior e, a pedido do próprio Senador, ficou mais para adiante. Com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO — Sr. Presidente, a minha experiência em comissões parlamentares de inquérito demonstra que, muitas vezes, nós perdemos nos desvãos de uma convocação ilimitada de pessoas, que acabam tomando, de um lado, o tempo do Relator em examinar profundamente aquilo que foi dito, muitas vezes de maneira repetitiva, por diversos depoentes.

Por outro lado, a Comissão, ao longo do tempo, vai perdendo um pouco o seu interesse por um número muito grande de depoentes.

Inscrito-me tranqüilamente entre aqueles que adotam a sugestão do Relator, Senador Wilson Martins. A meu ver, devemos de fato conversar com o Secretário-Geral, que terá muito a nos dizer e, a partir de determinado momento, se forem necessárias novas convocações — é o que também propõe o Senador Luiz Viana — serão feitas. Não há limitação para a Comissão. Penso que não devemos nos espalhar em demasia logo no começo, sob pena de nos perdemos.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Gostaria de perguntar se o mecanismo da Comissão permite reinquirição, porque o Secretário-Geral vai depor, e vai fazê-lo de maneira formal, diante de uma Comissão que ainda não terá conhecimento daquilo que o saudoso Senador Fábio Lucena chamou de irregularidades, ele não vai levantar as irregularidades. Então, o Secretário-Geral deve ser ouvido em função do levantamento das irregularidades. Ele pode fazer um bonito depoimento e trazer a sua visão rósea de "Alice no País das Maravilhas". Depois, então, se pudermos novamente convocá-lo para que esclareça aquilo que os depoimentos subsequentes trouxeram, muito bem. Concorro plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Digamos que esse método não é tradicional, mas não há impedimento formal no Regimento nem lei para reconvocação. Não há tradição nesse sentido. Normalmente, cada depoente é ouvido uma vez só, na história das CPIs, mas pode-se reconvocá-lo.

O SR. LUIZ VIANA — Naturalmente, até por interesse dele, ele deverá ser convocado para dizer se aquilo é verdade ou não.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Porque nós partimos do pressuposto, que sendo esta uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar o que o autor do requerimento chamou de irregularidade, evidentemente que a autoridade que pratica os atos não vai levantar suas próprias irregularidades! É claro, é óbvio. Então, parece-me indispensável que essas irregularidades sejam levantadas, para que a autoridade concedente possa ser questionada.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Indago se algum dos Srs. Senadores quer ainda comentar a proposta do nobre Relator. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos tomar as providências para a convocação.

Gostaria de discutir, com os membros desta Comissão, o problema do espaçamento entre os depoimentos ou a sua eventual compactação. Nós temos 15 depoentes nesta primeira rodada. Isto significa que se ouvíssemos um por sessão, levaríamos mais de 4 meses, porque considerando que temos o problema da Constituinte pelo meio, vamos ter uma fase muito tumultuada...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Teremos que ter mais de uma audiência por sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Mais de uma audiência por sessão.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Todas as Comissões de Inquérito têm feito isto. A Comissão da Ferrovia Norte-Sul também, e dá perfeitamente.

O SR. LUIZ VIANA — Vamos fazer uma experiência agora com o Secretário que deverá ser um depoimento longo.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — E, depois, disciplinamos o tempo. Muito bem! Então fica estabelecido que será convocado, em primeiro lugar, o Secretário Rômulo Furtado, para uma audiência inicial, única, solitária. E, depois, nós vamos distribuir o tempo com os outros depoentes.

Temos nos reunido às terças-feiras — hoje é uma exceção, mas podemos, se for o caso, mudar para quarta-feira. A próxima semana será extremamente tumultuada para quem é da Comissão de Sistematização, sobretudo.

Quanto são da Sistematização aqui? Eu sou e o Relator também. Bom, a votação na Sistematização termina dia 17; quando houve a convocação desta Comissão nós sabíamos dos percalços que teríamos em função do conflito de calendário com a Constituinte. O próprio Relator chegou a se escusar de assumir, alegando o seu comprometimento primordial com a Assembleia Nacional Constituinte, e nós o convencemos, a duras penas, alegando que iríamos navegar de acordo com os problemas que tivéssemos com a "maré" ou com os obstáculos. Claro que, em qualquer circunstância, a Constituinte tem prioridade e nós vamos tentar nos adaptar a essa situação.

Cômo primeira reunião, vou tomar diligência para a colocação do Secretário-Geral e depois nós iremos ao sabor da evolução da Constituinte.

Se não houver mais quem queira usar a palavra, declaro encerrada a reunião.

ATAS DE COMISSÕES

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Apurar a política de concessões de emissoras de rádio e televisão em todo o País, e irregularidades ocorridas no Ministério das Comunicações".

3ª Reunião, realizada em 16 de setembro de 1987.

Às quinze horas e trinta minutos do dia dezesseis de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na sala de reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Marcondes Gadelha, Presidente, Wilson Martins, Relator, Odacir Soares, Lavoisier Maia, Edison Lobão, Nelson Wedekin e Chagas Rodrigues, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Apurar a política de concessões de emissoras de rádio e televisão em todo o País, e irregularidades ocorridas no Ministério das Comunicações". Comparecem, ainda, os Srs. Deputados José Elias Moreira, Rodrigues Palma, Rita Furtado e Angelo Magalhães.

É dispensada a leitura da Ata anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e convida o Dr. Rômulo Villar Furtado, Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, para prestar o juramento de praxe e, em seguida, concede-lhe a palavra.

Inicialmente, o Dr. Rômulo Villar Furtado, Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, agradece o convite para depor junto à Comissão.

Após sua exposição, coloca-se à disposição dos Srs. Parlamentares para quaisquer esclarecimentos.

Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Nelson Wedekin, Edison Lobão, Pompeu de Sousa, Chagas Rodrigues, Wilson Martins, Relator, e, por último, o Sr. Presidente, Senador Marcondes Gadelha.

Finalmente, o Senhor Presidente agradece a presença do Dr. Rômulo Villar Furtado e, em seguida, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação. — **Marcondes Gadelha**.

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "APURAR A POLÍTICA DE CONCESSÕES DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO EM TODO O PAÍS, E IRREGULARIDADES NO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES", REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1987, A FIM DE OUVIR DEPOIMENTO DO SR. RÔMULO VILLAR FURTADO, SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador **Marcondes Gadelha**

Relator: Senador **Wilson Martins**

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Encontra-se presente o ilustre depoente, o Dr. Rômulo Villar Furtado.

Convido o ilustre Senador Odacir Soares para compor a Mesa, na qualidade de Relator *ad hoc*.

A reunião de hoje destina-se a tomar o depoimento do Sr. Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, Dr. Rômulo Villar Furtado, a respeito do assunto objeto desta CPI, ou seja, a Política de Concessão de Emissoras de Rádio e Televisão e eventuais irregularidades que se tenham verificado no âmbito da ação do Minicom. Esclarecemos que esta expressão é um tanto vaga, mas é tal como se encontra no requerimento formulado pelo ilustre Senador Fábio Lucena, autor da proposição que ensejou a convocação desta Comissão.

O Dr. Rômulo Villar Furtado tem 49 anos de idade, é natural do Espírito Santo, tem o curso superior no Instituto Tecnológico de Aeronáutica — o ITA, entre 1957 e 1961. O seu currículo é bastante alentado e reservo-me o direito de citar apenas alguns pontos, a começar pela primeira função exercida, a de engenheiro de projetos de equipamentos de Telecomunicações do Instituto de Pesquisa da Marinha, passando por vários cargos, como os de assessor do Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações, engenheiro da Radional, Presidente da Telecomunicações do Espírito Santo S.A. — Telest, até a Secretaria-Geral do Ministério das Comunicações, onde ingressou em 1974. Presidiu várias Comissões: a

encarregada da elaboração dos Planos Básicos Nacionais de Comutação, Numeração tarifação e Sinalização telefônica; presidiu a Comissão encarregada do Acompanhamento e Supervisão do Planejamento do Tronco Sul de Telecomunicações do Brasil, o Contel; foi coordenador da equipe encarregada da definição de funções e atribuições da empresa *Holding Telebrás*, subsidiárias e associadas da EMBRATEL, e da elaboração do projeto de lei de criação da Telebrás, projeto de estatuto e demais atos constitutivos. Participou de vários cursos e seminários no exterior, como do curso de especialização nos Estados Unidos em telecomunicações por satélites, em Ney Jersey e Seminário sobre Comunicações por satélites, patrocinado pelo Departamento de Estado americano, em Washington. Participou de vários órgãos e reuniões internacionais. Foi chefe da Delegação do Brasil à I Reunião do Comitê Diretivo da Conferência Interamericana de Telecomunicações, na Venezuela; Presidente da II Conferência Interamericana de Comunicações, Citel, membro convidado do painel de Especialistas constituído pelo Banco Mundial, para a avaliação dos seus programas para os setores de Energia e Comunicações, Chefe da Delegação do Brasil. V Reunião Extraordinária da Assembléia que faz parte da Organização Internacional de Telecomunicações por satélites, a Intelsat, participante de negociações comerciais, entre os governos do Brasil e Uruguai, participante do Seminário de Telecomunicações e Desenvolvimento de Santiago, participante do Fórum Técnico na África; foi Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU; Membro do Conselho Deliberativo da Sudam; proferiu conferências sobre comunicações por satélites, representou, como Secretário-Geral do Minicom o Ministro das Comunicações em várias solenidades internacionais; pronunciou conferência na reunião de organismos regionais do Ministério do Interior em Brasília, como Secretário-Geral do Ministério das Comunicações; pronunciou palestra na Escola de Comando do Estado Maior da Aeronáutica, pronunciou conferência sobre Telecomunicações no Brasil no Centenário da Ericsson, na Suécia; e tem inúmeras condecorações tais como: Ordem do "Mérito do Rio Branco", "Mérito Naval", "Mérito Aeronáutico", "Mérito Industrial do Estado do Espírito Santo", "Santos Dumont", "Mérito de Brasília", "Mérito das Comunicações", como Grande oficial, "Mérito do governo Francês", no grau de Grande Cavaleiro, enfim o nosso depoente é um homem, por todos os títulos, qualificado a trazer Casa e a opinião pública nacional sobre este ponto fundamental da vivência democrática que é o sistema de comunicações e, por consequência o sistema de formação de opinião.

Comunico a chegada do eminente Relator, Senador Wilson Martins.

Antes de iniciar o seu depoimento, convido o Dr. Rômulo Villar Furtado a, de pé, prestar o juramento de praxe perante esta Comissão.

O SR. RÔMULO FURTADO — Juízo, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a Política de Concessões de Emissoras de Rádio e Televisão neste País e Irre-

gularidades Ocorridas no Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Informo à Casa que no questionamento subseqüente à exposição do Dr. Rômulo Villar Furtado, tem preferência, pela ordem, os Membros da Comissão, incluindo prioritariamente o nobre Relator; em seguida, os demais Senadores; e, finalmente, os Srs. Deputados presentes à sessão.

Concedo a palavra ao Dr. Rômulo Villar Furtado.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Exmo. Sr. Senador Marcondes Gadelha, Presidente desta Comissão; Sr. Senador Wilson Martins, Relator desta Comissão; Srs. Parlamentares, Sr^{es} e Srs.

É uma honra especial, para mim, comparecer, pela primeira vez, a uma das Casas do Congresso Nacional, embora sirva ao meu País em diferentes funções da vida pública há 25 anos, 14 dos quais dedicados à Secretaria do Ministério das Comunicações. É, portanto, um privilégio estar hoje, aqui, trazendo informações sobre o nosso Ministério, de cuja vida partícipo há muitos anos ativamente, intensamente, diuturnamente. Tenho, portanto, muito que falar, Sr. Presidente, sobre o nosso Ministério, sobre as comunicações no Brasil, sobre os desafios que enfrentamos e vencemos, sobre os desafios que ainda temos que enfrentar e que esperamos superar.

A convocação desta Comissão teve um objeto lato, amplo, de forma que, quando tive a oportunidade de consultar sobre a melhor forma de encaminhar a minha apresentação diante desta Comissão, V. Ex^a houve por bem sugerir, o que coincidiu com meu ponto de vista também, que iniciasse por fazer uma ampla exposição sobre o setor das comunicações, exatamente porque, assim, poderia abordar todos os temas que pudessem ser de interesse dos Srs. Parlamentares que acompanham, com interesse, o desempenho do Ministério das Comunicações em todos os segmentos de sua atividade.

Preparei-me, portanto, para trazer a esta Comissão a exposição que proponho iniciar neste momento, com a sua permissão.

O Ministério das Comunicações, como todos sabemos, abrange uma ampla faixa do Poder Executivo, envolvendo os setores de telecomunicações públicas, radiodifusão, Correios, e executando diretamente, através de suas empresas, serviços públicos de telecomunicações, e atuando no campo da radiodifusão, precipuamente como poder fiscalizador, coordenador do processo de concessão e de execução de serviço.

No campo das comunicações públicas, a telefonia em particular, somos todos, possivelmente a maioria dos aqui presentes, do período em que as comunicações neste País eram extraordinariamente precárias. O Brasil há pouco mais de vinte anos, na verdade se constituía num grande arquipélago de ilhas de desenvolvimento, isoladas entre si, espalhadas por toda a extensão deste imenso território, sem meios de comunicações eficientes que pudessem, de fato, integrar esta Nação e, como um todo único, permitir que a riqueza fluísse, permitir que os negócios se realizassem com a velocidade que o desenvolvimento da sociedade brasileira, então, já exigia.

Não dispúnhamos de comunicações confiáveis; dispúnhamos de mais de mil empresas tele-

fônicas, espalhadas por todo este País, operando normalmente, nas sedes municipais, sem se interconectarem com as suas empresas congênicas. Muitos fatores influíram nesse processo. A diluição do poder concedente, em primeiro lugar, porque o poder de conceder serviços, a execução de serviços de telecomunicações, estava em mãos de Municípios, dos Estados e da União. Assim, como consequência, tínhamos empresas de telecomunicações, inúmeras empresas de telefonia operando em todo o Território Nacional. A multiplicidade dessas empresas impedia que houvesse um desenvolvimento harmônico, coerente, coordenado das comunicações no Brasil. Impedia, portanto, que houvesse um planejamento centralizado que pudesse encarar as necessidades nacionais, como um todo, e também as necessidades estaduais e municipais como parte integrantes dessas necessidades nacionais.

Havia, portanto, uma enorme pulverização de recursos, a própria capacidade de investir estava comprometida precisamente porque o poder de investir estava diluído entre uma inumerável quantidade de empresas telefônicas. Da mesma forma, já naquela época se manifestava um grande irrealismo tarifário: as tarifas do serviço público eram fixadas por critérios que não permitiam a correta remuneração desses serviços, por conseguinte, não permitiam a geração de recursos para o investimento e a expansão desses serviços. Todos esses fatores que impediam o crescimento ordenado das comunicações começaram a ser superados como uma lei que é o marco da história das comunicações no Brasil: a Lei nº 4.117/62, conhecida como o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Em torno desta lei, Sr. Presidente, merece destaque o fato de que, inequivocamente, esta lei tem uma marca registrada do trabalho do Congresso Nacional. Esta lei, votada pelo Congresso Nacional e submetida à sanção do Presidente da República mereceu do Presidente de então 55 vetos. Esses vetos voltaram ao Congresso e foram apreciados, foram derrubados os 55 vetos. Nesta lei se pode identificar, da maneira inequívoca, uma ação profundamente influente do Congresso Nacional. Foi sancionada a Lei nº 4.117 e teve um papel extraordinário no desenvolvimento das comunicações no Brasil. Em primeiro lugar, concentrou a competência para a execução de serviços e para a concessão de serviços de telecomunicações em mãos da União.

Em segundo lugar, criou um órgão de coordenação, o então Conselho Nacional de Telecomunicações, que iniciou, pela primeira vez neste País, um processo de coordenação do planejamento da expansão dos serviços de telecomunicações no Brasil. Instituiu o fundo Nacional de Telecomunicações, que serviu de base essencial a todo o processo de desenvolvimento das comunicações, que passou a ter lugar a partir de então.

Esta lei criou a EMBRATEL, empresa por todos nós conhecida, que realmente marcou a história das comunicações no Brasil, implantando uma estrutura básica que permitiu que se eliminasse o arquipélago a que me referi, e que aqueles centros de desenvolvimento espalhados por todo o território nacional pudessem, pela primeira vez, ser interligados e ter meios de comunicação entre si.

Outro fator de grande importância no processo de desenvolvimento das comunicações no Brasil foi a aquisição da antiga Companhia Telefônica Brasileira. Esta Companhia era uma subsidiária da *Brazilian Traction*, da *Amford*, e operava serviços de telecomunicações na Região Sudeste do Brasil, envolvendo os Estados do Rio, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.

Em 1966, o Governo federal decidiu adquirir essa empresa e, pela primeira vez, iniciou, juntamente com a constituição da EMBRATEL, um processo integrado de expansão dos serviços de telecomunicações públicas no Brasil.

Em 1967, foi criado o Ministério das Comunicações, que absorveu as atividades do antigo Conselho Nacional de Telecomunicações e passou a se constituir no órgão superior de coordenação da política do setor de comunicações e de coordenação do processo de desenvolvimento das telecomunicações no Brasil.

Em 1972, completou-se o quadro institucional do setor das comunicações, constituindo-se a TELEBRÁS como uma empresa *holding* nacional de toda a estrutura de prestação de serviços públicos de telefonia no Brasil. A TELEBRÁS passou a desempenhar um papel fundamental, que deu a conformação final à estrutura de operação dos serviços de comunicações no Brasil, pois que em cada Estado da Federação foi constituída uma empresa subsidiária da TELEBRÁS. Esta empresa subsidiária da TELEBRÁS, uma em cada Estado, começou a absorver, progressivamente, mediante negociação, os pequenos serviços de telecomunicações existentes em cada Estado, integrando-se à estrutura dessa empresa estadual e, por conseguinte, transformando-se essa empresa estadual em uma empresa de âmbito efetivamente estadual, ou seja, abrangendo todos os serviços de comunicação no âmbito de cada Estado. Com isto completou-se a estrutura operacional do setor de comunicações, a partir do ano de 1972.

Para que tenham uma idéia do que representou o esforço de desenvolvimento das comunicações no Brasil, a partir do ano de 1965, pois que a lei votada em 1962 passou a ser implementada, e a partir de 1965, ano da instalação da EMBRATEL, passamos a viver uma nova fase na evolução dos serviços de telecomunicações no Brasil, em 1965 o único sistema confiável de longa distância, de que o nosso País dispunha era o sistema que interligava São Paulo ao Rio de Janeiro e o Rio de Janeiro ao Distrito Federal, como é mostrado.

(Projeção)

Esse sistema compunha pouco mais de dois mil quilômetros de extensão. Todas as demais comunicações de longa distância no Brasil eram garantidas por meios de ondas portadoras, por meio de linhas físicas, ou através de rádios na faixa de ondas curtas, por conseguinte, sistemas nitidamente precários de comunicação.

Em sete anos foi possível modificar radicalmente este panorama, e aí está a rede que foi implantada cobrindo toda a extensão do território nacional.

(Projeção)

Este quadro mostra apenas o que chamamos de rede básica, ou seja, a rede da EMBRATEL. Esta rede dispõe de onze mil quilômetros de rotas de microondas, cobrindo toda a extensão do Brasil. Para essa rede convergem outras redes que aí não estão sendo mostradas, que são as redes

de penetração estadual. Na verdade, se somarmos todos os troncos de microondas e as redes de telecomunicações disponíveis no Brasil, chegaremos à cifra de mais de 100 mil quilômetros de rotas de microondas, um verdadeiro sistema nervoso e arterial cobrindo toda a extensão deste País e integrando todas as comunidades por meios, hoje sim, eficientes e confiáveis de comunicações. Isso se fez num espaço de tempo realmente recorde nas comunicações nacionais e mesmo a nível internacional.

A TELEBRÁS, a empresa *holding* do nosso sistema, tem hoje 30 empresas subsidiárias; opera 12 milhões de telefones em todo o território nacional; tem um imobilizado técnico equivalente a 6 bilhões de dólares; tem um faturamento correspondente a 2,5 bilhões de dólares e realiza investimentos anuais da ordem de um bilhão de dólares. Essa estrutura, mesmo a nível internacional, é considerada uma estrutura respeitada. Isto foi possível montar no Brasil num espaço de tempo inferior a 15 anos.

O organograma do Ministério das Comunicações com suas empresas é o que é mostrado na próxima projeção.

(Projeção)

Temos a TELEBRÁS como a empresa *holding* de um sistema de exploração de serviços públicos em telecomunicações; a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que se encarrega da exploração dos serviços postais e dos serviços de telegramas; a Radiobrás, a Empresa brasileira de Radiodifusão, da qual pretendo falar mais tarde nesta exposição, e que desempenha um papel de grande importância no domínio da radiodifusão no País, especialmente pela cobertura que garante, que promove das regiões carentes deste País, das regiões onde a iniciativa privada encontra dificuldade em penetrar.

Para que os Srs. tenham uma idéia do que representou a evolução dos serviços de comunicação no Brasil, os serviços telefônicos, basta que se observe essa curva de crescimento do número de telefones no Brasil no curso dos últimos vinte e pouco anos. Em 1962 o Brasil dispunha nada mais do que de 1 milhão, 164 mil telefones instalados e foi possível fazer crescer essa cifra para 12 milhões, 580 mil telefones instalados, como está aí mostrado.

(Projeção)

Pode-se observar também que, a partir do ano de 1976, há uma clara inflexão dessa curva. Exatamente a partir de 1972 a Telebrás, a Empresa *holding* do sistema, começou a atuar com o seu processo de coordenação do planejamento e do seu processo de indução do desenvolvimento das comunicações e rapidamente, então, a curva de crescimento do número de telefones do Brasil assumiu outra inflexão e um crescimento muito mais acelerado do que até então vinha podendo desempenhar. Isto bem demonstra, Senhores, o quanto definições administrativas e políticas, adotadas nas épocas apropriadas, influem no processo de desenvolvimento de qualquer setor da economia nacional.

(Projeção)

O quadro mostra a evolução do tráfego telefônico internacional, a evolução dos tráfegos telefônicos local e nacional. É importante salientar que,

nestes anos; por volta de 1975 a 1986, o tráfego telefônico cresceu a uma média anual de 24%.

V. Ex^{as} podem observar que a média de crescimento do tráfego internacional foi expressivamente superior à média de desenvolvimento da economia nacional. Da mesma forma, o tráfego telefônico local cresceu a uma taxa de 13% por ano, em média, enquanto que o tráfego telefônico nacional, o DDD, cresceu a uma taxa média anual de 27%. Podemos, daí, concluir o quanto demandada a sociedade brasileira em termos de serviços de telecomunicações.

É importante caracterizar que todo esse esforço de expansão das comunicações públicas brasileiras sempre foi acompanhado de um esforço de implantação de meios de comunicações que pudessem dar acesso à sociedade como um todo, às camadas mais carentes da população, ao serviço de comunicação. Por isso que a implantação de telefones públicos, no Brasil, tem merecido uma ênfase especial e essa curva de crescimento de telefones públicos instalados no Brasil, bem demonstra a ênfase que se tem procurado dar ao acesso das camadas de menor poder aquisitivo ao serviço de telecomunicações.

(Projeção)

O gráfico mostra precisamente o crescimento da densidade de telefones públicos no Brasil, ou seja, o número de telefones públicos disponíveis para cada mil habitantes.

Serviço de TELEX — Outro serviço de grande influência, especialmente no campo das atividades econômicas, pois o serviço de telex é um serviço de apoio essencial à atividade econômica. O crescimento desses serviços é mostrado nesta curva, onde verificamos o crescimento de 4 mil teleimpressores, em 1973, para 88 mil, em 1986. Dispomos da quinta maior rede nacional do mundo.

(Projeção)

O tráfego de telex também é demonstrado neste gráfico de forma muito expressiva: o imenso crescimento do tráfego nacional e internacional de telex no curso dos últimos 15 anos, aproximadamente.

Apesar de todo esse esforço, o quadro que se segue dá uma demonstração de que muito se tem que fazer ainda para que se possa atender convenientemente a todas as necessidades.

O SR. NELSON WEDEKIN — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Pois não.

O SR. NELSON WEDEKIN — Sr. Presidente, gostaria de ter um esclarecimento.

Não sei se é cabível uma questão de ordem, mas, na verdade, o tema que a CPI se propõe apurar são as irregularidades nas concessões de emissoras de rádio e televisão. Este depoimento se alonga e, quando vejo todos esses gráficos que ainda serão projetados, fico preocupado que levemos uma hora e meia ou duas horas para falar da telefonia, do telex — aliás está extremamente ilustrativa a exposição do Secretário-Geral do Ministério, Dr. Rômulo Villar Furtado —, mas o que gostaria mesmo é que avançássemos agilizadamente este depoimento inicial, a fim que possamos entrar no assunto que é objeto da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Nobre Senador, V. Ex^a avançou da dúvida para

a ação, interrompendo o Depoente com uma questão de ordem que é absolutamente inadequada neste momento, inoportuna e impertinente. Entretanto, vou responder à sua questão de ordem, pedindo aos Srs. Membros e demais Participantes desta CPI que, se tiverem qualquer indagação a formular à Mesa ou ao Depoente, deixem para fazê-lo após a conclusão do depoimento.

Devo informar ao nobre Senador que começamos esta sessão com meia hora de atraso, e não foi por culpa do depoente, nem por culpa do Presidente, que aqui chegaram à hora aprazada. De modo que sua preocupação com o tempo, confesso que nos deveria assistir desde o começo, ou antes do próprio depoimento. Entretanto, devo informar que, a partir de agora, essa preocupação não deve prevalecer, porque não teremos limite de tempo às questões que venham a ser formuladas a seguir. Quero crer que o fato de a exposição ser mais ou menos longa talvez até sirva como suporte para futuras indagações; quanto mais substanciais, quanto mais aberto for esta exposição, tanto mais pontos teremos para esclarecimento. Entretanto, não temos — este, outro fato importante — no Regimento Interno uma determinação sobre o tempo que deva durar a exposição do depoente. Espero que seja um tempo razoável, mas, lamentavelmente, não temos dados objetivos para impor um limite ao tempo do Depoente. S. Ex^a ouviu o apelo de V. Ex^a e saberá fazer o uso que lhe for conveniente.

Da mesma forma, também nas indagações, esta Mesa cuidará de não limitar o tempo dos interelantes, a não ser no sentido de pedir mais objetividade.

O SR. NELSON WEDEKIN — Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a as informações. Se, realmente, minha questão de ordem era tão inoportuna, solicito, se possível, se encaminhe a exposição para aquilo que é o objetivo da CPI. Isto é altamente recomendável.

A exposição do Dr. Rômulo Villar Furtado é muito ilustrativa. Todos estamos aprendendo muito com ela. Todavia, ela não tem nada a ver com o objeto desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — V. Ex^a será atendido oportunamente.

O SR. EDISON LOBÃO — Sr. Presidente, talvez o nosso Colega Senador Nelson Wedekin tenha alguma razão.

É praxe nesta Casa, assim como na Câmara dos Deputados — V. Ex^a foi Deputado como eu — nas Comissões Parlamentares de Inquérito os convidados poderem fazer suas amplas exposições, sem que nos preocupemos em ficar adstritos à questão objeto da convocação da Comissão.

Por outro lado, o Secretário-Geral do Ministério das Comunicações nos traz aqui um relato admirável do que foi possível fazer nos últimos anos no referido órgão.

Baseados na tradição, poderíamos ouvi-lo no que for importante na sua área.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Muito obrigado a V. Ex^a

Pego aos nobres integrantes desta Comissão que não mais interrompam a exposição, e apelo ao Depoente no sentido de que seja conciso. Evidentemente, não vamos usurpar o seu tempo, já que o Regimento é omissivo neste ponto.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Retorno a palavra para abordar o quadro projetado aqui.

(Projeção)

O quadro revela que, apesar do grande esforço que o setor das comunicações vem realizando, ainda deve ser feito um esforço adicional, para que nos possamos colocar ao nível de nações com grau de desenvolvimento equivalente ao nosso.

Um fator que tem contido o processo de desenvolvimento das comunicações nacionais é precisamente aquele que corresponde à evasão de recursos do FNT, que serviu até hoje como um dos instrumentos básicos de expansão do nosso setor.

A partir do momento em que o Fundo Nacional de Telecomunicações passou a integrar o Fundo Nacional de Desenvolvimento e, posteriormente, se transformou no Imposto sobre Serviços de Comunicações, o setor de comunicações deixou de contar com esses recursos. Desde 1976 até hoje, o equivalente a um bilhão de dólares deixou de ser investido no setor, em função dessa evasão de recursos. Da mesma forma, o fato de a tarifa telefônica brasileira não ter seguido adequadamente o processo inflacionário, portanto, transformando-se em tarifas irreais, foi também um fator de grande restrição ao processo de investimento no setor de comunicações.

(Projeção)

O quadro mostra o crescimento da tarifa e a inflação. V. Ex^a podem observar que a tarifa telefônica se situou sempre abaixo do índice inflacionário. Hoje, a tarifa telefônica brasileira está entre as de menor valor no Mundo. A perda do valor aquisitivo das nossas tarifas está bem demonstrado no quadro. Tomando por base o ano de 1975, vê-se que, em 1987, estamos ao nível de 20%, ou seja, a quinta parte do que se pagava por uma tarifa telefônica em 1975. Em consequência, a remuneração do investimento no setor, precisamente aquela parcela de recursos que permite a expansão dos serviços e o reinvestimento, sofreu uma queda apreciável, como se pode observar no quadro.

Em 1986, apesar do grande aumento de eficiência operacional do setor, foi possível obter uma remuneração do investimento de apenas 4%, comparado com os 12% que a remuneração legal.

(Projeção)

Verifica-se, neste quadro que está aí projetado, que, apesar dessas dificuldades — a evasão de recursos, restrição tarifária — foi possível aumentar significativamente a eficiência operacional do setor, que é medida pelo número de telefones empregado do sistema. Saímos de uma situação de 58 telefones empregado no ano de 1978 para 117 telefones empregado hoje, que bem demonstrando o que ocorreu em termos de aumento de eficiência do setor no curso dos anos aí apresentados.

A resultante final desses elementos e desses dados é precisamente o quadro de investimentos que vêm sendo realizados nestes últimos dez anos pelo setor das comunicações. É possível observar que apenas recentemente, nos anos de 85 e 86, foi possível retomar o processo de expansão dos

investimentos. Em 1984 tínhamos praticamente reduzido pela metade a capacidade de investir do sistema em relação ao ano de 1976.

A consequência de muitos anos de restrição dos investimentos no setor de comunicações foi um aumento expressivo na taxa de congestionamento do serviço, que é mostrado neste quadro. (Projeção) Esta taxa de congestionamento passou a atingir índices de 16%, em 86, e 29%, em 87. Felizmente, graças à expansão dos investimentos ocorridos nos anos de 85 e 86, a taxa de congestionamento já está sofrendo uma reversão a partir desse segundo semestre de 1987.

(Projeção)

O nível de contratação de terminais telefônicos no Sistema Nacional de Telecomunicações é mostrado neste gráfico que aí está, e revela que foi possível, no Governo do Presidente José Sarney, recuperar os investimentos do setor que estavam comprometidos até o ano de 1976, num processo de decréscimo que estava conduzindo a reflexos muito negativos na capacidade de tráfego do nosso sistema.

(Projeção)

As perspectivas de investimentos para os anos que se seguem, especialmente para o ano de 1987, são mostradas neste diagrama. E, exclusivamente, a possibilidade de realizar tais investimentos é que permitirá que cumpramos o objetivo de eliminar a demanda reprimida de serviços telefônicos no Brasil no curso dos próximos cinco anos. Essa demanda, que hoje se situa ao nível de mais de dois milhões de telefones, imaginamos que, dentro de quatro ou cinco, estará inteiramente suprida e, para isto, os investimentos que estão programados são absolutamente essenciais.

No domínio da comunicação internacional, o Brasil se apóia em satélites do INTELSAT para se interligar com mais de 140 países em todo o mundo. Não apenas no satélite INTELSAT nos podemos apoiar para as comunicações internacionais. Não apenas por razões de segurança e confiabilidade, como também como elementos adicionais de suprimento do tráfego, foi indispensável que planejássemos, construíssimos e implantássemos sistemas de cabos submarinos interligando o Brasil à Europa e aos Estados Unidos, sistemas esses que, junto com o satélite do INTELSAT, garantem ao Brasil plena confiabilidade e absoluto acesso a todos os demais países do mundo, seja diretamente, seja indiretamente, através das interconexões desses países.

Um dos fatores, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que tem sido objeto de muita análise por parte das pessoas interessadas na evolução das telecomunicações, tem sido precisamente a política industrial e tecnológica seguida pelo Ministério das Comunicações.

A política de desenvolvimento do nosso setor tem-se apoiado no conceito de que a sociedade brasileira, ou a sociedade de qualquer país, é como se fosse uma célula viva: existe um núcleo onde se concentram as atividades produtivas, onde existe a maior concentração de atividades produtivas — as grandes empresas, sejam estatais, sejam empresas privadas, e existem os diferentes segmentos da sociedade, cada um com as suas necessidades próprias de serviços e de atendimento. Esse núcleo, onde se situam, as grandes

empresas, as grandes organizações, mesmo num país em desenvolvimento, está ao nível das exigências dos países mais avançados do mundo. Na verdade, uma Petrobrás, aqui no Brasil, está ao nível de exigências de serviços, sejam de telecomunicações ou de outra natureza, que qualquer uma de suas congêneres em qualquer lugar do mundo. Da mesma maneira que uma grande rede bancária brasileira exige, também, acesso ao que há de mais moderno em termos de tecnologia, tanto quanto qualquer uma de suas congêneres em outros países do mundo.

É, portanto, indispensável que na concepção de um modelo de desenvolvimento setorial se tenha em conta que as atividades produtivas do País, mesmo que de um país em desenvolvimento, têm que ser sustentadas e suportadas pelo que há de mais moderno em termos de tecnologia, em termos de disponibilidade de recursos para que elas possam desenvolver-se a nível de suas congêneres mundiais.

Os outros segmentos da sociedade também exigem atendimento específico de suas necessidades, em função da sua participação no processo produtivo, em função da sua participação e das suas exigências como parcelas da sociedade do País.

Por isto, a política setorial de desenvolvimento das telecomunicações se apoiou em três princípios fundamentais, básicos: o de atender as necessidades de serviços da sociedade. Era indispensável que atendêssemos às exigências de serviços manifestadas pela sociedade brasileira, para que ela pudesse se desenvolver. Era indispensável que consolidássemos, dentro das fronteiras do País, uma indústria capaz de suprir os insumos, todas as necessidades de expansão desses serviços. E, finalmente, era indispensável que garantíssemos capacitação tecnológica nacional.

Exatamente apoiado neste tripé: atendimento às necessidades da sociedade; consolidação de uma indústria dentro do País e capacitação tecnológica nacional, é que se apoiou o desenvolvimento da política de desenvolvimento do setor de comunicações e a sua política industrial e tecnológica.

Na verdade, somente o desenvolvimento harmônico desses três objetivos é que pode conduzir a um processo integral e completo de desenvolvimento porque, se nós nos preocupássemos apenas em atender à demanda de serviços da sociedade, poderíamos fazê-lo, facilmente, através da pura e simples importação de equipamentos, mas, se o fizéssemos, seguramente não estaríamos atendendo aos interesses maiores da sociedade brasileira nem da Nação, exatamente porque estaríamos deixando de consolidar, dentro do País, a base industrial indispensável ao suprimento desses insumos.

Se, ao contrário, pretendêssemos, também, no extremo oposto, apenas desenvolver capacitação e autonomia tecnológica brasileira, fechando as nossas fronteiras, praticamente, ao influxo da tecnologia externa e do capital externo, estaríamos, ao contrário, no outro limite, retardando significativamente o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, porque estaríamos impedindo que tecnologias mais modernas fossem postas à disposição das parcelas da sociedade brasileira que exigem essa tecnologia para que possam se desenvolver.

Portanto, é o desenvolvimento harmônico e equilibrado desses três objetivos: atender às necessidades da sociedade; consolidar uma indústria dentro das fronteiras do País e atingir uma capacitação tecnológica nacional que permite que se tenha um desenvolvimento harmônico e equilibrado do setor de comunicações, como foi possível obter até agora, felizmente.

(Projeção)

O atendimento às necessidades da sociedade, em termos de serviços — teve a oportunidade de mostrar o crescimento desses serviços através dos diagramas que foram projetados —, a consolidação da indústria, que é um outro grande objetivo, está, aí, indicado. Existem, no Brasil, hoje, mais de 150 empresas dedicadas ao setor de comunicações e as 70 maiores possuem um faturamento equivalente a 1 bilhão de dólares; um patrimônio líquido equivalente a 400 milhões de dólares; 55 mil empregados e 3 mil desses empregados de nível superior. Essas indústrias, aqui sediadas, empregando especialistas brasileiros, engenheiros brasileiros, técnicos brasileiros, têm uma capacidade de produção de 2 bilhões de dólares, importam apenas 102 milhões de dólares por ano e para cada dólar importado essa indústria produz 10 dólares dentro das fronteiras do País. O índice de nacionalização dos produtos, supridos por essa indústria, situa-se entre 90 e 95%. As exportações, no último ano, situaram-se em 51 milhões de dólares; 260 milhões de dólares estão sendo negociados.

É importante salientar, nobres Srs. Senadores, graças a essa política a que me referi, hoje, o setor de comunicações, a indústria de comunicações, sediada no Brasil, supre a totalidade dos bens e insumos necessários ao setor de comunicações, importando apenas como insumo para a sua produção cerca de 10% daquilo que consome. Portanto, é, inequivocamente, uma conquista da política industrial e tecnológica, da política de desenvolvimento do setor, termos podido consolidar uma indústria que, dentro das nossas fronteiras, supre a virtual totalidade dos equipamentos e dos produtos de que temos necessidade.

Quanto ao terceiro item essencial desse tripé, que é a capacitação tecnológica nacional, dele o setor de comunicações cuidou através da constituição de um centro de pesquisa e desenvolvimento, que vem trazendo ao nosso setor um extraordinário conjunto de realizações no campo do desenvolvimento tecnológico. Essa transparência apenas registra os principais projetos de desenvolvimento do nosso Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, que já vem colocando no mercado muito dos seus produtos. Temos mais de 170 patentes registradas de novos sistemas desenvolvidos dentro do nosso Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, em Campinas.

Portanto, Srs. Senadores, os três pés de tripé que me referi — atendimento às necessidades da sociedade; a consolidação de uma indústria dentro das fronteiras do País e o desenvolvimento de uma capacitação tecnológica nacional — vêm sendo, felizmente com sucesso, alcançados pelo setor de comunicação.

Não gostaria de deixar de fazer menção a outro segmento de fundamental importância na área de atuação do Ministério das Comunicações, que é o dos serviços postais.

(Projeção)

O diagrama projetado, nobres Srs. Senadores registra a relação entre Receita e Despesa do Correio brasileiro. O Correio brasileiro é uma instituição centenária e uma instituição que guarda registros muito precisos, felizmente, de toda sua contabilidade. V. Ex.^{as} podem observar que a história da relação Receita-Despesa, ou seja, o quanto da despesa do Correio é suportada pela sua própria receita — é uma história bastante variável ao longo dos anos. Em 1872, 86% da despesa era coberto pela receita do Correio, mas nós atingimos ao ponto mais baixo no ano de 1963, quando apenas 16% da despesa era coberto pela receita dos Correios. A partir de então, houve uma reversão do processo de desenvolvimento das nossas atividades postais e, em 1969, o Departamento de Correios e Telégrafos foi transformado na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. E, a partir de então, os Correios brasileiros passaram a viver uma nova fase da sua história, não apenas em termos de eficiência de serviços, mas também, e particularmente, em termos de Relação Receita-Despesa, que é o que pode ser observado neste quadro. Ao mesmo tempo, o número de objetos processados pelo Correio — transportados e distribuídos — cresceu de 1976 a 1986, segundo mostra esta projeção, a nível médio anual de 16,4% — um crescimento também extremamente expressivo. Não apenas o número de objetos postados e entregues pelo Correio cresceu, mas também a sua eficiência.

(Projeção)

Este gráfico mostra precisamente isto. As correspondências que são entregues ao destinatário no dia seguinte ao da postagem, que é a primeira curva deste gráfico e que em novembro de 1986 estava num nível bastante baixo em função dos diferentes aspectos conjunturais, foi possível recuperar essa qualidade e atingir o nível de 87% agora em julho de 1987. Ou seja, 87% das correspondências postadas no correio num dia são entregues ao destinatário no dia seguinte. Cerca de 95% são entregues ao destinatário dois dias depois da postagem. Isso dá bem a dimensão da qualidade que os serviços postais alcançaram.

(Projeção)

Este diagrama também demonstra, para o mês de julho de 1987, esses valores alcançados.

Vamos passar para a de nº 60.

Meus Senhores, o terceiro segmento de atuação do Ministério das Comunicações é o setor da radiodifusão.

No campo de radiodifusão, o Ministério das Comunicações atua essencialmente como órgão de regulamentação e de fiscalização. A execução direta de serviços de radiodifusão pela União está limitada à atuação da Radiobrás, uma empresa que foi constituída no ano de 1976 e que vem desempenhando um papel muito importante, como já me referi, na cobertura de extensas regiões do Território Nacional, que há até muito pouco tempo estavam inteiramente desatendidas por serviços de radiodifusão. Mas a radiodifusão no Brasil é uma atividade eminentemente privada, ela é reservada à iniciativa privada em regime de competição. O Ministério das Comunicações desempenha o papel de órgão de regulamentação desse serviço. Os regulamentos, as normas técnicas da radiodifusão são responsabilidade do

Ministério das Comunicações, da mesma forma que a fiscalização, da execução desse serviço, no que tange a seus aspectos técnicos, é também responsabilidade do Ministério das Comunicações.

O setor de radiodifusão no Brasil é muito desenvolvido, quando comparado com outras nações do Mundo. Existem no Brasil instaladas e em operação 1.711 emissoras de radiodifusão e 4.633 geradoras e retransmissoras de televisão. Estes números são muito expressivos, porque são poucos os países do Mundo, mais especificamente apenas os Estados Unidos, que têm números superiores a este. Ou seja, o Brasil é o segundo país no Mundo, no que diz respeito a número de emissoras de radiodifusão em operação, superado apenas pelos Estados Unidos da América.

(Projeção)

V. Ex.^a podem observar, nesta transparência, o número de municípios com canais de radiodifusão outorgados: existem 911 Municípios com canais de ondas médias outorgadas; existem 69 Municípios com canais de onda tropical; 360 Municípios com canais de FM e, 90 Municípios com geradoras de televisão, retransmissora de televisão. É a totalidade dos Municípios brasileiros e muitos distritos brasileiros dispõem já. Apesar do grande número de emissoras de radiodifusão já implantadas no Brasil, existem outras ainda nos nossos planos básicos. Os nossos planos básicos são precisamente aqueles planos que prevêem os canais que podem ser tecnicamente outorgados em cada localidade. Então, o número desses canais ainda disponíveis é apresentado nesta transparência. Existem 1.822 canais de onda média previstos nos nossos planos básicos, dos quais 1.399 já estão outorgados. Existem 1.427 canais de frequência modulada, nesses planos básicos, dos quais 803 já estão outorgados. Existem 622 canais de onda tropical, dos quais 89 estão outorgados. Existem 306 canais geradores de televisão disponíveis, dos quais 196 estão outorgados.

Desejo encerrar, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, esta exposição inicial abordando a Radiobrás. Como já me referi, foi uma empresa constituída no ano de 1976, para o fim precípuo de garantir a presença da radiodifusão brasileira em extensas regiões do território brasileiro até então apenas cobertas por sinais de emissoras estrangeiras. Era uma exigência da integração nacional, era um a exigência essencial da nossa sociedade que pudéssemos fazer chegar à Amazônia brasileira e extensas regiões do Centro-Oeste brasileiro a palavra em português, levando a esses habitantes dessas regiões a presença da sociedade brasileira, procurando integrá-los a ela. Este extraordinário papel vem sendo desenvolvido e desempenhado pela Radiobrás; a par das emissoras de rádio, no Rio de Janeiro, que eram do Governo Federal e que foram incorporadas à Radiobrás; a par das emissoras de radiodifusão daqui, locais, de Brasília, a Radiobrás opera um extenso serviço de ondas curtas para a Amazônia, além de executar diretamente serviços de ondas médias em frequência modulada em inúmeras localidades do interior da Amazônia. A programação da Radiobrás, orientada especificamente para a Amazônia, tem representado um fator complementar fundamental no desenvolvimento de comunidade do interior da região. Para que se tenha a idéia de quanto essa programação atinge ao público ama-

zonense, basta dizer que, da área da Amazônia, a Radiobrás recebe algo em torno entre 40 e 50 mil cartas por mês, numa demonstração evidente da importância que assumiu para essas populações a existência da Radiobrás e a existência de uma programação dirigida e orientada para as necessidades dessa população.

Este quadro é o que mostra as diferentes emissoras que a Radiobrás opera no Brasil. E os Senhores podem ver que o número de emissoras pode parecer expressivo, mas os Senhores podem ver que mais expressivo ainda é o fato de que essas emissoras estão geralmente sendo operadas em distantes localidades do interior da Amazônia, levando um serviço que, de outra forma, não seria levado a essas entidades.

Com isto, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, concluo a parte expositiva que me propus, relativa à atuação do Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Esta Presidência agradece ao Dr. Rômulo Villar Furtado por esta exposição rica, este conjunto de informações extremamente variado e diversificado e que, naturalmente, vai servir de suporte para reflexões mais amplas ao longo do nosso trabalho.

Pereço ao Dr. Rômulo Villar Furtado nos ceda todo este material, este conjunto de gráficos, que vão integrar o nosso acervo para pesquisa mais adiante.

Antes de passar às interpelações, a Mesa informa que, atenta à ponderação do Senador Nelson Wedekin, se dispõe a examinar, mediante sugestão ou da Comissão ou do Relator, a idéia de se limitar, eventualmente, o tempo de cada depoente daqui por diante. Naturalmente não temos nenhum critério de arbitragem e esperamos que a Comissão, se achar conveniente, envie sugestões sobre o tempo a que se deva limitar o depoente, 15 minutos, 20 minutos, isto para uma apreciação já na próxima reunião.

Concedo a palavra ao eminente Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, Sr. Secretário-Geral Dr. Rômulo Villar Furtado, devo começar congratulando-me e felicitando V. S.^a pela sua exuberante, eu diria, torrencial e quase diluvial competência e conhecimento do seu Ministério, o que não surpreende, porque V. S.^a tem aquilo que o mestre Luís de Camões chamava de saber de experiência feita, de vez que V. Ex.^a é um veterano naquele Ministério na mesma função.

S. Ex.^a, o nosso querido Presidente, disse que a reunião da Comissão começou um pouco depois da hora não por culpa do depoente ou da Presidência; sinto-me um dos responsáveis pelo atraso porque, pontual como gosto de ser, costume até dizer que pratico o vício solitário da pontualidade, infelizmente, não pude praticá-lo hoje, porque estava participando de um almoço oficial em que o Governo do Distrito Federal homenageava o Ministro da Cultura da Nicarágua, o grande poeta Cardenal.

Sr. Presidente, vou ser breve, para compensar a longa digressão com que estou iniciando a minha intervenção. Gostaria de assinalar que houve um erro de metodologia. Eu insisto no erro de metodologia que levantei na reunião de instalação

desta Comissão, porque, tal com ressaltou muito bem o Senador Nelson Wedekin, ela foi constituída mediante requerimento do saudoso Senador Fábio Lucena, no qual pedia se apurasse irregularidades nas concessões de rádio e televisão. Lembre-se V. Ex.^a de que até ponderei, quando foi escalado como primeiro depoente o Dr. Rômulo Villar Furtado, que S. S.^a não deveria ser o primeiro, mas talvez um dos últimos, de vez que, quando se faz um inquérito para apurar irregularidades não se começa pela sala de visitas, começa-se pelo porão, começa-se por quem tem supostas irregularidades a apontar. Eu não tenho nenhuma, porque não sou do meio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados e outros presentes; sou, talvez, uma das poucas pessoas aqui presentes que não tem concessão de rádio nem televisão. Também nunca pleiteei nenhuma, Sr. Presidente. Sou uma exceção, uma *avis rara* aqui neste plenário, hoje muito enriquecido com numerosas presenças, com as quais me congratulo, presenças tão amáveis, tão simpáticas, algumas das quais nossos companheiros da Subcomissão VIII desta Constituinte e da Comissão Temática, que V. Ex.^a presidiu. Portanto, são pessoas que conheço muito bem, Sr. Presidente. Mas insisto em que houve esse erro metodológico. Acho que não se pode chamar o acusado para responder a acusações que não foram feitas.

Vejo que esta sala está sob os auspícios do saudosíssimo Senador Assis Chateaubriand, aquele meu admirável colega, que constitui uma das grandes figuras da comunicação deste País.

O Senador João Calmon é um homem que conhece abundantemente o assunto, especialmente as acusações maiores que aqui e por aí agora se fazem, que são no sentido do quase monopólio ou pelo menos oligopólio da comunicação eletrônica neste País, que constitui o grande condicionador do comportamento social, contrariando, inclusive, o código como muito bem vai acentuar o Senador Nelson Wedekin, que vai falar em seguida.

Sr. Presidente, encerro, mais uma vez acentuando o equívoco metodológico que houve, como aliás também acentuou o Senador Luiz Viana por escrito a V. Ex.^a, sugerindo que houvesse uma inversão.

Consulto a V. Ex.^a, meu caro Presidente, e também ao Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, se S. S.^a se dispõe a voltar aqui quando houver acusações, porque hoje não há acusações, só há benesses e ufanismo. Estamos no mundo da perfeição, no país das maravilhas em matéria de comunicações e sinto-me profundamente orgulhoso; sou capaz até de plagiar "O Conde", de Afonso Celso e dizer por que me orgulho do meu País.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — A Mesa informa ao Senador Pompeu de Sousa que a posição do depoente Rômulo Villar Furtado na ordem de inquirição não foi proposição desta Presidência; foi proposição do Relator, submetida a voto, e apoiada pela maioria, com objeção de V. Ex.^a, na hora. O Senador Luiz Viana me fez uma objeção depois, por escrito, em que pondera a inconveniência de ouvir o Sr. Rômulo Villar Furtado em primeiro lugar. Este depoimento já foi adiado desde a semana passada, em função de problemas outros. Então, aguardamos um posi-

cionamento, fosse do Relator, que é o autor do roteiro, fosse da maioria da Comissão, para uma eventual revisão dessa ordem, que só pode ser tomada de uma dessas duas maneiras: ou por solicitação do Relator ou por solicitação da maioria da Comissão. Não aconteceu isto, apesar de termos tido duas semanas para essa revisão, o que não impede que o Secretário Rômulo Villar Furtado possa ser reconvocato em outra circunstância, porque o que está em questão é o interesse público e esta CPI há de responder no momento oportuno. Havendo conveniência em convocação de parte de alguns membros, esta Mesa acolherá o pedido.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Esta Comissão só terá a lucrar com isto, porque absorverá a alta experiência e competência do Dr. Rômulo Villar Furtado.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekkin.

O SR. NELSON WEDEKIN — Desejo, Sr. Presidente, solicitar do depoente, Dr. Rômulo Villar Furtado, que nos dê, em breves palavras, o roteiro que separa o edital de licitação até o momento em que é aprovada a concessão de uma emissora de AM, FM ou mesmo de televisão.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — O processo de outorga de uma concessão ou permissão de uma emissora de radiodifusão sonora, ou de som e imagem, ele se inicia, precisamente, pela publicação de um edital, que é, eu diria, impropriamente chamado de edital de licitação. Rigorosamente, o termo correto seria edital de habilitação. A licitação pressuporia outro tipo de tratamento, outro tipo de elementos, de dados, que não são objeto deste edital: é um edital essencialmente de qualificação. Este edital segue um determinado roteiro, ou seja, os postulantes têm que atender a determinado roteiro, têm que apresentar a constituição da pessoa jurídica, os atos constitutivos da pessoa jurídica; esses atos constitutivos têm que atender a determinados requisitos que são específicos da radiodifusão, da empresa concessionária ou permissionária de radiodifusão, ou seja, os sócios têm que ser brasileiros, os diretores têm que ser brasileiros natos, as ações ou quotas são inalienáveis sem prévia aprovação do poder concedente, uma série de características que são específicas da concessionária de radiodifusão e não são das empresas de uma forma geral.

Publicado o edital, as entidades interessadas têm um prazo de 45 a 60 dias, ou seja, no período do quadragésimo quinto ao sexagésimo dia, o Ministério das Comunicações, através do DENTEL — Departamento Nacional de Telecomunicações, mais especificamente através da Diretoria Regional do DENTEL, onde se situará a concessão, recebe essas propostas, recebe esses documentos. Essa documentação é analisada no DENTEL quanto a estar completa ou incompleta, quanto ao atendimento dos requisitos próprios da licitação do edital. Uma vez feito isto, o DENTEL, tendo habilitado, tendo considerado habilitadas determinadas empresas, ele faz um relatório, indicando que, ao edital tal apresentaram-se tantas entidades; as entidades tais, com os sócios tais foram consideradas habilitadas etc. Esse relatório sobe ao Ministro das Comunicações, através

da Secretaria Geral do Ministério, e o Ministro das Comunicações, e despacho com o Presidente da República, leva ao Presidente esses elementos, ou seja, quais as entidades que se habilitaram àquele edital. O Presidente da República, como manda a lei e o regulamento de radiodifusão, decide qual dentre aquelas entidades deve merecer a concessão ou a permissão. E assim, uma vez assinado o decreto pelo presidente da República, ou a portaria de permissão pelo ministro, porque, no caso de permissão, a autoridade competente é o ministro, esse ato vai à publicação no *Diário Oficial*, e consuma-se assim a outorga.

O SR. NELSON WEDEKIN — Pelo que me consta, não sei com certeza, existem alguns tipos de emissoras em que a decisão é do próprio Ministro e todas as concessões, tanto de AM como de FM, como de televisão, todas vão ao Presidente da República.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — O regulamento de radiodifusão, Senador, com apoio da Lei nº 4.117, determina ou estabelece que as outorgas de radiodifusão sonora de onda média e de televisão são atribuições do Presidente da República; as outorgas de emissoras de frequência modulada ou as de ondas médias, de âmbito local, ou seja, de baixa potência, são de responsabilidade do Ministro de Estado das Comunicações. Na verdade, o regulamento fala no Conselho Nacional de Telecomunicações, do qual o Ministério das Comunicações absorveu as atribuições quando foi criado. O Ministro de Estado das Comunicações é quem outorga permissões, é quem assina as portarias permitindo ou outorgando permissão de radiodifusão de FM e de radiodifusão local, de caráter local. Todas as concessões de ondas médias não locais e de televisão são outorgadas por decreto do Presidente da República.

O SR. NELSON WEDEKIN — O que provoca esse edital de qualificação, ou edital de habilitação ou o chamado edital de licitação?

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Esse edital é provocado de duas formas: ou por iniciativa do próprio Ministério, como manda o regulamento, e o regulamento diz claramente que o edital pode ser produzido por iniciativa do Ministério das Comunicações, ou por solicitação de alguma parte, alguma entidade interessada. Uma entidade interessada em executar o serviço de radiodifusão numa determinada localidade pode-se dirigir ao Ministério das Comunicações; dirige-se ao Ministério e solicita a abertura de edital naquela localidade. Para citar um número a V. Exª, cerca de mais de quinhentos pedidos de abertura de edital existem hoje no Ministério das Comunicações, para serem atendidos. É verdade que o nosso Ministério, dispõe hoje, de uma capacidade relativamente limitada de processamento de editais; temos podido processar, em média, oito a dez editais por mês, porque a própria estrutura do Ministério não teria a dimensão suficiente para processar uma quantidade superior de editais. Mas eles podem ser provocados pela parte interessada ou podem ser abertos por iniciativa do Ministério das Comunicações.

O SR. NELSON WEDEKIN — Dr. Rômulo, então as empresas, que se constituem para obter uma concessão ou uma permissão, elas chegam

pré-qualificadas no Ministério das Comunicações. Se bem entendo, elas chegam em igualdade de condições. Só que eu não consigo ver quais os outros critérios que poderiam nortear a decisão do Ministério ou a decisão do próprio Presidente da República.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Senador, o regulamento de radiodifusão deixa bastante claro que a decisão de um edital é da livre escolha do Presidente da República ou do Ministro das Comunicações. O regulamento de radiodifusão não fixou nenhum critério específico para que o Presidente da República ou o Ministro das Comunicações outorgassem permissão. Recentemente, entretanto, no ano de 1985, por iniciativa do Ministro Antônio Carlos Magalhães, foi proposto, e o Presidente da República aceitou, que se fizesse uma modificação no regulamento de radiodifusão que, sem eliminar a prerrogativa de livre escolha do Presidente da República e do Ministro, se estabelecesse alguns elementos de avaliação preferenciais para a definição do outorgado, qual seja a de ser um grupo local, de ser um grupo daquela localidade, preferencialmente a um grupo de fora; segundo, fazer uso do maior índice de equipamentos nacionais, na implantação da sua emissora; terceiro, garantir a divulgação e difusão de programas regionais, ao invés de programação externa, enfim, critérios dessa ordem, que são orientativos. Entretanto, não foi, de forma alguma, eliminada a prerrogativa que é da origem de todo o processo de 1963 — a data do regulamento de radiodifusão — que garantiu ao Presidente da República e ao Ministro das Comunicações a livre escolha, o direito de livre escolha dentre os habilitados para a concessão de uma emissora.

O SR. NELSON WEDEKIN — Em última análise, o critério de escolha é, digamos assim, absolutamente pessoal.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — É, sim senhor.

O SR. NELSON WEDEKIN — Eu queria que V. Sª se tivesse esses dados, entre tantos dados que nos trouxe aqui, nos informasse, principalmente no último ano do Governo do ex-Presidente João Baptista Figueiredo, quantas concessões de emissoras de rádio e televisão foram feitas, e em cotejo, em contrapartida como o número de concessões de rádio e televisão feitas pela Nova República.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Perfeitamente, Senador, tenho esses dados. Curiosamente eu os tenho aqui, Senador. As do ano de 1974 até 1981, já estão na minha mão e agora acabam de chegar as dos anos de 1982 até o ano de 1987. Respondendo mais especificamente à pergunta de V. Exª, devo dizer que, no ano de 1984, foram outorgadas 113 permissões e concessões; no ano de 1985, foram outorgadas 136, no ano de 1986, foram outorgadas 158 e no ano de 1987, até à presente data, foram outorgadas 122.

O SR. NELSON WEDEKIN — O Sr. Secretário-Geral tem a relação, dessas concessões?

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Aqui, neste momento, não, mas posso fazer chegar às mãos do V. Exª essa informação, a qualquer instante. Infelizmente, não tenho, neste momento,

aqui, este dado, mas ele existe no Ministério e posso facilmente obtê-lo para enviar a V. Ex^a

O SR. NELSON WEDEKIN — V. Ex^a, numa das — agora já aprendi o nome — transparências, coloca que os canais disponíveis de AM são da ordem de 1.822 e que 1.399 já estão concedidos, e faz a mesma relação com a onda tropical e a TV. Significa dizer que só poderia ser instalada no nosso País — pelo menos por esse plano, porque não sei se é um plano inicial ou um plano que tem um limite no tempo — a diferença entre 1.822 e 1.399, no caso de AM?

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Senador, no que diz respeito ao plano básico, sim. Entretanto, o plano básico não é aquele que estabelece o limite final da possibilidade técnica da implantação de emissoras de televisão ou de rádio em nosso País.

Ele é um planejamento que define uma possibilidade geral de implantação. Entretanto, é muito comum acontecer que determinada localidade já tenha esgotado, no plano básico, os seus canais, e que uma entidade interessada apresente um estudo de viabilidade técnica demonstrando que é possível colocar mais um canal naquela localidade. Isto é absolutamente comum, é um processo rotineiro dentro da nossa Secretaria Geral, e, quando a entidade interessada apresenta esse estudo de viabilidade técnica, ele é analisado pela nossa Secretaria de Radiodifusão; uma vez aprovado, a Secretaria de Radiodifusão aprova a inclusão do canal; isto é publicado no "Diário Oficial" e esse canal passa, portanto, a fazer parte do nosso plano básico. A partir de então, abre-se um edital de licitação naquele canal.

Portanto, não significa um número limite, final, das possibilidades de implantação de emissoras de radiodifusão sonora no Brasil. Significa, sim, o número total previsto no plano básico, na sua forma atual.

O SR. NELSON WEDEKIN — Eu gostaria de saber a opinião do Sr. Rômulo Villar Furtado sobre uma das teses que estão, digamos assim, em curso na atual Constituinte — na verdade não passou no Conselho de Comunicações, porque, pelo que percebi, o Contel foi inteiramente absorvido pelo Ministério — o que era um Conselho de Telecomunicações não existe mais, porque, hoje, está, digamos assim, como uma atribuição exclusiva do próprio Ministério.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — É verdade.

O SR. NELSON WEDEKIN — Então, gostaria muito de saber de V. S^a duas coisas. Uma, sobre esta idéia de um Conselho Nacional de Comunicações que envolvesse os profissionais da área, que envolvesse o empresariado da área, que, evidentemente, envolvesse, também, o Estado e o Poder Público, que envolvesse outros setores da comunidade e que faria o estudo da concessão dessas emissoras de rádio e televisão — este é um ponto. O outro é que isso também tivesse um *referendum* do Congresso Nacional.

O entendimento que, pessoalmente, tenho e que muitas pessoas têm é de que, na verdade, o poder que o Ministério e o próprio Presidente da República têm de conceder emissoras de rádio e televisão se constitui numa grave distorção. Uma grave distorção, porque, na verdade — V. Ex^a

disse com muita precisão — não há critérios. O critério é pessoal, do Ministro ou do Presidente da República, de tal sorte que S. Ex^{as} 71s podem tanto atender, no momento em que vão avaliar uma concessão, aquele grupo que melhor se qualifica, apesar desses critérios, que me parecem um tanto frágeis, quanto podem atender a seus amigos, até mesmo usando critérios político-partidários.

Queria dizer ao Dr. Rômulo Villar Furtado que, na verdade, esta CPI existe a partir desta concepção, que é generalizada não apenas no Congresso Nacional, mas em toda a opinião pública, de que essas concessões são feitas dentro de critérios político-partidários.

Este Conselho e a passagem pelo Congresso Nacional evitariam exatamente esse tipo de desconfiança.

Não tenho nem um dado para comprovar irregularidades nessas concessões, mas a verdade é que isto é alguma coisa que se comenta com muita frequência. Eu mesmo, no meu Estado de Santa Catarina, em vários momentos, em várias localidades, tenho ouvido isto com muita frequência, sobretudo nos Municípios do interior. E digo mais a V. Ex^a: somos nós mesmos, os políticos — também que não tenho rádio, quero dizer que estou exatamente ao lado do meu companheiro Senador Pompeu de Sousa, não tenho nenhuma rádio, nenhuma televisão, nem pretendo ter —, o fato é que nós, políticos, somos instados a atuar junto ao Ministério das Comunicações, porque é da concepção generalizada, é do senso comum que o que vale é a política. Ora, me parece, embora eu seja do PMDB, seja, portanto, parcela do poder, poderia até mesmo ser beneficiário desse tipo de critério, mas a verdade é que me parece que esse não é um critério razoável. O PMDB, hoje, é parte do poder; o Ministério, hoje, é de um Ministro da Frente Liberal e, amanhã ou depois, nada impedirá, no avanço do processo democrático, que o PMDB como o PFL não estejam mais no poder. Mais justo, mais criterioso, com toda a certeza, mais democrático seria que esse poder não ficasse nas mãos de um ou de dois homens, ainda que sejam pessoas honradas, pessoas sábias, pessoas patriotas.

Por isto é que gostaria muito de saber de V. S^a o que pensa, o que pensa possivelmente até mesmo o Ministério a respeito dessa tese que, a meu juízo, libera o Ministério de todas as pressões que deve receber dos próprios políticos e, de outro lado, isto é muito mais importante, democratiza muito mais alguma coisa que precisa ser, com toda a urgência, democratizada que é a concessão dos meios de comunicação de massa.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Pois não, Senador.

A Lei nº 4.117, que é a base em que se fundamenta o Regulamento de Radiodifusão a que me referi e que dá esse poder ao Presidente da República e ao antigo Contel, hoje Ministério, ela, como tive oportunidade de salientar, é uma lei, acredito eu, dentre todas aquelas na qual o Congresso Nacional teve uma parcela realmente expressiva ou absolutamente determinante nas disposições que ela contém. Portanto, foi realmente e inequivocamente uma decisão democrática que conduziu a esse mecanismo de concessão.

V. Ex^a solicita a minha opinião pessoal a respeito da constituição de um Conselho. Eu diria que tenho visto, ao longo destes últimos meses em que se discute o problema, diferentes formulações em torno disso. Uma formulação em que vincula esse Conselho ao Congresso Nacional e atribui, praticamente, ao Congresso a prerrogativa de conceder. Na minha maneira de pensar, seria inadequado, de vez que, nitidamente, o ato de concessão, de outorga, é um ato caracteristicamente do Poder Executivo; estaríamos, creio eu, distorcendo a missão, a elevada missão do Congresso Nacional se viéssemos atribuir ao Congresso a missão nitidamente do Poder Executivo, como inversamente seria inadequada outorgar ao Poder Executivo a atribuição que seja eminentemente do Congresso Nacional...

Entendo que a existência de um Conselho, como órgão assessor, que possa se manifestar ou que possa representar, efetivamente, a sociedade brasileira, ou representar segmentos da sociedade brasileira, sim; aí acredito que, como órgão assessor, que pudesse opinar, e que pudesse opinar como órgão representativo de segmentos da sociedade, mas não de áreas profissionais especificamente, e, sim, de segmentos da sociedade brasileira, e que não fosse um Conselho corporativo, que não tivesse ali representações corporativas, mas, sim, entidades representativas da sociedade, aí acredito que esse Conselho poderia realmente realizar um grande papel nesse processo. Devo citar, Senador, que sou um estudioso da legislação internacional dessa matéria, e vejo que é um elemento básico, na maior parte dos países, auscultar entidades representativas da sociedade e da comunidade no processo de outorga.

Crejo que, lamentavelmente, o nosso País, por estar ainda numa fase incipiente do seu desenvolvimento político e social, ainda não dispõe, efetivamente, dessas instituições da sociedade que possam opinar como segmentos dessa sociedade. Não dispomos, infelizmente, porque o País ainda está numa fase incipiente do seu desenvolvimento político e social, e esse fato seguramente será superado com os anos e com a experiência e, sobretudo, com a prática democrática.

Entretanto, buscamos suprir essa carência com audiência de elementos representativos dessa sociedade, aqueles que realmente podem opinar, em larga escala, pela comunidade brasileira, já que essa comunidade não dispõe das instituições sociais para isso, que é a classe política.

O político, com frequência, comparece ao Ministério das Comunicações para opinar sobre as concessões. E interpretamos que o político, ao fazê-lo, vem ungido daquela sua representatividade, porque é um homem que foi eleito, é um homem que, por conseguinte, representa uma parcela da comunidade. Portanto, quando se critica o fato de o Ministério das Comunicações ouvir o político no processo de concessão, creio que, ao contrário, essa ação do Ministério devia ser louvada, porque o Ministério, na impossibilidade de ouvir essas tais entidades representativas da sociedade, busca ouvir aqueles que têm um mandato popular e que, por conseguinte, têm uma parcela de representatividade muito expressiva da sociedade brasileira. Acho que isto concede, ao mecanismo que hoje é adotado, o aval de que a instrução desses processos não é feita à revelia dos interesses da sociedade e das comunidades,

porque os políticos, especialmente aqueles vinculados a essas comunidades, comparecem ao Ministério, opinam e, quando não opinam, o Ministério procura ouvir.

O SR. NELSON WEDEKIN — Apenas queria discordar de vários dos conceitos que V. Ex.^a emitiu neste momento. O primeiro deles é de que os políticos são ouvidos. Na verdade, os políticos não são ouvidos. Ouvir, chamar à audiência é ter, por exemplo, num município qualquer, quatro ou cinco empresas que se habilitam num edital e saber dos políticos daquela área, se assim fosse, qual o grupo que melhor serviria aos interesses da comunidade. O que os políticos fazem, e V. Ex.^a sabe muito bem disso, é, quase sempre, comparecer ao Ministério instados pelas suas comunidades ou por seus grupos partidários. Conheço bem isto, porque sou freqüentemente instado a fazer esse tipo de atuação junto ao Ministério. Na verdade, isto não é audiência, isto é sugestão. E do mesmo modo que compareço, e devo ter comparecido duas ou três vezes para atender companheiros meus, pessoas a quem prezo e em quem acredito, outros políticos também comparecem. Se fosse o caso de se ouvir os políticos, seria o caso de, como exemplifiquei, chamar todos os políticos da área para que todos opinassem sobre cada uma das empresas. Mas acho que, ainda esse seria um critério absolutamente incorreto, até porque nem todos os partidos políticos fazem esse tipo de reivindicação. Os partidos políticos de oposição com certeza não o fazem. Aliás, existem outras, digamos assim, suspeições de que os políticos, como eu, que sou favorável às eleições presidenciais no ano que vem, esses não têm tanta boa vontade quanto têm aqueles que são a favor de cinco ou seis anos. Assim, como existe uma suspeição generalizada dentro do meu partido, de que há uma preferência por aqueles grupos apoiados pelos políticos do PFL — até não quero entrar no mérito disto, Dr. Rômulo Villar Furtado — quero dizer que esse tipo de critério não é o melhor para o nosso País. Já folgo em saber que V. Ex.^a é a favor de um Conselho, ainda que não existam como disse V. Ex.^a, as partes corporativas, mas que poderiam perfeitamente estar inseridas.

Os profissionais da imprensa e os representantes do empresariado da comunicação, que poderiam ser um ou dois, no caso, do grupo de dez ou de doze ou de sete, figurariam como minoria.

Mas queria saber de V. S.^a um pouco mais. Também não posso deixar de fazer essa referência, não posso concordar em que o nosso País ainda não atingiu um estágio de desenvolvimento político e social que torne incapaz a comunidade, ou os setores organizados da sociedade, de tomar decisões, porque, na verdade, essas decisões hoje são tomadas, e a concessão de rádio e televisão me parece a mais grave e a mais dramática, na medida em que ninguém participa. Os políticos, com certeza, não, pelas razões a que me referi, pelo menos como instituição. Se fosse pelo Congresso, pelo menos na Comissão de Comunicação do Senado ou da Câmara, o próprio Congresso como um todo poderia deliberar, mas a verdade é que o que me parece incorreto, decidido é que essas decisões ficam nas mãos de não mais do que meia dúzia de pessoas no nosso

País e são decisões de grande repercussão para a vida das comunidades.

Penso que a sociedade brasileira tem um estágio de desenvolvimento político, social, comunitário e associativo que é perfeitamente capaz de influenciar no momento em que se vai decidir quem vai receber uma rádio AM ou uma emissora de televisão. É evidente que, na medida em que não há experiência de decidir sobre isso, na medida em que ela está afastada, excluída, não apenas desta decisão como de quase todas as demais, é mais do que evidente que nunca chegará a este estágio, porque, aprendemos a andar, andando, e a experiência é fundamental. Assim também é a democracia; precisamos avançar no processo democrático e isto significa avançar também no processo de democratização das concessões de rádio e televisão.

Gostaria de fazer outra interpelação a V. S.^a, e estou prestes a encerrar, sobretudo depois que tive a notável notícia de que V. Ex.^a voltará para ser ouvido novamente.

O que faz o Ministério das Comunicações quando tem a função de fiscalizar o trabalho, a programação dessas emissoras que já estão em funcionamento, uma vez que, como lembrou muito bem o Senador Pompeu de Sousa, há o art. 3.^o do Regulamento de Serviço de Radiodifusão? Ele diz:

“Art. 3.^o: O Serviço de Radiodifusão tem finalidade educativa e cultural, mesmo em seus aspectos informativos e recreativos, e são considerados de interesse nacional, sendo permitida apenas a exploração comercial dos mesmos na medida em que não prejudique esse interesse e aquela finalidade.”

Óra, não me parece ser esta a realidade das emissoras de rádio e televisão do nosso País, porque, na verdade, cada proprietário de rádio e televisão faz a programação a seu juízo, a seu gosto, dentro da sua concepção de vida, da sua visão de mundo e não há, na verdade, nenhum respeito por aquilo que é o sentimento, digamos assim, das maiorias.

Gostaria de saber que tipo de ação fiscalizatória tem o Ministério das Comunicações diante deste art. 3.^o do Regulamento do Serviço de Radiodifusão. Já ouvimos falar da suspensão, da cassação de uma emissora da Arquidiocese de São Paulo, mas me parecia que aquelas razões eram muito mais de natureza política, em outros tempos, do que, na verdade, razões de aspecto informativo, recreativo ou de interesse nacional. A pergunta está feita. Desculpe-me se me demorei.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Perfeitamente. Senador Nelson Wedekin. Talvez V. Ex.^a tenha tocado em um dos aspectos que considero essenciais e que, por assim dizer, revela uma lacuna na nossa legislação. Devo dizer a V. Ex.^a — e a leitura atenta do Regulamento e da lei certamente confirmarão o que direi — que o Ministério das Comunicações tem um papel de fiscalização eminentemente técnica da execução dos serviços de radiodifusão. Na verdade, os aspectos relacionados com conteúdos da programação e da observância de dispositivos relacionados, a observância desses requisitos a que V. Ex.^a acaba de se referir, estão ligados à área de atuação, em parte, do Ministério da Justiça, tendo em vista, na verdade, uma divisão de atribuições entre Mi-

nistério das Comunicações e Ministério da Justiça. Este, através da sua divisão de Censura e diversões públicas, tem uma comissão, um Conselho de Censura e é quem procura, ou deveria, observar esse tipo de aspectos da programação de radiodifusão e televisão. Na verdade, exatamente essa indefinição ou essa divisão de atribuições relativas a essa problema é que talvez leve a que esse problema não esteja ou não venha sendo tratado adequadamente, isto há muitos anos, no Brasil.

Acredito que estamos diante de uma oportunidade ímpar de poder, efetivamente, dar o tratamento legislativo adequado a essa insuficiência, vamos dizer assim, dos meios de que dispõe tanto o Ministério das Comunicações como o da Justiça, para a busca do atendimento a esses requisitos.

Senador, devo também dizer que é de um grande irrealismo o que se contém neste dispositivo que V. Ex.^a acaba de ler. Devo dizer que é de um grande irrealismo, porque pretender conceder à radiodifusão e à televisão, enfim aos aspectos de entretenimento e de difusão de informação, um caráter secundário, como procura conceder esse dispositivo é de um extraordinário irrealismo. A verdade é que o aspecto do entretenimento, o aspecto da difusão da informação, são aspectos de grande relevância e que realmente tornam o instrumento radiodifusão o instrumento poderoso que é no domínio social, no domínio político. Defender que ele é eminentemente um instrumento de educação e somente em seus aspectos secundários ele é um instrumento de entretenimento e de difusão é uma idealização da realidade. Acredito que, no momento em que se fizer uma reformulação, uma revisão legislativa desses conceitos, desses critérios, deveria-se levar em conta que a sociedade brasileira encara os meios de comunicação, a radiodifusão e a televisão, em primeiro lugar, como um instrumento de entretenimento. Sem a menor sombra de dúvida, este é o grande atrativo. E por ser exatamente o grande atrativo desses instrumentos o entretenimento, é que eles têm um grande poder de penetração e podem levar a mensagem adequada a esta grande massa de população que ocorre a esses meios exatamente como meio de entretenimento. Através deste processo poder-se-á alcançar as grandes massas da população brasileira com os outros aspectos, estes sim, o educativo, o cultural, o informativo, que são inequivocamente, de grande interesse social político. O aspecto de entretenimento é inevitavelmente, de grande relevância desses meios. Portanto, esse dispositivo que aí está merece ser analisado à luz da realidade, sem se perder de vista a grande importância cultural e educativa dos meios, mas não dando a esses meios a conotação exclusiva dos seus aspectos culturais e educativos, esquecendo que o entretenimento e a educação são elementos básicos e essenciais.

Gostaria de voltar à essência do questionamento de V. Ex.^a às atribuições na supervisão desta chamada qualidade da programação. Elas estão efetivamente divididas. O Ministério da Justiça tem o seu papel através dos elementos do Conselho de Censura e outras atividades empenhadas por este Ministério; o Ministério das Comunicações tem a observância dos aspectos técnicos na execução dos serviços e dos aspectos específicos que infringem dispositivos da Lei de Teleco-

municações. Por exemplo, promover a conturbação da ordem pública é uma das infrações que podem ser cometidas por um meio de radiodifusão. Neste caso, compete ao nosso Ministério atuar. Não temos o poder de atuar, por exemplo, se um programa atentar contra a moral pública e familiar, etc. É outra disposição. Mas isto, um programa que é apresentado na televisão, tem que passar previamente pelo Departamento de Censura Federal do Ministério da Justiça. Uma vez liberado esse programa, ele pode estar exposto, pode ser exibido, e o Ministério das Comunicações não teria qualquer atuação neste caso.

Acredito que, buscando ser mais explícito em minha resposta, existe uma divisão de atribuições no que tange a esse aspecto que V. Exª abordou, da qualidade da programação, do nível e do conteúdo da programação, que mereceria, sem dúvida nenhuma, uma reanálise, a nível legislativo, para tornar melhor definidas essas atribuições pelos órgãos do Poder Executivo.

Eu não poderia também deixar de fazer menção a uma entidade, que o Ministério das Comunicações muito estimulou a sua criação, o Conselho de Ética da ABERT — Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão. Esse Conselho de Ética da ABERT foi constituído e funciona precisamente para atuar a nível da sua organização no que diz respeito a nível e conteúdo de programação, mediante solicitação da sociedade, de uma forma geral, com relação aos programas que são exibidos na televisão. Esse Conselho de Ética se reúne periodicamente para avaliar a programação e atua junto aos seus associados. Portanto, existem três entidades envolvidas nesse processo que, na minha maneira de ver, precisa ser aprimorado, sem dúvida nenhuma.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Vou pedir um aparte apenas para esclarecer um ponto sobre o qual o Dr. Rômulo Villar Furtado parece menos informado do que eu e também não é do seu Ministério. Eu era Membro do Conselho Superior de Censura até assumir este mandato, representante da ABI naquele Conselho que, infelizmente, não se transformou no que pretendíamos. Inclusive foi até objeto de uma iniciativa do Ministro Fernando Lyra, que criou uma Comissão e formulou um anteprojeto de lei que transformava aquele Conselho Superior de Censura em Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Expressão. Na verdade, quem exerce esse papel censório não é o Conselho, que funciona em grau de recurso, mas sim o Serviço de Censura de Diversões Públicas da Polícia Federal. Apenas para retificar este ponto.

O SR. NELSON WEDEKIN — Quería saber do Dr. Rômulo Villar Furtado, ele que serviu antes ao Governo do General João Baptista de Figueiredo e agora serve ao Governo do Presidente José Sarney, se houve modificações, se mudou a postura ou se tudo ficou assim razoavelmente igual da Velha para a Nova República, na questão da concessão de emissoras de rádio e televisão?

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Sr. Senador, inequivocamente, a pergunta de V. Exª eu diria que não é específica, é um tanto inespecífica, é muito difícil de avaliar em todas as suas nuances e nos seus aspectos, o que pode ter modificado ou deixado de se modificar entre o último governo

e o atual. Devo dizer que, no atual Governo, cresceram as solicitações de concessão, cresceu muito a atuação política na busca dessas concessões, ou seja, as manifestações relacionadas com a obtenção de concessões de radiodifusão. Diria que cresceu de intensidade a demanda, por assim dizer; cresceu em relação ao Governo anterior. Por isto mesmo que também cresceram as outorgas, ainda que moderadamente. Diria que, na essência, essa é a mudança que poderia caracterizar como mais expressiva entre uma e outra fase.

O SR. NELSON WEDEKIN — A penúltima pergunta: comenta-se com muita frequência, e não tenho dados para aferir isto, que o Ministro Antônio Carlos Magalhães seria ele mesmo, digamos assim, o proprietário de emissoras de rádio e televisão. Gostaria que V. Sª me informasse se isso é correto, tanto por ele mesmo ou por pessoas ligadas à sua família ou por grupos que são, notoriamente, ligados ao Ministro das Comunicações.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Senador, efetivamente, o Dr. Antônio Carlos Magalhães, no Governo passado, não ele pessoalmente, mas através de pessoas da sua família, teve concessão outorgada na Bahia, dentro da legislação em vigor, sem qualquer restrição que se possa fazer a esse fato, de vez que a legislação permite claramente a outorga de concessões a pessoas físicas brasileiras que se habilitem a esses editais dentro do Regulamento em vigor. Isso aconteceu numa época em que S. Exª não era Ministro das Comunicações tampouco exercia qualquer função pública.

De forma que essa é a explicação que tenho a prestar a V. Exª em relação à sua questão.

O SR. NELSON WEDEKIN — A última pergunta é em relação a V. Exª mesmo. Também se ouve com bastante frequência, e V. Exª não ignora, que V. Exª, ou diretamente ou por pessoas de sua família ou por grupos ligados a V. Exª também é beneficiário de emissoras de rádio e televisão. Como não tenho certeza, gostaria de saber se isso é real e verdadeiro.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Em relação à minha pessoa e pessoas de minha família, definitivamente não é verdadeiro. Nem eu nem qualquer pessoa de minha família detemos qualquer tipo de concessão de rádio ou televisão em qualquer Estado do território nacional. Posso afirmar isto com absoluta tranquilidade, porque é absolutamente verdadeiro. Nem eu nem qualquer pessoa da minha família detemos a concessão de radiodifusão em qualquer Estado da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — O interpelante seguinte é o nobre Senador Odacir Soares.

A Mesa vai aproveitar a deixa da primeira intervenção do Senador Nelson Wedekin para pedir concisão e objetividade também aos interpelantes, vez que temos outros Senadores inscritos e o próprio Relator, certamente, vai querer fazer indagações, que são de igual interesse para todos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES — Sr. Presidente, Dr. Rômulo Villar Furtado, é difícil fazer qualquer indagação objetiva, material, concreta a V. Sª uma

vez que esta CPI foi convocada e constituída, por iniciativa do eminente Senador Fábio Lucena, para apurar irregularidades na concessão de permissões ou de concessão de canais de rádio e televisão neste País.

Pelo que deparei do seu depoimento, as concessões aqui anunciadas cobrem toda a vigência do Código Brasileiro de Telecomunicações, que foi aprovado pelo Congresso Nacional em 1962, e sancionado pelo então Presidente João Goulart, quando era Primeiro-Ministro do então sistema parlamentarista de governo o professor Francisco Brochado da Rocha. Verifica-se, pelo seu depoimento, que as concessões até hoje outorgadas se fizeram na forma da legislação vigente, portanto, na forma do Código Brasileiro de Telecomunicações. Parece-me que foi essa a colocação feita por V. Exª.

Das colocações feitas pelo eminente Senador Pompeu de Sousa, posteriormente, de certa forma ratificadas pelo Senador Nelson Wedekin, verifica-se que há muito mais uma insatisfação relativa à atualidade da lei do que propriamente uma acusação de irregularidades que teriam sido praticadas pelo Ministério das Comunicações ao longo da sua existência em relação a essas concessões. O próprio autor da CPI, de saudosa memória, o eminente Senador Fábio Lucena, lamentavelmente não fez incluir, quando da sua convocação, nenhum dado que pudesse considerar como uma acusação, como um elemento material consistente, procedente e irrefutável. De modo que não desejo aproveitar-me da argumentação do Senador Pompeu de Sousa para considerar esta CPI sem objeto. Na realidade, esta CPI não está apurando nenhum crime, nem mesmo dispõe de um cadáver a partir do qual possamos desenvolver os seus trabalhos. Então, a meu ver, esta é uma CPI sem objeto. Não quero chegar ao ponto de requerer a sua extinção por falta de objeto, porque, na realidade, ela permite uma discussão política ampla sobre a questão, mas não permite a apuração de irregularidades, porque estas não foram indicadas nem foram detectadas, não foram sequer indicadas pelo próprio autor da CPI.

Então, apenas para não perder a oportunidade e, de certa forma, deixar clara, absolutamente clara, esta questão, pergunto a V. Sª, eminente Depoente, que, inclusive, já prestou juramento neste sentido: É do seu conhecimento, em algum momento, ao longo dos 25 anos de execução dessa lei, ou, mais precisamente, durante o período em que está à frente da Secretaria Geral do Ministério das Comunicações, se alguma concessão ou alguma permissão foi outorgada que não se fizesse de acordo com as normas estabelecidas pela Lei nº 4.117 e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regulamento que dispõe essa Lei? Em algum momento a Secretaria Geral do Ministério das Comunicações levou ao Ministro de Estado respectivo, ou se o Ministro de Estado das Comunicações levou ao Presidente da República algum processo ou processos em condições de receber essas outorgas que não estivessem na forma da lei, que não estivessem na forma da legislação vigente, e que todos nós, hoje, indiscutivelmente, queremos ver mudada? Faço objetivamente esta indagação ao eminente Secretário-Geral.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Pois não, Senador Odacir Soares. A resposta é muito simples: não. Não existe caso em que isso possa ter ocorrido, até porque a análise da documentação que conduz à outorga de uma concessão é feita precipuamente no Departamento Nacional de Telecomunicações — Dentel, por profissionais competentes, amplamente experientes na matéria, que têm um cuidado especial na avaliação e na análise dessa documentação. De forma que não existe e nem existiu caso em que pudéssemos ter levado à sanção do Senhor Presidente da República qualquer ato de outorga que não tenha cumprido rigorosamente todos os ditames da Lei nº 4.117 e do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.

O SR. ODACIR SOARES — Sr. Presidente, apenas para terminar, desejo inclusive fixar que recebi com bastante alegria a informação prestada pelo eminente Secretário-Geral de que ainda neste País, que já ocupa o segundo lugar, depois dos Estados Unidos, na operação do seu sistema de radiodifusão e de sua imagem, dispomos, ainda, de pelo menos quase 50%, no global, de canais livres para serem outorgados daqui para a frente. Era o que queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Muito obrigado, o nobre Senador Odacir Soares.

Concedo a palavra ao eminente Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Eminente Deputado, Dr. Rômulo Villas Furtado, é com o maior respeito que me dirijo a V. Exª e aproveito a oportunidade para solicitar algumas informações.

Dr. Rômulo Villar Furtado, estamos votando uma nova Constituição. A constituição de Portugal, que não é um país socialista, muito menos marxista, estabelece, num dos seus artigos, que a televisão é estatal. Tanto na França quanto na Inglaterra há canais de televisão pertencentes ao Estado e não a serviço dos governos, mas da coletividade. Pergunto a V. Exª, com a experiência de um homem que serviu, nesse alto cargo, a dois Governos, se é seu pensamento ou o pensamento do Ministério a defesa de um Canal de televisão estatal ao lado do particular, ou o seu pensamento seria apenas pela televisão estatal ou apenas por canais de televisão entregues a particulares?

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Muito obrigado, Senador Chagas Rodrigues.

Defendo, Senador, a complementaridade entre os meios de radiodifusão estatais e privados, mas complementaridade, como tive oportunidade de me referir, apenas no que diz respeito à cobertura, por sinais do radiodifusão, de áreas e regiões deste País onde a iniciativa privada não possa cumprir o seu papel de ser a concessionária desse serviço.

Entendo que a atividade de radiodifusão deve continuar sendo, como hoje já é, destinada eminentemente à iniciativa privada, em regime competitivo.

Senador, V. Exª referiu-se à Inglaterra, referiu-se à França. Devo dizer que, internacionalmente, Inglaterra, França, Itália estão precisamente caminhando no sentido da privatização dos seus serviços de radiodifusão.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Pois não.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — Inclusive agora, em abril, na França, foi iniciado o processo de privatização da televisão estatal.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Exatamente.

Então, a nível mundial o serviço de radiodifusão está experimentando um processo de privatização. E não apenas o serviço de radiodifusão, os serviços públicos de telecomunicações, também. A verdade é que isto está sendo feito não meramente por uma decisão política autônoma ou por aspectos meramente ideológicos, mas porque isto responde à, efetivamente, uma ansiedade da sociedade. Quer dizer, é esse sistema o que pode melhor atender aos anseios da sociedade.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Realmente, na França o atual Governo está levando à frente uma política de privatização ao lado da TV estatal.

Nos Estados Unidos, se não estou equivocado, o mesmo grupo não pode possuir televisão e rádio. Perguntaria: V. Exª acha que, dentro de uma filosofia democrática e a democracia é vista sob vários aspectos, para a comunidade é bom ou não o mesmo grupo possuir televisão e estação de rádio?

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — A legislação americana é restritiva, inegavelmente, sobre esse ponto, estabelecendo limites de propriedade a emissoras de televisão, aos proprietários de jornal, rádio e de televisão, criando limitações para que o proprietário de televisão não possa ter rádios e vice-versa. Devo dizer que a legislação brasileira também se pauta em parte, mas não repetiu nem copiou, mas, também, estabeleceu, através do Decreto-Lei nº 236, limites de propriedade de emissoras de rádio e de televisão, instituindo que uma mesma pessoa jurídica não pode deter mais do que cinco concessões de emissoras de televisão nem uma mesma pessoa física pode ser sócia de mais do que cinco empresas detentoras de canais de televisão. E da mesma maneira, estabeleceu o que tange à radiodifusão sonora nacional, limitando no máximo de duas por pessoa jurídica, de âmbito regional em outras duas e de FM, apenas em cinco. Então, existe o conjunto de restrições ou limitações que a legislação brasileira, também, estabelece para a propriedade por pessoas jurídicas ou por pessoas físicas sócias, limitação de número de concessões.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Vejo que já começamos a disciplinar o assunto. Ainda há, no meu modo de ver, certa liberalidade. Confesso a V. Exª que sou radicalmente contrário a monopólios, sou contrário a oligopólios, dentro de uma concepção democrática, não só de voto para todos, mas de educação, saúde etc.

O depoimento de V. Exª, ainda que não houvesse nada mais, foi de grande importância. V. Exª já deixou claro aqui que na realidade não há licitação e não há concorrência. O que existe é a habilitação e V. Exª já deixou claro que para os que se habilitam, todos, atendendo àqueles critérios objetivos, a decisão final é rigorosamente subjetiva, e como estamos ainda num regime de irresponsabilidade política, porque o presidencialismo sempre foi isso, no dizer de Rui, de Raul Pilla e dos grandes democratas deste País, então, na realidade, estação de rádio e de televisão, em

última análise — e o Ministro não tem culpa nenhuma, porque o Ministro é um mero auxiliar do Presidente e no presidencialismo, o Presidente é o responsável pelos acertos e pelos erros — na realidade, as estações de rádio e de televisão, neste País, dependem, única e exclusivamente, do Presidente da República, que é Joaquim, ontem foi Pedro, e amanhã pode ser Manoel.

Confesso a V. Exª que sou radicalmente contrário a isso, porque não admito que esses meios de comunicação possam ser decididos por uma só pessoa, ainda que Presidente da República, ainda que eleito diretamente, ainda que eleito num regime democrático, e ainda no parlamentarismo isso não seria possível. O Ministro faria uma concessão e, no dia seguinte, estaria aqui para dizer.

Nobre Secretário-Geral, somente isto já nos leva a uma necessidade imperiosa de modificar esta legislação; ela não pode continuar assim. Veja V. Exª: outorga-se uma permissão, dá-se uma concessão. Isto tem um valor extraordinário. Confesso a V. Exª que nunca fui empresário e espero terminar os meus dias como político. Fui funcionário do Ministério da Fazenda por concurso, feito no Rio de Janeiro, no qual tirei o segundo lugar, graças a Deus; fui Deputado Federal e, por essas e por outras, fui cassado em 1969. Se eu tivesse sido homem de negócio e tivesse apoiado certos governos, hoje, possivelmente, eu teria três ou quatro estações de televisão e de rádio.

Então, pergunto: quando uma pessoa jurídica é contemplada? Existe na legislação alguma proibição no sentido de ser feita uma transferência ou cessão disso? A pessoa jurídica é contemplada. Esta pessoa jurídica, de acordo com o contrato, tem lá o sócio majoritário. Este sócio pode, a qualquer momento, transferir. Às vezes, o Presidente da República, de boa-fé, pode dar uma concessão. Esse cidadão, amanhã, pode fazer um grande negócio, cedendo as suas quotas majoritárias. Os Srs. permitem isto, a legislação permite isto?

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Não, nobre Senador, a legislação não permite isto. A legislação estabelecia que uma concessão outorgada não poderia ser transferida antes de dois anos de funcionamento. No atual Governo, o Ministro Antônio Carlos Magalhães, preocupado exatamente com essa problemática a que V. Exª acaba de referir-se, propôs ao Presidente da República e este concordou em estender este prazo para cinco anos, ao invés de dois. Portanto, hoje, uma concessão não pode ser transferida antes de cinco anos de efetiva operação da estação.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Obrigado a V. Exª. Meus aplausos ao Presidente, mas vejo que o prazo ainda é relativamente curto.

Dr. Rômulo Villar Furtado, sou um homem do Piauí, Estado que tive a honra de governar, eleito pelas oposições, graças a Deus, em plena democracia. Tudo resultante dessa legislação que, se me permite o nobre Senador, é apenas uma legislação arbitrária. Depois que desapareceu o Conselho, na realidade, hoje, é um homem que tem essa responsabilidade de decidir. Como todos nós, seres humanos, somos falíveis, por isto mesmo é que se quer um governo de conselho, um órgão coletivo. Veja o seguinte: na minha cidade, em Parnaíba, havia duas estações de rádio. Acaba de sair uma FM. Uma delas pertencentes aos fi-

lhos do prefeito: a outra pertencente a um Deputado do PFL. Fiz ver, porque sou contra monopólios e oligopólios, que não se devia conceder essa tal estação para qualquer desses grupos e senti-me à vontade, porque nunca fui sócio de qualquer empresa, nem o quero ser. Respeito os empresários, mas entendo que, para ser um homem público, tenho que defender os interesses públicos. Para mim é muito difícil, e talvez não tenha eu a habilidade de conciliar interesses privados com interesses públicos. Pois o Ministério, através do Sr. Ministro, e não creio que S. Ex.^a tivesse feito isto sem ouvir o Presidente, acaba de, através de permissão, dar a concessão para um grupo que a tinha. Então, V. Ex.^a veja: numa cidade, um mesmo grupo tem duas estações de rádio; a terceira, outro grupo. A Universidade que lá funciona, graças a uma emenda minha antes de ser cassado — quando o Presidente da República mandou um projeto criando a Universidade Federal do Piauí, apresentei uma emenda, fui o Relator, estadualizando, tornando federal a Escola de Administração da Paraíba, que pertencia a um grupo privado — não se ouve a Universidade, não se ouve nada, não se ouve nenhuma instituição de médicos, nem de advogados. Então, o filho do prefeito tem uma segunda estação de rádio.

No meu Estado há uma antiga estação de televisão. Surgiu uma segunda, que é controlada por um ilustre, honrado e digno Deputado Federal pelo PFL. Houve a tal concorrência que V. Ex.^a esclareceu que não é concorrência, para um novo canal de TV no Piauí. Pertence hoje, mediante concessão de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, a um dos seus maiores amigos, empresário, irmão do outro que já tem o canal de televisão. Então, V. Ex.^a veja que num Estado como o Piauí, na Capital, temos três canais de televisão e dois pertencem a dois irmãos. Isto é profundamente antidemocrático. Não tenho nada contra nenhum deles, faço política desde 50, fui Deputado Federal a primeira vez em 1950, não tenho um inimigo, mas o que me parece injusto, nunca teve o meu apoio.

Então, precisamos disciplinar isto. Não é possível que famílias tenham o monopólio, tenham maioria de canais de televisão e de rádio em cidade. De modo que o depoimento de V. Ex.^a é da maior importância, porque nos esclarece sobre isso. Agora, também vejo com apreensão, porque fui aqui o Primeiro-Secretário do Trabalho cassado, deixei de ir ao meu Estado, que governei por mais de 10 anos, porque dizia que só iria lá com os meus direitos políticos readquiridos. Pois bem, e aqui fiz política, sou um dos fundadores do MDB, tive oportunidade de votar nos candidatos de nossa coligação, Presidente e Vice e aqui fui Secretário do Trabalho. Então, volto e sou eleito Senador, o mais votado na Capital, onde, graças a Deus, estão as populações mais esclarecidas dos Estados.

Sou, como disse a V. Ex.^a, um homem do chamado Nordeste Ocidental, que compreende Piauí e Maranhão, e digo a V. Ex.^a, com tristeza, que V. Ex.^a deu números exatos; foi precisamente nesta nossa República, que é um Governo de transição, onde as concessões estão crescendo: no Governo do General Figueiredo, 113 em 84; 136, em 85. Em 86, 158 e no ano de 87, já agora, 122. Se eu fosse Ministro — não vai nisto nenhuma censu-

ra —, eu chamaria a atenção do Presidente. Do jeito que as coisas vão, daqui a pouco não há mais canal, nenhum outro Governo vai conceder.

Sendo um homem do Piauí, pergunto a V. Ex.^a agora, e, se for o caso, depois, através de requerimento. Quero informar-me sobre o Piauí e o Maranhão, que são o meu Nordeste Ocidental. Não sei se V. Ex.^a poderá mandar-me, para eu fazer um levantamento de todas as concessões feitas a partir de 84 para o Piauí e o Maranhão, a firma ou a pessoa jurídica, a sociedade que foi contemplada com a concessão, ou a permissão, e sócios no momento, que constavam do contrato no momento em que a permissão foi feita. Se V. Ex.^a puder, ainda hoje, porque, às vezes, alguém vai para um contrato e depois cede quotas para outras pessoas.

De modo o meu desejo é este. Já estou bem orientado quanto a esta parte e gostaria apenas de saber: Piauí e Maranhão, a partir de 1984, quais as concessões feitas, quais as entidades contempladas. O número de entidades e os sócios hoje. Seria possível V. Ex.^a mandar-me isto?

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Prefeita-mente, Senador.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Então, eu lhe agradeço, agradeço a V. Ex.^a essa colaboração imensa que nos está dando, mas precisamos democratizar não apenas o voto, o Governo, mas a sociedade brasileira, e essa democratização precisa chegar também aos meios de comunicação que pertencem ao Governo; por que, se pertencem ao Governo, pertencem ao povo, não podem pertencer aos amigos do cidadão que esteja, no momento, na Presidência da República.

Confesso a V. Ex.^a que sou homem do Piauí, portanto, não tenho nada pessoal contra Sua Excelência, o Senhor Presidente da República; pelo contrário, votei nele e aqui sou homem do PMDB, apoio o seu Governo, a sua Administração.

De modo que quero encerrar aqui, peço desculpas ao nosso nobre Presidente por ter-me excedido um pouco, me congratulo com o depoente e apresento-lhe os meus agradecimentos pela sua colaboração.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao eminente Relator desta CPI, Senador Wilson Martins.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — Exm.^o Sr. Presidente desta CPI; Srs. Senadores e Deputados; Exm.^o Sr. Rômulo Villar Furtado — DD. Secretário-Geral do Ministério das Comunicações:

Não poderia, como Relator desta CPI, deixar de apresentar a V. Ex.^a os cumprimentos pela brilhante exposição que fez neste recinto. Não somente V. Ex.^a tem a palavra fácil, como tem os conhecimentos hauridos ao longo de muitos anos em que tem servido a sucessivos Governos nesta área. Não apenas isto, mas V. Ex.^a está sendo auxiliado realmente, porque está na direção de um serviço que apresentou reais progressos no Brasil nos últimos anos, desde a edição do Código de 1962 e a organização desses serviços. O telefone, o rádio, a TV, o Correio, que efetivamente, cresceram sensivelmente no Brasil.

Chegou-se no período em que mais se contestava o regime de concentração, regime excep-

cional que vigorou no Brasil, durante quase 20 anos, inclusive essa mesma constatação.

Não se incluía, entre as críticas feitas ao regime, ao sistema, críticas maiores ao progresso realizado na área da comunicação.

Entretanto, estamos aqui — como V. Ex.^a muito bem sabe — com o encargo de examinar a área e ouvir V. Ex.^a Não vejo que tivesse sido um mal que V. Ex.^a abrisse esses depoimentos. V. Ex.^a nos dá, assim as coordenadas gerais da área de Comunicação e, ao final, poderá, homem educado que é, sem dúvida alguma, colaborar com esta CPI, regressando aqui, voltando aqui, para prestar esclarecimentos adicionais sobre todos aqueles pontos que, porventura, vierem a se tornar passíveis de elucidação.

É inegável que há uma distonia entre o crescimento material das comunicações no País e o nenhum crescimento da participação da sociedade nos órgãos de comunicação. Este é o maior mal do problema, nesta hora. Não se concede, realmente — e as críticas dos meus Colegas, neste sentido, são inteiramente procedentes — que, depois que se inaugurou um período participativo da sociedade brasileira, em todos os setores, continue o Ministério provido pela pessoa mais credenciada e o Presidente da República seja o homem mais qualificado, não se concebe que apenas dois cidadãos decidam sobre uma área tão importante se não conhecem a intimidade dos Municípios, das comunidades a que visam servir com a radiodifusão e com a televisão.

Assim, impõe-se rapidamente uma modernização da legislação. V. Ex.^a mesmo reconhece a necessidade desta modernização e deu razão a um dos colegas, ao Senador Nelson Wedekin, quando feriu o problema na sua essência.

Desta forma, o Congresso Nacional, quando se dispõe, quando tem a incumbência de promulgar uma Constituição para o País, está no propósito de criar um Conselho, Conselho esse que seja, na verdade, uma representação da comunidade.

Creio, diferentemente de vários Colegas, que estou certo, quando defendo ao Executivo o direito de outorgar as concessões e dar as permissões nessa área. Fui Governador e sei que essa matéria não é atribuição do Poder Legislativo, que deve ficar, a meu ver, embutida na área do Poder Executivo, sendo este Poder Executivo fiscalizado pelo Congresso Nacional, com a participação desse Conselho de que se cogita aqui.

Rádio e TV significa poder de influência, significam, em última análise, a criação de fortes empresas, o enriquecimento de grupos.

Não vejo, Dr. Rômulo Villar Furtado, nenhuma razão para que o Poder Público dê permissão, dê concessão, nessas áreas e, simultaneamente, não se reserve o direito de fazer com que essas empresas contribuam para o Poder Público. Não somos tão ricos. Temos que gerar fontes de recursos e as fontes de recursos não são apenas os bolsos dos contribuintes; devem ser especialmente aqueles que auferem poder de influência, poder de riqueza, e esses poderes são auferidos em larga margem por numerosos grupos que recebem, praticamente de graça, sem nenhuma contribuição para o Poder Público. Defendo esta contrapartida, que essas empresas remunerem, ao longo do tempo, a concessão recebida do Ministério

das Comunicações, ou do órgão, seja qual for, que concedeu a TV, a radiodifusão etc.

Quero, ao final destas colocações, uma vez que os meus Colegas abordaram amplamente a matéria, fizeram indagações em todos os sentidos, dizer aqui que, formalmente, não temos nada a opor às concessões feitas. As concessões foram feitas e, sob o ponto de vista legal, elas devem estar em ordem; obedeceram ao edital de habilitação, têm idoneidade moral, enfim, as formalidades legais estão cumpridas.

Sob este aspecto, não tenho dúvida, a questão é da escolha do habilitado e esta há de se fazer por outro processo, mais moderno, mais participativo, mais inteligente do que este de o Ministro pegar o processo e ir a despacho com o Presidente da República dizer a quem ele deve dar. A audiência, e nisto tem plena razão o nobre Senador Nelson Wedekin, que o Ministério há de fazer, com antecedência, para concessão de rádio e televisão, não deve limitar-se à oitiva de um Deputado, de um Senador, de um Deputado Estadual, mas o assunto implica em uma responsabilidade muito maior.

Para finalizar, pergunto a V. Ex^a como vê o problema da contribuição das empresas concessionárias desse tipo de serviço para o órgão concedente.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Efetivamente, não conta da legislação, como é do conhecimento de V. Ex^a qualquer tipo de remuneração pela outorga de uma concessão. Entretanto, é preciso que se saliente que sendo esta uma atividade rentável em alta escala, como bem salientou V. Ex^a, todas essas empresas estão subordinadas ao pagamento dos impostos, dos diferentes tributos que tanto a União, como os Estados e os Municípios impõem, mais particularmente o Imposto de Renda, que é nitidamente vinculado ao desenvolvimento da sua atividade econômica. Se V. Ex^a deseja um ponto de vista pessoal meu, posso adiantar que não teria nada contra a que a União pudesse estabelecer — e aí teria que estabelecer por um critério econômico, porque uma concessão numa cidade do interior não tem o mesmo valor comercial, valor econômico de uma concessão numa grande cidade — estabelecer e verificar o nível de competição já existente em determinada localidade. Apenas imagino que seria relativamente difícil estabelecer-se um critério justo, ou um nível justo de imposição dessa natureza, porque uma localidade que tem um grande mercado potencial pode representar, na realidade, um negócio de ilimitado interesse comercial, tendo em vista a grande pulverização de mercado. Digamos, uma emissora, hoje, na cidade de São Paulo, que é o maior mercado brasileiro, ela, embora esteja dentro de um grande mercado, está subordinada, está submetida a um mercado extremamente dividido e pulverizado. A competência maior ou menor da empresa é que fará com que tenha maior ou menor participação na fatia desse mercado.

Penso que, como princípio, nobre Senador Wilson Martins, o que V. Ex^a propõe me parece justo. Entretanto, a instrumentalização desse princípio é que pode tornar-se difícil. É importante, entretanto — e volto a salientar — que toda e qualquer empresa concessionária é uma empresa que atua comercialmente, que gera rentabilidade e, por

consequente, paga os tributos à União, aos Estados e aos Municípios e, mais especificamente, o Imposto de Renda. Portanto, ela tem o ônus correspondente à atividade econômica que desenvolve.

O SR. RELATOR (Wilson Martins) — E ainda a Taxa do Fundo Nacional de Telecomunicações.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Não, nobre Senador, as de radiodifusão não estão subordinadas ao Fundo, só a telefonia e as telecomunicações públicas.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Obrigado, nobre Relator, Senador Wilson Martins. Sr. Secretário Rômulo Furtado, tenho apenas uma indagação a fazer, um pouco à margem desse problema de concessão de rádio e televisão.

V. Ex^a afirmou que a TELEBRÁS tem um faturamento de 2,5 bilhões de dólares. Para surpresa minha, V. Ex^a informou que o investimento da TELEBRÁS é de 1 bilhão de dólares por ano. Indago se essas cifras estão certas.

O SR. RÔMULO VILLAR FURTADO — Sim, são dessa ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Isto monta a quase 50% do faturamento, os investimentos anuais da TELEBRÁS. É uma cifra realmente monumental, impressionante. Queria saber de V. Ex^a como se discriminam esses investimentos? Em linhas gerais, como esses investimentos aconteceram no ano passado, em 86, se possível, e agora, em 87. Onde se aplicam mais esses investimentos e como se processa o retorno deles em termos de realizações pela TELEBRÁS. Este é um ponto extremamente importante, porque o que se questiona muito no Congresso é o problema do orçamento das empresas estatais, que nunca é visto por esta Casa, diferentemente do orçamento dos Ministérios em geral e de outras entidades administrativas das estatais, que não são submetidos ao crivo do Congresso. Queria que V. Ex^a desse uma visão, pelo menos panorâmica e geral, sobre a discriminação desses investimentos.

O SR. RÔMULO FURTADO — Pois não ilustre Senador Marcondes Gadelha.

Como bem salientou V. Ex^a, de um faturamento global equivalente a 2 bilhões e 500 milhões de dólares, o Sistema Telebrás tem investido em torno de 1 bilhão de dólares aproximadamente. É importante salientar que os investimentos do Sistema Telebrás são suportados precipuamente, em primeiro lugar, pela parcela dos seus recursos de remuneração dos seus investimentos, ou seja dos dois bilhões e meio de dólares de faturamento deduzem-se todos os custos operacionais do Sistema e sobra uma parcela disponível para investimento do Sistema. A essa parcela se agregam o que todos conhecemos, os recursos gerados pelo sistema de autofinanciamento. O autofinanciamento é o sistema através do qual o pretendente a um terminal telefônico deve investir na empresa, em troca de ações, determinado montante. É o que se costuma chamar vulgarmente o preço do telefone. Na verdade, aquilo é investimento compulsório, que o pretendente ao telefo-

ne realmente investe na Companhia e ela lhe dá em troca ações ao final do período. A composição desses dois elementos, que, anteriormente eram acrescidos do Fundo Nacional dos Recursos de Telecomunicações e hoje não são mais, essas duas parcelas é que compõem o investimento global do Sistema Telebrás em cada ano. Esse investimento voltou a ser equivalente a 1 bilhão de dólares apenas no curso do ano de 1986. Na verdade, como tive a oportunidade de mostrar na transparência que projetei, os investimentos do setor sofreram uma queda superficial ao longo dos últimos 10 anos anteriores a 85, chegando em 1984 a nível de investimento inferior, aos 500 mil, em 85 tivemos um crescimento já expressivo, passamos para os 600 milhões de dólares, e em 86, um crescimento adicional da ordem de quase 60% nos levou próximo a 1 bilhão de dólares em 87. Devemos caminhar se tudo correr como esperamos, para um investimento em torno de 1 bilhão e 200 milhões de dólares.

Esses investimentos, nobre Senador Marcondes Gadelha, são orientados, praticamente em 90%, esses investimentos são aplicados na expansão do serviço público de telefonia, tanto em áreas urbanas, nas grandes redes urbanas, como nas áreas do interior brasileiro. Os restantes 10% desses investimentos são aplicados em serviços de natureza mais sofisticada como serviço de telex, serviço de comunicação de dados, serviço de outras ordens que servem às atividades produtivas deste País. Até merece ser destacado, neste instante, que uma parcela como acabo de falar, preponderante dos investimentos, mas amplamente preponderante dos investimentos é aplicada no atendimento, que diria, de natureza social, porque o serviço urbano, o telefone em larga escala, serve à população, quer dizer, serve ao usuário residencial das diferentes classes e ao usuário que não pode ter acesso a um telefone individual.

Como também tive oportunidade de mostrar, o setor tem procurado investir, progressivamente e cada vez mais com maior intensidade, naqueles telefones de uso público, que exatamente servem ao atendimento das classes de menor renda da população, e que portanto, permitem o acesso dessas camadas de menor renda a um serviço que de outra forma não seria acessível a essas camadas.

Então desse 1 bilhão de dólares, praticamente 90% são aplicados na expansão dos serviços públicos de telefonia em todo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Esta Presidência agradece ao nobre Depoente, Secretário-Geral do Ministério de Comunicações, Dr. Rômulo Villar Furtado, que nos trouxe uma exposição abrangente, respondeu com absoluta franqueza e lealdade às questões que lhe foram formuladas e se comportou com absoluto respeito a esta Comissão e com atenção a seus elevados desejos.

Se, evidentemente, houver necessidade de reconvocação, esta Presidência examinará a solicitação do Relator ou de alguns nobres Membros desta Comissão.

Informo que o próximo depoente será a Deputada Cristina Tavares pela ordem de preposição

situada em segundo lugar, e vamos deixar estabelecida para quarta-feira a audiência pública de S. Ex^a.

Não havendo nada mais a tratar, reiterando os nossos agradecimentos ao Depoente e a todos os Membros desta Comissão, declaro encerrada esta reunião.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL 9ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 1987

Às dezessete horas do dia vinte de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão do Distrito Federal, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Meira Filho, Presidente; e Pompeu de Souza, reúne-se a Comissão do Distrito Federal. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Mauro Benevides, Saldanha Derzi, Albano Franco, Iram Saraiva, Chagas Rodrigues, Alexandre Costa, Edison Lobão, Maurício Corrêa, Mauro Borges e Lavoisier Maia. O Senhor Presidente, Senador Meira Filho, declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior. Em seguida, o Senhor Presidente passa à leitura da pauta: "Palestra sobre o Orçamento do Distrito Federal". Prosseguindo, o Senhor Presidente convida para compor a mesa os Senhores Dr. Carlos Murilo Felício dos Santos, Secretário de Governo, Dr. Arlécio Alexandre Gazal, Secretário Extraordinário para Assuntos Econômicos e de Reforma Administrativa do Distrito Federal e Dr. José Carlos Alves dos Santos, Diretor da Subsecretaria de Orçamento do Senado Federal. O Senhor Presidente concede a palavra ao Secretário de Governo, Dr. Carlos Murilo Felício dos Santos, que convida o Secretário de Assuntos Econômicos, Dr. Arlécio Alexandre Gazal, para que discorra, informalmente, e em linhas gerais, sobre o Orçamento do Distrito Federal. Após a apresentação do Dr. Arlécio Gazal, o Presidente da Comissão, Senador Meira Filho, deixa a Presidência e convida o Senador Pompeu de Souza para ocupar o seu lugar. Dando continuidade o Senador Meira Filho, do Plenário, formula as perguntas ao Secretário Extraordinário para Assuntos Econômicos, Dr. Arlécio Gazal, esclarecendo as dúvidas do Orçamento do DF, sendo assessorado pelo Dr. José Carlos Alves dos Santos, Diretor da Subsecretaria de Orçamento do Senado Federal. O Senador Meira Filho retoma a Presidência da Comissão, concedendo a palavra aos Secretários do Governo do Distrito Federal, para as considerações finais. Ao término, o Senador Pompeu de Souza usa da palavra para sugerir que a Comissão do Distrito Federal, investida de sua função, acompanhe "par e passo" o Orçamento do Distrito Federal no próximo ano. Os pronunciamentos desta reunião serão publicados, na íntegra, em anexo a esta Ata, por determinação do Sr. Meira Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando, eu, Carlos Guilherme Fonseca, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — **Meira Filho.**

ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1987, REFERENTE À PALESTRA SOBRE O ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, COM A PRESENÇA DO SECRETÁRIO DE GOVERNO, DR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS, E DO SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DA REFORMA ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL, DR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL.

Presidente: Senador **Meira Filho**
Vice-Presidente: Senador **Edison Lobão**

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Srs., esta reunião abre e inicia uma nova fase na análise e apreciação sobre o orçamento do Distrito Federal, uma vez que Brasília tem agora a sua representação política no Congresso Nacional.

Esta Comissão cumpre o dever de elogiar e realçar o magnífico trabalho da Subsecretaria de Orçamento, através do seu Diretor, Dr. José Carlos Alves dos Santos, e de seu corpo de assessores que, em reuniões sucessivas, nos colocaram à par de tudo que diz respeito ao referido orçamento.

Especialmente no que diz respeito a mim, sendo Presidente, honrosamente, da Comissão do Distrito Federal, e não sendo, como não poderia ser, um Senador auto-suficiente, eu recorri aos canais competentes.

Esta Presidência registra com satisfação as presenças do Dr. Carlos Murilo Felício dos Santos, Secretário de Governo do Distrito Federal, e do Secretário Extraordinário para Assuntos Econômicos de Reforma Administrativa do Distrito Federal, Dr. Arlécio Alexandre Gazal, que, atendendo ao convite desta Comissão, para a nossa honra aqui compareceram.

Com a mais absoluta isenção e no mais sadio propósito de zelar pelo bem que não é nosso, e sim é um bem público, é que estamos aqui reunidos para democraticamente ouvir e perguntar, pois esta tarefa nos foi delegada pelo povo que nos elegeu. Cumprimos, desta forma, um dever constitucional.

Convido a participarem da mesa o Dr. Carlos Murilo Felício dos Santos, Secretário de Governo; o Dr. Arlécio Alexandre Gazal, Secretário Extraordinário para Assuntos Econômicos de Reforma Administrativa do Distrito Federal; e também o nosso Dr. José Carlos Alves dos Santos, que nos honra, sobremodo, com a sua presença, ele que é Diretor da Subsecretaria de Orçamentos.

Então, inicialmente queremos tirar desta reunião qualquer resquício de formalidades. Estamos aqui como cidadãos responsáveis que, democraticamente, conversam sobre assunto de tal importância que é o orçamento do Distrito Federal. Portanto vamos ficar como se estivéssemos reunidos em família. Dr. Carlos Murilo a palavra é sua.

O SR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS — Exm^o Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Meira Filho; meu querido amigo Senador Pompeu de Sousa; Dr. José Carlos Alves dos Santos, Diretor de Orçamento do Senado; meu companheiro de Governo, Secretário Arlécio Gazal; Srs. Assessores de Planeja-

mento do Senado Federal; Falcão, o nosso companheiro de Governo e responsável também pelo orçamento do Distrito Federal.

Eu me sinto muito feliz de estar mais uma vez na Comissão do Distrito Federal. E eu que tive a honra, em tempos passados, de pertencer ao Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, todas as vezes que eu tenho a oportunidade de falar, seja no Senado ou seja Câmara, eu me sinto muito envidado — e mais agradecido ainda nesta hora, quando aqui estamos para discutir o orçamento do Distrito Federal, na Comissão própria que é a Comissão do Distrito Federal e quando esta Comissão está hoje enriquecida por três senadores que são os autênticos representantes de Brasília no Senado Federal, que é o nosso Presidente Senador Meira Filho, o nosso querido Senador Pompeu de Sousa e o nosso Senador, que infelizmente não está presente, mas que representa condignamente no Senado Federal, que é o Senador Maurício Corrêa.

Brasília, pela primeira vez, então, se acha integrada eleitoralmente nesta Comissão, e a responsabilidade exatamente dos Senadores por Brasília é muito grande. Por isso, acho muito justo esta convocação e acho muito justa esta discussão democrática em torno do orçamento, principalmente estando presentes os dois responsáveis pelo Distrito Federal, no Senado da República, que é o Senador Meira Filho e o Senador Pompeu de Sousa.

Nós aqui estamos para discutir, informalmente, o que estiver ao nosso alcance, nós teremos o imenso prazer de esclarecer e qualquer coisa que faltar, nós aqui estamos, não só como o Dr. Arlécio, que é o homem que acompanha o orçamento há 12 anos no Distrito Federal, o Senador Pompeu de Sousa que conhece bem, porque já foi Secretário de Governo, e o Dr. Falcão, que é outro responsável pelo orçamento do Distrito Federal. São técnicos que poderão esclarecer qualquer problema de ordem técnica. Do ponto de vista político nós estaremos aqui para responder ao que for possível. De maneira que eu me sinto, mais uma vez, muito feliz de estar presente, e passo a palavra ao nosso companheiro, Secretário de Assuntos Econômicos, Dr. Arlécio Alexandre Gazal, que poderá fazer um apanhado sobre o orçamento do Distrito Federal para o ano de 1988.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Exm^o Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Meira Filho; Senador Pompeu de Sousa, nosso colega de anos na militância do orçamento; José Carlos; Dr. Carlos Murilo, Secretário do Governo e colegas que trabalham também na área orçamentária, dos quais, depois, teremos, prazerosamente, a satisfação de responder às indagações que nos forem feitas.

O orçamento do Governo do Distrito Federal basicamente depende em mais de 50% de suas receitas das transferências da União feita a fundo perdido. Então, a constituição orçamentária do Governo que está orçada, para 1988, em 41,8 bilhões de cruzados, desses recursos somente 14,8 bilhões são representados por receita própria, ou seja, um percentual de 35,4%; a União transfere, a fundo perdido para o Governo, 60,9% dos recursos, e para fechar os 100%, na composição orçamentária do GDF, com 3,6%, nós temos a participação na receita da União, ou seja,

aqueles tributos que são recolhidos pelo Estado para a União e eles passam parte desses recursos de retorno ao GDF.

Em termos das despesas, o orçamento se acha comprometido em 77,8%, exclusivamente com gastos de pessoal e encargos patronais, a grande maioria das nossas despesas, hoje, estão resumidas no pagamento do pessoal que compõe a folha de salário do Governo.

A manutenção da máquina administrativa ocupa 9,3% do orçamento, quer dizer, as despesas administrativas, com custeio da manutenção, ou seja, as despesas de luz, combustível, água, etc., e fica para a Capital cerca de 9,5%, principalmente nas despesas de investimentos que são os recursos alocados ao Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal, ou seja, o Funder, e uma despesa de contingência de 3,4%.

Na aplicação desses recursos por função do Governo, a educação ocupa 29,2% desses recursos do orçamento; saúde e saneamento vêm logo a seguir com 21,3%, segurança pública com 10,8, e todas as demais funções com 38,7%. Isto, então, faz uma conotação entre essas funções, as três que gastam mais no Governo — educação, saneamento, saúde, segurança pública — que são exatamente aquelas que nos são custeadas a fundo perdido pela União, em suas despesas de pessoal e encargos patronais.

Em linhas gerais, o orçamento do Governo do Distrito Federal para 1988 é isso. É assim que ele se compõe e representa, também, a história dos anos anteriores, ou seja, o orçamento não traz grande diferença para o orçamento daqueles exercícios que antecedem a 1988. A história se repete. Os percentuais, tanto das funções quanto de gastos do Governo, mantêm uma certa tendência igualitária. A função "Educação" sempre ocupou o primeiro lugar nos gastos do Governo, depois "Saúde" e "Segurança Pública". A história não muda. Ela tem sempre sido assim. O único item que cresceu um pouco foi exatamente o de "Pessoal" e "Encargos Sociais". Isto porque nós temos, na medida do possível, tentado atender às reivindicações das diversas categorias funcionais e isso fez com que os gastos com pessoal se elevassem um pouco. Então, a diferença que há de 1987/1988 é que o grupamento de despesa de pessoal e encargos sociais cresce um pouco percentualmente em detrimento a outros custeios e capital. Mas também são percentuais que não têm uma disparidade muito grande em relação aos exercícios anteriores. Se bem que são maiores e com uma tendência, evidentemente, da curva a não decrescer. Ela deve permanecer assim ou crescer um pouquinho mais, ainda, o percentual das despesas com pessoal.

Acreditado que, em linhas gerais, estas são as considerações que nós teríamos a fazer sobre a composição orçamentária do Governo do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Vou solicitar do nobre Senador Pompeu de Sousa — aqui não se está tomando por base a questão da idade — é que, em sendo eu o Presidente da Comissão do Distrito Federal, não é regimental que eu faça perguntas. Vou sair da minha cadeira de Presidente e vou para a minha cadeira de Senador. Vou fazer algumas perguntas. As perguntas têm por objetivo, evidentemente, obter esclarecimen-

tos para as nossas dúvidas. Devo dizer que estas perguntas que eu formularei são o resultado de um trabalho, de uma análise feita, inclusive, pelo Diretor e corpo de Assessores do Senado Federal.

Convido o nobre Senador Pompeu de Sousa para assumir a Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Com muito prazer colabore com o nosso nobre Senador Meira Filho, que não precisava explicar o argumento da idade. O problema não é o argumento da idade, é o da unicidade. Na verdade, eu não deixaria, de maneira nenhuma, de estar presente a esta reunião da Comissão para ouvir o depoimento e a exposição de companheiros muito estimados, os quais participamos juntos Governo a Governo, e que não só como companheiros de participação no Governo, mas como velhos amigos de muitos anos. É um grande prazer colaborar nesta reunião embora, a rigor, e esse é o motivo de a Comissão estar tão deserta de seus membros titulares, dos Senadores, é que ao mesmo tempo está-se realizando a reunião da Comissão de Sistematização, onde se estão decidindo assuntos capitais da elaboração constitucional. De modo que, quando eu não estou no plenário da Comissão, estou no meu gabinete com os alto-falantes ligados, acompanhando, para qualquer momento ir para lá. De forma que, ficamos aqui pensando nas coisas de lá.

É um grande prazer ter aqui os companheiros e devolvo a palavra ao Sr. Presidente, que *ad hoc* não o é, mas que continua a sê-lo.

O SR. MEIRA FILHO — Eu começaria pela Receita. Dirijo a pergunta tanto ao Secretário de Governo como ao Secretário de Assuntos Econômicos. Eu disse, no início da abertura desta sessão, que estamos aqui reunidos democraticamente.

O crescimento do PIB previsto para 1978 é de 6% e a inflação é estimada em 60%, de acordo com a Mensagem presidencial, que encaminhou o Orçamento da União.

A receita tributária do Distrito Federal, para o próximo exercício, está estimada no projeto de lei com o acréscimo de 144,54% em relação à arrecadação provável para 1988, de acordo com a página 14 do projeto de lei.

A questão se fundamenta no seguinte: O GDF trabalhou com uma expectativa inflacionária para 1978 diferente da União, ou se está prevendo um aumento da carga tributária?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Na realidade, o Distrito Federal não trabalha com os mesmos parâmetros da área federal e em termos das suas receitas próprias. Então, não está previsto aí aumento de carga tributária. O que nós fizemos foi uma aproximação mais real para 1988, em termos da estimativa da receita, considerando a história da receita dos anos anteriores e através de uma metodologia própria que temos em computador para se estimar cada item da receita orçada. Não consideramos, em termos da receita, um montante fixo de acréscimo de um percentual, quer seja de PIB, quer seja de inflação. Trabalhamos através de uma metodologia de curvas e gráficos que nos dão, com valores bem aproximados de uma realidade — assim tem sido ao longo dos anos — cada um dos itens da receita que vão correr no exercício seguinte. Os parâme-

tros não são os mesmos de inflação utilizados pela União. Carga tributária maior, não.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O Dr. José Carlos gostaria de formular alguma pergunta?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — Sabemos que o GDF tem uma metodologia própria de acompanhamento de seus impostos, mas o que causava estranheza era exatamente o grande acréscimo de receita tributária do DF em relação aos parâmetros utilizados pela União, que, afinal de contas, dizem respeito a toda a sociedade. Considerando-se a estimativa do PIB e a estimativa de uma inflação de 60%, que aparentemente e realmente está subestimada na própria União, por isso perguntamos como é que ficariam essas diferenças que o GDF tem em relação à União. Temos dados de que o GDF seguiria os parâmetros da União ou não e o Dr. Arelcio diz que não, que tem metodologia própria.

Na realidade, o que ficou caracterizado, segundo sua estimativa, que não haveria um aumento real de carga tributária, mas sim uma expectativa de inflação maior do que foi adotada pela União.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — É evitando também, Dr. José Carlos, o chamado excesso de arrecadação. V. SA. tem acompanhado a história do Governo que a receita estimada, geralmente, quando chegamos no exercício seguinte, ela é mais do que duplicada, por causa do excesso de arrecadação. Então, há necessidade do aperfeiçoamento do sistema orçamentário e de se aproximar a receita de uma realidade maior. Ela tem sido sempre colocada em patamares subestimados e que forçam a um excesso de arrecadação grande, que esperamos não aconteça em 1988.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — V. S.^a poderia esclarecer para a Comissão como é que nessa metodologia própria, com base nesses parâmetros anteriores de estimativa de receita, já que anteriormente sempre houve um excesso de arrecadação muito grande, que, inclusive, não tem vindo ao Congresso. Quais as bases foram consideradas para se prever a eliminação desse excesso de arrecadação para o próximo exercício, que seria um fato novo e altamente plausível dentro da nova administração do GDF.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Na composição da estimativa da receita e na metodologia própria de cada uma, um dos componentes, Dr. José Carlos, é exatamente a inflação prevista. E o Governo do Distrito Federal, veja que, até na composição dos outros gastos correntes, não trabalhamos com 60%. Na realidade, não acreditamos que a inflação para o outro ano seja de 60%.

Por conseguinte, nessa metodologia em que um dos componentes principais é a projeção inflacionária, trabalhamos bem além dos 60%. Por isso, a receita cresce usando a mesma metodologia.

O SR. MEIRA FILHO — Pelo visto, parece que a resposta de S. Ex.^a nos satisfaz.

Gabinete do Governo 2: Instituto de Tecnologia Alternativa: Identificação e apoio técnico e financeiro a talentos, indivíduos ou grupos criativos, autodidatas e às entidades para científicas: 1987.

leio Cz\$ 1.937.000,00 realizado, nada empenhado até 31 de julho desse ano; Cz\$ 5.107.000,00.

Com o montante elevado, a aplicação desses recursos é subjetiva. Como os recursos não forma aplicados, até 31 de julho, e para 1988 a solicitação de recursos eleva-se em 180% do valor de 1987, poderá acontecer que a dotação atual e futura seja utilizada no Gabinete do Governador para suprir outra dotação, anulando a inicial.

A questão é a seguinte: trata-se de esclarecer como o Instituto de Tecnologia Alternativa do Distrito Federal, órgão vinculado ao Gabinete do Governador, com uma dotação de Cz\$ 1.793.000,00, até no final de julho do corrente ano, não foi realizada nenhuma despesa.

Para 1988 consta uma solicitação de Cz\$ 5.107.000,00 para a mesma atividade, ou seja, um acréscimo de 180% para um item orçamentário em que não houve gastos no primeiro semestre deste ano.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Sr. Presidente, na realidade, o ITA — Instituto de Tecnologia Alternativa — é um órgão relativamente autônomo, criado na estrutura do Governo do Distrito Federal. É um órgão relativamente autônomo quer que seja definido depois o grau da sua autonomia, o que não ocorreu, não só no primeiro semestre — V. Ex^a tem toda razão, quando disse que não foi empenhado nada, porque esse órgão não tinha nem estrutura. Entretanto, no nosso Conselho de Política de Pessoal acaba de provar o grau de autonomia do ITA, que vai começar a fazer aplicação dos seus recursos. Esse órgão existia como relativamente autônomo, mas não existia o decreto definindo o grau da sua

autonomia. Trata-se de um órgão novo, criado na estrutura do Gabinete do Governador e que, agora, com a definição do seu quadro de pessoal e a definição do seu grau de autonomia, V. Ex^a no acompanhamento que fará do segundo semestre, verá que serão aplicados, talvez não 100% dos recursos, porque essa autonomia lhe foi dada posteriormente ao período em que se pensava que seria outorgada ao órgão. Portanto, pode ser que sobre algum saldo nesse exercício. Acreditamos que durante o exercício futuro, iniciando a execução orçamentária a partir de janeiro, o ITA seja até susceptível de requerer suplementação orçamentária em 1988. O órgão foi criado, mas não lhe tinha sido dada ainda autonomia, como também não possuía quadro de pessoal e as funções gratificadas que comporiam o staff do estudo de tecnologia alternativa.

O SR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS — V. Ex^a me permite uma proposição?

O SR. MEIRA FILHO — Pois não.

O SR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS — Se o Senador Meira Filho quiser, S. Ex^a poderá enviar à Comissão do Distrito Federal o atual quadro do ITA com a previsão deste ano e que será previsto para o próximo ano, porque esse quadro foi criado há 15 dias pela Comissão da CPP. Seria interessante ter o quadro, para que a Comissão pudesse acompanhar.

O SR. MEIRA FILHO — Como se constata, a Subsecretaria do Orçamento também está curiosa na apreciação e perguntas aqui formuladas. (Pausa.)

Dr. José Carlos está satisfeito com a resposta? Vamos, agora, passar à Secretaria de Governo.

SECRETARIA DO GOVERNO

No órgão da Secretaria do Governo 13001 — Secretaria do Governo, o projeto 13001.03070211.003 — contrapartida de Acordos, Contratos e Convênios, com uma dotação de Cz\$ 50.000.000,00 foi reduzido em Cz\$ 49.473.412,00 valor este repassado para as seguintes rubricas, constantes na Lei Orçamentária para 1988 com Cz\$ 1.000,00.

— SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS — 19001.16915751.101

Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização do DF — contrapartida de Acordos, Contratos e Convênios.

— Lei	1.000,00
Créditos	23.473.412,00

— SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS — 20001.16915751.113

Construção de Abrigos e Terminais para passageiros — contrapartida de Acordos, Contratos e Convênios

— Lei	1.000,00
Créditos	6.500.000,00

Uma das coisas que mais me fez questionar foi esta quantia de Cz\$ 1.000,00.

— SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS — 20001.16915751.009

Subsídio ao Transporte Coletivo de Brasília — contrapartida de Acordos, Contratos e Convênios

— Lei	1.000,00
Créditos	19.500.000,00
TOTAL	49.473.412,00

Questão: Qual a razão de tal artifício contábil-orçamentário para transferência de recursos de um órgão para outro, considerando-se ainda que no Projeto de Lei Orçamentária para 1988 os pro-

jetos que foram objeto dessas transferências suplementares estão também orçados com valores insignificantes.

Por quê, Dr.?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Existe uma razão técnica, Sr. Presidente, para que esses projetos apareçam com Cz\$ 1.000,00. Todos esses projetos são abertos na lei com a finalidade de receber recursos externos. Só poderemos receber recursos de outros órgãos, num dos casos, por exemplo, o Aglomerados Urbanos, recebemos recursos da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, da EBTU. Para esse recurso ingressar no orçamento do Governo do Distrito Federal temos que ter a abertura desse projeto na lei do GDF. Então, se abre com Cz\$ 1.000,00; todo o recurso que vem de fora exige também uma contrapartida do Governo do Distrito Federal.

O Ministério do Desenvolvimento Urbano, por exemplo, através da EBTU, dá 66% dos recursos para determinado projeto. Agora, 33% têm que ser contrapartida do Estado.

Então, o projeto aberto com Cz\$ 1.000,00 se destina a receber os recursos externos, que só podem ingressar no nosso orçamento se obtiver, pelo menos, a abertura desse projeto na Lei de Meios. E o projeto de contrapartida, de acordos, contratos, convênios, etc., de responsabilidade do GDF, visa assegurar os recursos que o Governo do Distrito Federal tem que dar como sua responsabilidade na contrapartida dos acordos feitos com órgãos externos ao Governo do Distrito Federal.

Então, vemos quanto é que o Governo do Distrito Federal tem que dar de contrapartida em relação aos Aglomerados Urbanos, ao Programa de Transportes Alternativos de Massa, enfim, de todos os projetos que temos uma responsabilidade de contrapartida, e jogamos num projeto da Secretaria do Governo.

Há de se perguntar a parte técnica: por que não se joga, então, nesse projeto que, ao invés de abrir com Cz\$ 1.000,00, abre-se com o valor da contrapartida do Governo? Infelizmente, Sr. Presidente, os exemplos que tivemos não nos animaram a manter essa metodologia. Por quê? Porque a unidade, uma vez promulgada a Lei de Meios, aquele recurso que foi dado naquele projeto, que seria representativo da contrapartida do Governo, como sai na lei? Fonte 000; Governo do Distrito Federal, tantos milhões, ele não é guardado para contrapartida, ele é utilizado normalmente para desenvolver o projeto, sem se pensar que aquilo é uma responsabilidade de contrapartida de acordo. Então, para resolver isso, nós criamos um projeto na Secretaria do Governo e alocamos a esse projeto todo montante de recursos que irão servir de contrapartida de responsabilidade nossa em todos os acordos e convênios. A experiência de jogar no projeto próprio não deu certo; eles utilizavam e depois vinham pedir dinheiro de novo da contrapartida, porque na lei não é explicitado que é contrapartida. Agora, o projeto com mil cruzados é exatamente porque nós, para recebermos recursos de fora, temos que ter, na nossa lei, a abertura do projeto específico.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está explicado aí, Dr. José Carlos, o caso dos mil cruzados?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — Eu perguntaria se não seria mais transparente,

se abrir nos diversos órgãos da Secretaria, um projeto como contrapartida, de acordo com os contratos internacionais, porque aí as unidades orçamentárias não poderiam gastar de outra maneira e ficaria transparente para a sociedade do Distrito Federal de como esses recursos seriam distribuídos, porque o que vem, hoje, no orçamento, é um volume grande numa Secretaria, e que não se sabe como será distribuído pelas diversas unidades, como ele será gasto pelas diversas unidades orçamentárias e qual a programação a que deveria atender. Então, nos parece que talvez fosse mais transparente, já que o orçamento deve ser visto, representando a administração pública, que esses recursos pudessem já estar diretamente alocados; mas com o esclarecimento que o Dr. Arlécio Gazal deu, que eles fossem alocados sob um título especial e que obrigassem as entidades a alocá-los como contrapartida de acordos, contratos e convênios externos — não sei se é este, exatamente, o entendimento da Comissão, mas a nossa dúvida era em relação a isso —, já que a abertura de projetos e atividades, de dotação orçamentária, com mil cruzados, na lei orçamentária, ele vai permitir evitar a criação de créditos especiais que deveriam necessariamente passar pelo legislativo, pelo Senado, ou eventualmente, na decorrência da Constituição, na própria Assembleia Legislativa estadual, se for o caso, não sei, mas por um poder legislativo qualquer, representando a sociedade; então, o questionamento, a dúvida que nos fica é exatamente esta: se essa maneira é a melhor para a sociedade, para tornar mais transparente, mais clara as coisas públicas, ou se temos que ficar mais presos a fatos que foram observados e que dependem de uma decisão política, também, já que a unidade orçamentária, sabendo o que determina obrigação e ela não fizer aquilo, ela estará fugindo de uma orientação política do próprio Governo a que ela se deve submeter. Aí ficaria a dúvida para se pensar, posteriormente, procurando encontrar uma solução que tenha plena certeza que é do interesse da administração e do próprio Legislativo, da Comissão do Distrito Federal.

O SR. MEIRA FILHO — Acho que vinha exatamente ao encontro da transparência do Governador do Distrito Federal, transparência também no orçamento.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Na verdade, Senador, essa alternativa técnica apresentada pelo Dr. José Carlos é perfeitamente viável. O inconveniente que nós vimos nisso — mas é claro que pode ser feita, inclusive para o próximo ano — é que nós teríamos em cada Secretaria que tem esse convênio um projeto, ou seja, uma atividade — porque isso não tem prazo limitado para acabar — com um mesmo nome, aparecendo essa mesma atividade em quase todas as Secretarias de Estado. Não vemos, assim, Dr. José Carlos, nenhuma dificuldade em fazer. É claro que se isso vai significar transparência, perfeitamente entendível, como o Dr. José Carlos colocou, não há por que não fazer, não há problema, nós faremos. Não o fizemos anteriormente porque pensávamos que se centralizasse num único lugar, nós teríamos uma única atividade na lei, e na forma proposta, nós vamos ter em, pelo menos, umas dez Secretarias, com atividades com

o mesmo nome, ou seja, vamos criar mais nove, além das já existentes, com a mesma nomenclatura em 10 Secretarias diferentes. É evidente que acima de tudo o processo orçamentário ou o sistema orçamentário deve ser realmente dinâmico, atender às exigências técnicas e com o sentido da clareza. Não temos problema nenhum em executar essa sugestão, perfeitamente viável, e vamos aperfeiçoar o sistema orçamentário e, no próximo exercício ou neste, se assim achar por bem a Comissão, podemos fazer as emendas e distribuir aqueles recursos que estão alocados na atividade da Secretaria do Governo, criando-as em todas as Secretarias; nós conhecemos quais são as responsabilidades da contrapartida do Governo e sabemos definir por Secretaria quanto para cada uma delas representaria dessa responsabilidade. Honestamente fazemos e não há problema.

O SR. MEIRA FILHO — Não queria perder a oportunidade de aqui fazer um pedido diante das solicitações constantes que recebo através do rádio que diz respeito à complementação de determinadas urbanizações em superquadras. Tenho recebido, constantemente, através do rádio, solicitações dos habitantes de Brasília perguntando por que o Governo do Distrito Federal não termina essas urbanizações de superquadras na nossa cidade? O Sr. poderia dar uma resposta para nós neste sentido?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Sr. Presidente, os investimentos do Governo do Distrito Federal, esse item a que V. Ex.^a se reporta diz respeito ao nosso programa de urbanização.

O SR. MEIRA FILHO — Obras Complementares de Urbanização.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Implantação de vias e de Obras Complementares de Urbanização. Na realidade, quando nós pegamos esses recursos de investimentos, como V. Ex.^a observa, não chega a 10% do orçamento total, a preferência tem sido dada atualmente para as cidades-satélites; em muito pouco se têm usado recursos de urbanização no Plano Piloto. Então, na hora da distribuição dos investimentos tem sido prioritário para o Governo urbanizar as cidades-satélites, galerias de águas pluviais em cidades-satélites, e o Plano Piloto na realidade tem ficado com uma fatia muito pequena na distribuição desses investimentos. Entretanto, acabamos de participar de um debate sobre o Programa de Ação Governamental, o PAG, e nesse PAG existe uma distribuição, ou seja, um montante reservado em uma quantia significativa para esses projetos que não estamos conseguindo custear com recursos próprios.

Ainda hoje o Sr. Governador está em contato com o Ministro Aníbal Teixeira, que deve estar chegando no Governo, para ver dentro desses nossos projetos que não têm sido feitos por estrita falta de verba, porque não há como atender a esta demanda crescente do Distrito Federal, ver se conseguimos dentro do PAG recursos para poder complementar os programas de urbanização do Plano e das cidades-satélites. Na realidade, Sr. Presidente, não é falta de pedido da Secretaria de Viação e Obras; eles pedem, insistem, mas o que pedem, só o pedido da Secretaria de Viação e Obras ultrapassa ao total geral que

o Sr. dispõe para distribuir em investimento. Então, a falta da complementação de urbanização de entrequadras se deve exclusivamente à falta de dotação orçamentária para atender; não há receita.

O SR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS — Sr. Presidente, eu queria apenas um esclarecimento. Antes de o Governador José Aparecido assumir o Governo, as dotações orçamentárias eram aplicadas 70% no Plano Piloto e 30% nas cidades-satélites, e agora houve uma inversão; 30% aplicado no Plano Piloto e 70% nas cidades-satélites, e é isso que dificulta ainda mais a aplicação nas entrequadras e superquadras do Plano Piloto.

O SR. MEIRA FILHO — Mas daí concluímos: ficará assim toda a vida e nunca vai-se complementar a urbanização.

O SR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS — Exatamente; isso que o Dr. Arlécio acabou de falar, nós estamos, através do PAG, procurando conseguir verbas que possam complementar esses trabalhos que já foram iniciados dentro do Plano Piloto, para que possam ter um término essas obras, que são essenciais para a cidade.

O SR. MEIRA FILHO — Financiamento a Programas de Habitação Popular:

Para financiar programas de habitação popular com uma dotação Cz\$ 1.000,00, na lei de 87, foram precisos créditos, até julho, no montante de Cz\$ 21.491.704,00. Para 1988, está previsto, na proposta, o valor simbólico de Cz\$ 1.000,00.

Pergunta: Qual será a política do Governo neste setor?

Quanto realmente deverá ser aplicado já que o valor anual é fictício?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Sr. Presidente, o valor, permita-me, não é fictício, é uma abertura em lei. Nós, na realidade, precisamos abrir a FUNDHAP para podermos receber os recursos que nos vêm pelos encargos gerais da União, destinados ao programa de habitação, chamado Programa Lúcio Costa ou seja; a construção de apartamentos pequenos, de moradias pequenas para o pessoal de baixíssima renda.

Esses recursos são alocados a nós através dos encargos gerais da União dados pela Seplan. Então, temos que abrir sempre isso com 1 mil cruzados para podermos receber os recursos que nos são repassados pela Seplan. Este ano, 1987, ocorreu isso; em 1986, também. Temos uma abertura de 1 mil cruzados, ou às vezes, 10 mil cruzados, etc., que é um valor simbólico, mas que nos possibilita ter uma abertura na Lei de Meios para a percepção desses recursos que nos vêm da área externa. No caso específico do fundo de habitação popular, são os recursos que vêm dos Encargos Gerais da União para a construção das unidades habitacionais do Projeto Lúcio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Dr. José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — O problema, aí, realmente, é o dos mil cruzados, e temos plena consciência da razão técnica de se ter os mil cruzados, de se abrir créditos especiais, suplementares, etc. Mas o que se questiona, dentro do Poder Legislativo, é exatamente que os recursos são aplicados numa cidade, em

benefício de uma sociedade, e cujos representantes, que agora ela tem, não tomam conhecimento, quer dizer, não podem opinar. O questionamento era exatamente este: que se não fosse uma metodologia adotada de se dotar com mil cruzados, esses recursos teriam de vir através de créditos especiais, e para serem alocados através de créditos especiais, o Legislativo deveria pronunciar-se sobre eles.

Então, a dúvida é realmente da validade, num processo de abertura democrática em que o Distrito Federal agora tem representantes desse mecanismo. Não é da legalidade do mecanismo, evidentemente. Sabemos da boa intenção do GDF, da boa administração que ele tem feito, etc. Mas é da maneira de fazer-se realmente, num momento em que a sociedade deve participar, que se fala em participação da sociedade, da participação comunitária, em que o destino da sociedade deve ser representado através do Poder Legislativo, etc, se esse mecanismo ainda deve permanecer.

A dúvida seria esta, o questionamento seria este e, talvez, fosse o caso de se pensar maneiras de se trazer ao Legislativo a aplicação desses recursos que vão ser distribuídos ou mesmo repassados pela União.

Sabemos, temos plena consciência, de que o DF não pode sobreviver sem os recursos concedidos pela União, é claro. Mas que a sociedade do DF, representada pelo Poder Legislativo, possa opinar sobre a utilização desses recursos, a destinação, a programação, coisas desse tipo, e que esse mecanismo adotado não permite que o Poder Legislativo faça isso. E quando digo Poder Legislativo, volto a lembrar que esse orçamento será executado no ano que vem, ano em que, provavelmente, estaríamos sob a égide de uma nova Constituição, de uma nova ordem constitucional, talvez nem tenhamos a Comissão do Distrito Federal no ano Legislativo, talvez tenhamos um Legislativo estadual, não sabemos ainda exatamente como vai sair. Então, estamos falando em relação ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo apenas, não especificamente a uma Comissão do Distrito Federal, ou a um Senador, ou nós aqui, que temos como Diretor de Orçamento da Subsecretaria de Orçamento do Senado, tratando de orçamento do Distrito Federal.

Quer dizer, a idéia é em tese isso, o que acho precisa ser questionado, e que nos parece a orientação dos Membros da Comissão que nos pediram para fazer esse tipo de levantamento, estudar essas coisas, pensar sobre isso.

Acho que era apenas uma observação a ser feita.

O SR. MEIRA FILHO — Como o Sr. vê, há um desejo muito grande de agilização, de melhorar a máquina. O Sr. não constata isso?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Perfeitamente.

O SR. MEIRA FILHO — Secretaria de Serviços Sociais, Fundação do Serviço Social. Atividade: promoção, atendimento ao menor infrator, 1987, lei: 593 mil cruzados; 1987, créditos: 446 mil cruzados. Dotação: 1 milhão e 39 mil cruzados — 1988 previsto 6 milhões, 366 mil cruzados.

Houve um acréscimo de 530% para 1988. O Sr., evidentemente, dirá o motivo.

A pergunta é a seguinte: na atividade de atendimento ao menor infrator houve um aumento grande do realizado em 87, 1 milhão e 39 mil, para o solicitado em 1988, 6 milhões, 366 mil cruzados, crescendo aí em 530%. Deseja-se saber qual o motivo? Como vai se aplicar esse recurso?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Utilizamos, Sr. Presidente, um critério na elaboração orçamentária — esses critérios são aprovados pelo Governador através de decreto. E dentro do total estimado da receita nós definimos os tetos que cada unidade orçamentária vai ter. Então, dizemos que de tantos milhões de cruzados tanto vai ser da Secretaria de Serviço Social, tanto da Secretaria de Viação e Obras, etc. A distribuição entre as prioridades do Governo no setor do serviço social é definido pelo Secretário do Serviço Social, que, pegando o montante destinado a ele, alocou mais recursos dentro de uma política definida pelo Governo de atenção ao menor. Então, se V. Ex.^a fizer o comparativo entre o que cresceu, o atendimento ao menor, irá ver que isso é em detrimento ao que diminui de dotação, em relação aos outros programas da Fundação do Serviço Social. É que na política prioritária das Secretarias nós não costumamos, a não ser por uma visão mais ampla, entrar em discussão em relação à sua distribuição, dos recursos, desde que essas unidades orçamentárias obedeçam a um teto prefixado. Então, dentro da Fundação do Serviço Social sabemos que a prioridade foi dada ao menor, e o dirigente da unidade então alocou no programa do menor um montante significativo de mais de 500% de incremento, em detrimento, evidentemente, a outros programas que não são considerados tão prioritários — essa é a área que a ser atacada, com mais ênfase — e dentro dessa distribuição de recursos eles não ultrapassaram aquele teto preestabelecido pelo Governo. A distribuição é feita de acordo com as prioridades internas de cada Secretaria. Nós só queremos é que essas prioridades não ultrapassem ao teto predefinido para esses órgãos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — Essa questão, na realidade, não é uma questão, uma pergunta propriamente dita, o que se interessava realmente é votar àquela filosofia inicial. No momento em que o Legislativo deve participar dos destinos e congestionar, vamos dizer assim, os recursos da sociedade, em nome da sociedade, inclusive para dar respaldo ao próprio poder administrativo, ao Poder Executivo, ao poder político, se as informações que dizem respeito a um exemplo como esse que foi trazido, com alguns outros que não vão aparecer, em que programações, projetos eles mudam significativamente de um exercício para o outro sem que ao Legislativo venham essas informações; que eles digam por que foi mudado. Mais os resultados que se esperam alcançar para que esse Legislativo também ajude a opinar sobre se aquela é, realmente, a melhor política, dentro daquela idéia, pois várias cabeças, vão pensar e, às vezes, pode trazer uma contribuição efetiva para a decisão do Poder Executivo, o administrador.

Na realidade, a questão que foi trazida agora foi um exemplo de dotações que são aumentadas, e que o Legislativo não toma o conhecimento do que se espera fazer, de como será executado;

se aquela maneira será a melhor, realmente, se quais dentro do que se espera fazer, de como será executado, se aquela maneira de executar é a melhor realmente, quais os resultados que se espera com aquelas dotações, com aquele novo programa etc. Então, nos parece exatamente que é através da discussão da Lei de Meios, e por isso é que ela existe, inclusive em Legislativo ela surgiu exatamente da administração dos recursos públicos, quer dizer, o Poder Legislativo é que surgiu embrionariamente, exatamente das decisões em relação à alocação de recursos, como na Inglaterra, de João Sem Terra, aquele negócio todo que conhecemos muito bem. Deve vir, nós entendemos, ao Legislativo, exatamente essas informações, quer dizer, as prioridades, como fazê-las, é função evidentemente do Executivo. Mas os resultados devem ser cobrados pelo poder político. Isso aqui foi um exemplo, ainda vão aparecer alguns outros exatamente neste sentido, de como a peça orçamentária não traz, hoje em dia, informações que permitam ao Legislativo conhecê-la melhor. O que nós estamos pensando, aqui, é exatamente na nova maneira de encarar o orçamento público. Acho que este debate, nesta oportunidade, em síntese, se resume nisso. Está na hora de se começar a saber quais as pessoas envolvidas no processo e isso já tem sido feito, sabemos inclusive, a contribuição que o Dr. Arlécio tem dado, o Dr. Falcão, com as suas idéias pessoais, em relação a isso, inclusive, mas está na hora de começarmos a implementar essas atividades.

O SR. MEIRA FILHO — Voltamos à implantação de vias e obras complementares de urbanização.

O projeto de implantação de vias e obras complementares de urbanização do Distrito Federal, com a dotação inicial de 1 mil cruzados, foi suplementado em 193 milhões, 231 mil e 385 cruzados, até julho passado próximo. E, para 1988, está proposta a quantia de 2 mil cruzados.

A pergunta vai assim: qual a política do Governo para este setor?

Quando será aplicado, realmente, se o valor proposto se — eu não quero voltar àquela palavra que o Sr. não gostou, de fictício...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — O fictício aí não é no sentido pejorativo, o fictício é no sentido, talvez, factível. Quer dizer, que com 1 mil cruzados não se fariam várias coisas. Então, fictício era nesse sentido, no sentido de simbólico.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — A resposta aí presente, eu acho que ela já foi entrando numa vala comum...

O SR. MEIRA FILHO — Exatamente.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — ... ou seja, é uma resposta que nós vamos sempre repetindo, porque, também, a implantação de vias e obras complementares de urbanização é um projeto da Secretaria de Viação e Obras, que recebe recursos externos dos aglomerados urbanos. Ela tanto recebe recursos do MDU como recebe recursos do BID, através de uma operação de crédito. Então, nós poderíamos responder ao Senhor quanto é que vem para o próximo exercício, porque esse convênio é editado a cada ano. Agora, a razão de abertura é aquela mesma, ou seja,

temos um projeto na lei que possa receber os recursos do AGILUB e do MDU, através de crédito suplementar e não de crédito especial, como o Dr. José Carlos frisou muito bem. Agora, realmente, pode-se, aí, dizer que nessa lei não está transparente. Quer dizer, se pudéssemos interpretar assim; o porquê não está aí dentro desse projeto de recursos externos que virão, do MDU etc.? O que ocorre é que nós não saberíamos como classificar essa receita porque isso aqui seria uma despesa, tantos milhões, tanto do MDU, coisa dentro do projeto. A isso deveria corresponder uma receita. Seria receita de convênio se nós tivéssemos o convênio assinado. Ocorre que o convênio do MDU, como a dotação deles, também é anual, eles só o fazem quando o orçamento deles está em plena execução. Então, sabemos que ele é editado a cada ano, agora, ele só é editado depois que o MDU tem a sua Lei de Meios aprovada. Ou seja, lei da União, em que aloca ao MDU o montante "X". Aí é que ele vai fazer os convênios com os Estados. Então, o problema nosso, de manter isso, é que nós não teríamos uma classificação da receita que pudéssemos incluir esses recursos. Tanto a operação de crédito do BID, que é feita através do MDU, ela não é feita diretamente conosco, nós não teríamos a fonte da receita para corresponder a essa despesa. Por isso, esses projetos, Sr. Senador, V. Ex^a vai ver ainda mais à frente, a Secretária de Serviços Públicos também vai ter diversos desses projetos ou mais de um deles incluídos com esse valor simbólico de abertura. Agora, a razão é sempre esta. É para poder receber os recursos externos.

O SR. MEIRA FILHO — Voltamos à Secretaria de Serviços Públicos. Subsídio ao transporte coletivo. 1987, Lei, 37 milhões e 56 mil cruzados. Crédito: 115 milhões e 500 mil cruzados até 31-7-87; dotações: 152 milhões, 556 mil cruzados. 1988, Projeto de Lei, 62 milhões, 996 mil cruzados.

Em função do que foi realizado em 87, 400% acima do solicitado na lei, a previsão de gastos para 88, acrescida somente de 70%, está subestimando os valores ou se vai adotar uma política de corte aos subsídios.

O subsídio do transporte coletivo beneficia em sua maioria a população de menor poder aquisitivo. Os valores constantes da Lei Orçamentária de 87, 37 milhões, 56 mil cruzados, não foram suficientes e no corrente ano já foram implementados mais 115 milhões e 500 mil cruzados. A previsão para 1988 é de 62 milhões, 966 mil, correspondendo apenas a 41,3% da lei, mais crédito do corrente ano.

A questão se prende ao seguinte: o Governo do Distrito Federal está pretendendo diminuir ou cortar os subsídios do transporte coletivo? Ou as empresas interessadas ou o próprio Governo desenvolveram programas de racionalização funcional e administrativa de forma a reduzir os custos em benefício de toda a sociedade?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Sr. Presidente, o problema do subsídio no Governo do Distrito Federal nasceu através de uma lei, mas que visava sempre manter um equilíbrio entre aquilo que nós arrecadamos, ou seja, a receita do Estado traduzida pelas passagens pagas pelos usuários dos transportes coletivos e o que nós pagamos à empresa no custo-km.

Então, hoje, o sistema funciona desta forma: a cada quilômetro que as empresas rodam nós temos que pagar um "X" e toda a passagem paga pelo usuário entra como receita do governo.

Ocorre, Ex^a, que a diferença hoje entre o que nós pagamos às empresas e o que o usuário paga de passagem está muito defasado. Em 12 de junho nós tínhamos um decreto pronto de aumento da tarifa. Com o Plano Bresser essa tarifa ficou congelada naqueles valores e só foi majorada a partir do período de flexibilização e, assim mesmo, em 1 cruzado por mês, e finalmente agora, excepcionalmente, o Ministério da Fazenda autorizou 2 cruzados.

Então, isto fez com que a diferença entre o que nós estamos pagando de custo-km às empresas para o custo da passagem, o subsídio do Governo, que nunca deveria ultrapassar a 20% do sistema, hoje, Senador, está além dos 50%. Isto tornou-se insuportável aos cofres do Governo do Distrito Federal. Então, nós estamos com um problema muito sério, estamos tentando junto ao Ministério da Fazenda com que eles liberem o custo da passagem, porque, a continuar esse subsídio que hoje, por mês, está a mais de 100 milhões, é insuportável. O Governo não tem como bancar isto.

E como é que isto chegou a esse ponto. Chegou no momento em que nós fomos aumentar a tarifa para poder equilibrar o sistema, já que o custo-km tinha sido aumentado, veio o Plano Bresser no dia 12 e congelou as tarifas. Então, daí para cá houve um desequilíbrio nesse subsídio.

Estamos tentando, junto ao Ministro da Fazenda, aumentar o valor dessa passagem, para podermos equilibrar o sistema de novo, de forma que o Governo não vá subsidiar mais de 50%, isto é insuportável. Mais de 100 milhões/mês só para subsídio é muito para a carga do Governo.

Nós queríamos, então, que esse equilíbrio voltasse a ser, no máximo, 20%.

Quanto a acabar com o subsídio, considero ser uma política que o Governo não pensa nela. O subsídio vai continuar. Mas o que estamos tentando aproximar, nobre Senador, é exatamente esse montante do subsídio, que hoje, de nenhuma forma, deveria estar a mais de 20 milhões/mês. Infelizmente, devido a esse congelamento da tarifa e ao custo do quilômetro, que chegou a ser aumentado, a diferença já está a mais de 100 milhões de cruzados.

Por que para o ano que vem aparecem somente sessenta e poucos milhões de cruzados? As despesas correntes, o subsídio ao transporte coletivo é classificável na rubrica de outras despesas correntes. Houve um critério estabelecido para se projetar as outras despesas em 1988, que seriam 170% sobre os valores apurados no balanço de 1986, considerando 100% em 1987 e mais 70% em 1988. Esse valor foi conseguido aplicando-se esse percentual sobre o valor destinado ao subsídio em 1987.

É evidente que, se estamos hoje, a mais de 100 milhões de cruzados, esses sessenta e poucos milhões não darão para cobrir nem um mês do subsídio, mas esperamos que, até o final deste ano, consigamos duas coisas: primeiro: recursos para cobrir esse montante que estamos devendo ao caixa único, porque ele chegou a um ponto em que as empresas estão recebendo as notas

para cobrar ao caixa único e chega lá ele não tem recursos, o subsídio está muito alto. Assim, estamos tentando, primeiro, conseguir os recursos através de crédito suplementar, para cobrir essa diferença, e que o Sr. Ministro da Fazenda nos libere, a partir de janeiro, a tarifa, de maneira que o subsídio do Governo fique somente até 20% do sistema.

O SR. MEIRA FILHO — Tenho visto isto como um sinal, até certo ponto, perigoso, entre a sociedade, a comunidade brasileira, a empresa e o Governo.

A continuar do jeito que vai, chegar-se-á a uma situação completamente insustentável, o Sr. não acha?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Acho. E creio que temos que buscar, Sr. Senador, esse equilíbrio, que não temos hoje, ou seja, o subsídio ao transporte coletivo deve prosseguir, porque isso vem beneficiar, realmente, o usuário de baixíssima renda. O subsídio se aplica mais a esse pessoal das linhas de ligação, àquelas que fazem o trajeto das cidades-satélites para o Plano Piloto.

Ocorre, hoje, que vem o rodoviário, por exemplo, e pede um aumento salarial. O aumento salarial dado ao rodoviário implica em aumento na planilha de custo do custo-quilômetro. Assim, se aumenta o custo-quilômetro das empresas e a passagem não pode aumentar mais do que um cruzado, o subsídio cresce cada vez mais.

Na verdade, precisaríamos buscar aquilo que tínhamos antes, esse equilíbrio que hoje não está havendo e deixando o Governo em situação difícil.

O subsídio, a nível de ensaio, que fizemos, que comporta ao Governo pagar, não pode atingir a 20% total do sistema. Hoje, a mais de 50%, ele é insuportável.

O SR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS — Sr. Presidente, apenas um esclarecimento. Sou um pouco responsável por esse problema de subsídio, porque eu era Secretário de Serviços Públicos quando se criou o caixa único.

Assim, quero apenas esclarecer rapidamente, porque, se não tivéssemos criado o caixa único, por exemplo, àquela época, sabem os Srs. que as empresas eram donas das linhas, e não tinhamos como subsidiar as empresas particulares.

Desta forma, precisávamos que o Governo organizasse uma forma de gerir o transporte coletivo de Brasília, para que ele pudesse receber o subsídio. E o subsídio foi o quê? Raciocinamos da seguinte maneira: como o antigo TRU e IPVA passaram a ser do GDF, pensamos em tirar uma parte do IPVA, exatamente para que quem tem carro subsidiar quem não os tem, que é exatamente a população de baixa renda.

Com isto, à época, o Dr. Arlécio Alexandre Gazal deixou bem claro, havia um equilíbrio, porque o subsídio na minha época chegou a mais ou menos 30%, no máximo, entre 20 e 30%. Até aí o Governo podia perfeitamente resistir. Depois disso, com esse problema do congelamento, houve esse desequilíbrio muito grande que o Dr. Arlécio deixou bem claro. Mas advogo uma tese diferente. Tenho falado diversas vezes, inclusive, com o pessoal da Seplan, porque Brasília é uma cidade atípica, porque todos sabemos que o problema de transportes em Brasília é inteiramente atípico de todas as outras cidades do Brasil. Sabemos

que todas as Capitais têm os metrô hoje, que são praticamente subsidiados pelo Governo. Então, é natural que o Governo Federal subsidie mais o transporte de Brasília, dê mais dinheiro para subsidiar a passagem do trabalhador de baixa renda. Eu defendo esta tese.

Estamos nessa luta com o Governo, porque ele não quer aumentar o subsídio. A medida em que não aumenta o subsídio, o Governo do Distrito Federal não consegue manter. Então, tem que aumentar demais a passagem. Se não houvesse o caixa um e não houvesse o subsídio, a passagem em Brasília, hoje, estaria custando mais de 20 cruzados, de 22 a 23 cruzados uma passagem. Quer dizer, o trabalhador de baixa renda estava gastando, praticamente, 50% do salário mínimo dele em transporte. Isso é um absurdo. Então, teríamos que lutar por isso. É um problema de ordem social. Nós continuamos lutando para que o Governo, de duas uma, ele tem que aumentar esse subsídio, porque o GDF sozinho não consegue. São estes esclarecimentos que queira dar.

O SR. MEIRA FILHO — Mas agora com a obrigatoriedade do vale-transporte a situação vem-se aliviar um pouco.

O SR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS — O vale-transporte alivia, um pouco. Alivia um pouco, não há dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Dr. José Carlos, está satisfeito?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — Estou. É que me despertou uma curiosidade, uma observação que o Dr. Arlécio fez, em termos de curiosidade, que vale a pena esclarecer. Ele disse, se não me engano, nas outras despesas correntes se estimou até o limite de 170% sobre o valor do balanço de 1986, considerando 100% para 87 e 70% para 1988. Isso não significaria uma estimativa inflacionária de 100%?

O SR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS — De 70 e 100%.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — Setenta e cem, neste sentido? Foram parâmetros que o GDF trabalhou? Esses 70% da inflação de 87 e...

O SR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS — E 100% em 88.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — E 100% em 88.

O SR. MEIRA FILHO — Agora vamos a um assunto que o nosso querido Senador Pompeu de Souza que, neste momento, preside a reunião, domina completamente: educação. Secretaria de Educação, entidade supervisionada.

O Plano Quadrienal de Educação para 78/90 e o Plano Anual da Secretaria de Educação para 1988 apontam como fatores inibidores de suas ações, entre outros, os seguintes aspectos: demanda escolar em níveis acima do previsto e condições materiais precárias de trabalho do profissional em educação.

O mesmo Plano preconiza, no seu programa, a universalização do ensino através da ampliação, manutenção, reforma da rede física, expansão de matrículas e ampliação de oportunidades educacionais. Na entidade supervisionada da Secretaria

da Educação, 46.001, Fundação Educacional do Distrito Federal, o projeto 46.001 — construção, reparo e adaptação de prédios escolares de 1º grau recebeu em 87, 12 milhões e 110 mil cruzados e mais uma implementação de 100 milhões, 218 mil e 668 cruzados, resultando em 12 milhões, 328 mil, 668 cruzados até 1987. Para 1988 está prevista uma dotação de 30 milhões, 366 mil cruzados.

Pergunta-se: como pretende o Governo cumprir o preceito constitucional que obriga o Estado a atender às crianças na faixa etária de 7 a 14 anos?

Vou complementar. Só gostaria que o Senhor tivesse aquela santa paciência de me ouvir.

Que estratégias o Governo adotará para realizar a meta prevista no Plano de Educação do Distrito Federal, program IV, da universalização do ensino e assim ampliar a oferta das oportunidades educacionais?

Como poderá o sistema educacional do Distrito Federal viabilizar a extinção das escolas que funcionam em três e quatro turnos, sem construir novas salas de aula?

Pelo menos 60 unidades de ensino do sistema educacional do Distrito Federal, composto de 432 escolas, aproximadamente, correm o risco de ser interditadas, segundo informações do próprio Governo do Distrito Federal, e com que recursos as escolas serão recuperadas?

Por que uma redução de 81 milhões, 962 mil, 668 cruzados em relação à dotação ao mês de julho de 1987? Tal previsão será suficiente para o programa para 1988?

Se assim for, imagina-se que a rede pública de escolas está em excelentes condições, contrariando informações que têm chegado até esta Comissão.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — As informações que têm chegado à Comissão, na realidade, são as reais. As escolas estão em precárias condições de funcionamento, algumas para serem interditadas, falta tudo, falta equipamento, falta banheiro em condições, enfim, falta tudo nas escolas, falta funcionário, falta merendeira. Agora, como enfrentar o problema com os recursos disponíveis no Governo? Sr. Senador, é impraticável, não há como atender. Só em 1987, para o segundo semestre, a Fundação, essa entidade supervisionada da Secretaria de Educação é a Fundação Educacional, é quem executa a política educacional.

Na verdade, só para esse exercício, no segundo semestre, a Fundação Educacional nos solicitou 400 milhões de cruzados, exclusivamente para reforma das escolas, que não são todas. E o governo não teve outra alternativa a não ser ir à Seplan solicitar crédito adicional, ir ao Ministério da Educação solicitar uma reestimativa do salário-educação e voltar ao Ministério da Educação para pedir recursos do salário-educação, quota federal.

Desses entendimentos todos que mantivemos, conseguimos alguma coisa, ou seja, conseguimos recursos para substituir todas as escolas que são verdadeiros fornos, que são atentados contra a salubridade do alunos, aquilo é uma churrasqueira, Sr. Senador, para o aluno. Ninguém agüenta ficar ali dentro. Não serve nem

mesmo para um meio turno de aula, porque, quando a pessoa ingressa naquelas escolas, não consegue ficar ali dentro. A sala de aula é um container.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Então, dessas tratativas, já conseguimos recursos para substituir todas essas escolas de lata, restando agora, saber o que fazer com elas.

Quanto à parte da reformulação de escolas e construção de novas salas de aula, não fomos felizes num entendimento que mantivemos com o Ministério da Educação, ou seja, não havia recursos disponíveis para isso. Já se havia dado, também, a substituição de todas as escolas de lata.

Qual a saída? Estamos tentando, agora, através do PAG, obter recursos suplementares para esses investimentos. A saída. Sr. Senador, é conseguir recursos, ou crédito suplementar da União, que também não teria grande possibilidade de atendimento. Sabemos a situação por que passa, hoje, o Governo Federal. Mas, dentro do PAG, surgiu a grande esperança de se obter recursos complementares, para poder fazer frente a essas necessidades do sistema educacional. Não vamos contestar nada, absolutamente, do que foi colocado aí, porque tudo o que está no questionário é uma pura realidade.

O valor, para o ano que vem, atinge as metas, ou seja, atinge aquilo que o Governo pretende fazer? Não. Apenas é um montante que vem, no Fundo de Participação de Municípios, obrigando esse montante a usar o recurso dentro das despesas de capital, no setor de educação. Isso é, puramente, obediência a preceito legal. Contudo, o que está alocado para o exercício não atende, absolutamente, às demandas do sistema educacional. Temos que obter créditos suplementares, até mesmo para pagar pessoal, a fim de conseguirmos mais professores, pois o número existente não vai atender àquela obrigação constitucional de darmos ensino gratuito a pessoas colocadas na faixa etária de 7 a 14 anos. As despesas de custeio vêm sendo resolvidas através de crédito suplementar dado pela União.

No tocante a investimento de construção de sala, de novas escolas, de ampliação de salas de aula e reformas, estamos tentando obter recurso através do Programa de Ação Governamental, no setor educação.

O SR. MEIRA FILHO — Se todos esses fatores endividadores são reais, pergunta-se: Por que a redução de 81 milhões, 962 mil, 668? Qual a política? O Plano Educacional será cumprido? Qual a expectativa do recurso complementar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — O Plano Educacional será cumprido. Acredito que, sem se obter os recursos complementares, não será cumprido. Esta é quase uma afirmativa. No entanto, as expectativas do crédito suplementar não são enormes. Acreditamos firmemente que o Governo consiga essas suplementações através do PAG e dos recursos transferidos da União. Acreditamos, piamente, que vá acontecer. Se não acontecer, evidentemente, o Plano Educacional não será cumprido.

O SR. MEIRA FILHO — Há uma preocupação muito grande, pelo que senti, inclusive do corpo

de assessores do Senado, quanto à questão das verbas suplementares.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — Senador Meira Filho, a nossa preocupação é exatamente esta.

O Dr. Arlécio Alexandre Gazal citou um exemplo que, acho, serve para caracterizar muito bem como o nosso sistema está arcaico, dentro de uma filosofia de sistema, e como estamos tratando as relações, dentro de um caráter didático, quando caracteriza que determinados investimentos foram feitos de maneira inadequada. Isso serve para ilustrar, apenas, que essas decisões relativas a esses investimentos — escoeas que não funcionam, tipos de construção que o Sr. Presidente caracterizou como *container* e que não seriam apropriadas ao nosso clima, à nossa sociedade, às crianças, aos objetivos que deveria atingir — foram tomadas em uma época em que o Poder Legislativo não participava das decisões políticas, das decisões administrativas.

Quando, ainda num debate didático, trazemos a idéia e marcamos a nossa opinião de que essas questões devem ser as mais transparentes possíveis ao Legislativo é porque aqui é o fórum em que todas essas decisões tomar-se-ão transparentes à sociedade e a sociedade poderá vir debater-las. É muito mais fácil a imprensa tomar conhecimento das coisas que irão acontecer, da programação etc., já que a Casa é uma casa democrática. Então, neste sentido — não estou dizendo que com certeza aconteceria isso —, mas no momento que se estabelecesse que um determinado órgão público iria fazer determinado investimento de construção de determinadas obras etc., fosse trazida a discussão disso, como vai ser feita, como será, enfim, que fosse trazido à discussão do Legislativo e, talvez, esses inconvenientes iniciais pudessem ter sido evitados. Então, por isso que voltamos a defender aqui que, quanto menos as decisões passam pelo Poder Legislativo, são mais passíveis de terem erros lapsos e enganos desse tipo.

Quando nos preocupamos com a suplementação, suplementações autorizadas anteriormente pelo Poder Legislativo, perfeitamente legais dentro da praxe orçamentária, da praxe legal, da praxe constitucional de hoje em dia, elas trazem um grande inconveniente, de afastar o Legislativo e, portanto, a sociedade, dessas decisões. Então, o que se espera é exatamente isso. O que nós temos procurado debater — e essas questões têm sido levantadas, porque nós temos tentado conversar, quando digo nós, não a nossa pessoa, mas todos os órgãos envolvidos no sistema —, é ter havido um debate grande entre o Executivo e o Legislativo sobre isso, exatamente para marcar essa posição, que nós somos radicalmente a favor de que devam vir ao Legislativo e o problema das dotações suplementares é exatamente esse: que elas não passam pelo Legislativo e o Legislativo não toma conhecimento específico e poderão, às vezes, por lapso ou outras questões, ser tomadas decisões erradas. Então, o processo, necessariamente, deveria ter a participação do Legislativo, inclusive para aprová-la, coonestá-la etc.

O SR. MEIRA FILHO — O conhecimento dessa realidade orçamentária, para nós que fomos eleitos, deve-nos condicionar a uma preocupação constante até de ouvir o Senador Pompeu de Sou-

sa, porque é constrangedor se chegar à essa realidade. Evidentemente que não vamos sair daqui desanimados nem desolados; haveremos de buscar soluções para um problema que atinge em cheio a sociedade na qual vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Meu caro companheiro Senador Meira Filho, neste momento invertemos os papéis, V. Exª na bancada, e eu, eventualmente, na Presidência, a seu pedido. Estava esperando justamente que terminasse a sua arguição para, no fim, antes de devolver de direito a Presidência, fazer algumas considerações gerais sobre os nossos trabalhos de hoje.

O SR. MEIRA FILHO — V. Exª então deixaria para depois?

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Deixaríamos para depois. Muito bem.

O SR. MEIRA FILHO — Agora vamos à Secretaria de Saúde, entidades supervisionadas, Fundação Hospitalar do Distrito Federal, equipamentos e reequipamentos das unidades da Fundação.

Com o montante de mil cruzados da lei de 1987 — não vamos discutir mais essa questão dos mil cruzados —, a Fundação Hospitalar já foi contemplada com o crédito de Cr\$ 70.468.000,00, nesse projeto, perfazendo uma dotação, até julho do corrente ano, de Cr\$ 70.469.158,00.

Na proposta para 1988 está estipulado o valor de mil cruzados. A questão se prende ao seguinte: por que dotar a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, neste projeto orçamentário de 1988, com valor simbólico de mil cruzados — aqui, sem querer, entramos na questão dos mil cruzados — já que uma das grandes deficiências dos hospitais da rede é exatamente a falta de equipamentos para melhor atender à comunidade? Em que tipo de planejamento foi baseado esse projeto? Qual o equipamento que será adquirido com um valor nominal irrisório desses?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Aí esse recurso, que serve apenas, como se tem dito reiteradamente, para abertura do projeto vai receber os recursos do acordo com o governo francês, de 38 milhões de francos franceses, que firmamos com esse governo. Esse acordo prevê que parte dos equipamentos, ou seja, aqueles que têm similar nacional, vem do governo francês o próprio equipamento. Uma outra metade entra através de recursos, para que o governo compre os equipamentos no mercado interno. Então, mais uma vez esse projeto se destina a receber os recursos do acordo com o franco francês. Com esses mil cruzados, não se pode adquirir nada, nem um bisturi. É apenas a abertura para receber o acordo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — Então, esse acordo já existe e os recursos já estão garantidos? Eu pergunto. Se o acordo já existe e já há recursos garantidos, por que esses recursos não entram na programação do GDF e não foram alocados transparentemente? Quando se tem aquela hipótese em que não se sabe exatamente os termos dos convênios que vão ser feitos, dos acordos que vão ser feitos etc., no meu ponto de vista, dá para entender, apesar de não concordar muito, a metodologia adotada de se evitar o crédito especial, que deveria vir ao

debate do Congresso, ser aprovado pelo Congresso. Mas, nesse caso, o Dr. Arlécio Gazal está dizendo que o acordo já existe e já há recursos previstos. Se já há recursos previstos, no nosso entender, já deveriam estar alocados transparentemente ao orçamento e não haveria mais necessidade de suplementação. Eles poderiam estar alocados realmente, especificamente no projeto.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Em termos de acordos internacionais, nós só fazemos constar quando eles já têm assinatura do nosso agente financeiro, que é o BRB. Para o caso do franco francês, nós já temos a autorização legislativa, a resolução do Senado. A contrapartida já está assegurada nesse acordo, na contrapartida do Governo. Entretanto, o contrato com o BRB não foi firmado. Conseqüentemente, não nos possibilita alocar diretamente sem que tenhamos esse documento confirmado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — Então, foi uma questão de interpretação, de entendimento, quando V. Sª disse que os acordos já estavam efetivados. Eu, tinha entendido que eles já estavam ultimados.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Temos a autorização legislativa.

O SR. MEIRA FILHO — Tomando conhecimento desses números, fui fazer uma visita ao Hospital de Base, o que quer dizer à direção da Fundação Hospitalar, praticamente. Cheguei lá sem avisar. Fui muito bem recebido pelo Dr. Edmo, que é o Diretor. Procurei, na visita que fiz ao Hospital, me assenhorar da situação. Afinal de contas, eu fui eleito nesta cidade para participar ativamente, ou, pelo menos, cuidar de me aproximar das soluções dos nossos problemas. Lá me estarreceram dados fornecidos por eles com relação às necessidades; necessidades, diga-se de passagem, que são prioritárias. Material de consumo. Em 1988, a rede precisa de dois bilhões e novecentos e quarenta e quatro milhões. Já existem quinhentos e cinquenta e três milhões. V. Sª comprova essa necessidade e esse crédito já existente?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Perfeitamente!

O SR. MEIRA FILHO — Em Equipamentos e Material Permanente, em 1988, a rede como um todo precisaria de 3 bilhões e 720 milhões. V. Sª confirma?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Confirma.

O SR. MEIRA FILHO — O Hospital de Base precisa, para 1988, de 2 milhões, 839 mil e 300 OTN, que depois trocadas em miúdo, deu a significativa importância de 1 bilhão, 396 milhões, 935 mil e 600 cruzados. Até o momento, essas verbas não estão asseguradas. A situação é esta?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — É esta. Não estão asseguradas e nós não nos arriscamos a dizer que vamos consegui-las. Lutaremos para isso!

Aí faltou a situação de 1987, em que a reforma do Hospital de Base já recebeu crédito especial da ordem de 160 milhões de cruzados. Na realidade, V. Exª sabe que, quando o prédio é um pouco antigo, se se mexe numa coisa, vê-se a necessidade de mexer em outras. Se se mexe no enca-

ramento, se vê que a tubulação toda está comprometida. Depois de se conseguir o que pensávamos fosse o necessário para o Hospital de Base, ou seja, 110 milhões e mais 50, recebemos, agora, uma solicitação de crédito adicional de mais de 325 milhões só para este ano, para a reforma do Hospital de Base. Então, as necessidades, Sr. Presidente, nós conhecemos. Ocorre que o Governo do Distrito Federal, a exemplo do que ocorre em outros Estados, e na própria União, se defronta com problemas seriíssimos porque não tem receita para fazer frente a essas necessidades. Então, recorremos a um financiamento pelo FAS, a um crédito pela União, entrando agora no setor saúde também, a exemplo de que fizemos na educação, através do PAG, que nos apresentou como uma esperança de se obter recursos pelo menos para reprimir um pouco, para evitarmos um pouco essa compressão terrível que vem para cima do Governo do Distrito Federal, num momento em que aqui se abrigam as autoridades do País, e que um problema qualquer ocorrido, aqui, no Distrito Federal, em Brasília, tem uma repercussão nacional e internacional. Conhecendo esses dados que V. Ex.^a trouxe, são todos reais, e esses números estão orçados a preços de agora, é evidente que a tendência é aumentar, infelizmente, mesmo conhecendo todas essas necessidades, nós ficamos atados na solução porque não temos como atender a isso através de recursos próprios.

Estamos lutando na área externa; estamos tentando financiamentos externos; estamos tentando créditos suplementares e estamos tentando, através do PAG; no PAG está residindo a grande esperança do Governo em obter recursos para essas necessidades.

OSR. MEIRA FILHO — Dr. José Carlos, gostaria de aduzir, acrescentar alguma coisa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — Não. Obrigado.

O SR. MEIRA FILHO — Secretaria de Viação e Obras — Entidades Supervisionadas.

Na Entidade Supervisionada da Secretaria de Viação e Obras 49002 — Departamento de Estradas de Rodagem do DF, recebeu em 1987 uma dotação de Cz\$ 1.020.000,00 e mais uma suplementação de Cz\$ 20.502.479,00, contando portanto até julho-87 com Cz\$ 21.522.479,00.

Pergunta-se: Por que a dotação para 1988, está prevista aquém do valor, ou seja, em Cz\$ 17.671.000,00?

O SR. ALLÉCIO A. GAZAL — O DER, quando recebemos a estimativa do ISTR, colocamos dentro desta unidade orçamentária, Departamento de Estradas de Rodagem. Ocorre que, antes de junho, ou pelo menos no mês de junho a SAREM nos comunica qual é a estimativa real desses recursos do ISTR. Então, nós fazemos a diferença entre o que sai do orçamento e da reestimativa da SAREM nós abrimos por crédito complementar ao DER.

Na estimativa para o próximo exercício a estimativa inicial é sempre menor do que a reestimativa dos recursos do ano anterior. Então, o crédito adicional e mais o inicial de um exercício fica maior do que a estimativa inicial do exercício seguinte; e no caso do DER isso é aplicável ao

Imposto Sobre o Transporte Rodoviário, que é o recurso alocado no DF; por isso que ele é menor no ano que vem, do que no final deste ano.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — A dúvida que teríamos é que, na realidade, quando pensamos, imaginamos, o orçamento de uma entidade desse tipo do DER, não estamos pensando só na sua receita vinculada ao imposto, mas sim a sua despesa, as suas necessidades, e a sua programação básica, e causa estranheza que se já se sabe que o valor vai ser subestimado, que a estimativa tenha a inflação para o outro ano de 80 a 100%, mais ou menos, em que ela estaria abaixo da outra, então, talvez fosse mais claro, mais evidente, já se alocar, ou descrever a programação real que a entidade deveria ter, com os gastos que ela vai ter. Já se sabendo que ela é subestimada, então já se poderia fazer uma estimativa um pouco mais correta em relação a isso. Mas aí já é uma questão de metodologia e nós já estamos voltando mais ou menos ao mesmo assunto, mas a dúvida era em relação a isso; desses recursos que são e que se sabe que vão ser necessariamente maiores, e que vêm abaixo da dotação. Quer dizer, temos exatamente que encontrar um mecanismo e digo nós porque são todos os técnicos envolvidos na área de organização, para sanar essas coisas, de forma que o orçamento realmente seja uma peça executada e transparente, que mostre exatamente como vai ser a ação pública e que seja uma peça para ser executada e não para ser publicada e executada de uma outra forma.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Sr. José Carlos, só à guisa de complementação, sa-

bemos que V. S.^a entende isso bem mais do que nós. Mas, na realidade, na participação na receita da União só fazemos copiar aquelas estimativas que vêm da SAREM e depois, no meio do ano, eles fazem um outro ofício do chamado excesso de arrecadação dos antigos recursos vinculados, hoje chamados participação na receita da União. Então só fazemos, Dr. José Carlos, é copiar aquele registro que vem da SAREM.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — Volto a insistir nesse aspecto porque, inclusive, quando S. S.^a disse que eu sabia mais, pelo contrário, o Dr. Arelcio tem uma experiência muito maior do que a nossa, em termos de execução, de outros órgãos executivos, etc. Isso é uma humildade dele, mas, na realidade, não é isso, ele é uma pessoa brilhante na área. O que estamos caracterizando é que temos que repensar o sistema de orçamento com esses inconvenientes. Não estamos, na realidade, só criticando ou pressionando em relação ao Distrito Federal, estamos dizendo exatamente que todo o sistema deve ser alterado e nós falamos do CDF inclusive como, não digo cabeça do sistema, mas como exemplo do sistema, em termos qualidades técnicas, etc. Acho que S. S.^a tem uma responsabilidade muito grande em relação a isso para trazer sugestões, inovar na área etc.

OSR. MEIRA FILHO — Feliz de quem considera seus erros e procura consertá-los, não é Dr.?

O SR. ARLÉCIO A. GAZAL — Sem dúvida!

O SR. MEIRA FILHO — Secretaria de Governo — Entidades Supervisionadas.

CODEPLAN

Apoio ao Desenvolvimento da Ação Governamental

1987 — Lei
1987 — Créditos
Dotação
1988 —

Cz\$ 19.814.000,00
Cz\$ 94.068.290,00 (até 31-7-87)
Cz\$ 113.882.290,00
Cz\$ 652.758.000,00

Comentário: Se em 1987 os créditos foram de cerca de 500% sobre o valor constante da Lei, para 1988 está-se solicitando 500% da dotação realizada até 31-7, constituindo-se em um percentual elevado.

A questão se prende ao seguinte:

Questão: Sendo a dotação da Lei Orçamentária de 87 para a CODEPLAN, na atividade de Apoio ao Desenvolvimento da Ação Governamental de Cz\$ 19.814.000,00, e com um total de créditos no corrente ano de Cz\$ 94.068.290 com um acréscimo de 500%. Por que no orçamento de 1988, o valor solicitado — Cz\$ 652.758.000,00 (seiscientos e cinquenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil cruzados) está cerca de 500% da dotação total de 87 (Lei + Créditos) que é de Cz\$ 113.882.290 (cento e treze milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e duzentos e noventa cruzados)? Onde vai se aplicar tanto, com valores bem acima da taxa de inflação estipulada no Orçamento da União para 1988?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Essa é a Codeplan?

O SR. MEIRA FILHO — Codeplan. Secretaria de Governo — Entidades Supervisionadas — Codeplan. V. S.^a quer ler?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Não. É que o critério, Ex.^a, que usamos para a Codeplan, seguiu o critério de todas as demais unidades ou seja, se pegarmos o balanço do que a Codeplan aplicou em 1986 e jogarmos 170% vamos ter o total distribuído para ela em outras despesas correntes. O que está me parecendo um pouco grande é esse percentual de quinhentos e pouco que queria que, se V. Ex.^a permitisse ou o Dr. Falcão, porque para mim, conheço o critério e sei que a determinação é essa, agora, esse aumento de quinhentos deve ser decorrente da negociação salarial feita com a Codeplan, que majorou a folha de salários com um plano de cargos que subiu uma barbaridade. Esse pessoal de processamento de dados que recebia um salário passou a receber três, quatro vezes mais. Esse incremento deve ter sido nas despesas com pessoal, porque em outros custeios e capital ele seguiu o critério comum. O que majorou esse percentual

foi, exclusivamente, as despesas com pessoal, onde não estabelecemos valores de acordo com percentuais. Pegamos a última folha de salário e aplicamos sobre a mesma um percentual de aumento que achamos que deve ocorrer no exercício. Essa majoração não foi em outras despesas correntes, não foi em capital, mas exclusivamente devido à negociação salarial feita por ocasião da greve da Codeplan, que jogou a folha de salário "N" vezes maior do que o pessoal recebia, fruto de um plano de cargos, de reposição salarial e uma série de vantagens que tiveram e que jogou essa dotação lá para cima. Mas, na verdade, o critério de outras correntes de capital seguiu a mesma linha.

É isso Dr. Falcão?

O SR. MEIRA FILHO — Dr. José Carlos, está satisfeito com a resposta? Perguntaria, então, ao Dr. Arlécio se reconhece a situação grave da educação e da saúde? Não seria prudente elevar em 500% os recursos destinados a essas duas áreas? Não seria justo repensar as prioridades?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Temos, em um orçamento, mais de 50% somente nas duas funções. Educação e Saúde. Reconhecemos que é prioridade, mas de onde tirar? Ou seja, mais prioridade do que duas funções do Governo serem maiores do que 50% dos gastos totais? Isso é um reconhecimento real de prioridade. V. Ex^a vê, Sr. Presidente, que duas únicas funções, dentre as 16 do Governo, ocupam mais de 50% do orçamento. Repensar a prioridade, tomando a principal prioridade ainda maior, o que restará para as outras?

É evidente que a Educação e a Saúde são áreas que são prioritárias, que são reconhecidas e têm que ter mais recursos. Acho que o problema não está no reconhecimento da prioridade, mas em que 50% de pouco é pouco. Aqui que o que se teria que pensar daí...

O SR. MEIRA FILHO — 50% de pouco é pouco.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — 50% de pouco é pouco, ou seja, se esses 50% fossem de um valor grande de recursos para essas duas áreas, V. Ex^a teria um volume significativo de recursos, mas 50% de um orçamento de quarenta bilhões de cruzados é praticamente nada. São vinte bilhões para as duas áreas, é muito pouco! Agora, não é a prioridade que não é reconhecida, pois representa mais de 50% do orçamento total. É que o volume de recursos a distribuir, Sr. Presidente, é muito pequeno. Por mais que se faça uma revisão das prioridades e se queria jogar mais recursos em Educação e Saúde, infelizmente, não se tem de onde tirar.

O SR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Pois não!

O SR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS — Na reunião que Governador está tendo agora com o Ministro Aníbal Teixeira e com todos os secretários, o Secretário de Educação está apresentando um programa de pedido de apoio ao PAG de nove bilhões e trezentos milhões de cruzados para Educação, só para investimento.

O SR. MEIRA FILHO — Está me lembrando Machado de Assis, quando dissertava sobre o problema de orçamento da família, em que ele dizia que dinheiro não é tudo, tudo é a falta do dinheiro.

Secretaria de Educação, Entidades Supervisionadas — A entidade supervisionada da Secretaria da Educação — Fundação Educacional do Distrito Federal, distribuição da merenda escolar — recebeu, em 1987, uma dotação de quarenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e um mil cruzados. Valor este reduzido em quinze milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, passando, assim, para trinta e dois milhões, sessenta e nove mil cruzados. Para 1988 a sua dotação está prevista em três milhões e quatrocentos e dezoito mil cruzados. Objetiva combater a repetência, evasão escolar e subnutrição. Pergunta-se: Por que o projeto sofreu redução de 32,54% em 87? Por que a dotação ainda menor para 88, representando 10,66% da dotação até o mês 7/87? Não existem mais as causas apontadas nos seus objetivos: repetência, evasão escolar e subnutrição?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Esse recurso da merenda é convênio.

O SR. MEIRA FILHO — Como?

O SR. BENEDITO — A merenda escolar passou a ser responsabilidade da Fundação de Assistência ao Estudante, FAE. Em 1986, o Ministério da Educação transferiu os recursos para a Fundação Educacional. E esse ano, a Fundação de Assistência ao Estudante passou a assumir essa responsabilidade.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — Só uma pergunta: se toda a responsabilidade é da FAE, por que o projeto ainda não é uma atividade no Fundefe? Que parte fica sob a responsabilidade do DF.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Existe ainda resíduo que ficou da responsabilidade da Fundação Educacional.

O SR. MEIRA FILHO — Muito bem!

Secretaria de Agricultura — Ent. Supervisionadas

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA

Na Entidade Supervisionada da Secretaria de Agricultura e Produção, Fundação Zootônica do DF — FZDF foram abertos vários projetos novos (o que deveria ser feito mediante créditos especiais) dos quais, 8 (oito) projetos tiveram como fonte de recursos o Fundefe, totalizando Cz\$ 43.730.000,00 até 7/87 (relação anexa).

Questão: 1) Qual a base legal para a criação de tais projetos? Que não constam da Lei Orçamentária para 1987, aprovada pelo Senado Federal?

2) Em qual item da programação do Fundefe para 1987 encontra-se autorizado tal repasse?

O SR. ARLÉCIO A. GAZAL — O Fundefe, Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal, é um projeto dentro da lei do Governo do DF. Dentro da Lei de Meios do DF. Então, qual é a base legal de se criar isso? Na própria lei do DF nós temos a aprovação do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal — o Fundefe. Mas ele é aprovado nos seus projetos maiores. Então, urba-

nização no Plano Piloto e nas cidades satélites; incentivo às unidades produtivas. Isto é aprovado em lei. O detalhamento maior é que a própria legislação prevê que isso é através de um plano de aplicação aprovado pelo Governador. O que nós não podemos no Fundefe é criar projetos novos. Agora, dentro dos projetos aprovados na lei nós poderemos criar "n" subprojetos dentro do projeto. O que não podemos é criar um projeto que esteja fora da aprovação da lei orçamentária. Então, todos esses subprojetos criados, dentro da Fundação Zootônica estão dentro do apoio às unidades produtivas, que são projetos do Fundefe aprovado na lei de meios. Então, o entendimento é, inclusive, do Tribunal de Contas do DF.

Não podemos criar um projeto novo no Fundefe que não tenha sido aprovado na Lei de Meios. Agora, desde que o projeto foi aprovado na Lei de Meios é possível criar-se tantos subprojetos dentro daquele projeto quantos forem necessários. No caso específico da Fundação Zootônica, todos esses subprojetos foram criados dentro de apoio às unidades produtivas, que é um projeto aprovado em lei.

O SR. MEIRA FILHO — Muito obrigado Dr. José Carlos!

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS — Mais uma vez a gente vem marcar nossa opinião, nosso entendimento e o Dr. Arlécio mais uma vez vem comprovar nosso ponto de vista, de que o GDF ou o Executivo podem realizar a programação que queriam sem autorização Legislativa e específica e sem o conhecimento específico do planejamento feito, sem o conhecimento da sociedade — vamos dizer — um projeto titulado desse apoio e da atividade produtiva, na realidade não significa absolutamente nada. Quer dizer, ele não diz, condignamente, especificamente, o que vai ser. Então, ele dá margens, exatamente a que uma série de projetos novos sejam criados, ele serve de respaldo a uma série de programação feita sem autorização Legislativa, sem o conhecimento, sem o respaldo específico do Poder Legislativo. Quer dizer, isso aí volta mais uma vez dentro daquilo que nós temos procurado caracterizar de exemplos que mostram exatamente como é absoluto o nosso sistema de orçamentação e planejamento e as nossas relações entre o Executivo e o Legislativo. É exatamente isso que estamos querendo caracterizar, e o Dr. Arlécio muito oportunamente vem comprovar, entendendo perfeitamente como vem funcionando o nosso sistema. É essa a dificuldade que se tem exatamente nesse relacionamento em que se espera que, a partir de agora, com a vinda da nova Constituinte, com essa nova harmonia entre os poderes que têm que existir harmonicamente como na própria definição constitucional, essas coisas se tornem mais transparentes e mais claras para a sociedade. Quer dizer o Legislativo sabe efetivamente em que vão ser os recursos que advêm de toda a m do bolso de todos os contribuintes, em última análise. Era só para caracterizar o exemplo, esse é mais um daqueles exemplos que nós vimos que serviam exatamente para caracterizar isso.

Muito obrigado.

O SR. MEIRA FILHO — Secretaria da Cultura, entidades supervisionadas. Nas entidades supervisionadas da Secretaria da Cultura 53.001, Fun-

dação Cultural do Distrito Federal, o Projeto 53.001, implementação da orquestra do Teatro Nacional de Brasília, recebeu em 1987, 5 milhões e 990 mil cruzados e mais uma suplementação de 8 milhões 195 mil cruzados, perfazendo um montante até o mês 7/87, de 14 milhões 185 mil cruzados. Para 1988 está prevista uma despesa da ordem de 94 milhões e 198 mil cruzados. A pergunta é a seguinte: por que o incremento de 566%?

O SR. JOSÉ CARLOS — Greve dos músicos, ou seja, a orquestra do Teatro Nacional, da Fundação Cultural, tinha salários que não atraia nenhum músico. Então, o Sindicato dos Músicos disse: "Nós não vamos tocar mais. Tem que se rever essa tabela da orquestra do Teatro Nacional. Não temos campo para confrontar."

A Fundação Cultural paga aos músicos um salário que músico nenhum neste País recebe. É muito pouco, nós não tocamos mais". O problema foi levado ao Secretário da Cultura que fez um levantamento dos salários onde existe orquestra, do Rio, São Paulo, Minas. Ele fez um levantamento constatou que isso era uma realidade. Então, se fez uma nova tabela de remuneração para os músicos, **pro labore**, por apresentação; o músico além de ter majorado o seu salário significativamente, recebe um montante por apresentação e, mais ainda, teve uma reposição que, embora a tabela tivesse sido criada em fevereiro, ela pegou até um gatilho de janeiro através de um parecer técnico de nossa Procuradoria Jurídica. Isso era possível. Então, na verdade, *Ex*, o aumento pode ser verificado, porque é exclusivamente despesa de pessoal relacionado ao novo salário dos músicos. É só isso.

O SR. MEIRA FILHO — Evidentemente isso não cria problema de dúvida sobre essa afirmativa. Agora, o que seria útil é que essas informações acompanhassem sempre a mensagem que traz os esclarecimentos exatamente para mostrar e estabelecer **a priori** esses comportamentos atípicos — vamos dizer assim — ou fora de uma curva normal de informações e, isso, evidentemente, nos próximos anos seria muito útil ao Legislativo conhecer as razões, as explicações, os parâmetros, usados em cada Casa, etc., e tal. Quer dizer, é realmente questão aí de desconhecimento específico e, às vezes, o Legislativo fica sem saber como fazer, como responder a determinadas questões em relação a isso. Então, parece-nos válido que essas perguntas, essas sugestões viessem juntas com a proposta orçamentária. Aliás, é coisa que nós já temos conversado muito sobre isso aqui, o orçamento deveria vir com informações adicionais, anexas, etc. e tal.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Realmente, Dr. José Carlos, o que está havendo é um empobrecimento da elaboração orçamentária. A gente também, numa mensagem, explicar todos esses itens, é claro que isso é possível, porque não há outro lugar para isso. Agora, também acho que seria lógico que nós, no próprio sistema orçamentário, tivéssemos lugar onde colocar essas coisas. Então, em nenhum projeto, em nenhuma atividade ficaria sem uma explicação. Quer dizer, seria repensar o sistema orçamentário, principalmente na sua fase de elaboração. É porque, na verdade, constar isso numa

mensagem, é o lugar onde o Dr. José Carlos vê que é possível colocar. Agora, uma mensagem do encaminhamento da Lei Orçamentária cabe isso tudo. Mas, no meu entender, não seria o lugar mais próprio. O lugar mais próprio seria se tivéssemos onde colocar isso em cada projeto, tipo de campo, acréscimos em relação a isso ou aquilo. Motivo: tal e tal. Mas em cada projeto da atividade ficaria explicitado cada um dos casos. Isso é como sugestão, Dr. José Carlos, não é nada mais do que isso.

O SR. JOSÉ CARLOS — É, se o Senador me permite, uma observação aí de caráter geral e interdidático, também, entrando nesse sentido. É que nós temos visto, no decorrer dos últimos anos, mas talvez possa ser isso uma própria consequência do regime que nós tivemos da sistemática que foi adotada dentro de uma conjuntura política por que passou o País, é que o computador foi utilizado no processo orçamentário no sentido de sintetizar cada vez mais os descritores de cada projeto, de cada atividade, generalizando-os cada vez mais e dificultando o entendimento específico dos resultados, das metas que serão alcançadas, inclusive o próprio estabelecimento de metas, de objetivos etc., que têm sido descritos cada vez mais genéricos, perdendo, então, a razão de ser que tinham originariamente quando o Ministério foi criado, foi pensado dentro da teoria orçamentária. Então, temos realmente que repensar esse tipo de coisas e imaginar, talvez, quando nós falamos em mensagem, um anexo a essa mensagem realmente descrevendo a programação orçamentária de cada país. Quando nós falamos evidentemente na mensagem, uma mensagem encaminhadora de um projeto de lei, é um documento sintético, mas nada impede, inclusive na sistemática que é legal hoje em dia, que venha um anexo explicativo dos demais projetos que estiverem dentro da programação orçamentária. É apenas uma complementação à ideia do Dr. Arelcio.

Eu lhe perguntaria o seguinte: as obras que não são prioritárias no Governo, quando executadas, elas não sacrificam o orçamento do próprio Governo, obras que não são necessárias?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Quando o Governo realiza uma obra, Presidente, ele acredita que essa obra é necessária, ela é prioritária.

O SR. MEIRA FILHO — Preocupado, como evidentemente todos nós estamos, eu gostaria de formular uma pergunta ao Dr. Arelcio, que muito nos honra com o seu esclarecimento a respeito do assunto que lhe é afeto. Sinto-me imensamente feliz, como Senador, diante dos seus conhecimentos. Mas com tão pouco dinheiro?

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — O dinheiro que está especificamente destinado à obra. Hoje, o governo do Distrito Federal tem um montante obrigatório para investimento que é o montante do Fundefe. Então, o Fundefe destina-se exclusivamente a despesa de capital, a obras, os investimentos. Logo, dentro disso que é obrigatório na nossa receita, tirar a parte do Fundefe, nós temos que fazer alguma obra. Isso só pode ser utilizado em obras, o Governo estabelece uma prioridade. Evidentemente que o que pode ser prioritário e considerado como essencial para um

governo, realmente pode não ser considerado por outros governantes, ou seja, eu posso hoje estabelecer uma prioridade, construir escolas de lata e amanhã o governo pode achar que isso é aviltante à pessoa humana. Mas no momento, *Ex*, em que essa obra foi feita pelo dirigente que a executou, ela era uma obra prioritária. Agora, por que não usar isso em despesas correntes, em pessoal etc.? Porque este montante, a própria lei diz que "X%", ou seja, 20% da receita tributária do Estado, mais os juros e dividendos de todas as empresas de cujo capital o governo participe e mais os resultados obtidos na aplicação do próprio Fundefe são receitas por lei obrigatória do Fundefe — e por lei o Fundefe só pode aplicar em investimentos. Então, o recurso fica disponível na mão do governante e ele estabelece que a escola de lata é uma prioridade; infelizmente, às vezes, não se é feliz na escolha desses investimentos. Mas que, à vista do governante da época, é prioritário e deve ser feito.

O SR. MEIRA FILHO — Falei que essa reunião é absolutamente democrática. Alguém me chega aqui indagando de V. S^a o seguinte:

"Ciclovias, no entender do Governo, é uma obra prioritária?"

O SR. ARLÉCIO A. GAZAL — A ciclovias — voltando ainda, *Ex*, a repetir aquilo, o dinheiro do FUNDEFÉ é obrigatório, estava na mão. Ao governo do momento, a ciclovias era uma obra prioritária, tanto que ela começou e terminou através de suplementações num programa inicial que nós tínhamos estimado — erramos nos cálculos. E ela foi, realmente, suplementada até sua conclusão. À vista do governante de então, a ciclovias era um projeto prioritário. *Ex*, a mim não caberia julgar se essa realmente deveria ser uma prioridade. Nós pegamos do Chefe do Executivo quais são as prioridades estabelecidas pelo Governo e damos consecução a essas prioridades. Fosse eu governante, a ciclovias seria construída como prioridade? Eu não saberia responder a V. *Ex*

O SR. MEIRA FILHO — Muito obrigado. Nós vamos já terminar.

Texto da lei; o inciso I do art. 8º do Projeto de Lei Orçamentária do Distrito Federal para 88 permite ao Executivo local abrir créditos suplementares até o limite de 50% da receita orçada.

O inciso nº IV do mesmo artigo incorpora ao Orçamento do Distrito Federal os créditos suplementares concedidos pela União durante o exercício e o parágrafo único estabelece que os créditos suplementares do Governo do Distrito Federal com recursos provenientes da transferência da União através de créditos adicionais não serão deduzidos do limite previsto no inciso I.

Por que o Governo do Distrito Federal estabelece o limite de 50% da receita orçada, para a abertura de créditos suplementares se a União no seu orçamento estabelece o percentual de 25%? E ao estabelecer que os créditos suplementares concedidos pelo Governo do Distrito Federal com recurso de transferência da União através de créditos adicionais não serão deduzidos do limite previsto no inciso I, ficam incorporados estes valores ao orçamento, incidindo sobre o novo montante o limite de 50% permitindo que o Executivo local altere, mediante créditos suplementares, o orçamento aprovado pelo Poder Legis-

lativo, na verdade, em um valor superior àqueles 50% da receita orçada na lei.

O SR. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL — Essa é a história dos anos. O Governo do Distrito Federal, quando trabalhava com percentuais menores do seu limite, realmente tinha sempre que estar recorrendo ao Legislativo em busca de autorizações de acréscimo de limite. Então, esses 50% estabelecidos visam a um número que tem dado certo durante os anos. Se nós pegarmos a proposta dos anos anteriores, esses 50% vêm sendo mantidos, eles têm servido como um parâmetro para fazer frente à inflação. Por que a isso se acrescenta a incorporação dos créditos da União? Porque a União, quando destina recursos ao GDF, na lei de meios, abre mais crédito suplementar ao GDF em valor muito maior do que o total que ele destina no orçamento. Então, se a União nos dá, para o início de 1988, um montante de 14 bilhões de cruzados, há de se ter certeza de que até o final de 1988 serão abertos créditos suplementares maiores do que 14 bilhões. Então, se esses créditos não forem incorporados ao orçamento, para efeito de não deduzir no nosso limite, a cada momento nós estaremos batendo ao Congresso para aumentar o limite de abertura de crédito suplementar do Governo do Distrito Federal. A incorporação é porque a União, realmente, abre crédito em valor bem maior do que ele estima de transferir para nós no exercício. Os 50% referem-se à história, ou seja, um número que deu certo ao longo dos anos; os 50% têm mantido, geralmente, um equilíbrio para fazer em face do montante inflacionário e durante esses últimos exercícios têm-se apresentado como um número ideal.

O SR. JOSÉ CARLOS — Às vezes fico pensando, fazendo exercícios mentais e imaginando se este tipo de facilidade que se dá, quer dizer, de arranjar um número ideal, que não se precise de autorização legislativa para suplementar o orçamento, não poderia levar - não digo evidentemente aos órgãos cabeças de sistema, que são muito mais bem preparados, bem qualificados para isso - mas as unidades orçamentárias, que dizer, aquele gestor, aquele executor do orçamento público e que faz essas montagens para preparar os seus orçamentos e etc., o exercício de não precisar de bem orçar, bem estimar, bem planejar, uma vez que ele pode pensar: se eu não fizer bem isso bem agora, se os recursos não derem, no ano que vem suplemento, já está autorizado; se isso não acarretaria um aspecto negativo no nosso tempo ou não seria um dos condicionantes dos vícios do nosso sistema de orçamentação? Parece-me muito mais viável, volto a falar aqui, isso é um exercício, elucubrações mentais teóricas, sobre as realidades, se toda que, evidentemente, excetuados aqueles casos de imprevistos, uma margem de necessidades urgentes, etc., se viesse justificar um Poder Legislativo, que inicialmente estabelecesse aquelas prioridades, que inclusive foi argumentado na abordagem anterior, esse Poder Legislativo, mediante uma nova apreciação da aplicação daqueles recursos fossem reestimar também aquelas prioridades iniciais, se não haveria um processo muito mais coerente e um processo permanente de acompanhamento da execução orçamentária, de aplicação dos recursos públicos por uma permanente reatualiza-

ção e reavaliação daquelas prioridades iniciais feitas pelo Governo - e entendo o Governo como não de uma perna só, mas pelo menos de duas pernas, Legislativo e Executivo, participando da seleção das prioridades. Sempre que os recursos não fossem suficientes, se tivesse que reavaliar aquelas prioridades para ver se aqueles recursos estão sendo bem aplicados ou tendo os resultados esperados inicialmente, etc. nós teríamos, também um acompanhamento constante da aplicação desses recursos e num sistema em que os recursos são realmente escassos, permanentemente escassos, em face das necessidades abundantes, nós não teríamos uma maneira de, no decorrer do ano todo, voltar a apreciar estas prioridades.

Coloco estas observações apenas como exercício mental, vamos dizer assim, de pensar coisas sobre a nossa sistemática de orçamento e de planejamento. Sabemos, evidentemente, que o administrador se encontra, no dia-a-dia da administração pública, com situação insperadas. Ele poderia ter orçado para reparos de máquinas e equipamentos uma determinada quantia e quebrar uma outra máquina...E para isso se imagina que deva haver as suplementações. Mas apenas para imprevistos deste tipo.

Subestimar, permanentemente, uma inflação, não sei quais as implicações que poderiam ter. Se a inflação está sendo permanentemente subestimada, então vamos reestimar a nossa estimativa. Vamos encontrar processos mais eficientes de estimação. Vamos estimular o sistema a fazer isso. Se se coloca alguma dificuldade nisso aí, evidentemente, vamos fazer um estímulo ao melhor processo de orçamentação. Vamos fazer com que aqueles que executarão que orçarão aquele projetinho, aquela atividadezinha, aquele órgão, aquele setorzinho, uma sessãozinha perdida lá em qualquer deste País, e isso vale para o GDF, evidentemente, em escala menor mas vale, se nós não estaríamos, com isso, colocando alguma dificuldade, fazendo com que eles troxessem à discussão, toda vez que precisassem de novos recursos, nós não estaríamos obrigando a cuidar melhor da sua administração, do seu planejamento, do seu orçamento etc. São questões apenas ao nível técnico, compreendendo, evidentemente, que o executor tem necessidade de uma certa flexibilidade. Eu só me pergunto se essa flexibilidade, coincidentemente, vem crescendo exatamente num período em que o Legislativo não participava. Ela vem crescendo de 20, 25, 30, 35 40 até 50% e mais alguns dispositivos que forem entrando nas leis orçamentárias em que levava esse limite, essa flexibilidade a um nível muito grande, parece-nos a ponto de afastar exatamente o Legislativo, quer dizer, uma das partes do Governo do processo de apreciação, de reavaliação das prioridades iniciais. A dúvida pela qual eu me pergunto ficaria nisto. Será que esse limite de 50% pode ser ponto de vista ideal de execução orçamentária, mas será que ele é o ideal para o sistema orçamentário? Será que ele é ideal para o estabelecimento das prioridades, para o acompanhamento da execução? O questionamento que se faz é talvez em relação a isso. Talvez se pudesse pensar, trocar idéias em relação a isso. E aí tem muitas teorias, também.

O SR. MEIRA FILHO — Bem, tinha trazido aqui uma conclusão final. Podemos concluir, pelas res-

postas que nos foram dadas que o Poder Legislativo, através do Senado Federal, tem o ônus da aprovação do orçamento do Distrito Federal. Porém, devido aos valores, para não dizer fictícios, nas simbólicos, e através das margens dos 50% propostos para a realização de créditos suplementares, com a oportunidade de incorporação ao próprio orçamento desses mesmos créditos o Senado perde o seu objetivo de fiscalização e acompanhamento da aplicação desses mesmos recursos? Aí é o caso de se perguntar. Como poderemos verificar se o orçamento do Distrito Federal não reflete a sua própria realidade, uma vez que o volume de despesas ao final do exercício é bem maior que o originalmente aprovado pelo Legislativo por um preceito constitucional?

Agora, gostaríamos de ouvir aquilo que o próprio Senador Pompeu de Sousa ponderou, que ficaria para o final com a apreciação de S. Ex^a, como Senador da República e também responsável pela vida do nosso Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE Pompeu de Sousa — Nobre Senador Meira Filho, Presidente desta Comissão, eu realmente não poderia devolver esta esta Presidência que eventualmente exerço *ad hoc*, por deferência de V. Ex^a, sem fazer algumas breves considerações que eu me permito fazer da Presidência, muito intencionalmente da Presidência, porque V. Ex^a provavelmente se sentiria constrangido de fazê-las, pois V. Ex^a está em causa e a modéstia não lhe permitiria, provavelmente, fazer o elogio em boca própria, porque o povo diria que é vitupério.

Gostaria de fazer um comentário final aos trabalhos de hoje da Comissão, começando por louvar o espírito público, o zelo e a dedicação do Presidente da Comissão, Senador Meira Filho, que até, despiando-se da condição de Presidente, vai, como membro desta Comissão, promover uma verdadeira inquirição ao Poder Executivo. Eu não chamo de inquirição, porque S. Ex^a junta o rigor da substância à benignidade da circunstância, mas uma verdadeira inquirição. Isso é muito louvável. Além de legítimo, é muito louvável da parte desta Comissão, do Poder Legislativo Federal e do Senado Federal. Quero louvar, porque S. Ex^a mergulhou quase que nas principais rubricas do Orçamento, da Lei de Meios do DF e esquadrinhou e esmerinhou minuciosamente o assunto para essa inquirição. Cabe aqui um louvor muito especial ao Dr. José Carlos, na qualidade de Diretor da Subdiretoria de Orçamento do Senado Federal, que constitui mais uma evidência da excelência dos serviços de assessoria desta Casa. Não tenho poucado elogios da tribuna do Senado aos órgãos auxiliares desta Casa. Não quero deixar passar esta oportunidade sem fazer esse louvor, porque o levantamento feito pelo Dr. José Carlos, pela Assessoria de Orçamento da Subdiretoria de Orçamento do Senado Federal, é modelar, no mesmo padrão de qualidade de espírito públicos desta Casa do Senado Federal: o PRODA-SEN, o CEGRAF, a Taquigrafia, o Arquivo, as publicações, todas as áreas, frequentemente pouco reconhecidas na sua verdadeira realidade e na sua altíssima qualidade.

Quero, por fim, consignar que de tudo que aqui ouvimos, verificamos o seguinte: os 20 anos de

autoritarismo transformaram o Orçamento Público numa obra de ficção. Na verdade, a ausência de fiscalização financeira, a ausência de Poder Legislativo, pois durante esses vinte anos o Poder Legislativo, de poder só tinha o apelido, não tinha nem poder, nem legislativo, pois só o Executivo legislava e o Legislativo homologava. Com isso criou-se essa anomalia, que é a atitude todo-poderosa de uma instituição que nos regimes de arbítrio e de autoritarismo se cria, se instala, se consolida, que é a tirania da tecnoburocracia. Com isso, não estou fazendo nenhum reparo ou censura ao Dr. Alcécio Alexandre Gazal e muito menos ao meu querido e velho amigo — não velho de idade, mas de amizade — Carlos Murilo. Eu crítico o sistema. Na verdade, o que se verifica hoje é apenas o resultado de um processo de inércia, porque foi assim durante 20 anos. Para ser exato, foram 20 anos e 11 meses. Então, não se poderia esperar que do dia para a noite o Executivo acordasse. Hoje há um Legislativo, um Legislativo eleito com mandatos oriundos da vontade popular. O Legislativo não abre mão das suas responsabilidades na condução da coisa pública que tem na Lei de Meios, como diz o próprio nome, Lei de Meios, o instrumento da realização, da atividade, da administração pública e, portanto, da política de governo. Isso é fundamental. Espero sinceramente que, daqui por diante, o orçamento deixe de ser uma obra de ficção e passe a ser uma obra de realidade. Isso, aliás, não é um fenômeno muito singular. A singularidade não se limita até mesmo ao período da ditadura, ou seja, dos 20 anos e 11 meses. É mais uma triste herança cultural da nossa formação histórica que costumamos caracterizar, costumamos falar muito a respeito mas, a meu ver, isso deve ser repetido *ad nauseam*, para que tomemos conhecimento das nossas próprias falhas histórico-culturais, que é a síndrome do faz-de-conta. O nosso País, ao longo de 487 anos, tem-se acostumado a substituir realidades por idealidades. Faz-de-conta que existe uma lei, faz-de-conta que essa lei funciona, faz-de-conta que a realidade é assim, quando, na verdade, não o é.

Certa ocasião, quando eu dizia isso, ao meu inesquecível amigo Alceu Amoroso Lima, aquela figura imortal da inteligência deste País, ele complementou essa minha observação, a da síndrome do faz-de-conta, com uma frase que é realmente o fecho de ouro dessa minha observação. Alceu bateu-me no ombro — tinha esse hábito — e disse-me: “É, Mestre Pompeu, as coisas aqui começam em faz-de-conta e acabam em tanto-faz”. É preciso pôr um parêntese ao tanto-faz neste País, começando por colocar um parêntese ao faz-de-conta. Daqui por diante, é preciso que os orçamentos sejam realmente leis de meios para atingir os fins do Estado e os fins do Estado devem servir ao povo. Tomo como exemplo, talvez um pouco em causa própria, o caso das escolas de lata, que, no dia seguinte em que assumi a Secretaria da Educação, queria mandar destruí-las imediatamente. Só não o fiz, porque não tinha condições de substituí-las de imediato. Aquelas escolas de lata não são escolas de coisa alguma, são escolas de degradação humana, são uma ignomínia, são um atentado à condição subumana com que o povo é tratado neste País. De acordo com o que eu disse, aquilo não é sala de aula,

e sim **container**, e **container** existe para carregar carga. Atualmente, está sendo usado para carregar lixo atômico. Não é possível que tratemos professores e as crianças deste País como lixo atômico, como lixo humano. Eu diria lixo sub-humano, ou lixo biológico. É preciso que este País acorde para a própria realidade e corrija os erros que têm sido cometidos, até um pouco com a nossa, senão convivência, com a nossa complacência por não termos gritado o suficiente. É preciso gritar cada vez mais essa verdade. Este País precisa acordar para a própria realidade, para as ignomínias da própria realidade.

O orçamento, como Lei de Meios, constitui-se transformado de ficção em realidade, num instrumento vital para isso. Foi muito utilizado hoje, nesta reunião da Comissão do Distrito Federal, que considero histórica, o substantivo transparência e o adjetivo transparente. Isso virou já um lugar-comum, um clichê verbal — eu tenho horror aos clichês verbais — mas isso representa uma realidade que é preciso ser implantada. Eu substituo transparência e transparente por limpidez, só para não estar repetindo o lugar-comum.

Vamos, então, dar aos orçamentos, dar às leis de meios deste País, à do Distrito Federal, que é da função desta Comissão porque espero que já no próximo ano se haja criado o Legislativo local, com o nome que venha a ter, espero que seja com o nome de Câmara Distrital, de vez que apresentei uma emenda ao projeto de Constituição, pelo qual acho que se deve padronizar a nomenclatura de todos os legislativos, porque hoje é uma anomalia, uma verdadeira salada: o Legislativo, na área federal, se chama Câmara dos Deputados; quando chega na área estadual, passa a ser Assembleia Legislativa, embora os seus componentes sejam também deputados; e quando chega na instância municipal, se chama Câmara Municipal. Então, é Câmara, é Assembleia Legislativa, é Câmara Municipal, e depois ainda vem uma Câmara Distrital, aí.

Nesse momento em que o Senado da República vai passar a denominar-se, como deveria chamar-se, Senado da República, e não Senado Federal, de vez que não há senados estaduais mais — isso desde o período posterior a 1930 — e o Senado passa a ser Senado da República, nós deveremos chamar a Câmara dos Deputados de Câmara Federal, a Assembleia Legislativa Estadual de Câmara Estadual, a Câmara do Distrito Federal de Câmara Distrital, e a Câmara Municipal de Câmara Municipal. Padronizar para que o substantivo seja o mesmo: Câmara, porque Câmara é o mais adequado. E o adjetivo varia em função da instância local.

Mas quero, então, desejar que este seja o último orçamento que esta Comissão aprecie, porque daqui por diante, já no próximo ano, espero que isso seja apreciado pela Câmara Distrital do Distrito Federal e que a limpidez do orçamento seja uma evidência da limpeza da coisa pública neste País.

Antes de concluir, uma palavra de louvor e de agradecimento aos ilustres Secretários de Governo do Distrito Federal, da Secretaria do Governo e da Secretaria de Administração — de Administração, não, de Reforma Administrativa, de vez que, na verdade, mudou apenas o nome, porque o Dr. Arlécio sempre exerceu essa função na alça-

da da Secretaria do Governo. De forma que continua **the right man in the right place**.

Muito obrigado. Passo a V. Exª a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Antes do encerramento da reunião, gostaríamos de ceder ainda o microfone ao Dr. Carlos Murilo Felício dos Santos, ao Dr. Arlécio Alexandre Gazal, e ao Dr. José Carlos Alves dos Santos, Diretor da Subsecretaria de Orçamento.

Gostaria, então, que deixassem, nestes minutos finais do nosso encontro, o seu pensamento, a sua mensagem.

O SR. CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS — Sr. Presidente, como disse o nobre Senador Pompeu de Sousa, considero esta noite, esta sessão da Comissão do Distrito Federal, um momento histórico. Histórico porque pelo que sinto, pela primeira vez o Orçamento do Distrito Federal é chamado para ser debatido nesta Comissão. Pelo menos, durante o tempo em que fui Secretário, nos dois anos atrás e nos anos anteriores, eu nunca soube se a Comissão do Distrito Federal havia convidado outros Secretários para que aqui viessem discutir o Orçamento do Distrito Federal. Penso que hoje está sendo a primeira vez.

E o que assistimos aqui foi a uma aula de dois grandes professores: de um lado, o meu querido colega Dr. Alcécio Gazal, autoridade neste assunto há muitos anos, e, do outro lado, o Dr. José Carlos, que bem representa o bom nome da Assessoria, de renome nacional, que é a Assessoria do Senado Federal. Nós assistimos a uma aula, que a todos nós encantou. Nós aprendemos muito, e eu, particularmente, aprendi muito nesta reunião.

O mais importante que eu achei de tudo isso foi essa discussão democrática, esse diálogo permanente, quando V. Exª saiu da Presidência, passa a Presidência ao nobre Senador Pompeu de Sousa e vai argumentar. Argumentar por quê? Para defender o nome da cidade que V. Exª muito bem representava, desse povo sofrido que confiou em V. Exª, e V. Exª está aqui, não apenas como Senador, mas como Presidente de uma Comissão que tem a responsabilidade de ajudar o Governo do Distrito Federal a fazer uma administração condigna, porque a cidade merece. Portanto, eu acho que tudo isso foi uma festa para todos nós.

Agora, o que eu noto em todas essas explicações que foram dadas, e que eu acho que sejam muito interessantes, o que ficou bem claro é que a Constituinte deverá ou dar uma Câmara Distrital ou uma Câmara Municipal a Brasília. Seja o que for dado, o próximo orçamento terá que ser discutido por essa Câmara. Então, será debatido como todos os orçamentos nos outros Estados são debatidos pelas Assembleias Legislativas. E como disse o nosso querido Senador Pompeu de Sousa, deve voltar a chamar-se de fato Câmara Estadual. Nisso ele tem razão, é a maneira de se dar o nome adequado a todas as Câmaras no País.

Apesar de tudo o que foi levantado aqui, o Governo do Distrito Federal se sente muito à vontade — eu digo isso em nome do Governador e em nome do Governo do Distrito Federal — para que esses esclarecimentos e foi para isso que fomos chamados, possam ser melhor apreciados, através das áreas que foram aqui chamadas, como a da Educação, Saúde, Serviço Público, Se-

cretaria de Viação, convocando esses Secretários para que eles possam explicar melhor, em detalhes, esses planos que nós, nem eu nem o Dr. Alécio, poderíamos explicar, porque são áreas específicas de suas responsabilidades.

De maneira que eu acharia muito interessante que V. Ex^a os convocasse, pois estariam à disposição da Comissão do Distrito Federal para fazerem esses esclarecimentos, que são democráticos, e é uma obrigação do Governo do Distrito Federal dar conhecimento a esta Comissão que legisla para o Distrito Federal, principalmente agora, como já disse no início, que está enriquecida, porque aqui há três representantes autênticos de Brasília, que são V. Ex^a, o Senador Pompeu de Sousa e o Senador Maurício Corrêa.

Portanto, eu acho que a reunião desta noite é uma reunião histórica, que nos traz muita alegria e me sinto realizado por haver participado.

Parabenizo V. Ex^a e o meu nobre colega e querido amigo Pompeu de Sousa, ao Dr. José Carlos, que soube perfeitamente esmiuçar o orçamento, e ao meu querido amigo Dr. Alécio, que, com a sua competência, com o seu conhecimento, esclareceu no que pôde, dentro da sua alçada, a Comissão do Distrito Federal. Faço votos de que possam se repetir reuniões como esta, para o engrandecimento, não apenas para a Comissão do Distrito Federal, mas para o engrandecimento do Governo do Distrito Federal. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Tem a palavra o Dr. Alécio Alexandre Gazal.

O SR. ALÉCIO ALEXANDRE GAZAL — De nossa parte, nós queríamos agradecer a oportunidade de prestarmos aqueles esclarecimentos que nos foram solicitados, através das inquirições feitas pelo nosso querido Presidente e legítimos representantes nossos no Senado, o Sr. Senador Meira Filho e o Sr. Senador Pompeu de Sousa, e agradecermos também porque o orçamento é um aprendizado constante, as colocações técnicas feitas pela Assessoria de Orçamento do Senado, aqui representada pelos seus inúmeros técnicos e também na pessoa do Dr. José Carlos, que é uma figura antiga e conhecida nossa de outros anos, já discutimos por várias ocasiões as questões orçamentárias, não só do Governo do Distrito Federal, mas o orçamento como um processo todo; queríamos agradecer por todas as colocações feitas, porque, embora não tivéssemos anotado em papel, gravamos também no nosso aprendizado constante.

Ao Dr. José Carlos os agradecimentos por essas colocações técnicas que só ajudam a enriquecer cada vez mais o processo da elaboração orçamentária.

Como mera questão de contribuição que pudessemos dar, nós colocamos o nosso sistema de computador, que hoje faz todo o acompanhamento da área orçamentária para que o Senado tenha conhecimento de cada tostão que é aplicado no Distrito Federal e que esses dados nos são transmitidos diariamente, através do sistema de computação. Não há absolutamente interesse algum do Governo em esconder gastos, em camuflar gastos ou não mostrar, nitidamente, no que está gastando. Os nossos computadores prevêm um sistema de acoplamento de terminais e estão à disposição para se acoplar ao Sena-

do, através do PRODASEN, todas as informações diárias que se queiram, de cada centavo que é utilizado no Distrito Federal. E isso nós poderemos colocar à disposição do Senado. O sistema foi desenvolvido dentro do próprio Governo, e já temos terminais de informações com o Tribunal de Contas do Distrito Federal, que acompanha, dia a dia, os gastos do Governo. E por que não estendê-lo ao Legislativo? Reclama-se hoje a participação do Poder Legislativo, já que ele aprova a lei, e não tem, depois, o conhecimento dessas aplicações, até mesmo se elas estão sendo utilização, se o objeto de aprovação da lei de meios está sendo também o objeto dos gastos.

Então, nos colocamos à disposição da equipe do Senado para, no momento que quiser acoplar um terminal do nosso computador, de onde virão todas as informações necessárias ao fiel acompanhamento da fase da nossa execução orçamentária.

Quero agradecer, mais uma vez, esta oportunidade que nos foi concedida, de podermos usar os nossos argumentos, que acreditamos não tenham sido brilhantes, mas pelo menos foram sinceros, e vieram de uma área puramente técnica, e esta oportunidade para nós foi singular. Ainda não tínhamos tido esta oportunidade, e nós só temos que agradecer ao Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Meira Filho, ao nosso querido colega Senador Pompeu de Sousa, que militou conosco no Governo, era o nosso Secretário de Educação, e ao Dr. José Carlos, sempre mais um agradecimento, que nunca é demais, porque é aquele técnico que nos tem ensinado e conosco trocado diversos pontos de vista, que só fazem aumentar o conhecimento técnico em busca do aperfeiçoamento do nosso sistema. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — O bilho que aqui existiu...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar os trabalhos, se o Dr. José Carlos não quiser mais pronunciar-se eu gostaria de fazer um pequeno adendo ao que ele disse antes.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu comecei a dizer que o brilho que aqui houve nós devemos, indubitavelmente, ao corpo de assessores, em especial ao Dr. José Carlos, pelo interesse e conhecimento demonstrados e pela ânsia, também de ouvir e perguntar.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, eu queria falar um pouquinho, antes do encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não. Nós estamos exatamente fazendo este elogio aos que estão aqui presentes, porque, na verdade, eu vivi esta realidade. Se não fosse a assessoria que recebi, eu talvez não tivesse condições para aqui estar. Os conhecimentos vieram do próprio corpo de assessores sob a chefia do Dr. José Carlos, e eu, também, como curioso, como interessado na solução dos nossos problemas, segui, *ipsis litteris*, as orientações que ele nos deu. De maneira que se brilho houve neste encontro, devemos ao próprio Senado da República, não Federal.

Tem a palavra o Dr. José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS — Sr. Presidente, eu fico, inclusive, constrangido de usar da palavra agora. Acho que a função de assessoria, a nossa função de assessor, de técnico do Poder Legislativo é exatamente prestarmos as informações que nos forem solicitadas, as informações que se tomem necessárias ao processo legislativo e é isso que estamos fazendo aqui, agora.

Ouvimos alguns que nos precederam agradecer e falar que aprenderam, mas acho que, na realidade, quem aprendeu fomos nós, mais beneficiados por essa reunião, que é, realmente, histórica; fomos nós, como assessores, como técnicos, como funcionários do Poder Legislativo e isso nos honra muito, que tivemos essa oportunidade que a Comissão do Distrito Federal nos deu para participarmos, aprendendo, exatamente nesse sentido; e aí os parabéns acho que têm que ser a V. Ex^a, vez que num processo legislativo, num processo de um desenvolvimento organizacional não basta um conhecimento técnico, uma capacidade técnica, não bastam as informações, o fundamental é exatamente a consciência e a vontade política. É a partir do momento em que se manifesta a vontade política que todo um processo é desandado, todo um processo vai para a frente. Então, as honras são todas de V. Ex^a e também da direção da Casa, do Senado — a quem não podemos deixar de fazer referência — que tem procurado instrumentar a assessoria, principalmente na nossa área. Isso aqui é o passo para todos os nossos colegas que trabalham conosco na Subsecretaria de Orçamento, o papel deles é fundamental para nós, e na realidade, o mérito é de toda a equipe, e o Senado tem-nos dado oportunidades de nos aperfeiçoarmos, de nos prepararmos, inclusive com vistas ao próprio futuro papel do Legislativo na área específica de orçamento, planejamento, etc.

A direção anterior da Casa e a direção atual têm-se preocupado exatamente com o treinamento, vamos dizer assim, especificamente na nossa área, já que o ano passado tivemos um curso do CENDEC, para os nossos técnicos, tivemos um ciclo de estudos sobre matéria orçamentária, realizado às segundas-feiras, no decorrer de 4 ou 5 meses, onde pessoas do mais alto nível da Nação, conhecedoras da matéria, fizeram palestras de manhã e de tarde, todas as segundas-feiras; este ano estamos com 30 técnicos do Senado fazendo um curso de especialização a nível de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas, e outros seminários têm sido feitos. Então, só podemos dizer que nos sentimos muito felizes de estar aqui e de termos essa vontade política, agora, na Comissão do DF e naqueles que tratam do orçamento e na direção da Casa de nos dar a habilitação, a qualificação e a oportunidade exatamente de podermos emprestar um nível razoável às funções que nos são próprias e estamos aqui para cumprirmos com nossas obrigações.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Tem a palavra o Sr. Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Presidente, eu queria apenas fazer um pequeno adendo ao que disse aí, quando ocupava transitoriamente a Presidência, porque esqueci-me de assinalar dois pontos e fazer uma sugestão.

Um dos pontos é que quando fazia o louvor do zelo com que V. Ex^a se souve nesse episódio,

da dedicação, do espírito público, V. Ex^a levou o seu devotamento até o nível de — vamos dizer — baixar em diligência e V. Ex^a mesmo, como se funcionário fora, executou essa diligência e ir saber no Hospital Distrital quais eram as necessidades daquele hospital. Realmente, é um caso exemplar de dedicação à função pública.

Quero assinalar, por outro lado, que o meu velho e querido amigo Carlos Murilo Felício dos Santos, que tem um nome histórico — Felício dos Santos, que em Minas Gerais e no Brasil significa alguma coisa — está em uma Casa que é dele, também, de vez que ele é meu suplente no mandato senatorial.

Por tudo que foi exposto, Sr. Presidente, vimos que a apreciação do Orçamento do Distrito Federal do próximo ano ainda será missão desta Comissão, de vez que, por mais cedo que sejam realizadas as eleições no Distrito Federal, e eu tenho uma emenda (inaudível) as Disposições Transitórias para que essas eleições se realizem no dia 15 de novembro de 1988, tanto a de Governador, como do Legislativo local, é impraticável, quer dizer, que essa apreciação do orçamento seja feita por intermédio do próprio Legislativo local. Então, nós já devemos estar preparados para que o próximo orçamento seja co-responsabilidade e co-autoridade nossa, porque nós devemos assumir as nossas responsabilidades, e com isso, assumir a respectiva autoridade.

Concluindo, quero apresentar uma sugestão que é a seguinte: já que estamos saindo do domínio da ficção para entrar no domínio da realidade, a da execução orçamentária, que esta Comissão se invista, Sr. Presidente, na sua condição de uma Comissão de Fiscalização Financeira e acompanhe, *pari passu*, a execução orçamentária, para que a co-responsabilidade, que a função pública nos impõe, seja completamente pela co-autoridade do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

10ª REUNIÃO, REALIZADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Às dezessete horas do dia três de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, na sala de reuniões da Comissão do Distrito Federal, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Meira Filho, Presidente, Pompeu de Sousa, Mauro Benevides, Saldanha Derzi, Iram Saraiva, Edison Lobão, Ronan Tito, Aluizio Bezerra, Mansueto de Lavor, Francisco Rollemberg e os Senhores Deputados Augusto Carvalho, Geraldo Campos e Francisco Carneiro, tendo como convidado o Senhor Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, reúne-se a Comissão do Distrito Federal. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Chagas Rodrigues, Alexandre Costa, Maurício Corrêa, Mauro Borges e João Menezes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Meira Filho declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente convida o Senhor governador do Distrito Federal que veio à Comissão trazer esclarecimentos públicos sobre a grave situação deflagrada com a greve dos rodoviários, trazendo para exposições e esclarecimentos o Chefe do Gabinete Civil, Dr. Guy

Afonso de Almeida Gonçalves, e os Secretários de Serviços Públicos, Dr. José Carlos Melo, Secretário do Trabalho, Dr. Marco Antonio Campanella, Secretário de Reforma Administrativa e Assuntos Econômicos, Dr. Arlécio Gazal e Secretário de Segurança, João Brochado. Dando continuidade o Senhor Presidente concede a palavra, pela ordem, e pelas interpelações, aos seguintes parlamentares Senadores Pompeu de Sousa, Edison Lobão, Ronan Tito, e os Deputados: Augusto Carvalho, Francisco Carneiro e Geraldo Campos. Em seguida, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos demais presentes pela ordem: Presidente do Sindicato dos Rodoviários, Sr. Pedro Celso e Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes Coletivos do DF, Sr. Wagner Canhedo. Diante da exposição das partes interessadas e não tendo chegado à resolução do problema, o Senhor Presidente colocou em votação a proposta de continuidade de discussão até que as partes consigam chegar a um acordo. Os pronunciamentos são publicados, na íntegra, em anexo a esta Ata, por determinação do Senhor Presidente Senador Meira Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Secretário da Comissão, a presente Ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — **Meira Filho.**

ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 1987, REFERENTE A PROPOSTA DE ACORDO PARA SOLUCIONAR A GREVE NOS TRANSPORTES COLETIVOS DA CAPITAL DO BRASIL, APRESENTADA PELO SENHOR GOVERNADOR JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA.

Presidente: **Senador Meira Filho.**

Vice-Presidente: **Senador Edison Lobão.**

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Haverá número regimental, declaro aberta a reunião. — Não é a primeira vez que a Comissão do Distrito Federal se reúne em busca de solução para a greve nos transportes coletivos da Capital do Brasil.

Ainda este ano, estivemos reunidos com o Sindicato da categoria dos rodoviários, com o Secretário dos Serviços Públicos na época, o Dr. José Roberto Arruda, com os empresários e também com usuários dos transportes coletivos.

Foi uma reunião acalorada, na qual as partes em questão apresentaram seus argumentos e razões para, no final, felizmente, encontrar-se um caminho para a solução do problema naquele tempo.

Hoje, esta Comissão volta a se reunir para ouvir argumentos e razões a propósito de outra greve, já deflagrada pelos rodoviários, desde o começo do dia de hoje, que paralisa o transporte de mais de um milhão de passageiros, quer dizer, Brasília, com a greve parou.

Felizmente, esta Comissão não parou. Aqui está reunida para cumprir a responsabilidade que lhes cabe, perante o povo que a elegeu, a de buscar soluções para os nossos problemas.

A bem da verdade — e só a verdade interessa — devo declarar que recebi hoje, em meu gabinete, as honrosas visitas dos Senadores Saldanha

Derzi, Edson Lobão e João Calmon, que acompanharam o Governador do Distrito Federal, Dr. José Aparecido de Oliveira. Vieram S. Ex^a solicitar a esta Presidência a convocação, em caráter extraordinário, desta reunião, para tratar da greve que fez Brasília parar desde a zero hora de hoje.

É nosso ardente desejo que esta reunião não entre para o rol daquelas que discute, debatem e nada resolvem, também que a solução que se busca hoje aqui não seja aquela que venha a onerar mais uma vez o bolso já vazio do nosso povo.

Contamos com a honrosa presença de S. Ex^a o Governador José Aparecido de Oliveira, dos Senadores da Comissão do Distrito Federal, de Secretários de Governo e de entidades de classe convidadas a participar deste encontro.

Os critérios iniciais são os seguintes: cedemos a palavra ao Governador do Distrito Federal; posteriormente, aos Senadores aqui presentes, que poderão formular perguntas ou questionar; aos Secretários de Governo e, por fim aos legítimos representantes das entidades aqui presentes.

Com a palavra o Governador José Aparecido de Oliveira.

O SR. GOVERNADOR JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Senador Meira Filho; Sr. Senador Mauro Benevides, da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte; Srs. Senadores, membros da Comissão do Distrito Federal; Srs. representantes de Brasília na Assembleia Nacional Constituinte, Senador Pompeu de Sousa e Deputado Francisco Carneiro; Srs. Líderes do Sindicato dos Rodoviários; Srs. representantes das empresas concessionárias de transporte público do Distrito Federal; Srs. Secretários de Estado; Sr. Chefe do Gabinete Civil, meus companheiros de Governo:

Esta reunião extraordinária, como acentuou, nas suas primeiras palavras, o Presidente Meira Filho, foi feita por solicitação do Governo do Distrito Federal. É que senti do meu dever trazer à Comissão do Distrito Federal, que tem a responsabilidade dos assuntos do território federativo da Capital do Brasil, esclarecimentos públicos sobre a grave situação criada hoje com a greve dos transportes públicos no Distrito Federal.

Trata-se, de fato, de um problema de gravidade singular, já que Brasília, como gostam de repetir os brasileiros, tem uma característica única na vida brasileira: aqui o corpo humano se divide em cabeça, tronco e rodas.

A cidade hoje, por isso mesmo, com a paralisação dos transportes urbanos, está vivendo graves repercussões econômicas, sociais e administrativas em toda a sua vida. E na realidade devo começar por dizer que a consciência não me acusa de tudo ter feito no diálogo mais aberto e democrático para evitar a paralisação, que hoje está punindo toda a população do Distrito Federal. Basta ver que há mais de uma semana convoquei para o próprio Palácio do Buriti rodoviários e concessionários para o diálogo franco, aberto e democrático no sentido de conseguir a compatibilização de interesses exatamente no objetivo de que o povo não fosse mais uma vez punido, em nome do exercício democrático nas reivindicações trabalhistas. Até porque essas negociações se faziam com a presença e a coordenação do Chefe do Gabinete Civil e elas mostravam um

encaminhamento vitorioso do diálogo democrático porque os rodoviários nesses entendimentos conquistaram mais de 22 cláusulas de natureza social, antigas reivindicações que, ao longo do tempo e ao longo dos anos, não haviam sido conquistados por essa categoria profissional.

Na verdade, Brasília toda sabe e sabe todo o País que o nosso transporte público tem um forte subsídio do "caixa único" que, ao longo do tempo e, sobretudo com a defasagem que decorreu do congelamento de preços e das tarifas, já chega hoje a onerar gravemente não apenas o cofre do Distrito Federal, mas até mesmo os recursos que são repassados pela SEPLAN para o Governo do Distrito Federal.

Basta revelar que, neste momento, estou tentando com o Governo da União, através do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda, recursos adicionais para novembro e dezembro da ordem de 520 milhões de cruzados para o "caixa único". Isso envolvendo ainda a decisão do Governo que em consciência a assume, alheio a qualquer interesse de natureza política, inclusive das repercussões com relação à popularidade do Governo do Distrito Federal, a responsabilidade de aumentar as tarifas, ainda neste mês de novembro, em quatro cruzados e fazer novo aumento no mês de dezembro de quatro cruzados. Dois aumentos seguidos com graves repercussões na vida das populações mais carentes, aquelas que são exatamente as usuárias dos transportes de massa, aquelas que representam as camadas mais amplas, mais sofridas e mais profundas do povo do Distrito Federal.

Ainda assim, sem o atendimento das reivindicações atuais, o governo do Distrito Federal tem um débito com os concessionários da ordem de 195 milhões de cruzados. Com a projeção do aumento salarial dentro dos termos das reivindicações do Sindicato dos Rodoviários, apenas para argumentar, teríamos que conseguir do Governo da União, mantendo inclusive, os aumentos das tarifas, importância da ordem de 830 milhões de cruzados, nesses dois meses de novembro e dezembro.

É de se ver, portanto, que quando coloquei os problemas com nitidez e com clareza, num Governo que age com absoluta transparência, num Governo que não está a serviço de ninguém, que se exerce com as mãos limpas e com a consciência também, quando pedi algumas horas ao Sindicato dos Rodoviários, ao Presidente do Sindicato que aqui está presente e à comissão representativa do seu órgão de classe, pedi argumentando: os senhores estão obtendo cláusulas sociais que, ao longo dos anos, não conquistaram, os Senhores têm a minha palavra que lhes merece fé, não só pela minha vida pública, mas merece fé para um diálogo continuado ao longo de dois anos em que os rodoviários conquistaram uma posição profissional, salarial, que os coloca hoje em paridade com as grandes cidades brasileiras. É fácil demonstrá-lo com o quadro comparativo dos salários dos rodoviários de Brasília com relação aos salários dos rodoviários do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geraes, das grandes unidades federadas, aquelas que têm recursos próprios — o que não é o caso do Distrito Federal. Foi por isso que pedi, ao invés de a assembleia se realizar esse em assembleia permanente; que adiasse a

assembleia para que o Governador tivesse tempo de prover o "caixa único", que é a única forma de possibilitar a negociação, evitando que o ato unilateral interrompesse o diálogo democrático, a atitude radicalizadora, que prejudica fundamentalmente o próprio povo e mais ninguém, punindo, sobretudo, as populações mais carentes, as que não têm transporte próprio, as que dependem principalmente do próprio subsídio para que o salário-mínimo não fosse alcançado como estava quando cheguei ao governo.

Eram palavras claras, eram palavras serenas, eram palavras que refletiam, como refletem, uma realidade e a realidade não é imaginosa. Não se trata, no caso, de que, em nome de interesses de 6 mil brasilienses, por mais legítimos que sejam e por mais legítimos que fossem, levássemos à repercussão que reza fundamentalmente o direito essencial, até o trabalho, o direito essencial de locomoção, o direito de ir e vir, o direito que, neste momento, se nega a todo o povo de Brasília, em nome de reivindicações que estavam sendo atendidas no seu caráter social e que seriam discutidas no seu caráter econômico e, no entanto, numa manifestação radicalizadora, numa manifestação de intolerância, numa manifestação que agride a própria consciência popular, num desafio e numa confrontação, sem motivo, sem oportunidade, sem sentimento cívico, está a cidade toda ela, paralisada, tendo o Governo do Distrito Federal que usar alguns ônibus como se fosse uma tarja a acusar uma greve ilegal — nascida da intolerância, no claro propósito da radicalização —, usar ônibus com a tarja "Transporte Especial Emergência Hospitalar", porque foi esta a única forma de proteger a vida de doentes que já não se podem locomover nesta cidade.

Brasília está com os pés quebrados pela intolerância, em nome de reivindicações que estavam sendo encaminhadas vitoriosamente, com uma realidade que todos conhecem: O Governo do Distrito Federal só pode prover o "caixa único" com os recursos que lhe são repassados pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e ambas as autoridades solicitaram do Governador, como de seu direito e como de meu dever, que lhes dessem tempo para, inclusive, fazer um realinhamento da destinação de recursos públicos para atender à situação do transporte coletivo de Brasília. E não cabe aqui dizer que desde setembro se sabia disto. Sabia-se disto desde janeiro, sabia-se disto desde o momento que se fez o último acordo salarial com os rodoviários, porque sabemos que essas reivindicações são permanentes enquanto o curso da economia não adquirir estabilidade e a política de preços não estiver onerada pelo processo inflacionário. E sabem, como sabiam os rodoviários, que é exatamente por isso que existe uma data-base. No caso das empresas privadas, em novembro; e no caso da TCB, em outubro.

Sabiam, como sabem, que esta inovação é apenas a invocação de um pretexto, que não é verdadeiro, até porque a data-base é agora e até porque estávamos encaminhando soluções objetivas com 22 cláusulas sociais atendidas e que o meu compromisso público de encaminhar, ainda nesta semana e até o final dela, a discussão das cláusulas econômicas das reivindicações salariais.

Nada adiantou, nem o apelo sereno, compreender, nem o depoimento que eles próprios farão

no seu sentimento de honra, do atendimento que, ao longo deste Governo, tiveram os rodoviários do Distrito Federal.

Senti, portanto, que era preciso trazer a opinião do Distrito Federal a esta Comissão, e tem ela a responsabilidade de ser a consciência viva na fiscalização, na avaliação, no exercício democrático da crítica sobre os assuntos que interessam à vida dos cidadãos de Brasília.

Senti que devia trazer aqui todo o meu governo, para que cada homem, com a sua consciência, com a sua identidade moral, com a sua responsabilidade pública, viesse dizer ao Governo que não se completa no Palácio do Buriti, porque se amplia e se aprofunda nesta Casa do Congresso Nacional e, sobretudo, nesta Comissão.

Peço até licença para declinar o nome do Deputado Augusto Carvalho, que não estava no momento em que iniciei estas palavras, que é também um representante do povo de Brasília. Quero, portanto, pedir licença à Comissão para oferecer um espetáculo que me parece da melhor inspiração democrática, começando por pedir ao chefe do Gabinete Civil que faça o relato dos entendimentos que coordenou com empresários e rodoviários no Palácio do Buriti.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, uma questão de ordem. Não seria desejável que o Gabinete Civil fosse para a Mesa para poder ficar defronte de toda a Assembleia?

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Acatamos com prazer a sugestão do Senador Pompeu de Sousa. Convidamos o Dr. Guy a que faça parte da nossa Mesa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sugestão que estendo a todos os possíveis depoentes nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Como o Governador disse, esta é uma Casa democrática.

O SR. GUY DE ALMEIDA — Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Meira Filho; Srs. Senadores, membros da Comissão do Distrito Federal; Srs. Deputados; Srs. Secretários; Srs. dirigentes do Sindicato dos Rodoviários; Srs. dirigentes empresariais de Brasília aqui presentes; Sr^{es} e Srs.:

Parece-me que seria interessante, antes que entrássemos objetivamente na exposição das negociações em curso com os rodoviários, algum retrospecto sobre o que é a política trabalhista deste Governo.

Creio que é importante que nos situemos num contexto, num cenário mais amplo, para que possamos, em seguida, entrar no detalhe, no episódio que estamos vivendo neste momento. A relação de uma coisa com a outra é intrínseca, porque ela representa princípio, representa filosofia de Governo.

Diria que o governo que atualmente se exerce em Brasília, sob o comando do Dr. José Aparecido de Oliveira, surge exatamente naquele momento em que todas as esperanças saíam das ruas e já se entinçheiravam nas casas de decisão. A partir da eleição do Dr. Tancredo Neves para a Presidência da República e da ascensão em meio à tragédia, que todos conhecemos, do Vice-Presidente eleito, Dr. José Sarney, à Presidência

da República, sentia-se, sabia-se, e era parte de todo um processo de campanha, de todo um processo de convicções, acumulados ao longo de carreiras políticas, de práticas políticas da campanha que se desenvolveu em defesa das "diretas já" e depois da eleição do Presidente, que teríamos, na abertura democrática, o ressurgimento legítimo das grandes aspirações trabalhistas, das grandes reivindicações, sopitadas, reprimidas, ao longo de vinte anos de regime autoritário.

Sabíamos — e a convicção era de tal ordem — que num relance o Sr. Governador se deu conta de que Brasília havia deixado de ser aquela Capital da vocação administrativa, havia deixado de ser apenas a Capital dos funcionários públicos, e já exercia um papel fundamental no setor trabalhista brasileiro, com o nascimento de sindicatos, com o nascimento de atividades profissionais, de atividades econômicas de outra natureza que geravam como consequência a organização de associações de entidades que representavam e representam os legítimos interesses dos trabalhadores.

Nada melhor para explicar, portanto, que em meio a superação dessa vocação administrativa, do nascimento das cidades-satélites com todos os seus graves problemas, acumulando cerca de 75% da população do Distrito Federal, cidades-dormitórios, muitas vezes, sem destinos de emprego, apenas servindo de guarida para aqueles que vêm ao Plano Piloto trabalhar, que estávamos diante de alguns desafios e um deles era ordenar a relação de trabalho no território do Distrito Federal. Nasce daí o primeiro passo do Governo na sua primeira semana de trabalho, que foi a criação da Secretaria de Trabalho. Tínhamos, então, definida claramente a perspectiva deste Governo em relação ao trabalho, em meio a todos os problemas representados por uma sociedade onde se havia produzido uma exacerbada acumulação de renda, onde estudos do próprio governo revelavam que, até 86, milhões de brasileiros não ingeriam diariamente sequer as 2.240 calorias, que as Nações Unidas consideram o mínimo essencial; num País em que às vezes, ganhar o salário mínimo chega a ser trágico e sinistro sinal, um privilégio, porque temos aí 30 milhões de trabalhadores, mais ou menos, que trabalham e não recebem sequer o salário mínimo. Este é o quadro social deste País, o dramático quadro que está na consciência de todos, que vemos transitar nesses corredores e nos plenários da Assembleia Nacional Constituinte, produzindo alguns debates, alguns diagnósticos que representam a face real de nosso País, neste momento, e que clama por nossa participação, por nossa presença e por nossas convicções.

Dizia que a partir da criação da Secretaria de Trabalho, e é interessante acompanhar o fio condutor desse processo, produziram-se vários problemas trabalhistas no Distrito Federal. O País recebido com uma dívida interna brutal, com uma dívida externa de 120 bilhões de dólares, com uma inflação de 230%, mais ou menos, este País tinha e tem dificuldades tremendas para enfrentar situações como estas que estamos enfrentando hoje — isto está vivo no depoimento do Sr. Governador sobre as dificuldades do Governo —, e estaremos enfrentando, certamente, ainda durante um longo tempo, até encontrarmos o caminho

do equilíbrio, o caminho da solução desses problemas.

A diretriz estabelecida neste sentido no Governo do Distrito Federal foi a diretriz do diálogo. Todos os problemas trabalhistas deveriam encaminhar-se. Recebi nesse sentido determinações expressas do Sr. Governador, em função mesmo do meu trabalho de coordenação de atividades, na antecâmara do seu gabinete, o diálogo, como encaminhamento, como contribuição para a consolidação do processo democrático, como maneira de conhecer e encaminhar soluções para os problemas, em ação conjugada com a Secretaria do Trabalho, em ação conjugada com outras áreas do Governo.

Podemos dizer, sem nenhum orgulho especial, porque não fizemos nada mais nada menos este Governo do que cumprir o seu dever, que durante todo este período em meio às turbulências naturais nas questões trabalhistas, em meio às emoções naturais no processo de condução de negociações, que todos praticamente terminaram de alguma maneira com resultados positivos; que todos se produziram, se desenvolveram nos limites do diálogo; que em nenhum momento o Governo usou de maneira definitiva o instrumento da demissão; que não temos nenhuma violência a especial a lamentar no curso desses dois anos e meio. E que dois anos e meio em que, simultaneamente, o País está pobre, o País está com problemas econômicos graves, está com problemas sociais graves, e se reabre à reivindicação, se reabre ao debate, numa sociedade reprimida que, ao longo de vinte anos, tem muito a pedir, tem muito a reivindicar.

É importante que tenhamos todos presentes no cenário, governo, trabalhadores, empresários, para que possamos nos entender diante desta realidade maior, que é a necessidade de consolidar o espaço político, consolidar o regime democrático que vai renascendo, para que possamos, num espaço político aberto, avançar nas questões sociais, nas grandes conquistas que levarão, inevitavelmente, à modernização deste País.

Eu diria, citando o caso específico dos rodoviários, para não delongar mais, para que outros companheiros possam apresentar as suas informações à Comissão e aos Srs. Parlamentares aqui presentes, que desde a primeira semana de Governo travamos contatos com os rodoviários. Tínhamos uma semana de Governo e pouca experiência nas realidades sociais do Distrito Federal, pouca convivência direta, e aí estava o Pedro Celso, estava creio que também o Malaquias e outros dirigentes do Sindicato dos Rodoviários, ainda na oposição lutando para serem eleitos dirigentes do Sindicatos dos Rodoviários, clamado contra a injustiça clara que se cometia contra o Sindicato, representando legitimamente os interesses do sindicato. Um mês antes havia-se produzido o acordo em meio a uma greve que começou no Distrito Federal, logo depois da posse do Presidente da República; houve o acordo coordenado pelo atual Chefe do Gabinete Civil do Presidente da República, Sr. Ronaldo Costa Couto, que era então o governador interino, e esse acordo sofria problemas, não estaria sendo cumprido pelos empresários. Tomamos ao pé da letra a queixa, a reivindicação, entramos em contato com os empresários por determinação do Sr. Governador,

e os resultados foram positivos, os problemas foram resolvidos, e algum meses depois vimos ascender à direção do Sindicato dos Rodoviários, o Pedro Celso, com a sua garra, com a sua disposição, para exercer essa função tão delicada.

Tivemos, posteriormente, outras negociações com os rodoviários, momentos de dificuldades, momentos de tensão, como dizia o Presidente Meira Filho, lembrando episódios anteriores, mas chegamos sempre a um resultado positivo, como aconteceu em novembro do ano passado, coincidentemente no dia 2 de novembro, como aconteceria duas vezes pelo menos ao longo deste ano, culminando em maio último, com o acordo feito, às vésperas de uma assembleia que prometia greve, um acordo em que as duas partes se convenceram de que os resultados obtidos eram os melhores. E chegamos, finalmente, ao novo processo que está em andamento.

Gostaria de lembrar que graças a esse critério de entendimento, que se desenvolveu como diretriz, como objetivo do Governo, apesar das limitações que muitas vezes dificultam os entendimentos, que são até incompreendidas, e que é natural, por falta de um conhecimento mais íntimo das realidades que nos cercam, eu diria que os rodoviários, ao longo deste dois anos e meio do atual Governo, tiveram conquistas graças à maneira dedicada com que se lançam à defesa destas reivindicações.

Primeiro, a liquidação do intervalo de trabalho, que era, como todos sabem, a grande chaga que atingia o setor; ficavam até 15 horas à disposição da empresa, para receber em apenas oito horas, já que havia no meio do dia intervalos de até 5 horas não remuneradas. Hoje, mais de duas horas iguais às horas extras, são 8 horas de trabalho, com intervalo para o almoço, e o excedente, horas extras; conquista que Governo reconheceu de absoluta justiça à reivindicação. Entendeu-se com os empresários, sensibilizou os empresários que compreenderam a situação, e o desdobramento foi a contratação de cerca de mil pares, motoristas e trocadores, para impedir o intervalo e outro problema que era a dobra do turno. Resolvido o problema, esse problema crucial, aí estavam também igualados os salários dos motoristas das empresas particulares, e reduzidas as diferenças dos outros setores de trabalho em relação à TCB. Fim do intervalo, no serviço de ônibus de aluguel da TCB, com o pagamento de horas extras, implantação de fiscalização mecânica nos ônibus, acabando com a tradição de que todo acidente era culpa do motorista.

Criamos o primeiro programa habitacional para rodoviários, com 500 lotes separados na Cidade Ocidental, para sevidores da TCB, que por uma coincidência estão com as obras de infra-estrutura em fase final de decisão entre a SHIS e a Prefeitura de Luziânia, para início das obras. Pagamento de adicionais de insalubridade; periculosidade para mecânicos, após os laudos técnicos competentes; passe livre para os rodoviários em todos os horários e em dias independente de o deslocamento ser para trabalho ou não; aumento de uniformes cedidos gratuitamente; na TCB de um para quatro, e nas empresas privadas — e foi um dos acordos a que chegamos no final da semana — até três uniformes, sapatos, que não existiam antes, enfim, conquistas que se in-

corporam até mais como cláusulas, até mesmo econômicas ao lado de seu significado social.

No curso das negociações a que estávamos assistindo na semana passada, iniciadas bem antes, já com uma série de documentos encaminhados pelo Sr. Governador ao Ministério da Fazenda, pelo qual o nosso Secretário para Assuntos Econômicos poderá dar, posteriormente, informações detalhadas, reclamando a necessidade de apoio ao "caixa único", reclamando a necessidade de liberação das tarifas, para que elas pudessem corresponder mais à realidade do que até então, providências que se antecipavam até mesmo às negociações que teriam início em setembro, outubro, para culminar, como aconteceu no ano passado, como estava acontecendo agora no mês de novembro.

Tivemos, então, durante um período preliminar, negociações no âmbito da Secretaria do Trabalho, com a direção da TCB, algumas reuniões com os empresários e o Secretário do trabalho, até que durante o início da semana passada o Sr. Governador recomendou ao Chefe do Gabinete Civil que assumisse a coordenação dessas negociações com empresários privados e com a direção do Sindicato dos rodoviários, com a participação de alguns companheiros de trabalho, como o Diretor do Departamento Urbano, Wilson Maciel, e o Secretário do Trabalho, companheiro Marco Antônio Campanella.

Essas negociações, eu diria, foram realizadas num clima cordial, com algumas tensões naturais dentro de circunstâncias como essa, mas com colocações pertinentes de ambas as partes. Diria que na minha função de coordenador, senti-me à vontade porque encontrei um clima para que se desenvolvessem essas negociações, de tal maneira que pudéssemos culminar com aqueles preliminares, enquanto o Governo do Distrito Federal desenvolvia o seu trabalho às autoridades econômicas, para obtenção dos recursos essenciais para o "Caixa Único", tal como foi descrito por S. Ex^a e será descrito de maneira detalhada por outros colegas do secretariado que estão presentes.

No decorrer dessas negociações, a primeira parte das quais é desenvolvida com a Secretaria do Trabalho, com a direção da TCB, Dr. Getúlio Ferreti, que aqui está presente, nós tivemos, no caso da TCB, conquistas da seguinte natureza: auxílio-creche para menores até seis anos, filho de mulher empregada; ampliação do número de uniformes; contratação de mulheres; abono e participação em greves gerais; 150 dias de estabilidade para empregada gestante, a partir da concepção, eram 120 dias; anistia para as advertências e punições a cada ano com a retirada das fichas funcionais, a partir de 1988; os contratos para serviços de transportes com terceiros serão encerrados e realizados com o pessoal da TCB; liberação de 48 dias/homem por ano para membros da Comissão de Empregados para a utilização no interesse da atividade sindical; auxílio-funeral, um salário-base do empregado para o dependente legal; pagamento pela empresa dos exames de saúde pré-admissionais; redução do período de experiência de 90 para 60 dias; complementação salarial para o empregado em benefício, variando de 95% a 75% do seu salário; plano de cargos e salários; comissão paritária para estudar e apresentar propostas ao GDF.

Passamos no segundo período à discussão das cláusulas sociais, das negociações entre o Sindicato e empresários particulares. E vou dar aqui uma rápida síntese, pois temos cerca de 128 cláusulas aprovadas. O não-pagamento de avarias, que era uma conquista já feita na TCB, uma grande e antiga reivindicação dos rodoviários, que se sentiam prejudicados com os julgamentos e as análises que se faziam em circunstâncias como essa; a concessão de maior número de uniformes e macacões, incluindo sapatos e cintos; auxílio-refeição, a TCB já dá um auxílio-refeição amplo; os servidores das empresas particulares não tinham esse auxílio; o auxílio que se conseguiu agora ainda não é o ideal dos rodoviários que seriam os mesmos da TCB, mas produziu-se um avanço importante, com o reconhecimento, pelos empresários particulares, da necessidade de se criar esse auxílio, e se evoluir, posteriormente, para se alcançar a paridade entre a TCB e as empresas particulares. Aviso prévio em dobro para empregados com mais de 10 anos na empresa; nas contratações não haverá mais discriminações entre homens e mulheres; não serão descontados no abono anual as faltas ocorridas nos dias de greve geral: 12 de dezembro e 20 de agosto.

Comissão paritária para elaborar os estatutos das comissões de empresas com liberação e seus membros aos sábados.

Estabilidade de 2 anos para os membros das comissões de empresa.

Arrecadação nos terminais.

Unificação da data base em 1º de outubro. Essa foi uma das diretrizes estabelecidas pelo Sr. Governador na reunião que fez na última 5ª-feira com os empresários, ausente o Presidente do Sindicato por ter sido impossível encontrá-lo quando foi determinado pelo Sr. Governador que, daqui para frente, as vantagens obtidas pela TCB devam ser as vantagens obtidas pelos empregados das empresas particulares e vice-versa. E que gradualmente as conquistas da TCB, que são maiores do que as dos empregados das empresas particulares, sejam incorporadas e que haja paridade absoluta no decorrer do tempo, de acordo com as possibilidades econômicas.

Arrecadação nos terminais, outra grande reivindicação dos rodoviários, por uma questão de melhor condição de trabalho, maior segurança para os trocadores.

Fechamento do ponto após o encerramento do trabalho para os cobradores, fornecimento para as comissões de empresas do número de vagas.

Relação de empregados com função, salário e endereço a cada dois meses.

Limite máximo de 6 horas para apuração de ocorrência e pagamento das mesmas quando não for caracterizado a culpa ou dolo do empregado. Antes não havia limite de prazo, passavam-se 2, 3 ou mais dias e não havia o reconhecimento no salário desse período perdido. Hoje há um reconhecimento desde que não fique caracterizada a culpa do empregado.

Mais de 60 dias de garantia de emprego para gestante após a licença-maternidade.

Aumento para 10% de gratificação salarial para o arrecadador e de 5% para os auxiliares de arrecadador.

Aumento para 25% de gratificação para o guincheiro.

Implantação de plantão médico de manhã e à tarde.

Aumento de 10% para 2 cruzados de comissão por passageiro para o motorista do ônibus Zebrinha.

Exigência da carta-fiança apenas para os empregados que trabalham com numerários, antes era exigido para todos.

Definição das escalas, conforme o local de moradias dos empregados.

Colocação de bebedouro nos terminais e garagem. A empresa se compromete a fornecer uma via da ficha de manutenção para o motorista quando solicitada.

Fornecimento do troco diário para os cobradores de ônibus Executivo e Zebrinha. Serão concedidas férias para os empregados em dia útil com pagamento de 48 horas de antecedência, sendo que no mês de dezembro, o empregado receberá o 13º-salário quando quiser e quando solicitado.

Fornecimento de crachá padronizado no tamanho para os empregados de todas as empresas.

Fica proibida a contratação, a partir desse acordo, do trabalhador que já tenha um emprego. É a opinião do sindicato é a de que não se deve estimular o duplo emprego. Cada trabalhador, na sua área, deve lutar para conseguir melhores condições de trabalho e obter avanços que possibilitem o exercício de uma tarefa apenas a fim de que possa dedicar o seu tempo a outras atividades inerentes à própria condição humana.

As empresas se comprometem a divulgar o programa do Fundo Nacional de Educação, auxílio-funeral, um salário-base do empregado para o dependente legal.

Creio que esta síntese entre o passado e o presente, o passado mais anterior e o passado recente e a situação atual mostra e caracteriza a boa vontade, o interesse e a sensibilidade do Governo para os problemas. Mostra o cuidado com que se desenvolvem essas negociações, a sensibilidade com que se procura tratar reivindicações legítimas. Sabemos todos e está na consciência de cada um de nós — e nós o dissemos durante as campanhas políticas que precederam a instauração do novo regime — as tremendas chagas sociais que marcavam este País. As tremendas distorções que marcavam a relação de trabalho — aqui mesmo os Senhores, podem encontrar, em várias dessas cláusulas, inclusive na empresa do governo, coisas que, aparentemente, não deveriam existir. Sistemas antigos de tratamento ao trabalhador que o sindicato defende, o Governo reconhece e alcança a sensibilidade dos empresários. Tivemos diante de nós, no entanto, uma situação de dificuldade muito grande: encontrar recursos econômicos para tratar da questão salarial.

Creio que não há necessidade em abundar em palavras porque o Sr. Governador já avançou neste aspecto. Teremos, daqui a pouco, a exposição das autoridades das áreas econômicas. Posso dizer aos Srs., e com os compromissos que carrego comigo pessoalmente, que esse esforço tem sido feito. Quando se pediu ao Sindicato dos Rodoviários um prazo ampliado de apenas quatro dias, isso foi feito na consciência de que, neste intervalo, obter-se-iam as condições para apresentação de uma proposta que poderia ser ou não

aceita. Mas teria sido feita com aquele sentimento de dignidade do trabalhador que o Governo sente que deve ter. Que não deve chegar ao trabalhador e dizer pura e simplesmente: vou poder pagar apenas o que a lei determina, porque que a lei determina significa um dispêndio da ordem de 518 milhões de cruzados no "caixa único". Precisamos encontrar algo mais, pois a realidade social, que aí está, é clamorosa e temos que chegar próximo desse ponto. Esse era o trabalho que estava em desenvolvimento quando, infelizmente, apesar dos apelos feitos pelo Sr. Governador, ingressamos num período de turbulência, de dificuldades que abundaria também dizer: isso é extremamente delicado num momento de transição democrática, de situações políticas como a que estamos vivendo e que tive oportunidade de dizer aos amigos do Sindicato dos Rodoviários, porque assim os considero, apesar de todas essas turbulências e dificuldades que enfrentamos nas nossas negociações. Creio que não teria muito mais que acrescentar. Não sei se o critério da Mesa seria responder a alguma pergunta agora, ou seria posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Ouviremos o Sr. José Carlos Mello, Secretário do Serviço Público.

O SR. JOSÉ CARLOS MELLO — Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Meira Filho, Sr. Senador Saldanha Derzi, Sr. Senador Edison Lobão, Sr. Senador Pompeu de Sousa, Deputado Francisco Aguiar Cameiro, Deputado Augusto Carvalho, Sr. Senador Francisco Rollemberg, Sr. Presidente do Sindicato dos Rodoviários, Sr. Presidente do Sindicato Patronal dos Transportes, Srs. Secretários de Estado, Srs. Empresários, Srs. membros do Governo, Srs. da imprensa.

Coube a mim falar alguma coisa sobre a política de transportes do Distrito Federal.

Em novembro de 1985, os empresários de Brasília reivindicavam um aumento justo de tarifa da ordem, se não me falha a memória, de 60%, que era o aumento justo, o aumento de planilha. Mas, àquela altura, o usuário de transporte de Brasília, de baixa renda, chegava a gastar 30% ou mais do que ganhava a cada mês com despesas de transporte, o que era um limite rigorosamente intolerável. E numa longa reunião que avançou noite a dentro, o Governador José Aparecido determinou que o Governo do Distrito Federal formulasse uma política de transporte coerente com etapas de curto, médio e de longo prazos. Solicitou aos empresários de Brasília que o aumento não superasse 38%. Houve compreensão da classe empresarial e com isso conseguimos uma redução da ordem de 30% do dispêndio familiar com transportes para 19%. Foi um ganho altamente representativo para os usuários de transportes e, a partir daí, passamos a formular uma política de transporte, conforme determinação do Governador José Aparecido, que tivesse obrigatoriamente soluções de curto, médio e longo prazos. Já, aqui, nós que vivemos o cotidiano do transporte do Distrito Federal, Governo, empresários, empregados e usuários, estamos numa crise permanente de transportes, que é invisível para os moradores do Plano Piloto e do Lago Sul que possuem um, dois, três carros na garagem. Essa crise é diária, cotidiana, é permanente.

Os índices são alarmantes, temos, segundo o Detran, duzentos acidentes, envolvendo ônibus, por dia. A atividade de trabalhar em ônibus e andar de ônibus é perigosa em Brasília.

São da ordem de sessenta feridos e dois a três mortos por mês.

O planejamento de transportes determina, em países ricos, que não se ultrapasse a lotação de quatro passageiros por metro quadrado. Em países em desenvolvimento, toleram-se até seis passageiros por metro quadrado.

Em Brasília, na hora do pico, nos trechos mais carregados, temos dez passageiros por metro quadrado. É uma situação de absoluto desconforto e que gera, inclusive, tensão dentro dos ônibus, o que é muito natural.

Essa crise é diária e nós moradores do Plano Piloto, da Asa Norte, da Asa Sul, do Lago Norte e do Lago Sul, simplesmente a ignoramos, pois ela só aparece para o grande público, para aqueles que não estão diretamente envolvidos com ela, quando temos um problema de aumento de tarifa ou uma reivindicação salarial.

Mas é importante que a imprensa e esta Casa tenham consciência de que o mais grave problema de todos os graves problemas que temos que administrar em Brasília é o relativo à situação do transporte urbano.

O Governador José Aparecido, plenamente consciente disso, determinou e exigiu, naquela reunião de novembro de 1985, que formulássemos uma política de transportes e assim foi feito.

Os dados básicos, Srs. Senadores e Srs. Deputados, são difíceis de serem equacionados e compatibilizados.

Temos, em Brasília, um projeto urbanístico que, lamentavelmente, esqueceu-se do usuário do transporte coletivo. Temos a localização das cidades-satélites, que abrigam 75% da população, distante do local de trabalho. Setenta e cinco por cento dos empregos são gerados em torno do Plano Piloto; os deslocamentos são obrigatórios.

Brasília é uma cidade nova, onde temos percursos superiores a 60 Km. Águia de comparação, essa situação faz com que o índice de passageiros/Km transportado, que é o dado básico para tudo: tarifa, salário é o dado que resume tudo — em Brasília, seja de 2/Km.

Em Belém, por exemplo, é quase 5; em São Paulo, quase 4; em Belo Horizonte, é da ordem de 3,5. Brasília tem o índice mais baixo do Brasil e quanto menor o índice de passageiro transportado por Km, pior é a situação.

Temos linhas em que esse índice é inferior a um, o que é uma situação, do ponto de vista de política e administração de transportes, que torna o quadro quase inadministrável.

Para os Srs. terem idéia da consequência desse índice, em Belo Horizonte um ônibus transporta, por dia, em média, 1.100 passageiros; em Curitiba, 1.200 passageiros; em Brasília, não transporta mais que 500 passageiros, o que significa, obrigatoriamente, pela forma de assentamento da nossa cidade e pela forma com que a população foi obrigada a morar e a trabalhar, uma subutilização da frota. Vemos isto, todos os dias, no Ginásio de Esportes: a nossa frota paralisada.

Temos, inclusive, o exemplo de uma linha feita por um ônibus articulado, que é o mais caro de todos e é utilizado em hora de pico, que faz apenas

uma viagem, com origem e destino, e, depois, é subutilizado ou não é utilizado durante o dia.

Essa situação extremamente grave levou-nos a adotar uma série de políticas. A primeira foi a adoção do subsídio.

O subsídio, a subvenção ao transporte, encarada como a transferência de renda ao usuário de baixa renda, ela existe em todo o mundo. Nos países da Europa, da América do Norte, nos países socialistas, todos subsidiam o transporte. Há uma plena consciência de que a população precisa ser bem transportada para bem trabalhar, bem viver, e há uma plena consciência de que o usuário de transportes não pode arcar com todo o custo de transportes. Esse subsídio varia, dependendo do país, dependendo da circunstância, de 10 a 70%. Temos, na Europa, subsídios médios em torno de 20 a 40% e subsídios, na América do Norte, de até, no Canadá, 70%, em países ricos.

O Brasil não subsidia transporte coletivo urbano, a menos os transportes sobre trilhos; a menos de Brasília, a partir da implantação dessa política de transportes urbanos, inclusive com aprovação do Congresso Nacional da inclusão no orçamento do Distrito Federal de um item para subvenção. O nosso subsídio foi chamado, foi apelidado, de "caixa único", a partir daí pagamos ao empresário o quilômetro rodado. Tivemos, evidente, que implantar todo um sistema de apoio, de fiscalização, centro de processamento de dados, fiscais nas linhas, inspeção nas empresas, auditorias para que pudéssemos ter certeza de que não estávamos deixando de transferir renda ao usuário com o subsídio; estávamos, realmente, não desviando recursos para outro setor, para financiar, por exemplo, ineficiência de empresa estatal, ou mesmo transferindo renda para empresário. E hoje temos plena consciência de que, em face da fiscalização, em face das auditorias, em face do processamento diário dos dados do transporte como não há no Brasil e que está à disposição de todos os presentes — é até uma visita interessante ao centro de processamento da TCB, que trata do "caixa único", único no Brasil, tudo implantado a partir de novembro de 86, é importante que se diga, é uma política do Governador José Aparecido — para pudermos, a partir daí, subsidiar.

De novembro de 1985 a maio de 1986, o Congresso Nacional aprova a inclusão em nosso orçamento da subvenção de transporte, caso único no Brasil. Com isso, nossa tarifa, que era a mais alta do Brasil, hoje é uma das mais baratas. Isso é bom para o usuário. Por exemplo, quilômetros para recursos equivalentes: região metropolitana de Belo Horizonte, 40Km, Belo Horizonte/Pedro Leopoldo, a viagem completa, trinta e dois cruzados; quer dizer, a viagem completa 40Km; Porto Alegre/Novo Hamburgo, 26Km, aliás, viagens fechadas, completas, em torno de 40Km, Belo Horizonte/Pedro Leopoldo, tarifa 32 cruzados; Porto Alegre/Novo Hamburgo, 26 cruzados; em São Paulo um percurso desse, 16 cruzados; em Salvador, Salvador/Calçada, 15,50; Brasília, Sobradinho/Celândia, um percurso desses é 12 cruzados. Chegamos a 50Km. Por exemplo, Belo Horizonte/Caeté, 43 cruzados; Rio, a linha Passelo/Sepebiba, 31 cruzados, a nossa linha Planaltina é 12 cruzados. Isso é muito bom para o usuário e é uma política consciente do Governador José Apa-

recido de transferência de renda ao segmento mais pobre de nossa sociedade, pois ele corre risco andando de ônibus, como sardinha em lata e não poderia estar pagando, gastando, até 30% ou mais do que ele ganhava com esse item num somatório que, depois, tem que se aglutinar a educação, a saúde, o lazer, a habitação, o vestuário, etc., e ficava só o transporte com 30% ou mais da renda do usuário.

Então, é uma política consciente. Mas, com isso, passamos a ter um dispêndio a mais no Governo. Este dispêndio que foi estipulado em 20%, ou seja, quando o "caixa único" foi criado, analisando vários parâmetros, estudando várias situações, foi definido que subsidiaríamos 20% da passagem. Com os congelamentos sucessivos de tarifas e aumentos sucessivos de insumos, situação que foge inteiramente ao controle do Governo do Distrito Federal, passamos a ter de julho de 86 a julho de 87, e com o aumento da quilometragem rodada e horas de pico que vou dar adiante, nesse período de um ano, o custo operacional aumentou 450%; a passagem aumentou 248% e o subsídio foi aumentado em 1.500%. A situação tornou-se crítica; sabemos perfeitamente do drama dos empresários, inclusive do empresário do Estado, TCB, porque é evidente que hoje estamos com uma situação de "caixa único" inteiramente defasada da tarifa e da política inicialmente estabelecida. Exerçemo-nos às autoridades da área econômica, eu diria até que sou testemunha, com denodo, com sacrifício, com imensa dedicação o próprio Governador José Aparecido, que comanda essas negociações, e temos tido até freqüentes apoios da bancada no Senado Federal, dos senadores ligados à Comissão do Distrito Federal, além das negociações que se processam a nível técnico, comandadas pelo Secretário, Dr. Guy de Almeida.

Além do subsídio, que foi a pedra de toque de uma política de transportes, é um gesto pioneiro no Brasil, um gesto de alto alcance social, rapidamente eu diria que, nesse quadro de ações de curto e médio prazo, promovemos a renovação e ampliação de frota. Chamamos os empresários e eles nos atenderam prontamente. Entraram, em 1986, 84 ônibus novos em circulação; em 87, até outubro, 339 ônibus novos. A classe empresarial atendeu ao apelo do Governo e ampliou e renovou a sua frota. A TCB já tem uma operação do Finame, aprovado pelo BNDES, aguardando só a aprovação final do Ministério da Fazenda para comprar 153 ônibus novos. A frota da TCB é a que se encontra em pior estado de rodagem e de vencimento de vida útil. Com a racionalização dos serviços e ampliação da quilometragem rodada na hora de pico para diminuir a superlotação, no Governo José Aparecido já houve um acréscimo de quase 20% da quilometragem rodada na hora de pico. É claro que isto é caro para o Governo. Passamos de oito e meio milhões de quilômetros rodados por mês para dez milhões de quilômetros rodados por mês, para transportar os nossos vinte milhões de passageiros por mês.

Os dados de transporte aqui são gigantescos. E esses 20% de aumento foram concentrados na hora de pico para reduzir a superlotação e reduzir o número de acidentes. Não vou me prolongar porque há "n" ações de curto prazo.

Melhorias em terminais e abrigos, aumento da segurança do transporte, a frota, hoje, é revisada

periodicamente, coisa que não era. De um ano para cá, temos revisões periódicas da frota — quanto a isto eu poderia dar uma série de dados —, além de termos fiscalizações periódicas com o auxílio do Detran há até um número bastante elevado de multas.

Com relação às reivindicações dos rodoviários, o quadro que o Dr. Guy de Almeida mostrou é um quadro que nos tranqüiliza: 28 itens das negociações sociais com profundos reflexos econômicos, só de alimentação uma empresa pequena vai gastar 7 milhões a mais por mês — evidente que isso vai bater na tarifa, não há reivindicação puramente social, vimos aí que uma reivindicação social implicou a contratação de 1.100 homens. Então, ela é social na classificação e o reflexo é eminentemente financeiro no segundo passo e com reflexo no "Caixa Único" e na tarifa.

As reivindicações foram todas basicamente atendidas com imenso sacrifício do Governo, inclusive, mas foram atendidas por determinação do Governador, ficou faltando apenas o reajuste salarial, o índice de reajuste, porque o Governo do Distrito Federal não é autônomo para fixá-lo, ele é fixado de acordo com o Ministério da Fazenda e com o Ministério do Planejamento, e as negociações com esses dois Ministérios não cessaram em nenhum momento, a nenhum nível, foram negociadas em todos os níveis: nível técnico, nível intermediário, a nível do Governador com o Ministro e com apoio do corpo técnico do Distrito Federal, que há mais ou menos um mês se dedica à área de transporte. O Secretário de Trabalho, Dr. Campanella tem esses dados mais atualizados.

O SR. MARCO A. CAMPANELLA — ... os dados dos salários dos rodoviários, para que se veja a situação atual hoje de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — A Presidência sugere ao Governador que também nos dê, a nós parlamentares, a oportunidade de podermos fazer perguntas e também aos representantes das entidades que se fazem presentes aqui. É evidente que há um interesse coletivo, primordialmente de nossa Capital, de que esta greve tenha uma solução, que possamos partir para uma solução que se encontra na converção, creio eu.

O SR. MARCO A. CAMPANELLA — Sr. Presidente, Senador Meira Filho, demais membros da Comissão do Distrito Federal, Srs. Secretários, representantes dos Rodoviários, dos empresários, colegas do GDF:

Rapidamente, dentro dessa preocupação do Presidente, daremos alguns dados que demonstram, por um lado, a evolução dos salários dos rodoviários no Distrito Federal, ao longo desse tempo a que se referiu o Governador José Aparecido, que demonstram uma evolução significativa, não apenas nos ganhos de natureza econômica, salarial, mas também naquelas questões de natureza social a que já se referiu o Chefe de Gabinete Civil, Dr. Guy de Almeida.

Essa evolução salarial demonstra, além disso tudo, que a categoria dos rodoviários no Distrito Federal, a despeito das defasagens que ainda se acumulam, conseguiu o maior aumento real de salário em relação às demais categorias do complexo administrativo do Governo do Distrito Fede-

ral, que não revela, obviamente, nenhum demérito em relação às demais categorias, demonstra apenas a preocupação em valorizar esse segmento que é tão decisivo para o funcionamento de um setor vital ao funcionamento da Capital da República, como disse o Governador, como também demonstra a preocupação nesse tempo — como procurarei colocar rapidamente — de recuperar as perdas acumuladas ao longo do tempo e que têm sido recuperadas em uma velocidade acima do normal no Governo da Nova República no Distrito Federal, comandado pelo Governador José Aparecido.

Em outubro de 1986, os rodoviários conseguiram um aumento de 8,19%, que cobria a inflação do período. Em março de 1987, ou seja, fora de data base, na medida em que a data base dos rodoviários é outubro e novembro, eles obtiveram, através de um aditivo ao acordo salarial de 1986, um aumento de 63% de aumento real de salário, e em maio de 1987, aumento real significaria também a cobertura da inflação do período, através de uma outra negociação que se deu fora de data base, um aumento real de salário de cerca de 15%. As outras categorias de funcionários públicos do Distrito Federal, do complexo administrativo que se encontram em um segundo patamar de conquistas de natureza salarial, são os funcionários da Novacap, da Terracap, da Codeplan e da Fundação Zootécnica. Todas juntas conseguiram um aumento, nesse período, real de salário de cerca de 10%. Isto é para que os Senhores membros da Comissão tenham uma idéia da evolução dos salários dos rodoviários, desta categoria e da evolução do salário das demais categorias do complexo administrativo do GDF.

Em relação a esse quadro comparativo que o Governador nos pede, em relação aos outros Estados da Federação, é importante dizer, em primeiro lugar que, em março de 1987, quando os rodoviários assinaram o termo aditivo que lhes possibilitou um aumento de 63%, isso lhes colocava juntamente com os rodoviários de Itajaí, Santa Catarina; Campo Grande, São Paulo e Belo Horizonte, entre os melhores salários do País e que hoje, independentemente do aumento que será concedido por força da data base que está articulado, negociado juntamente com as autoridades econômicas do Ministério da Fazenda e da Seplan, os rodoviários de Brasília encontram-se emparelhados com os rodoviários de Recife, de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Salvador e de Porto Alegre e que com apenas o aumento previsto na legislação vigente, ou seja, o IPC acumulado no período de cerca de 21% e mais a antecipação do resíduo salarial, que seria mínimo a ser concedido e, evidentemente, hipoteticamente nesses estudos que se fazem junto às áreas econômicas, os rodoviários teriam já hoje, 1º de novembro, os melhores salários do País e só seriam ultrapassados no mês de janeiro, quando os rodoviários de Belo Horizonte ingressam em data base e, se porventura, esses rodoviários conseguirem um índice relativamente semelhante aos rodoviários de Brasília, eles, aí sim, apenas em janeiro ultrapassariam os rodoviários de Brasília. Apenas em julho, março, maio, agosto, os outros rodoviários ultrapassariam os rodoviários de Brasília porque as datas bases não são conjugadas. É uma das categorias

que não têm data base unificada a nível nacional.

Seriam estes os esclarecimentos que registro em relação à evolução do salário real dos rodoviários nesse período ao quadro comparativo dos demais Estados da Federação, evidentemente, não com o objetivo de dizer aos rodoviários — e a esta Comissão muito menos — de que esses salários são ideais para esta categoria, como já bem disse o Sr. Governador. Ainda, evidentemente, são salários deprimidos, são salários que procuram enfrentar uma situação de dificuldades, geradas pela situação do próprio País. Mas o que é importante dizer por esses números é que há uma permanente disposição para recuperar o aumento, o salário real dos rodoviários na Capital da República, através do diálogo e do clima de entendimento de diálogo e democracia que têm prevalecido no Governo de José Aparecido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Com a palavra o Sr. Secretário de Assuntos Econômicos, Dr. Arelcio Gazal. A Presidência da Comissão do Distrito Federal está pretendendo ao máximo aqui o Sr. Governador, a fim de que nós possamos fazer a S. Exª algumas perguntas.

S. Exª falou que aqui é uma Casa democrática. E, democraticamente, tenho certeza, o Sr. Governador não se negará a respondê-las.

O SR. ARLÉCIO GAZAL — Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal no Senado Federal, Sr. Governador do Distrito Federal, Srs. representantes do Sindicato dos Rodoviários, representantes das empresas operadoras do sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal, Srs. Parlamentares presentes, Srs. Secretários de Estado, Srs. e Sras.:

Com muita honra retomo a esta Casa depois de um lapso de 15 dias para um novo contato, já que aqui estive dia 20 de outubro a convite do Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Meira Filho, para prestar esclarecimentos sobre o orçamento do Governo do Distrito Federal, versão 1988.

Não me cabe, evidentemente, a parte mais simpática dessa apresentação. A parte econômica, na realidade, é sempre emocional, porque trabalho evidente sobre os números frios, e na conjuntura atual de Governo, qualquer esclarecimento econômico gera impacto, e geralmente, negativo. Mas, esta parte tem que caber a alguém, e ela cabe a mim no Governo do Distrito Federal.

Iniciei por mostrar qual é a composição, a estrutura orçamentária do Governo.

Hoje, o Distrito Federal, num orçamento de 20,1 bilhões de cruzados, de receita própria, somente conta com 5,5 bilhões, ou seja, o Governo arrecada do que gasta somente 27,4% e 72,5 são transferências diversas que nos vêm da União a fundo perdido e recursos externos, captados através de convênios e contratos de operações de crédito. Os números por si mostram uma dependência quase que linear em relação à área federal. Quem tem somente 27% do que gasta, tem 1/4.

Em termos da composição de gastos por agrupamento de despesas, 71,4%, ou seja, 14,4 bilhões de cruzados são gastos exclusivamente com despesas de pessoal e encargos patronais, restando 16,4% para as despesas administrativas, ou

seja, 3,3 bilhões de cruzados, ficando para investimentos somente 12,1%, que quer dizer, 2,4 bilhões, num total de 20 bilhões.

Como se observa também, pelos números, as despesas com pessoal já ocupam praticamente 3/4 dos gastos de seu orçamento geral. A questão do subsídio.

Nesta data, hoje, já aplicamos com recursos próprios, 420,2 milhões de cruzados, recursos do próprio Governo, num esforço gigantesco do Sr. Governador em manter o subsídio, que representa 7,7% da receita própria total do GDF, ou seja, de 5,5 bilhões de cruzados, 421 milhões são aplicados até agora com receitas próprias como subsídio ou caixa único. O subsídio de que estamos tratando aqui é o que é transferido para cobrir a diferença entre o que recebemos das passagens e aquilo que pagamos às empresas operadoras do sistema. Se acrescemos 800 milhões, o que seria o montante necessário para atender às reivindicações dos rodoviários somente na cláusula econômica, o total de subsídio nesse exercício — considerando um aumento de quatro cruzados em novembro e mais quatro acima dos quatro antes concedidos, em dezembro — o subsídio se elevaria a 1,221 milhão de cruzado, o que representa mais de 20% da receita própria do Estado. Ora, num orçamento em que 70% vão em gasto com pessoal, se utilizarmos 20% para subsídio, praticamente educação, saúde e as demais despesas do Governo deixariam de existir.

Então esses dados frios, simples, como falei na inicial, demonstram que é inviável custear esse diferencial com receita própria do Governo. Há necessidade, por isso mesmo, de aporte de recursos externos, o que vem sendo negociado pelo Sr. Governador com os órgãos federais. Nós somos componentes dessa equipe econômica que vem acompanhando o Sr. Governador nessas negociações.

Já se falou aqui que não se medem esforços, o Sr. Governador coloca a sua posição pessoal em jogo. S. Exª vai pessoalmente aos ministérios e eu o acompanho, para tentar buscar subsídios para essa passagem, que já foi a mais cara deste País e hoje, disparadamente, é a mais barata deste continente.

Agradeço a atenção, não vou me alongar muito, recebi que os melhores esclarecimentos dos técnicos que me antecederam, mas fiz apenas a colocação dos números que competia colocar.

O SR. JOSÉ APARECIDO — Quero pedir ao Secretário de Segurança que faça uma breve exposição; depois fico à disposição do Senador Meira Filho, que está muito ansioso por fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Devo dizer ao Sr. Governador que como Presidente da Comissão do Distrito Federal é contra o Regimento que eu faça perguntas. Estou ansioso para que caminhemos objetivamente para a solução da greve que está prejudicando a nossa cidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Segurança.

O SR. JOÃO BROCHADO — Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Meira Filho, Srs. Membros da Comissão, Srs. Parlamentares presentes, Srs. representantes dos sindicatos, minhas Sras., meus Srs.:

A Secretaria de Segurança encontra-se nesse momento numa disposição contra a violência ao

patrimônio demonstrada na madrugada de hoje pelo movimento grevista, o que sugere que tenhamos que engajar paulatinamente maiores efetivos no acompanhamento dessa atividade.

A manutenção da ordem até o presente momento tem sido feita com o seguinte efetivo:

Polícia Militar: de um total disponível de mais ou menos 6.500 homens, temos engajado nesse momento, acompanhando o movimento, 3.604 homens, 107 viaturas e 80 policiais a cavalo. As viaturas nesse período já consumiram cerca de 500 mil cruzados de combustível.

Bombeiro militar: os Corpos de Bombeiros se acham em prontidão nos quartéis com 60 motoristas de carro pesado e 420 homens.

Polícia Civil: efetivo de 2.500 homens, tem engajados no movimento grevista, portanto, fora de seu processo de polícia judiciária, 682 policiais civis, 78 viaturas em estado de policiamento permanente.

O DETRAN, em razão da greve dos rodoviários, reforçou a fiscalização mediante o emprego de 115 funcionários e 25 viaturas nas ruas.

Dentre as principais ocorrências, neste curto período, verificadas até o momento — esse relatório é das 15 horas e 45 — merecem ser mencionadas: 167 ônibus e uma kombi depredados, até às 15 horas; na Ceilândia dois ônibus foram incendiados, havendo a intervenção do Corpo de Bombeiros; a Polícia prendeu onze pessoas, entre as quais dois menores, todas elas envolvidas com esse processo de depredação; seis soldados da Polícia Militar foram feridos, sendo que um se encontra com fratura do maxilar e com o risco de perder a vista direita; um microônibus, que estava sendo utilizado pela PM, foi apredado em Taguatinga; um tiro foi disparado por um ocupante de um volkswagem de placa encoberta contra um ônibus que estava sendo dirigido por um soldado do Corpo de Bombeiros.

O emprego maciço dos efetivos policiais, quer dizer, dos efetivos de que dispomos, em torno de seis mil e quinhentos policiais militares; dois mil e quinhentos policiais civis, o emprego maciço desse efetivo, em razão da greve, conduzirá paulatinamente, de forma inexorável, ao despolicamento de áreas importantes do Distrito Federal e ao inevitável adiamento de projetos essenciais à segurança de coletividade. Assim, por exemplo, a implantação da nova sistemática de policiamento intensivo que estava sendo preparada para desencadeamento amanhã, às 8 horas, na região de Taguatinga e Ceilândia, por proposta do Secretário de Segurança ao Sr. Governador, ficou transferida *sine die* até que a Polícia encontre condições de retomar esses projetos.

Esta é, Sr. Presidente, a situação da segurança pública neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Está aberta a palavra aos Parlamentares que estão presentes.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, eu me inscrevi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — V. Exa. pode falar.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, quero em primeiro lugar louvar a iniciativa de V. Exa ao convocar esta reunião e louvar a inicia-

tiva do Governo do Distrito Federal que assumiu, ele próprio, o trabalho de promovê-la.

Verifico que foi o Sr. Governador que se empenhou por isso, é louvável que a comunidade seja esclarecida, quer dizer, que os responsáveis pela coisa pública prestem contas a esta Comissão, através dela prestem contas ao povo, isso é fundamental.

Gostaria que a nossa participação fosse mais útil e proveitosa, e de vez que o Governo do Distrito Federal já falou pela palavra de S. Exa., o Sr. Governador, pela brilhante exposição de S. Exa., o Secretário da Chefia do Gabinete Civil e demais secretários em causa mais do que desejável, seria necessário ouvirmos a palavra das outras partes envolvidas nesse problema, até em benefício do próprio contraditório democrático.

O Sr. Secretário de Estado para assuntos do Gabinete Civil disse palavras de louvor ao comportamento da liderança sindical dos trabalhadores e tenho uma insopitável curiosidade de saber a posição dos trabalhadores nesse assunto, ainda mais neste assunto em particular, do transporte coletivo do Distrito Federal, porque o trabalhador é sempre o sacrificado. O trabalhador que opera o sistema de transportes, em função dos baixos salários, por mais beneficiado que tenha sido, através dos múltiplos benefícios diretos ou indiretos que foram relacionados nas exposições havidas, é sempre mal remunerado em função do crescente custo de vida — tanto os trabalhadores que são os usuários, os trabalhadores que usam o sistema de transporte coletivo, como os trabalhadores que operam o sistema de transporte coletivo.

De forma que é preciso que nós sejamos devidamente esclarecidos para que aquela reivindicação do Pirandelo seja levada em causa, a verdade de cada um, para que não haja uma verdade única, que é própria dos regimes autoritários. Como regime democrático, nós devemos ouvir a verdade de cada um. É o que sugeri a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito bem! Eu, democraticamente, submeto aos parlamentares aqui presentes a sugestão do Senador Pompeu de Sousa.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Então, com a palavra o Presidente do Sindicato dos Rodoviários. Devo dizer que gostaríamos que o ilustre representante da classe usasse o tempo necessário para que esta Assembléia continue em busca da solução, que é sair do impasse dessa greve.

Se V. Ex^a quiser participar da Mesa, pode vir. Será uma honra tê-lo aqui.

O SR. PEDRO CELSO — Sr. Presidente da Mesa, Sr. Governador, autoridades do Governo presentes, companheiros da imprensa, Sr^{es} e Srs. presentes, não é com muita facilidade que nós vimos a este plenário, diante de uma situação de angústia para todos nós. Primeiro queremos deixar claro que não temos a mínima satisfação de fazer a greve pela greve.

Gostaria de começar dizendo que em qualquer democracia que se preze, pelo mundo afora, é consagrado aos trabalhadores o direito de greve. Tentamos, de várias formas, chegar a um acordo.

Nossa campanha salarial se iniciou no início de setembro. No dia 13 de setembro aprovamos nossa pauta de reivindicações, onde deixamos marcada uma nova assembléia geral da categoria para o dia 11. Com muita dificuldade nos deparamos, tanto da parte empresarial como da parte do próprio Governo, em levar as negociações adiante, sendo que na TCB conseguimos algum espaço para negociar. Mas houve uma dificuldade imensa na negociação com as empresas particulares, que enviaram para a mesa de negociação pessoa sem o mínimo poder de decisão — no nosso ponto de vista — numa clara tentativa de não dar resposta às nossas reivindicações.

Somos conhecedores das dificuldades do Governo do Distrito Federal em obter recursos junto ao Governo Federal. Somos conhecedores também de que 60% do orçamento do Governo do Distrito Federal são oriundos desse mesmo Governo Federal. Somos conhecedores também do déficit do caixa único. Tentamos, de várias formas, sensibilizar as autoridades; tentamos, de várias formas, sensibilizar os empresários para que atendessem às nossas reivindicações, para que dessem um pouco mais de atenção ao nosso movimento. Estamos dentro da nossa data base, desenvolvendo uma campanha salarial, com todo o sacrifício que a classe trabalhadora enfrenta neste País.

Na assembléia do dia 11, tivemos uma dificuldade muito grande em conter a categoria, pois as nossas negociações já se arrastavam por um mês e não tínhamos resposta absolutamente nenhuma, apenas alguns avanços nas cláusulas sociais por parte da TCB.

Somente na semana passada tivemos condições de desenvolver, de desenrolar as negociações de conteúdo, com a participação do Sr. Guy de Almeida, Chefe da Casa Civil do Governo do Distrito Federal. Somente aí tivemos condições de avançar em algumas cláusulas que, sem dúvida alguma, são importantes para a categoria. Dessas 28 cláusulas conquistadas, ressaltamos aquelas de maior importância, aquelas que realmente têm grande interesse para a categoria, que são: o não pagamento de avaria e o auxílio-alimentação nas empresas particulares.

Quando na sexta-feira fomos convidados a conversar com o Sr. Governador, e é bom que também se esclareça que em outras oportunidades, como foi citado pelo Secretário do Trabalho, como em março deste ano quando tivemos um reajuste de 63%, é bom que se esclareça que isso não significou um aumento real de salários para a categoria, visto que a categoria já fazia jus aos dispositivos legais, em outras palavras, ao gatilho salarial. Em março o Governador nos solicitou um prazo de dez dias. Assumimos o compromisso diante do Sr. Governador de que fariamos todo o esforço junto à Assembléia para que esse prazo fosse concedido, e com muito sacrifício conseguimos convencer os nossos companheiros de categoria para aceitarem esse prazo. Houve um acordo, não foi preciso outras formas de ação.

Em maio, voltamos a procurar o Governo e os empresários em busca de uma reposição salarial para a categoria. Na época reivindicávamos 53,2% de reposição salarial e nos foi feita uma proposta de 15% que contou com a grande cola-

boração, para a solução do impasse, do Dr. Guy de Almeida e, também, naquela ocasião com a categoria mobilizada conseguimos algum ganho para a categoria.

Agora, nesta data base, vários obstáculos foram colocados nos entendimentos, quando os empresários enviaram para a mesa de negociação pessoas sem o mínimo poder de decisão, somente aproximando-se da nossa Assembléia do dia 2 de novembro, que foi marcada com uma antecedência de 30 dias; todos os trabalhadores dos transportes de Brasília eram sabedores da data da assembléia, a população tomou conhecimento dessa data através de notas distribuídas pelo sindicato, através de adesivos que distribuímos, através da própria imprensa escrita, falada e televisada e de todos os meios de que dispúnhamos.

Estranhou-nos sobremaneira, quando, numa primeira reunião com o Presidente da comissão de alto nível do Governo do Distrito Federal, a comissão que trata das negociações coletivas dos servidores do GDF — isso apenas a duas semanas da nossa assembléia geral, que foi dada pelos trabalhadores como a última e decisiva, precisávamos de uma resposta naquela ocasião — nos causou profunda estranheza que a Comissão de alto nível não tivesse conhecimento das reivindicações que estavam sendo colocadas. Cito como exemplo uma cláusula de extrema importância, principalmente para os trabalhadores da TCB, que trata da estabilidade no emprego ou mesmo de uma garantia no emprego, aos moldes do que a Comissão de Sistematização desta Casa aprovou. Quando fomos conversar com o Dr. Guy de Almeida ele não tinha conhecimento da reivindicação. Achamos estranho porque o Secretário do Trabalho participava das mesas de negociações, um homem do Governo dentro das negociações, e pelo que pudemos sentir não estava levando as preocupações dos trabalhadores, as tensões na mesa de negociação, para a comissão de alto nível, assim como não lhe estavam sendo levadas outras cláusulas importantes para a nossa categoria.

Somente a partir de terça-feira da última semana é que tivemos a importante presença do Dr. Guy de Almeida no encaminhamento das negociações. Sexta-feira última fomos convocados pelo Governador, que nos solicitou que cancelássemos a assembléia. Tivemos um debate por mais de uma hora com o Sr. Governador e dissemos a S. Ex^a que não era tão simples desmarcar uma assembléia que estava marcada há mais de 30 dias, onde a categoria estava mobilizada procurando um acordo há dois meses, procurando resolver de todas as formas. Demos vários sinais de que tínhamos disposição para dialogar, quando resolvemos ampliar o prazo do dia 11, do mês passado, para o dia 2 deste mês, e os demonstramos a mobilização da categoria, da necessidade de se fazer um acordo quando começamos a dar sinais ao Governo, aos empresários, à população, de que a nossa categoria precisava de resposta. Os meios que conseguimos utilizar foram: acendendo os faróis dos ônibus, buzinando, avisando, pedindo uma solução de todas as formas, peregrinando pelos gabinetes do governo, peregrinando pelas empresas em busca de solução. Fomos obrigados a fazê-lo, porque o Sr. Secretário do Trabalho nos disse que nos daria uma

resposta até o dia 20 sobre a questão salarial dos companheiros da TCB. Chegando o dia 20 resposta nenhuma nos foi dada, e dentro daquele esquema que a própria categoria decidiu como forma de luta, como forma de pressionar, foi decidida a paralisação da empresa do Governo, a TCB, por 24 horas como sinal de advertência de que os trabalhadores precisavam de uma resposta.

Nova data foi marcada pelo Sr. Secretário do Trabalho; dia 27 do mês passado e, novamente, resposta nenhuma obtivemos; no dia 27, novamente pessoas sem o mínimo poder de decisão na mesa de negociação. Resultado: fomos obrigados a realizar aquilo que a categoria apelidou de "operação-relâmpago". Numa tentativa de sensibilizar aqueles que tinham o poder de resolver os nossos problemas, fomos obrigados a realizar uma greve de advertência de duas horas, paralisando os ônibus no terminal da Torre de TV e, em seguida, liberando esses ônibus. Em ocasião anterior a esses dois movimentos, com alguns problemas que tivemos com a empresa Viplan e também para servir de alerta à população, ao Governo e aos próprios empresários, fomos obrigados a paralisar as atividades da garagem da empresa Viplan no Gama, por quatro horas e meia, novamente com tristeza, causando insatisfação à população. Apesar de todos os nossos apelos e de todos os nossos sinais, as coisas não caminhavam a contento. Precisávamos de uma resposta econômica às nossas reivindicações.

Acreditamos que todos aqui presentes entendem e têm bem claro que o trabalhador necessita de salário. Quando vemos as próprias autoridades do Governo reconhecerem a perda salarial violenta provocada pelo Plano Bresser, vivemos hoje, pelos cálculos do Dieese, uma perda, em junho, da ordem de 43% para nossa categoria — no caso, a TCB — que tem data base em 1º de outubro; e de 41% para os companheiros das empresas particulares.

O Sr. Governador nos procurou e nós apelou para que suspendessemos a assembleia. Explicamos a S. Exª que não era possível. Depois, apelou para que dêssemos um novo prazo. Com muita dificuldade, dissemos ao Governador que seria extremamente difícil que os companheiros, na assembleia, aceitassem essa posição, pois já estavam por demais angustiados — os companheiros da TCB com mais de um mês de defasagem, porque a data base é 1º de outubro e já estávamos em 31 de outubro. Dissemos isso ao Governador, apesar de conhecermos todas as dificuldades — e S. Exª ainda nos falou, até numa menção elogiosa, que a nossa categoria tem um nível de politização razoável.

Queríamos nós que a nossa categoria tivesse mesmo esse nível de politização ideal para entender determinadas situações.

No entanto, ontem, conforme havíamos previsto, com a maior lealdade, com a maior franqueza com que esse sindicato e o Governo sempre se trataram, dissemos ao Governador que seria extremamente difícil para nós fazer passar essa proposta na assembleia — com a mesma lealdade com que sempre nos tratamos. Em época anterior, conforme já disse, o prazo foi solicitado por parte do Governador e naquela ocasião, sim, tínhamos condições de conceder o prazo; esse

prazo foi concedido e conseguimos chegar a bom termo. Desta vez, não foi possível. Não por intransigência, não por radicalismo, não o da greve pela greve, porque nós, trabalhadores, lidamos no dia-a-dia com uma legislação trabalhista, com uma legislação sindical extremamente arcaica, onde o poder da classe trabalhadora se limita extremamente diante dessa legislação, lidando com empresários muito conservadores; mas não podemos negar, também, que esses empresários tiveram seu avanço, desde que começamos o nosso movimento, e que também têm acompanhado de certa forma a evolução da relação entre trabalho e capital, mas também enfrentando todo esse tipo de dificuldades. Convivendo com as condições de trabalho que temos, com o arrocho salarial violento, fomos obrigados a lançar mão do que consideramos como legítimo instrumento nosso de luta, que é a greve. Não por satisfação e nem por radicalismo, de forma alguma, porque o próprio Governador é testemunha de que, em outras oportunidades, tivemos condições de negociar e negociamos. Desta vez, infelizmente, estamos aí num impasse.

Queremos, em nome de todos os trabalhadores, de pais e mães de família que estão lá fora — são doze mil trabalhadores — vivendo momentos de angústia, apelar a esta Comissão que faça gestões no sentido de que resolvamos o problema da forma mais imediata possível.

Quero ainda colocar algumas questões, como aquela que, na cabeça dos trabalhadores, serviu como argumento muito forte na sua radicalização, em não conceder o prazo pedido pelo Sr. Governador. Os militares, cuja data-base é 1º de janeiro, tiveram agora aumentos salariais substanciais. Os servidores civis, cuja data-base também é 1º de janeiro, igualmente tiveram algumas conquistas. Nós, que estamos na nossa data-base, lutando para tentar resolver o problema há dois meses, até agora não tivemos resposta. É preciso que se veja isso, porque os trabalhadores também têm informações. Eles sabem o que acontece a nível da conjuntura nacional.

Com relação à violência que o Sr. Secretário de Segurança colocou: queremos expor que temos uma massa razoável de trabalhadores sob o nosso comando. Realmente, houve uma depredação de ônibus na madrugada de ontem. Segundo informações, ela não chegou à madrugada. Essa depredação se deu de 20 às 24 horas, quando as empresas, principalmente a Viação Pioneira, numa atitude impensada, retiraram os ônibus de circulação. É verdade que nos domingos e feriados a frota de ônibus funciona com apenas 20% da sua capacidade. E também é verdade que uma boa parcela dos companheiros preferiram não ir trabalhar, e sim participar da importante assembleia que estava sendo realizada. Nisso já se reduziu mais ainda o número de ônibus trafegando. Temos notícia de gerentes de operações das empresas que se posicionaram antes da chegada à rodoviária, exigindo dos motoristas que mudassem o itinerário dos ônibus, colocando "Especial" e os fazendo retornar vazios para as cidades satélites. Diante disso, reduziu-se drasticamente o número de ônibus, e a população necessitada de retornar às cidades satélites não teve oportunidade. Portanto, revoltou-se e depredou, de fato, vários ônibus, segundo informações, entre 20 e 24 horas.

Com relação ao incêndio de um ônibus, digo com a maior franqueza que isso ainda não chegou ao nosso conhecimento. Se coisas desse tipo estão acontecendo, não partiram de forma alguma da direção da liderança dos rodoviários.

Com relação a tiros: tiro disparado de um Fusca com a placa coberta, também não chegou ao nosso conhecimento.

Queremos colocar a violência à qual nós trabalhadores somos submetidos. Ainda hoje, um companheiro de apenas 19 anos, à época com 18, trabalhador, um cobrador da Viação Planalto, foi covardemente baleado pelas costas por uma arma de grosso calibre, 44, segundo informações que temos, e se encontra praticamente aleijado. Por felicidade, por grande empenho das autoridades da área de saúde, do próprio Governador e de outros secretários, esse companheiro não chegou a falecer.

Com relação aos menores detidos. Estamos com os nomes desses menores, não aqui, e sim com o nosso tesoureiro. Esses menores foram espancados pela Polícia Militar, permanecendo em seus corpos marcas dessa violência.

Queremos colocar também que, na madrugada, membros da comissão de empregados da Viação Pioneira e da Viação Alvorada foram violentamente atacados por aqueles considerados "jagunços" dessa Viação Alvorada, através do Sr. Pedro Lupe, gerente de operações ou cargo que o valha dessa Viação que, de posse de uma arma de fogo, atacou os nossos companheiros que estavam pacificamente no interior de um Volkswagen, nas proximidades da Ceilândia Centro; um outro indivíduo com o nome de Ivanildo, com uma barra de ferro, atacou os nossos companheiros. Naquele momento, para a nossa felicidade, estava passando uma viatura da Polícia Civil que recolheu todos esses elementos à delegacia mais próxima e os nossos companheiros estão lá. Tive contato com eles, estão feridos e passaram por exame de corpo de delito no IML. Infelizmente, são coisas que acontecem para quem tem um grande número de pessoas comandadas.

Finalmente, queremos apelar a esta Comissão para que faça gestões no sentido de resolver o problema. Reconhecemos as dificuldades do Sr. Governador no desenvolvimento da questão, mas pedimos a S. Exª e a todas as autoridades que reconheçam também as dificuldades imensas pelas quais passam os trabalhadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Convoquemos, agora, o Sr. Wagner Canhedo, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes do Distrito Federal. A palavra está entregue a S. Sª

O SR. WAGNER CANHEDO — Exmª Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Meira Filho; Exmª Sr. Governador do Distrito Federal, Governador José Aparecido; Srs. Senadores, Deputados, Secretários, companheiros de trabalho, pessoal da imprensa: com relação à greve dos rodoviários, nós, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes Coletivos do Distrito Federal, queremos aproveitar esta oportunidade para apresentar os nossos protestos, porque a solicitação do Exmª Sr. Governador era para transferir a assembleia de segunda-feira para sexta-feira; portanto, sem nenhum prejuízo para a cate-

goria, desde que as reivindicações que estão sendo feitas nessa assembleia eram para ser recebidas durante o mês de novembro. Portanto, nenhum prejuízo se daria à categoria, transferindo a assembleia de segunda para sexta-feira.

De forma que ficam, aqui, registrados os nossos protestos.

Com relação à acusação do Sr. Pedro Celso de que o Sindicato dos Empregados mandou para a mesa de negociações pessoas que não tinham condições de decidir, não concordamos, porque todas as vezes estávamos presentes; uma só vez, em que tínhamos reunião com o Sr. Governador, para tratar dos assuntos dos rodoviários, é que solicitamos a presença de alguns dos nossos representantes. Só para esclarecer essa acusação feita pelo nosso companheiro Pedro Celso.

Gostaríamos de deixar claro, aqui, também, que não somos contra a greve; nunca fomos e nunca vamos ser contra nenhuma greve, desde que nas mesas de negociações cheguemos à exaustão e não cheguemos a um acordo. E o Sr. Pedro Celso, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, é testemunha de que, em todas as nossas reuniões, fizemos o máximo possível para ceder, dentro daquilo que era viável e que fosse suportável para o Governo, para as empresas, para os trabalhadores e suportável para a população do Distrito Federal com relação à tarifa. De forma que cedemos naquilo que foi possível e achamos que os trabalhadores, realmente, tiveram um avanço bastante acentuado.

De forma que achamos que não havia razão de forma alguma para se ter declarado essa greve na noite de segunda para terça-feira.

Outra coisa que muito me estranhou, Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, foi o fato de o Sr. haver concordado, de pronto, nessas negociações, no sentido de que o sindicato não faria piquetes nas portas das garagens. Isto muito me estranhou, porque em todas as greves tivemos grandes problemas com os piquetes feitos pelos rodoviários. Muito me estranhou, mas achei que, realmente, os trabalhadores também estavam avançando e verificando a necessidade do transporte urbano para a comunidade de uma cidade.

Sempre temos um determinado número de pessoas que chamamos "fura-greve", e não é de mérito algum fazer essa denúncia, aqui, em Plenário, porque realmente isso vem acontecendo na prática. Para que a população não fique prejudicada, usamos um determinado número de funcionários para que algum percentual de veículos rode em dia da greve e, lamentavelmente, nesta greve, não conseguimos trabalhar algum, não conseguimos rodar com nenhum ônibus. Lamentamos, profundamente, esse esquema armado pelos trabalhadores.

Como já disse, não somos contra a greve. Penso que a greve é um direito do trabalhador, desde que as negociações esgotem-se numa mesa, sem que se chegue a conclusão alguma. Apenas nesse caso, a greve seria uma solução. É a nossa posição.

Queremos aproveitar esta oportunidade, porque sabemos que esta reunião não foi convocada para isso, para fazermos uma denúncia, aliás, uma denúncia que achamos muito grave. Vamos aproveitar esta oportunidade, para não estar aqui nesta Comissão novamente nos próximos dias. Apesar

das dificuldades encontradas pelo Governador José Aparecido de manter o volume de subsídio para o transporte coletivo do Distrito Federal, essa denúncia é realmente muito grave: as empresas de transporte coletivo do Distrito Federal estão à beira da falência mesmo! Nós somos empresários nesta cidade já há mais de 30 anos e há mais de 20 no transporte coletivo. Não fazemos isso pela nossa sobrevivência, porque, graças a uma posição do Distrito Federal, os empresários do transporte coletivo no Distrito Federal têm outras atividades e não dependem das empresas para sobreviver.

Mas nós lamentamos profundamente que isso venha ocorrendo. Com todo o esforço do Governador José Aparecido, vocês estão ouvindo do Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivos do Distrito Federal essa denúncia: as empresas do Distrito Federal estão na falência.

Quando o Governador José Aparecido disse que nós temos 195 milhões de cruzados para receber, realmente é uma verdade, só que é uma verdade no custo que o Governo até agora atribuiu a nós. Nós estamos ainda com o custo do dia 1º de julho, portanto de lá para cá, tivemos aumento de óleo diesel, aumento de pessoal, aumento de peças, pneus e outros; portanto não é possível que nós consigamos operar com esse custo/quilômetro e no custo/quilômetro necessário, estritamente necessário, para que nós possamos ter sobrevivência, o Governo hoje nos deve 425 milhões de cruzados.

Aproveito aqui, Sr. Governador, para fazer essa denúncia em público, porque nós estamos à beira da falência e somos empresa que sempre pagamos nossos compromissos em dia e, lamentavelmente, apesar de reconhecer o grande esforço feito por V. Ex^a, nós não estamos conseguindo sobreviver. Sentamos à mesa de negociação com os rodoviários, cedemos em causas sociais importantes para os trabalhadores, com grande peso econômico, sabíamos que determinadas cláusulas em que nós cedemos, que nós não íamos e não vamos ter condições de cumprir se o Governador não determinar a revisão dos custos de imediato.

Então meus senhores, se as empresas, o Governo, os trabalhadores e a população não se unirem neste momento difícil que a Nação atravessa, nós teremos grandes problemas, problemas muito graves.

Há alguns dias os empresários nos convidaram para que nós fôssemos ao Governador entregar as empresas para o Governo, deixar que o Governo operasse as empresas. Ora, nós achamos que naquele momento ainda não era o caminho, não era ainda a solução, poderíamos tentar novas tratativas como estamos fazendo. Temos tido boa vontade do Governador José Aparecido, apesar de reconhecer que ele tem problemas de verba na área federal. A propósito, gostaríamos de ler aqui um expediente — do qual gostaríamos depois de entregar uma cópia ao Sr. Senador Meira Filho e aos outros Srs. Senadores: deste documento o Sr. Governador já tem uma cópia — para que os Srs. tomassem conhecimento.

Desde o advento do sistema de caixa único, em junho de 1986, os custos/quilômetros admitidos pelo DTU-SSP (Secretaria de Serviços Públicos) para as operadoras estão abaixo das reais

necessidades das empresas, tendo em vista os níveis de operação a que estão sujeitas. Esta posição está agravada particularmente a partir de 1º de julho do corrente ano, quando foram calculados novos custos para cada operadora do sistema. Anteriormente e notadamente nesta ocasião, as empresas remeteram diversos expedientes ao Secretário de Serviços Públicos, ao Presidente do Grupo de Estudos e Controle Tarifário, ao Conselho de Transportes Públicos Coletivos, e ao próprio Exm^o Sr. Governador do Distrito Federal, Dr. José Aparecido, chamando a atenção para a difícil situação que sem dúvida as levaria à falência. A seguir demonstra a defasagem do custo quilômetro desde o primeiro de julho do corrente ano; os Srs. receberão cópia.

"Após o dia 16-10-87, vale ressaltar que diversos componentes de custos tiveram reajuste agravando ainda mais os custos-quilômetros. Entretanto, o importante a ressaltar é que mesmo não corrigidos os custos, apesar dos diversos apelos, o Caixa Único deve às operadoras privadas cento e quatorze milhões de cruzados, em notas de crédito emitidas, além das diversas medições ainda não concluídas (complemento das quinzenas de agosto — 2ª — setembro e outubro, além de recursos) que correspondem a cerca de quarenta e seis milhões de cruzados, perfazendo o total de aproximadamente 160.000.000 (cento e sessenta milhões de cruzados), sem inclusão da segunda quinzena de outubro.

A situação torna-se mais grave quando se tem certeza de que os custos em que se baseiam estes valores são irreais. A adoção dos custos reais eleva a dívida para com as empresas para cerca de Cr\$ 425.000,00, valor que como se vê é altamente significativo e do qual as operadoras não podem prescindir.

Esta é a razão por que as empresas estão em débito na praça com fornecedores de peças, pneus, óleo diesel, e outros e completamente endividadadas na rede bancária, inclusive BRB.

Os custos irreais e os constantes atrasos dos pagamentos do caixa único, repete-se, levaram as empresas de transporte público à falência, o que em última análise é um profundo desrespeito à atual Constituição do País.

Nesta situação de caos econômico e financeiro, em que tentam sobreviver, é impossível para as empresas acordarem com os rodoviários cláusulas reivindicadas, que ao tempo que possam ser consideradas justas seriam impossíveis de atendimento. Todavia, num esforço sobrenatural e sabendo que dificilmente poderia cumprilas o sindicato, nas diversas reuniões negociou a quase totalidade das cláusulas sociais, atendendo as reivindicações dos rodoviários. Quanto às cláusulas econômicas, aguarda-se que o Governo do Distrito Federal conclua suas negociações com o Ministério da Fazenda."

Como os Srs. vêem, todos nós temos dificuldades, e esta denúncia aproveitamos para fazê-la aqui, neste plenário, porque sabemos que a situação é grave e nós teríamos que voltar dentro dos

próximos dias a este plenário para que fizéssemos esta denúncia e para que o transporte público não sofresse paralisação, apesar de reconhecer o grande esforço que o Governador José Aparecido tem feito para que isso não aconteça. Muito obrigado aos Srs.

O SR. JOSÉ APARECIDO — Tenho a impressão de que certamente há perguntas. Srs. Parlamentares vejo que este é o momento particularmente expressivo para a população do Distrito Federal, que sofre as graves consequências da paralisação dos transportes coletivos em Brasília. Esta reunião envolve depoimentos conclusivos dos rodoviários e das empresas concessionárias e envolve a face pública do Governo do Distrito Federal no encaminhamento de um problema que coloca a cidade hoje paralisada, com todas as repercussões negativas de natureza econômica, de natureza social e de natureza administrativa. Espero, por isso mesmo, que haja uma tomada de consciência sobre um problema fundamental até para o exercício da cidadania, até para o exercício da vida democrática, que o sagrado direito de ir e vir. A cidade, por isso mesmo, precisava ter neste painel vivo, na Comissão do Distrito Federal, a tomada de consciência de um problema que envolve a própria sobrevivência da população de Brasília, e de Brasília, como sede dos Poderes da República, e como sede das representações diplomáticas credenciadas junto ao Governo do Brasil.

Sei que os transportes coletivos estão ameaçados duas vezes pelos concessionários, como acaba de relatar, em palavras candentes, o Presidente do Sindicato, Sr. Wagner Canhedo. E está a cidade paralisada pela greve dos rodoviários, com o depoimento do Presidente Pedro Celso, um depoimento sincero e honesto, um depoimento leal, como tem sido no curso do meu Governo o diálogo que tenho, no exercício da Função, mantido com concessionários e com rodoviários.

É claro que a cidade não pode continuar parada, é claro que a população a partir de amanhã reaja com relação à atualidade que está vivendo, sem condições de trabalhar, sem condições de exercer as atividades normais de sua vida. E por isso que disse aqui que em nenhum momento, em minha consciência, tive ou tenho qualquer vacilação de assumir responsabilidades; inclusive há dois atos que são certamente impopulares nesta hora, e altamente sacrificadores da população, sobretudo daquela que depende do transporte de massa. Disse que assumirei a responsabilidade de aumentar as passagens em novembro e em dezembro, explicando à população que este é um quadro de realidade, e a realidade não é imaginosa; ela é só realidade. Fiz questão de trazer este depoimento da consciência de muitos homens, todos com a responsabilidade pública, sejam secretários de Estado, sejam trabalhadores, sejam empresários, para que haja uma tomada de consciência num problema que é a base em Brasília, a cidade que se define, como disse antes, pela sua concepção, com uma atividade singular, em que o corpo humano é cabeça, tronco e rodas. Estou à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu também, como parlamentar — não sei se estarei in-

fringindo, nessa oportunidade, o nosso Regimento Interno — vivo preocupado com os problemas da nossa cidade. Eu não fui eleito pelo povo para não fazer nada. Aliás, o que eu faço não é uma virtude; é o cumprimento de um dever. Preocupado com o problema dos trabalhadores dos transportes coletivos, Governo do Distrito Federal, empresários e populações e sabedor da dificuldade econômica pelas quais passa o nosso País, talvez agindo até por intuição, peguei o telefone e pedi uma audiência ao Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira. Imediatamente ele me disse "Senador, o Sr. não precisa pedir audiência, o Sr. pode vir ao meu gabinete". E eu fui levar a ele a minha aflição, como que uma espécie de agonia. Talvez por intuição eu estivesse antevendo esse desfecho que é desagradável para a nossa Capital: privá-la de se transportar para o trabalho. E fiz ver a ele a minha preocupação com relação à liberação de verbas. Não falei disso ao Governador, não falei disso a companheiros Senadores, não; fui, sim, como brasileiro preocupado por um quadro que se manifestava como muito ruim para nós nesta cidade, e fiz ver a ele que essas verbas que estão lá, que ao que eu ouvi dizer tinham sido autorizadas pelo Presidente da República, se eu estiver errado que o Governador me retifique, que fossem liberadas, porque nós estávamos caminhando para uma situação de impasse — que infelizmente aconteceu. S. Ex.^a manifestou sua apreensão e a sua preocupação e foi até muito gentil e compartilhou comigo da aflição que eu levava a ele naquele momento. Infelizmente, não sei se houve providências ou não, o fato é que estamos diante deste impasse.

— Eu dou a palavra agora aos Parlamentares.

O SR. SENADOR EDISON LOBÃO — Sr. Presidente, eu ouvi atentamente os depoimentos do Governador e de seus Secretários. São todos eles profundamente preocupantes, mas o depoimento do Secretário de Segurança chega a ser dramático. O Governador demonstrou, e o seu Secretário de Serviço Público também, que temos uma frota de ônibus insuficiente para a população de Brasília.

As recomendações mundiais são no sentido de que por metro quadrado sejam acomodados apenas 4 passageiros, e nós aqui acomodamos 10 passageiros por metro quadrado. Vale dizer, 150% a mais do que internacionalmente se prevê. Isto por quê? Porque a frota é insuficiente, é insuficiente porque os empresários não conseguem, com seus próprios recursos, ampliar as suas próprias frotas.

Penso que começa então uma ciranda de dificuldades. A passagem de Brasília é a mais baixa do País e, todavia, o Governo do Distrito Federal precisa subsidiá-la com aproximadamente 25% porque o usuário não tem condições de pagá-la. As dificuldades se ampliam quando se sabe, e aqui foi dito, que 75% do orçamento do Distrito Federal se destinam a pagar funcionários, de 5 a 10% o subsídio. Restam apenas magros 15% para fazer todas as obras que incumbem ao Governo do Distrito Federal. O que fazer? Recorrer aos cofres do Governo Federal, quebrados também, sabemos todos nós. O Governo Federal não consegue atender as suas próprias despesas. Como resolver o problema? O rodoviário ganha pouco, e ganha pouco mesmo; as autoridades do

Governo, como lembrou aqui o Presidente do Sindicato, reconhecem que de um modo geral os trabalhadores brasileiros perderam salários em grande escala, e de fato perderam; os empresários não podem pagar um centavo a mais porque já estão quebrando; o depoimento aqui do Presidente do Sindicato dos Proprietários que deseja, inclusive, repassar os seus ônibus, as suas companhias para o Governo do Distrito Federal, como solução para eles não para o Governo.

Sabemos que a TCB, que tem prestado ao longo dos tempos um relevante serviço à população de Brasília, é uma empresa pública e como tal não tem a mobilidade e a agilidade e não consegue fazer a economia operacional de uma empresa privada.

Então, repassados os ônibus todos para a órbita do Governo do Distrito Federal o que se terá, sem dúvida nenhuma, será uma queda da qualidade de transportes e aí sim, aqueles 15% de que falávamos ainda há pouco, que restam no Orçamento do Distrito Federal iriam tranquilamente embora no primeiro impulso. Está aí a ciranda de dificuldades.

Ora, o rodoviário precisa, de fato ter um salário adequado à sua vida, à sua família. O empresário precisa ter uma remuneração ainda que baixa para, pelo menos, manter a sua empresa, e o Governo não pode ajudar e o usuário não pode pagar mais.

Se me perguntarem qual é a solução eu direi tranquilamente: não sei. Mas, a única coisa que me ocorre, neste oceano de dificuldades é perguntar ao Governador em que pé se encontra o pré-metrô ou metrô, ou trem de superfície; porque se estou preocupado, e estou profundamente preocupado com os rodoviários e com os empresários, estou infinitamente mais preocupado com os usuários, porque para cada 6 mil rodoviários ou 10 ou 12, como disse o nosso Presidente do Sindicato, que precisam da nossa atenção, nós temos 1 milhão e 800 mil pessoas, estou dizendo aqueles que imagino que andam de ônibus.

Então, a minha preocupação primeira, como homem público, há de ser com este um milhão e oitocentos, no passo seguinte com os 12 mil e, finalmente, com os poucos empresários.

Na verdade é que uma solução terá que ser encontrada sob pena de mergulharmos no mais negro dos caos aqui no Distrito Federal. E a pergunta que faço ao Governador: o trem de superfície vai resolver este problema?

O SR. JOSÉ APARECIDO — Devo dizer ao Senador Edison Lobão que ele fez uma síntese de extraordinária abrangência. O problema envolve realmente com essa conotação patética, todas as categorias profissionais e, finalmente, a comunidade no caso dos transportes públicos de Brasília.

Os estudos com relação ao metrô de superfície já estão numa segunda e decisiva fase.

O primeiro estudo de identificação da viabilidade técnica e financeira já está concluído e o Secretário José Carlos Melo já providencia os projetos de engenharia.

Os estudos foram feitos pelo Instituto Mauá, que ganhou a concorrência de que participaram as 20 grandes companhias de consultorias de transporte de massa no Brasil e para nossa honra e como sortilégio foi vitoriosa a empresa ligada

à Universidade de São Paulo, Instituto Mauá de Engenharia.

Vou pedir ao Secretário José Carlos Melo que dê detalhes, neste momento, dos trabalhos da Secretaria de Serviços Públicos sobre o metrô de superfície, inclusive com esta nova proposta do IBTU que coloca o bonde, recuperando a memória e certamente fazendo, numa cidade que tem esta beleza plástica de Brasília, uma proposta de um novo componente até de natureza cultural.

Peço, então, ao Secretário José Carlos Melo que dê a posição, hoje, dos estudos com relação ao metrô de superfície.

O SR. JOSÉ CARLOS MELO — Sr. Presidente, Sr. Governador, Srs. Parlamentares:

Falei, aqui, que a nossa política de transportes tem ações de curto, médio e longo prazo. Os de curto e médio prazo tive oportunidade de sintetizar na parte anterior.

Quanto às de longo prazo, só há uma solução: introduzirmos uma alteração tecnológica que vá dar mais capacidade ao sistema de transportes.

Eu pediria dois minutos, apenas, para ser um pouco professor de transportes.

O sistema de transporte é basicamente constituído pelo meio de transportes, pela via de transportes e pelo terminal de transportes. O terminal pode ser até um simples ponto de parada. Esses três elementos operam de maneira conjugada, e cada sistema de transporte tem uma capacidade dentro dessa operação, ou seja, cada meio, cada via e cada terminal, operando combinadamente, tem uma capacidade. O ônibus, usado ao acaso, como na maioria das cidades brasileiras, disputando espaço com o automóvel, sem prioridade em sinais, sem ponto de parada regularmente espaçado, transporta de 8 a 10 mil passageiros por hora, quer dizer, o sistema — o meio, a via e o terminal combinados.

Se for melhorado paulatinamente o sistema por ônibus, introduzindo faixas exclusivas, prioridades em sinais, pontos de parada regularmente espaçados, veículos apropriados ao tipo de demanda, podemos chegar, com uma lotação exagerada, digamos de 7 ou 8 passageiros por metro quadrado, até a 20, 21 mil passageiros na hora do pico. Pronto. E aí esgotou a capacidade do sistema por ônibus.

A tecnologia seguinte é a do chamado metrô leve, que é o bonde moderno, muito usado na Europa e que transporta até 35 mil passageiros-hora.

Há a tecnologia também chamada VLT — Veículo Leve sobre Trilhos.

A tecnologia seguinte, de 35 a 80 mil passageiros-hora, é o chamado metrô pesado, ou trem suburbano, que todos conhecemos.

No trecho Ceilândia — Taguatinga — Guará e Plano Piloto, já estamos transportando, na hora do pico, em torno de 20 mil passageiros por hora, e a demanda é crescente, porque a população de Brasília cresce em torno de 7% ao ano.

Entendo que este fórum, mais do que discutir a situação emergencial, que é grave, é para discutir esta crise, que quase não vemos e que, para quem trabalha no setor, para o Pedro Celso, para o Wagner, para nossos técnicos, é diária, é cotidiana, e, para o usuário, nem se fala.

Essé quadro, que hoje é ruim, será degradado a cada ano, por aumento de demanda e por incapacidade do sistema.

A longo prazo, já que o assunto é caro e envolve aspectos urbanísticos, que o tornam um pouco polêmico, a sua compatibilização com o urbanismo e a arquitetura de Brasília, o Governador José Aparecido criou uma comissão constituída pelas Secretarias do Governo, Serviços Públicos e Viação e Obras, Ministério dos Transportes, através da CBTU, Ministério do Desenvolvimento Urbano, através da EBTU, Ciência e Tecnologia e SEPLAN. Essa Comissão, por unanimidade, analisando estudos preliminares existentes — temos um estudo de 1978 e temos a atualização desse mesmo estudo, de 1984, estudos de demanda — chegou à conclusão que é urgente contratar o estudo de viabilidade técnico-econômica do metrô.

O escopo básico de trabalho para a concorrência foi feito por técnicos desses 7 órgãos, principalmente do DTU, da EBTU e da CBTU. Feita a concorrência pública, o Instituto Mauá venceu.

Houve um acompanhamento, através de seminários, de 15 em 15 dias, com o Instituto Mauá, que por ser uma instituição acadêmica, não tem fins lucrativos. Tivemos a sorte, ainda, de a concorrência pública ser vencida por uma entidade absolutamente isenta de interesses comerciais, ligada à Universidade de São Paulo, entidade puramente acadêmica e que presta trabalhos de consultoria há anos na área de transportes. Esse estudo mostra que o metrô de Brasília é uma obra urgente, tem que começar de imediato. A primeira linha teria aproximadamente 33 quilômetros. Como todos os meios de transportes passam a ser complementares, o esquema de transporte é que mudaria; teríamos uma linha troncal, que seria a base do sistema, a alimentação pelo sistema de trens e a distribuição pelo sistema de ônibus. O custo de implantação da tecnologia ferroviária é mais caro do que qualquer outra, mas a longa vida útil dilui esses custos ao longo de um período extremamente distante. Para os senhores terem idéia, salvo os materiais de consumo, num projeto ferroviário, o elemento de vida útil mais curta é o dormente, que dura 25 anos; então, esses custos são diluídos; o básico é realmente o desembolso inicial. Esses 33 quilômetros, em face da não necessidade de desapropriações — ou se houver para um ou outro terminal serão mínimas — em face do terreno de Brasília, levemente ondulado; em face do fato de governos passados, em estudos já realizados, haverem preservado a faixa; em face do lençol, freático ser favorável; em face de tudo isso, seria talvez o trem mais barato do mundo. Quando cotejamos com outros trens, até o custo nos surpreende. O custo de uma tecnologia ferroviária se dá por quilômetros de linha, não quer dizer que cada quilômetro custe aquilo. Nesse quilômetro de linha está embutido oficina, trem, tudo que precisa. O custo dos metrô do Rio de Janeiro e São Paulo, com desapropriações brutais e operação e construção em área densamente povoada, dependendo do trecho, está em torno de 80 a 100 milhões de dólares o quilômetro. O preço internacional, barato, é da ordem de 50 milhões de dólares o quilômetro. Estivemos, recentemente, o Governador José Aparecido e eu em Moscou, numa longa reunião com a direção do metrô de Moscou, que se expande a 9 quilômetros ao ano; em face das peculiaridades de terreno e a profun-

didade, já que a linha é muito densa, uma galeria é feita embaixo da outra, está em torno de 300 milhões de dólares o quilômetro.

Com características muito semelhantes foi implantado o metrô de Porto Alegre, todo em superfície, em torno de 15 milhões de dólares o quilômetro, mas ainda com desapropriações e um trecho em via elevada. Temos condições de fazer aqui, por 13 a 14 milhões de dólares o quilômetro. E como negociar esses recursos? Vimos que o BNDES vai aportar recursos ao metrô de Copacabana; é um trecho pequeno para transportar a classe alta, de renda média e alta. O nosso é para transportar trabalhadores da Ceilândia para o local de trabalho; é bem diferente do metrô da Zona Sul do Rio de Janeiro. Vimos que o BNDES, com entusiasmo, se engaja no metrô de Copacabana, num pequeno trecho; de Botafogo até Ipanema o custo é de um bilhão de dólares. O nosso, pelas nossas peculiaridades, passa a ter uma viabilidade muito maior de aceitação junto ao BNDES, até pelo seu caráter eminentemente social.

Segundo, a EBTU criou um programa de trens leves, metrô leve que ela, para dar o charme, chamou de "programas de bonde", para lembrar o tempo em que andávamos de bonde. E está incluído como prioritário o programa de bondes da EBTU. Em conversas, inclusive, com técnicos daquela empresa, tão logo o conselho de Arquitetura Urbanismo e Meio Ambiente aprove o estudo de viabilidade e o traçado, a EBTU tem condições de assinar um convênio já com o GDF, que nos daria possibilidade de prosseguir com o BNDES. Para nossa felicidade, a indústria nacional, a indústria brasileira tem **know how** completo para essa tecnologia. Tem até vencido concorrências importantes no exterior. O Senador Edison Lobão foi muito feliz em sua colocação. Estamos vivendo uma crise, que tende a se agravar e vai ser cada vez maior. E como disse o Senador, o que fazer? Os técnicos ainda têm alguns paliativos, pequenas margens de manobra. Mas daqui a pouco; nem os técnicos saberão o que fazer.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Em primeiro lugar, quero me congratular com o meu caro companheiro, o nobre Senador Edison Lobão, que, trazendo as suas perplexidades e as suas aflições, que são de todos nós, a respeito do transporte coletivo de Brasília, do impasse do transporte coletivo de Brasília, nos proporcionou esta bela aula do engenheiro de transportes, José Carlos Melo, doutorado em transportes.

Entretanto, essa é uma solução estrutural a longo prazo; não é nem a médio prazo. Nós estamos diante de uma situação conjuntural, mais do que conjuntural, emergencial; estamos diante de uma emergência e temos que procurar uma solução para essa emergência. Precisamos sair daqui com alguma coisa concreta ou com a expectativa de concretude, que foi muito ilustrada e muito enriquecida academicamente pela mobilização que nos deu a nós outros ignorantes dos transportes, o engenheiro PhD José Carlos Melo.

Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar a V. Exª e aos companheiros mais bem-informados, porque hoje li num jornal aqui de Brasília algumas opiniões de companheiros nossos, inclusive companheiros de Bancada. Na opinião do nobre Constituinte Francisco Carneiro a única solução é o aumento de tarifas. Se os custos são realmente esses, se a situação é essa, me parece que isso é inelutável. Entretanto, o grande sacrificado é sempre o trabalhador, trabalhador que opera o sistema de transporte e que tem um salário baixíssimo, que por mais que tenha recebido esses benefícios diretos ou indiretos, isso é ainda pouco para as suas necessidades elementares, e o trabalhador usuário do sistema de transportes, o que opera e quem usa; porque quem usa é o trabalhador, não somos nós. Nós temos os nossos carros particulares e até os carros oficiais. Eu, por exemplo, nós Senadores temos, o Sr. Governador, o Sr. Secretário, todos nós temos esses confortos. O trabalhador, portanto, é o grande sacrificado.

Eu confesso a minha ignorância nesse sentido. No Ministério anterior criou-se o Vale-Transporte, que o empresário financiava mais de 90%, se não me engano; a princípio era facultativo, depois tornou-se obrigatório. Acredito que compete ao empregador esse ônus. O Estado, em última análise, é que vai arcar com o ônus final porque, através do Imposto de Renda, ele é descontado, mas há um financiamento no tempo. Eu pergunto se a obrigatoriedade está sendo cumprida. Tenho a impressão que não.

O SR. JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA — Está sendo regulamentada.

O SR. POMPEU DE SOUSA — O grande mal deste nosso País é que as coisas ficam no faz-de-conta. As leis não pegam, como dizia mestre Francisco Campos. O Brasil é um país onde as leis não pegam. O grande mal é o faz-de-conta. Este assunto já está muito tempo decidido, mas não funciona. Acredito que é uma obrigação do empregador dar ao trabalhador a condição mínima de ele ir para o trabalho, porque ele não está podendo ir para o trabalho; atualmente, não está podendo ir em função da greve, mas se não houver greve ele também não tem condição de ir se for aumentada a tarifa; é um círculo vicioso.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Com a palavra o Dr. José Carlos Melo.

O SR. JOSÉ CARLOS MELO — Quero esclarecer ao nobre Senador Pompeu de Sousa que ontem, numa reunião com empresários, nós colocávamos que uma vez entrado em vigor pleno o Vale-Transporte, grande parte de toda essa situação estará resolvida. A obrigatoriedade do Vale-Transporte foi aprovada recentemente no Congresso e está no período de regulamentação. Até o dia 15 deste mês ele deverá estar regulamentado e aí entrará em uso obrigatório de imediato. O usuário de transporte, que ganha salário mínimo, de acordo com a lei que cria o Vale-Transporte vai pagar apenas 6% da despesa de transporte. A lembrança do Senador Pompeu de Sousa é muito importante porque ontem ainda, em reunião que o Governador José Aparecido determinou que fizessemos com os empresários, eu dizia que grande parte de todos esses problemas, de caixa único, de tarifas insuportáveis para o usuá-

rio, está resolvida na hora que entrar o Vale-Transporte em pleno funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Carvalho.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Sr. Presidente, não é a primeira vez que aqui venho, mesmo não fazendo parte da Comissão, pelo fato de ser Deputado e aqui ser uma Casa de Senadores, mas em razão da minha preocupação com os problemas da cidade aqui tenho comparecido, sempre que posso...

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Mas desde o começo da instalação da Comissão ficou estabelecido que o Deputado participa dos nossos trabalhos tendo direito a voz, mas não a voto.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Espero que a eleição para o Poder Legislativo local venha suprir essa deficiência na representação em Brasília, o que acho fundamental.

Sr. Presidente, não é a primeira vez ouvimos sobre o problema das agruras do transporte coletivo de Brasília. Quando da última campanha salarial dos companheiros rodoviários, aqui estive e presenciei uma polêmica bastante acalorada entre o anterior Secretário dos Serviços Públicos, José Roberto, e os representantes patronais. Ouvi, também, aqui, repetidos argumentos no sentido de que as empresas estavam se inviabilizando. Tive, inclusive, conhecimento de uma nota — foi aqui divulgada — bastante dura, contra o Governo, em que se ameaçava paralisar os transportes de Brasília, por iniciativa patronal, entregando-os definitivamente ao governo.

Estranhamente, coincidentemente, naquele mesmo período, quando o Secretário anterior ameaçou abrir concorrência para que a qualidade dos transportes fosse elevada, em face dos argumentos colocados — 10 por metro quadrado, o que é absurdo, impossível — vimos que os interesses empresariais, que se sentiam tão vulnerados, continuaram mantendo o monopólio daquelas linhas, sinal, realmente, de que o negócio continua rentável. Vimos, agora, a repetição daquela história.

Já tive oportunidade de falar, pessoalmente, com o Sr. Governador, da nossa posição, por questão de princípio ideológico, programática.

O SR. JOSÉ APARECIDO — O Deputado Augusto Carvalho quer que eu fique com os ônibus. Já falei com os empresários que quem nasce em Conceição, com dois ônibus resolve o problema. Com 1.500, jamais.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Realmente, defendemos que este é um setor essencial à vida das cidades. Sendo uma concessão do Estado, se ela não está sendo colocada a serviço da comunidade, como deveria estar, no seu nível de qualidade, inclusive com o Vale-Transporte como solução, ela vai continuar significando isso mesmo. Eles, que combatem o déficit público, vão ter que, depois, localizar esse déficit nos sorvedouros de recursos do Tesouro, para subsidiar a livre iniciativa ou iniciativa privada.

O SR. JOSÉ APARECIDO — Só quero dizer que tivemos a experiência de Moscou, o Secretário José Carlos Melo e eu, e vimos que o problema não difere. Brasília é uma cidade que tem

27 anos; Moscou, 800 anos; o México, 600 anos; Paris, 2.000 anos. O metrô de Paris começou a ser feito em 1900. Eles têm os mesmos problemas que vivemos, hoje, com uma cidade de 27 anos. É um problema que se vai agravar, até porque temos um encontro com a virada do século, desse somos contemporâneos. Nunca fui apresentado a ninguém que queira despedir-se da vida daqui a 13 anos. Por isto mesmo, seremos, pelas avaliações da ONU, na curva do século, cerca de 5 milhões de habitantes. Falarão, numa primeira advertência, em 4 milhões, mas com o simpósio que aqui fizemos — "Brasília: Concepção, Realidade, Destino" — vimos que as apropriações são aritméticas: seremos 5 milhões, daqui a 13 anos. Assim, não há como conversar sem esta visão, que não é uma visão do horizonte, mas a visão mais imediata, aquela de que somos, nós mesmos, contemporâneos dos nossos dias. Para falar com absoluta sinceridade, pelo que vi em Moscou, no México e em Paris, não tenho nenhuma condição, em consciência, de estatizar os transportes coletivos em Brasília. Não o farei porque sei, em consciência, que seria um ato extraordinariamente lesivo à população do Distrito Federal.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — A diferença de Moscou, que V. Exª citou, Governador, é que o metrô existe desde 1923 e tem os preços congelados até hoje.

O SR. JOSÉ APARECIDO — Continuam com graves dificuldades. Não se antecipe V. Exª, porque o Gorbachev está nos ensinando muita coisa. Senão, V. Exª vai ter que fazer retificação em tudo, e em breve.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Não vou polemizar com V. Exª com relação a esta questão, porque é uma discussão prolongada.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Se V. Exª me permite um aparte, eu gostaria de lembrar que as condições de vida da população de Moscou e sobretudo da população de Paris são muito diversas das da população de Ceilândia e Taguatinga.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu queria lembrar que nós estamos aqui para o "amanhã". Se amanhã a greve continuar, o povo não vai chegar ao trabalho.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Eu não quero ficar fazendo digressões a respeito de qual vai ser o futuro. Aliás, penso que a intervenção do Secretário sobre a proposta do metrô é um assunto da mais alta importância e que deve envolver todos os setores da sociedade de Brasília. De antemão, eu quero levantar minhas preocupações. Espero que, pela própria conformação do Distrito Federal, depois, as composições do metrô não venham disputar com os ônibus os espaços do Ginásio dos Esportes, para não ficarem ociosos, como acontece hoje com os ônibus.

Sr. Presidente, sabemos que a situação é grave. Constatamos que o impasse está gerado. Nós não podemos continuar com a Polícia deslocada das suas funções de garantir segurança à população, para intervir na greve, dando segurança, como foi colocado, para os ônibus.

O SR. JOSÉ APARECIDO — Para os ônibus e para o povo.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Sim. E espero, Sr. Presidente, que haja daqui um esforço no sentido de superar esse impasse. Há informações de que o Ministério do Trabalho já reconheceu o estado de greve.

O SR. JOSÉ APARECIDO — Já reconheceu e a Procuradoria Geral dirigiu-se ao TRT pedindo a declaração da ilegalidade da greve. Ela é, por definição, ilegal, como nós todos sabemos.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Então, eu gostaria de perguntar ao Sr. Governador: o que fazer daqui para a frente?

O SR. JOSÉ APARECIDO — Daqui para a frente, V. Ex.^a sabe mais ou tanto quanto eu, porque é líder sindical. V. Ex.^a é o dirigente do Sindicato dos Bancários.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Eu só queria concluir minha pergunta, se V. Ex.^a pudesse aguardar. O impasse está gerado. Nós, aqui, não estamos brincando de fazer perguntas. Estamos realmente preocupados com a gravidade da situação. Na medida das nossas possibilidades, gostaríamos de contribuir para a superação desse impasse, que penaliza a população, os trabalhadores, enfim, todas as partes que estão envolvidas. O impasse está estabelecido. A greve poderá ser decretada ilegal, por força da legislação fascista que vige até hoje. E amanhã? Há, por parte do Governo, a disposição de continuar essas negociações entre o Sindicato e os representantes patronais? De que maneira a Comissão do Distrito Federal pode, na pessoa do Sr. Presidente Meira Filho, junto aos órgãos competentes — já que o contato foi feito — cobrar a resposta desse contato?

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — É evidente, ilustre Deputado, que a Comissão do Distrito Federal, que é um pedaço do corpo desta cidade, vive um momento de aflição diante do impasse surgido. É evidente que há interesse da parte da Comissão do Distrito Federal de que, harmoniosamente, dentro dos interesses de todos, se encontre aqui uma solução para que amanhã o transporte volte a funcionar.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Pergunto, então, ao Sr. Governador: há disposição para um encontro, de prosseguir essas conversações para, via negociações, sair desse impasse?

O SR. JOSÉ APARECIDO — Eu pedi ao Presidente do Sindicato, Pedro Celso, que se evitasse o problema porque, depois de um determinado instante, ele escapa da minha possibilidade como Governador do Distrito Federal. E pedi expressamente que esperasse porque, obviamente, não tenho condições de dar uma resposta, que só será formulada depois de uma Comissão do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento apropriarem-se de outros recursos orçamentários, transferindo-os para o Governo do Distrito Federal e para eu ter uma posição do caixa único que me possibilite a negociação das cláusulas econômicas com concessionários e com rodoviários. Pedi exatamente porque tinha certeza de que o quadro iria se configurar como está configurado e com as repercussões negativas na vida

da cidade, que nós já estamos sentindo, inclusive tendo que suspender uma operação policial de segurança pública em Taguatinga e Ceilândia, sem fazer apropriação dos prejuízos, que tenho que contabilizar com a paralisação de hoje, e, evidentemente, sabendo que amanhã a população começa a cobrar não só dos rodoviários e empresários, mas também do Governo, e sobretudo dele, o exercício da autoridade pública.

Não tenho outra função senão a de ser o mediador dessas dificuldades da atualidade do País e, sobretudo, do Distrito Federal. O Governo não é parte, tenta encontrar um ponto de equilíbrio, numa hora que nós sabemos, — já disse isto aqui antes — que não estamos negociando nesta data-base, uma recomposição salarial com ganhos, com conquistas de natureza social; nós estamos negociando a ultrapassagem de uma realidade crítica, seja para os rodoviários, seja para os concessionários, mas que no fundo e no fim quem paga a conta é a própria população, porque esses recursos não são imaginários, eles são incorporados ao erário sejam eles de natureza Federal sejam eles de natureza fiscal, em Brasília, mas o que é certo é que os rodoviários — eu compreendo inclusive o que o Presidente Pedro Celso disse aqui — ele o disse a mim antes, com absoluta clareza e lealdade: Governador, eu não posso combinar com V. Ex.^a, como da última vez o fiz, porque posso não ter o controle da Assembléia. Posso afirmar a V. Ex.^a que eu direi tudo que V. Ex.^a está dizendo, mas eu não posso dizer a V. Ex.^a que vou conseguir que não haja paralisação; isto eu não posso, porque seria uma coisa desleal. Depois há a paralisação e eu ficarei mal com V. Ex.^a Eu retruquei: mas eu não posso aceitar a paralisação; não posso aceitar porque é um ato de imaturidade, de precipitação; o Sr. precisa compreender que eu não tenho recursos, os recursos não são meus. Nós, vamos ter, até o fim da semana, porque o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda me pediram que solicitasse esse prazo porque eles têm que recompor realidades; isso não são centavos, eles têm que mobilizar imediatamente recursos fundamentais para que eu tenha esse reforço em caixa único.

De outro lado, a CAESB, a Fundação Zoobotânica, a CEB, a Fundação Hospitalar, a Fundação Educacional, já estão todas com reivindicações, são problemas conhecidos e eu preciso ter condições pelas amplas repercussões financeiras no orçamento, neste momento final do exercício de 87, para a União. E é claro que essa não é uma contabilidade imaginosa, é apenas uma realidade e a realidade não é imaginosa.

E foi por isto que eu apelei com muita veemência para o Sindicato dos Rodoviários e para os próprios empresários. E neste momento, qual seria o apelo que o Governador poderia fazer? Primeiro, a volta ao trabalho para normalizar a vida da cidade, porque com essa paralisação tudo apenas se complica e nada se resolve. Segundo, apelar à Comissão do Distrito Federal, que já tomou a iniciativa de gestões, que eu inclusive já sabia.

O Ministro Lima Teixeira me comunicou, inclusive, a gestão feita pelo Presidente da Comissão do Distrito Federal. Mas, na realidade, a paralisação não leva a nada, até porque eu não tenho e continuo não tendo essa resposta senão depois de amanhã, até sexta-feira. Estou fazendo levanta-

mentos, que são levantamentos que não se improvisam, até porque eles têm que retirar recursos já alocados, já determinados a outras áreas para atender a uma contingência que é também singular, porque só o Distrito Federal tem 72% dos seus recursos repassados pela União. Então, quando há um problema em Minas Gerais, que é o território que o Senador Ronan Tito pretende governar; quando há um problema em São Paulo; quando há um problema no Rio de Janeiro, os governos têm a sua autonomia, a sua flexibilidade; aqui, o máximo que o Governador pode fazer, fosse ele quem fosse, é ir, como vou, em consciência enfrentar toda impopularidade do Distrito Federal. Costumo dizer que se outro serviço eu não prestasse, neste momento, ao Presidente José Sarney, lhe presto a homenagem maior, porque aqui a minha mãe é mais injuriada do que a dele.

O SR. WAGNER CANHEDO — Sr. Governador, se me permite, eu gostaria de fazer aqui uma solicitação. A primeira é com relação à Comissão do Distrito Federal, que ela desse uma ajuda ao Governo do Distrito Federal para que solucionasse o problema, junto ao Ministério da Fazenda ou aos órgãos competentes, para que nós saíssemos desse impasse. A segunda é fazer um apelo ao Presidente do Sindicato, aos trabalhadores, para que voltassem à normalidade nos próximos momentos a fim de que pudessemos garantir todas as conquistas que já foram aceitas por nós. Naturalmente ele marcaria nova assembleia, para sexta-feira à noite, caso não se chegue a um acordo até lá e aí nós daríamos razão a ele, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Não é que eu queira tomar a palavra do Governador, mas existe uma característica do nosso povo que já adquiriu fama internacional — vou chegar lá —, mesmo diante do ponto de vista ideológico, mesmo diante do ponto de vista político, mesmo diante do problema da crise financeira que atravessa, não apenas a nossa cidade, mas o País. Será que não poderá prevalecer aqui essa característica brasileira que já adquiriu fama internacional, o jeitinho brasileiro de encontrarmos uma solução para essa greve amanhã? Ressaltando-se, evidentemente os interesses dos trabalhadores no transporte coletivo, os interesses do GDF, os interesses do empresariado e, acima de tudo, por que não dizer, o interesse nacional. Já há proposta manifestada ali pelo Presidente do Sindicato dos Empresários.

O SR. PEDRO CELSO — Peço a compreensão de todos os presentes para o fato de que, se antes da deflagração da greve a situação era extremamente espinhosa, agora, com a greve deflagrada, se torna muito mais difícil essa proposta de solução apresentada pelo Sr. Wagner Canhedo.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu queria invocar aqui, me perdoem, até o espírito de Juscelino. Ele dizia uma coisa muito importante: "O difícil, a gente faz agora, o impossível fica para daqui a pouco".

O SR. PEDRO CELSO — Muito bem, Sr. Presidente, por mais boa vontade que eu tenha, não vou aqui, de público, diante de tantas pessoas,

de tantas personalidades, como fiz com o Sr. Governador, diante da lealdade, da franqueza com que sempre nos tratamos em todos os momentos, assumir um compromisso que não temos condições de honrar. A dificuldade nossa é imensa; não vamos aqui, como disse o Deputado Augusto Carvalho em determinado momento, fazer brincadeira, porque não temos a mínima condição de reverter o quadro neste momento sem uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Mas não estamos brincando aqui não.

O SR. PEDRO CELSO — Desculpem-me, expressei-me mal com relação à brincadeira, quando o companheiro Augusto Carvalho disse que é questão de brincar de fazer pergunta.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Compreendemos que S.ª não pode deixar de consultar a categoria profissional. É uma pena que ele não possa nos atender, parece-me impossível. Compreendo que seria altamente desejável, ninguém mais do que eu gostaria que a greve já tivesse terminado, mas compreendemos perfeitamente a dificuldade do líder.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Quando falo aqui em jeitinho brasileiro, é lembrando exatamente a dificuldade do nosso doente ir para o hospital; é a dificuldade do meu neto amanhã ir para a escola. É essa dificuldade que gerou a paralisação do transporte coletivo na Capital brasileira e isso deve sensibilizar não apenas à sociedade brasileira, mas também aos próprios trabalhadores.

O SR. WAGNER CANHEDO — Reconhecemos no Pedro Celso um líder incontestável dos rodoviários e sabemos perfeitamente que esse nosso pedido não viria trazer nenhum prejuízo para a categoria, simplesmente adiar uma decisão, uma nova paralisação no dia de amanhã para a próxima sexta-feira. Daí a nossa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — E também está em jogo o comprometimento da Comissão do Distrito Federal, que é composta de onze senadores de alta responsabilidade perante a República.

O SR. PEDRO CELSO — Tenho o maior respeito pela Comissão do Distrito Federal aqui no Senado Federal. Agora, peço a todos que compreendam. O Senador Pompeu de Sousa colocou muito bem que não posso tomar aqui decisões isoladas. Estes são princípios que norteiam o nosso trabalho.

Primeiro, é preciso haver uma assembléia para, então, decidir-se sobre essa questão e, também, colocar a dificuldade que vamos encontrar nessa assembléia. A questão não é tão simples assim. Não basta o Presidente do Sindicato chegar lá e falar: "Companheiros, vamos voltar ao trabalho que depois se resolve", porque isso eu já disse na assembléia e não resolveu.

Então, não posso deixar aqui esperanças no ar, que não vão se concretizar. Falando com toda a sinceridade que possuímos, é extremamente delicado, não temos condições de assumir compromissos que não podemos honrar. Mesmo que convoquemos a assembléia e coloquemos todas as considerações que foram feitas aqui, as dificuldades que vamos ter nessa assembléia serão imensas.

Os trabalhadores precisam de uma proposta econômica. E acreditamos, inclusive que, com o apoio da Comissão, fazendo gestões, a partir de amanhã ou hoje ainda, junto às autoridades federais, teremos condições de resolver este problema ainda amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito bem, vamos partir para o trabalho.

Quem deseja mais usar da palavra? O Deputado Francisco Carneiro e, posteriormente, o nosso companheiro Geraldo Campos.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO — Srs. Parlamentares, meus Srs., não sei se é porque estava muito ignorante com relação ao assunto, embora, hoje, já tivesse dado um depoimento que coincidiu com este que o Governador nos trouxe, de que se teria que aumentar as passagens em quatro cruzados em novembro e quatro cruzados em dezembro. Como nunca conversei com S. Ex.ª sobre esse assunto, foi mera coincidência.

Mas, em realidade, a exposição feita pelo Governo do Distrito Federal e o seu staff, a exposição feita pelo Sr. Pedro Celso, com muita propriedade, pois o Governador mesmo diz que é uma realidade o que ele está expondo, e a exposição feita pelo Presidente do Sindicato dos Empresários trouxeram muita coisa nova. E que coisa nova foi esta? Uma dificuldade generalizada, que não é só dos operários, que não é só dos trabalhadores, é do GDF, da classe empresarial e, também, da classe trabalhadora.

Queria salientar que, quanto à parte dos empresários, há condições de se aumentar as passagens com o vale transporte, porque, para nós empresários, não é tão pesado dar transporte para 50, 60 pessoas, pois as grandes empresas têm transporte, como as construtoras, já fazem o transporte gratuito, desde o começo de Brasília, sempre transportando todos os seus operários.

Então, esse aumento não vai onerar tanto e nunca houve reclamações na Federação das Indústrias ou na Associação de Empreiteiros. Assim, acredito que esse aumento que o Governo vai dar para a passagem, se imediatamente for regulado o vale transporte, vai facilitar muito.

Creio que o Sr. Pedro Celso já pode ter uma segurança de que o problema vai ser resolvido, porque o Governador está empenhado junto aos órgãos econômicos do Governo Federal. A Comissão do Distrito Federal vai toda atuar em conjunto. Por seu lado, o Sindicato dos Empregados também sabe que vai haver aumento de passagens se ajustar a essa situação. O que a cidade não pode ficar é sem transporte.

Dessa forma, creio que já podemos ter uma luz em todos os setores: a do lado do Sindicato dos Empresários e a do lado do Sindicato dos Trabalhadores. O problema vai ser resolvido.

Então, não me parece, de forma nenhuma, que, em dois ou três dias, não se possa adiar, para que, amanhã, a cidade não esteja paralisada.

É lógico que o que o Senador Pompeu de Sousa disse é verdade. O Sr. Pedro Celso não pode, agora, dizer: "Está certo, OK, amanhã ninguém paralisa". Não, mas pode fazer um esforço conjunto, urgente, e o Governador é homem que atende a toda hora, e até a meia-noite teremos uma solução.

Teremos que deixar todos os prolegômenos aqui, todas as coisas, e partir para se dar o aumento,

porque há um compromissamento do Governo do Distrito Federal, um compromissamento da Comissão do Distrito Federal — e da parte dos empresários, eu posso falar por eles; há também um compromissamento de aceitar com tranquilidade o vale transporte. Era só isto que queria dizer e fazer um apelo ao Pedro Celso para que fizesse isto com a maior urgência, para ver se amanhecíamos o dia em Brasília com o problema resolvido.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Sr. Geraldo Campos!

O SR. GERALDO CAMPOS — Sr. Presidente, Sr. Governador, Srs. Parlamentares, vou tentar apenas dar uma colocação mais geral, situando o problema que ora se discute, dentro da realidade que estamos vivendo, da conjuntura atual.

Lemos recentemente que o Dr. Walter Barelli, do DIEESE, analisando a situação em que se encontram os trabalhadores brasileiros, dizia que a triste conclusão a que se chegava era de que o Governo atual havia tentado resolver diversos problemas, começando pela questão fundiária, com a reforma agrária, e não tinha obtido êxito, porque logo a UDR se levantou, se estruturou, resistindo aos propósitos de tentativas de resolver a questão fundiária, que se agravava.

O Governo tentou tabelar os juros bancários e não conseguiu. Os banqueiros se arregimentaram e não aceitaram qualquer parcela de sacrifício; ao contrário, os balanços mostraram que os lucros cresceram. Tentou-se fazer um tabelamento de preços e, infelizmente, o governo verificou que a SUNAB não tinha competência ou condições de garantir o tabelamento. A conclusão a que se chegava é de que a crise que existe, que todos reconhecemos, estava encontrando uma única saída: jogar sobre os ombros do povo o peso, mais uma vez.

Essa crise, segundo o professor Décio Munhoz, a que o achatamento salarial, a perda do poder aquisitivo, do salário real, fosse atualmente ainda maior do que era no passado. E a questão do transporte tem uma peculiaridade — não sou especialista como o Dr. José Carlos Melo. A diferença é que o trabalhador, com o salário achatado e diminuindo a cada dia, pode deixar de comer carne de segunda e passar a comer de terceira e até deixar de comê-la, como freqüentemente acontece, mas ele não pode deixar de se transportar senão ele não ganha nenhum dinheiro, como também ajuda geral aos lucros.

Nós somos dos que entendem que é preciso encontrar uma solução para o transporte, mas seguramente ela não vai existir de imediato. A solução exposta, que também defendemos, do metrô de superfície, como uma solução mais duradoura, mas que não poderá vir antes de médio prazo, vamos precisar, então, encontrar uma solução que acho que deve passar pela progressiva estatização dos meios de transportes. Não que eu não esteja vendo a experiência que a China e a União Soviética estão fazendo, buscando, inclusive, estimular até a iniciativa privada em campos em que a iniciativa privada não se encontrava. Mas acho que não é o transporte o exemplo principal; acho o contrário, o transporte coletivo, o transporte de massa tem que necessariamente, nesse sistema, passar pela estatização progressiva, não

digo absoluta. Se amanhã houver o metrô de superfície é claro que as ligações intermediárias poderão ser perfeitamente particulares, desde que o principal, o fundamental fique nas mãos do Estado, para garantir que o trabalhador que tem que se transportar necessariamente para dispor de algum ganho, já que ele não pode diminuir o transporte como diminui o pão e o leite na mesa de casa, ele precisa disso; o Estado tem que lhe assegurar isso. Eu até diria que se tem que lhe assegurar não apenas em benefício do trabalhador até em benefício do empresário, que precisa desse trabalhador.

Concluo dizendo que compreendemos a honestidade de Pedro Celso, que, mais uma vez, assim como não se comprometeu ontem, não quer se comprometer hoje a dar solução na greve, que não depende dele, mas de uma assembleia, mas torcemos para que os trabalhadores em transporte de Brasília, que já fizeram sentir com a greve, com a paralisação de hoje, não vou discutir da sua oportunidade, mas do seu efeito, que deram uma demonstração de força que sensibilizou toda a sociedade brasileira torcendo para que eles venham a adiar a continuação do movimento para esperar a resposta que o Governador está pedindo, depois de ouvida a resposta das autoridades federais.

Esta é a esperança que nós temos, esses são os votos que nós fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito bem!

Com a palavra o Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, Sr. Governador, Srs. Parlamentares, Srs. Secretários:

Na minha modesta biografia política, eu pude acrescentar um fato que muito me honra, que foi o de ter sido colega do atual Governador de Brasília, José Aparecido, Secretário do Governador Tancredo Neves em Minas Gerais e Secretário das Relações de Trabalho. Por isso, então, Sr. Presidente, quando V. Ex.^a telefonou-me hoje e convidou-me para essa reunião, eu vim com muito agrado...

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Honrosa para essa Comissão.

O SR. RONAN TITO — ...embora suplente desta Comissão.

Eu gosto da relação capital, trabalho; gosto e principalmente me agrada muito, neste momento de abertura democrática, que os empresários, através do Presidente do seu Sindicato, reconheçam o direito de greve. E disse mais S. S.^a fez um ato de fé a respeito do direito de greve.

Devo dizer que, no meu passado, e tenho aqui um colega de estrada, fui motorista de caminhão. É o José Augusto Pinheiro, empresário de transporte com quem cruzamos, muitas vezes, nas estradas de terra e de poeira. Por isto também me agrada estar aqui quando está em jogo o interesse dos rodoviários. É um assunto que me comove muito, que mexe com as minhas entranhas. E ouvi aqui algumas colocações no sentido, na tentativa de se fazer um acordo; eu acho que todas são louváveis. Fiz isto durante dois anos, com muito agrado, no Estado de Minas Gerais. No momento que nós tivemos greves naquele Estado, que foi logo após a abertura do regime democrático, no Governo democrático do democrata

Tancredo Neves, tive a felicidade, a alegria de poder prestar um serviço ao meu Estado nesse trabalho de relação entre capital e trabalho.

Eu também ousou agora fazer a minha proposta de acordo, porque não há ninguém aqui que não queira o acordo; tenho a certeza de que todos querem, inclusive o Presidente do Sindicato. Só o que me estranha, neste momento, são os apelos que se fazem a ele. Acordo não se faz propondo a uma parte que ceda, mas propondo às partes que cedam. Nunca, nas tratativas que tive, durante os dois anos e mais de 300 greves que pude mediar, fiz um apelo a uma das partes, mas fiz apelos às partes empenhadas.

Foi dito, aqui, pelo nobre Deputado Francisco Leão Carneiro,...

O SR. FRANCISCO CARNEIRO — Tira o Leão! (Risos.)

O SR. RONAN TITO — Que iniciou a vida parlamentar há pouco tempo, mas já demonstrou a sua bravura, o seu conhecimento, a sua competência e capacidade. Tive o prazer e a honra de participar com esse Deputado na Comissão da Ordem Social. S. Ex.^a fez um apelo ao Presidente do Sindicato, e é claro que quem conhece o funcionamento de um sindicato sabe da existência, atrás do Presidente da assembleia, e que o Presidente que fala divorciado da assembleia fala sozinho, deixa de ser Presidente. Deixa de ser Presidente, igual a político que fala divorciado das bases, acaba falando no vácuo.

Então, vou fazer a minha proposta ao Presidente Pedro Celso, vou fazer um apelo também a V. S.^a, mas não somente a V. S.^a, porque durante vinte e tantos anos, neste País só se fez apelo ao trabalhador, a mais ninguém. Todos os acordos reberaram na mão do trabalhador.

Vivemos um momento difícil, é verdade, um momento de crise, sem dúvida nenhuma, em que nós ficamos correndo, igual o cachorro atrás do rabo; uma dívida externa de 120 bilhões de dólares, interna de 65 bilhões de dólares, um Produto Interno Bruto de apenas 260 bilhões de dólares, e o serviço dessa dívida a ocasionar uma coisa que todo o mundo chama de déficit público e todos os empresários querem, e também os trabalhadores, que nós resolvamos o problema do déficit público. Queremos resolver o problema do déficit público, mas quando falamos em cobrar mais impostos, então, os empresários acham que é tributar demais.

Mas, eu gostaria de dizer que nos Estados Unidos da América, muito citado nessas épocas, sua tributação é da ordem de 32%, e uma tributação líquida em torno de 28%. Nós aqui, temos uma tributação bruta em torno, de 16 e estamos tributando de 10 a 12%. Com essa tributação sobre o PIB, eu digo, governo nenhum, não é Dr. José Sarney, não, governo nenhum resolve o problema da educação, resolve o problema da saúde, resolve o problema do transporte, governo nenhum desse mundo, numa sociedade sofisticada dessa.

Por outro lado, eu gostaria de lembrar que o trabalhador, em 1960, o assaz sempre citado, e pouco louvado, Presidente Juscelino Kubitschek, onerava um trabalhador de salário mínimo em apenas 5% do seu salário para os transportes nas grandes capitais e que hoje chega a onerar 30 a 36% um trabalhador que percebe salário

mínimo. Então, apelar para o trabalhador neste momento é meio difícil.

Por outro lado, também, enquanto a economia deste País cresceu 396% de 1960 a 1980, vou repetir, a economia deste País cresceu 396%, dados da SEPLAN, de 1960 a 1980, não seguimos o exemplo japonês de chamar o trabalhador para participar. O poder de compra do assalariado não cresceu 396%, não cresceu 100%, não cresceu 50%, mas, decresceu 40,1%.

A data-base do acordo salarial, aqui, é marcada para 1º de novembro. Então, também eu quero, aqui, redimir de culpa o Presidente do Sindicato e o Sindicato por não atenderem ao pedido, embora justo, embora razoável, de que se adie o processo da greve.

Temos que começar a exercitar a democracia e, sem dúvida, um dos mais extraordinários instrumentos da democracia é a greve. A greve só existe na democracia. Na Rússia não existe a greve, na China não existe a greve; a greve só existe nos regimes democráticos e capitalistas.

Mas, então, para que não se apele, neste momento, apenas para o trabalhador, foi dito pelo nobre Deputado que nós sabemos que deve vir uma alta da taxa de transportes, pois o empresário não faz milagre. Ele, na hora de comprar o pneu, ele tem que pagar o pneu, tem que pagar o óleo diesel, tem que pagar o salário, tem que honrar os seus compromissos. Ele precisa da tarifa e a tarifa tem que ser dada, já foi dito isto aqui. E, por outro lado, mesmo a tarifa dada, ela não onerará tanto o trabalhador num futuro muito próximo, porque nós sabemos que a questão do vale-transporte deverá entrar em vigência imediatamente.

Então, agora vem o meu apelo aos empresários e ao Sr. Governador. Discutamos a tarifa imediatamente. Vamos dar a tarifa e vamos, depois, cobrar da Assessoria do Presidente José Sarney a imediata regulamentação da lei, porque o trabalhador ficará por muito pouco tempo onerado. A partir da tarifa dada, os patrões dirão aos empregados que poderão ceder até tanto. E aí, sim, nós faremos um apelo justo aos trabalhadores: — Olha, vocês terão atendido tanto do percentual, e, a partir daí, levantem a greve.

Devo dizer para vocês, com toda a sinceridade: se eu fosse Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e me pedissem aqui para levantar a greve, com a proposta de que sexta-feira nós vamos ver o que vai acontecer, devo confessar para vocês, com toda a sinceridade: eu diria a mesma coisa que disse o presidente do sindicato.

O SR. POMPEU DE SOUZA — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RONAN TITO — Pois não.

O SR. POMPEU DE SOUZA — É até um argumento de ordem aritmética. Enquanto o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, tem que ouvir 12 mil trabalhadores, o presidente do sindicato dos concessionários tem que ouvir três pessoas. Quer dizer, ele quase pode falar por todos, pode pegar o telefone, falar com três, e resolver.

O SR. RONAN TITO — E não simplificaria tanto. Eu diria que o acordo deveria iniciar-se, neste momento, numa conversa entre os membros do Governo do Distrito Federal, presidido pelo Gover-

nador José Aparecido, cedendo a tarifa, porque os dados estão todos aí, o recurso tem que vir, Governador. Ou do Presidente da República, ou da tarifa, ou do povo, mas o recurso tem que ser dado, a tarifa tem que ser dada, porque senão os empresários não terão condições. Então, negocia-se a tarifa.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Prezado Senador, já que o Senador Pompeu de Sousa falou que o sindicato dos empresários é constituído apenas de três e que a coisa pode ser resolvida imediatamente, vamos dar a palavra ao Sr. Wagner Canhedo.

O SR. WAGNER CANHEDO — Senador Ronan Tito, com todo respeito à sua colocação, nós temos que informar que é impossível, do nosso lado, em função do subsídio que estamos recebendo do GDF. É um subsídio que o Governador José Aparecido está dando e que já está em níveis insuportáveis para o Governo, e o Governador está fazendo gestões junto ao Ministério da Fazenda para uma suplementação de verbas capaz de solucionar esse impasse. V. Ex.^a presenciou, o Plenário inteiro presenciou, o nosso depoimento de que as empresas estão à beira da falência. Aliás, já estão falidas. Nós só estamos ainda mantendo o serviço e as empresas em pé porque somos empresários nesta cidade há muitos anos e o pessoal ainda acredita em nós. Mas essa crença está perto de desaparecer, porque todas as nossas promessas não estão sendo cumpridas em função da falta de remuneração por quilômetro que nós temos neste momento.

O SR. RONAN TITO — Pois bem, a contribuição que eu queria dar era esta. É que, se nós temos três negociantes, são só três partes. É que o Governador, os empresários e os trabalhadores, que não ficassem só em cima dos trabalhadores a responsabilidade de abrir a negociação, mas que se colocassem as três partes, neste momento, num gesto de boa vontade. Porque, eu repito: se nós jogarmos a responsabilidade sobre os ombros do Presidente do Sindicato, eu tenho certeza de que ele não terá como honrar isto. Mas as três partes — os empresários, o Governo do Distrito Federal, presidido pelo Governador José Apa-

recido, e os trabalhadores — começarem a conversar, não vai ser possível subsídio. Qual a tarifa básica? Tarifa básica é tanto. Vamos negociar. Negociou. Chegou-se a um patamar, vamos negociar com o presidente do sindicato.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO — Permite um aparte?

O SR. RONAN TITO — Pois não, Deputado.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO — É uma questão que, naturalmente, tem que se estudar, porque os empresários não podem ficar recebendo subsídio que não representa a realidade. Esses assuntos não estão sendo jogados somente em cima do presidente do sindicato. Em realidade, ele não pode dizer aqui sim, lógico. Mas dado que nós temos que começar a transportar a população maior amanhã, o apelo que eu fiz ao Pedro Celso é que ele fosse conversar com esse pessoal apenas para levantar a greve. Porque também o Governador se esquiva de qualquer processo de tentativa, se a greve continuar. E nós vamos ficar onde? Então, não está sendo jogado só em cima dele, de forma nenhuma. Eu estou de acordo com V. Ex.^a de que o operário, e eu fui operário de terra, meu pai é operário, tudo foi sempre jogado em cima do operário, mas ocorre que, agora, o Governo do Distrito Federal está à frente de um problema que vem de vinte e tantos anos atrás. Os trabalhadores estão pedindo uma reposição de três anos e eles têm o direito. Agora, os recursos. Vamos tratar desses recursos, é lógico. Então este pedido é no sentido de que se levante a greve para que o Governador tenha uma maior disposição de tratativas, inclusive subsídios.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Com a palavra o Sr. Wagner Canhedo.

O SR. WAGNER CANHEDO — Sr. Governador, como comprometimento da Comissão do Distrito Federal de colaborar junto com o Governo do Distrito Federal, especialmente nessa situação delicada que nós encontramos, para encontrar uma solução para as verbas necessárias, eu faria a V. Ex.^a a seguinte proposta: sair daqui e nos reunirmos no Palácio do Buriti ou onde V. Ex.^a determinasse, junto com os rodoviários, para ver a possi-

bilidade de encontrarmos uma solução ainda hoje, caso haja essa disposição dos rodoviários.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu acho que nós estamos a caminho do jeitinho brasileiro.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, eu quero louvar essa atitude de V. Ex.^a É desse jeito que se consegue: reunindo-se os três, e não elegendo um para resolver o problema. Os três acertando. Ele terá, depois, uma nova proposta, por pouco diferente do que seja a anterior, ele terá uma nova proposta para levar à assembléia. Agora, se ele voltar à assembléia vão lhe perguntar: — Qual é a proposta que você tem? — Nenhuma! Ai, nós voltamos a trabalhar.

Vamos sentar e vamos negociar. Porque, se invertermos o raciocínio do Deputado Francisco Carneiro, que para mim continua um leão, eu acho que nós vamos dar no mesmo assunto. Se, de qualquer maneira, terá que se dar o aumento e haverá uma nova tarifa para os transportadores; se os transportadores terão que fazer acordo, por que não inverter essa corrente?

De maneira que conversando os três, sem jogar a responsabilidade sobre um, mas sobre os três, e sem nenhum fugir à responsabilidade, eu acho que a noite é uma criança e vocês terão muito êxito. Vamos para uma reunião agora do Senado torcer para que tudo dê certo lá, para o nosso pessoal trabalhar amanhã. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — As palmas são poucas, mas sinceras.

O SR. JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA — Eu tenho a impressão de que a reunião foi mais do que um espetáculo de democracia; foi até o encaminamento que começa, através da proposta do Presidente do Sindicato dos Concessionários, e eu espero, então, como palavra final, que esse encontro seja no Palácio do Buriti, com a coordenação do Chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida, e que seja o caminho da normalidade da vida de Brasília, amanhã. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito bem! Está encerrada a reunião.

(Encerrã-se a reunião às 20 horas e 45 minutos.)